



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 638

Sexta-feira - 17 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	5
Braço do Trombudo	6
Caçador	6
Campo Alegre	6
Campos Novos	58
Canoinhas	59
Capinzal	60
Catanduvas	71
Chapadão do Lageado	72
Concórdia	73
Cordilheira Alta	75
Corupá	81
Eral Velho	83
Forquilha	84
Fraiburgo	84
Garopaba	95
Gaspar	101
Guaramirim	101
Imbituba	101
Irineópolis	102
Itapoá	102
Joaçaba	115
José Boiteux	136
Lauro Muller	140
Luzerna	146
Massaranduba	178
Meleiro	181
Monte Carlo	183
Morro da Fumaça	185
Nova Trento	208
Novo Horizonte	211
Paulo Lopes	211
Pinheiro Preto	213
Porto União	214
Rio do Sul	228
Salto Veloso	231
Santa Terezinha do Progresso	232
São Lourenço do Oeste	240
São Pedro de Alcântara	247
Schroeder	250
Siderópolis	256
Timbó	261
Três Barras	286
Tunápolis	286
Videira	287

Associações

AMFRI	292
-------------	-----

Consórcios

CIS/AMUREL	293
------------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 168/2010

DECRETO Nº. 168/2010 de 14 de Dezembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.450,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 650,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.15.452.0007.2.033-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 750,00

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 50,00

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0009.0.004-3.3.20.00.00.00.00.00 - Transferências a União R\$ 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 3.450,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2010.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 169/2010

DECRETO Nº. 169/2010 de 16 de Dezembro de 2010
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.554,49 para as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.612,16

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.367,97

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.163,77

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.410,59

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 28.554,49.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 170/2010

DECRETO Nº. 170/2010 de 16 de Dezembro de 2010
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 18.474,90 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.030-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.728,71

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 771,31

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.2.038-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 758,82

06.01.15.452.0007.2.032-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 971,70

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

08.02.23.695.0008.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 78,87

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.165,49

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu R\$ 7.000,00

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.030-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu R\$ 1.728,71

05.03.08.241.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 771,31

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.2.038-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 758,82

06.01.15.452.0007.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 971,70

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

08.02.23.695.0008.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 78,87

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.165,49

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.
GERALDO PAULI



Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 171/2010

DECRETO Nº. 171/2010 de 16 de Dezembro de 2010
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 801,90 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.020-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 801,90.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.020-3.3.40.00.00.00.00.00 - Transferências a Municípios R\$ 801,90

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 172/2010

DECRETO Nº. 172/2010 de 16 de Dezembro de 2010
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 74.810,14 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
11.01.10.301.0005.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 6.810,14

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 74.810,14

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 426/2010

PORTARIA Nº 426/2010.
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor PAULO OLEGARIO SCHMITZ, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 14 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2008 a 01/07/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 427/2010

PORTARIA Nº 427/2010.
Dispensa ACTs.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores ACTs, pelo término de seu Contrato Temporario, a partir de 17 de Dezembro de 2010, conforme abaixo relacionado:

MAICON SOETHE VACCARIN - PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA - 20H
ANA CAROLINA TELES DA CUNHA - FONOAUDIOLOGO

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 428/2010

PORTARIA Nº 428/2010.
Dispensa ACTs.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores ACTs, pelo término de seu Contrato Temporário, a partir de 17 de Dezembro de 2010, do Cargo de MOTORISTA, conforme abaixo relacionado:

FABRICIO RODRIGUES
RUDINEI ROMALINO DE SOUZA
MARCOS AURELIO DE LIMAS GIESEL

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 429/2010

PORTARIA Nº 429/2010.
Dispensa ACTs.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidor ACTs, pelo término de seu Contrato Temporário, a partir de 17 de Dezembro de 2010, do Cargo de PROFESSOR III - 20H, conforme abaixo relacionado:

MILENE MARIA LUCCA
CRISTIANE DIONE DA SILVA
LIDIANE VENTURA
BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ
MATILDE GOMES INACIO JUNKES
JOAO ERNESTO LEITE
SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de

Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 430/2010

PORTARIA Nº 430/2010.
Dispensa ACTs.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores ACTs, pelo término de seu Contrato Temporário, a partir de 17 de Dezembro de 2010, do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, conforme abaixo relacionado:

HELENA GELSLEICHTER KOERICH
ESTERIA KOCH DECKER
MARIA YOLANDA VEBER SCHMITT
LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER
LURDETE BACK SCHMITT
JANICE AMERICO VOLTOLINI
SIMONE SCHMITT PETRY
NOELI MEURER SCHUTZ
ROSANGELA TEREZINHA WEBER
AOIARA DOS SANTOS NASCIMENTO

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 431/2010

PORTARIA Nº 431/2010.
Dispensa ACTs.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, servidores ACTs, pelo término de seu Contrato Temporário, a partir de 17 de Dezembro de 2010, do Cargo de PROFESSOR I - 20H, conforme abaixo relacionado:

ELIANE LEMOS DA SILVA
ANA PAULA RICHARTZ
DANUBIA DA SILVEIRA
LEILA SIMONES GUESSER
MIRELLE CRISTINA DOS SANTOS PAULI
TANIA REGINA MARTENDAL SCHMITT
JUSARA ALBERTINA FERREIRA AMARAL
NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 16 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 175, de 16/12/2010.

PORTARIA Nº 175, de 16/12/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CLAUDIO DA SOLER, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2009 à 02/03/2010, e gozo das mesmas no período de 20/12/2010 a 18/01/2011, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 176, de 16/12/2010.

PORTARIA Nº 176, de 16/12/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ITACIR ANTONIO TERCIO, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2009 à 02/07/2010, e gozo das mesmas no período de 20/12/2010 a 18/01/2011, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 177, de 16/12/2010.

PORTARIA Nº 177, de 16/12/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JOVILDE MARIA SERIGHELLI PIROLI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/12/2009 à 15/12/2010, e o período de férias estará sendo usufruído durante o recesso escolar, sendo que ao mesmo será pago 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Extrato Nº 0002 2010 - GINÁSIO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Edital de Concorrência nº 0002/2010.

Tipo: Melhor Proposta.

Objeto: Outorga de Uso de Espaços Públicos Municipais, Ginásio Municipal de Esportes e Módulo Esportivo Albano Gemeli, do Município de Arroio Trinta - SC.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 20/01/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 20/01/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 14 de dezembro de 2010.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Edital de Chamamento de Fornecedores para 2011

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

PARA O ANO DE 2011

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com o Art. 34, da Lei nº 8.666/93, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização de Registros Cadastrais de Fornecedores e ingresso de novos interessados para o ano de 2011.

O Cadastro de Fornecedores será diariamente, das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, no Departamento de Compras do Município, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro, em Arroio Trinta - SC.

Arroio Trinta, 16 de Dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 61/2010

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 61/2010

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 09:00 horas do dia 05.01.2011, estará selecionando a melhor proposta para conserto caixa de câmbio caminhão MBB 5439. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2010.
NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Dispensa 05-2010 ASS. SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2010

O FMAS torna público a DISPENSA de Licitação número 05/2010, para locação de casa em alvenaria para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, de propriedade da Sra. Marlene Kuczer, localizada na Rua Salomão Gioppo Carneiro, nº 283 nesta cidade de Caçador, SC, pelo período de 12 meses, pelo valor total de R\$ 21.600,00 nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Caçador-SC, 15 de dezembro de 2010.
ANTONIO CARLOS CASTILHO
Gestor

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 158, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, de 15 de dezembro de 2010.
Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Caçador, referentes ao Exercício de 2008.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2010, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as CONTAS da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Processo nº PCP 09/00124024, referentes ao

Exercício de 2008.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Resolução Nº 79, de 15 de dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO nº 79, de 15 de dezembro de 2010.

Autoriza indenizar férias e estagiária da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento no art. 13 da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e considerando o vencimento do contrato de estágio em 31.12.2010,

R E S O L V E:

Art. 1º AUTORIZAR à estagiária LUCIANE PIACENTINI, o pagamento de indenização de 30(trinta) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 23 de dezembro de 2009 a 22 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor em 15 de dezembro de 2010.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 077 de 14 de Dezembro de 2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 077 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
REESTRUTURA CARGOS DO MAGISTÉRIO, ALTERA ANEXOS DO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) O §1º do Art. 1 da Lei Complementar Municipal n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada cargo estão dispostas no Anexo IV, que descreverá sua denominação própria, códigos, atividades, escolaridade mínima, e se for o caso estabelecerá requisitos de natureza legal ou especial, bem como indicará com precisão o número de vagas propostas, e ainda o nível do vencimento correspondente;

Art.2º) O cargo de Professor Auxiliar, de nível superior (PA2), passa a denominar-se Professor Auxiliar I, na forma dos Anexos I e I-A da presente Lei.

§1º Os cargos em nível médio de Professor (P1) e Professor Auxiliar (PA1), passam a integrar a tabela de cargos em extinção, na forma do Anexo I-B da presente Lei.

§ 2º Os cargos de Professor Auxiliar de nível PA1 e Professor de nível P1, permanecerão em lista de extinção, na forma do Anexo I-B, até que apresentem o diploma de conclusão do curso superior exigido pela Lei Complementar n. 014/03, oportunidade em que serão reenquadrados como Professor Auxiliar I nível PA2 ou Professor nível P2, conforme licenciatura específica, no prazo de 60 (sessenta dias) da apresentação do diploma;

§ 3º Os professores referidos no parágrafo anterior, que se encontrarem em estágio probatório na data da publicação desta lei serão reenquadrados somente após aprovação no estágio probatório.

§ 4º Os professores de que trata o §2º deste artigo, que não estejam frequentando curso superior ou não o concluíam até 31/12/2015 permanecerão em lista de extinção.

Art.3º) O cargo de Professor, constante da Estrutura de Cargos Efetivos do Magistério Municipal da Lei Complementar Municipal n. 014/03, passa a vigorar sob a seguinte estrutura, conforme tabela anexa à presente lei:

- a) Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais);
- b) Professor II - Educação Física (Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental);
- c) Professor III - Arte (Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental);
- d) Professor IV - Inglês (Docência no Ensino Fundamental);
- e) Professor V - Língua Portuguesa (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- f) Professor VI - Matemática (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- g) Professor VII - Ciências (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- h) Professor VIII - Geografia (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- i) Professor IX - História (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- j) Professor X - Ensino Religioso (Docência nos Anos finais do Ensino Fundamental);
- k) Professor XI - Educação Especial (Docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental);

Parágrafo único - As atribuições, responsabilidades, a habilitação exigida para o provimento e outras informações inerentes a cada cargo acima denominado, constam dos anexos aprovados pela presente lei, parte integrante desta.

Art.4º) O cargo de Especialista em Assuntos Educacionais níveis EAE2 e EAE1, constante da Estrutura de Cargos Efetivos do Magistério Municipal da Lei Complementar Municipal n. 014/03, abrangerá, concomitantemente, as funções de Administrador Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar.

§1º - As atribuições, responsabilidades, a habilitação exigida para o provimento e outras informações inerentes às funções do cargo Especialista em Assuntos Educacionais, constam dos anexos aprovados pela presente lei, parte integrante desta.

§2º - Os servidores públicos detentores do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais até a data da publicação da presente lei, deverão desempenhar especificamente funções compatíveis com a habilitação exigida em seus respectivos concursos públicos.

Art.5º) O inciso I do §7º do Art. 8º da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - para o exercício de atividades de docência, definidas para os efeitos desta Lei como as compreendidas pelo exercício exclusivo em sala de aula:

a) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor Auxiliar I, destinado as funções de Auxiliar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, terá que comprovar a habilitação específica de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, salvo para os casos de contratação temporária, em razão da inexistência de candidatos com a habilitação exigida, conforme previsão do Parágrafo único do Art. 158 desta Lei;

b) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), terá que comprovar a habilitação de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, salvo para os casos de contratação temporária, em razão da inexistência de candidatos com a habilitação exigida, conforme previsão do Parágrafo único do Art. 158 desta Lei;

c) o candidato que se inscrever para os cargos de Professor II a X, seja para atuação na Educação Infantil, seja no Ensino Fundamental, conforme o caso, terá que comprovar a habilitação de nível superior, com licenciatura plena específica na área pretendida, salvo para os casos de contratação temporária, em razão da inexistência de candidatos com a habilitação exigida, conforme previsão do Parágrafo único do Art. 158 desta Lei.

d) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor XI, seja para atuação na Educação Infantil, seja no Ensino Fundamental, conforme o caso, terá que comprovar a habilitação de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, salvo para os casos de contratação temporária, em razão da inexistência de candidatos com a habilitação exigida, conforme previsão do Parágrafo único do Art. 158 desta Lei.

Art.6º) O inciso II do §7º do Art. 8º da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - para o exercício das atividades de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar, o candidato deverá comprovar:

- a) o candidato que se inscrever para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, terá que comprovar formação superior em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou formação superior em Pedagogia, com pós-graduação específica na área, conforme Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 - LDB;
- b) experiência docente de, no mínimo, 2 (dois) anos;

Art.7º) Os incisos I e II e os §§ 1º e 6º do Art. 67 da Lei Complementar n. 014/03, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para os cargos de Professor Auxiliar, Professor Auxiliar I, Professor I e Professor XI;
II - 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas aula semanais, para os cargos de Professor II a X, conforme o estabelecido no edital do concurso público prestado;

()

§ 1º 20% (vinte por cento) da jornada estabelecida nos incisos I e II deste artigo, será correspondente a hora atividade.

()

§ 6º Os detentores de cargos de Professor II a X, poderão ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º deste artigo e perceberão sob a forma de aulas excedentes, o percentual por aula calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, estabelecido na tabela abaixo, não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06(seis), 04(quatro) ou 02(duas) aulas excedentes para as cargas de 40(quarenta), 30(trinta), 20(vinte) ou 10(dez) horas aula semanais de trabalho, respectivamente:

CARGA HORÁRIA	% POR AULA
40	2,5%
30	3,33%
20	5%
10	10%

Art.8º) O inciso IV do Art. 57 da Lei Complementar n. 014/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

VI - gratificação natalina e gratificação por regência de classe;

Art.9º) Fica criada a gratificação por regência de classe, passado o inciso III do Art. 97 da Lei Complementar n. 014/03 a vigorar com a seguinte redação:

III - gratificação por regência de classe;

Art.10) Fica extinta a gratificação pelo exercício de atividades de docência em zona rural, passando os artigos 101 e 102 da Lei Complementar n. 014/03, a contemplar a gratificação por regência de classe, com a seguinte redação:

Subseção III

Da Gratificação por Regência de Classe

Art.101 Aos detentores dos cargos de provimento efetivo ou temporário de Professor (em extinção) e Professor I, com atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e que estejam no efetivo exercício de regência de classe, será concedida uma gratificação de:

I - Professor (em extinção)

a) 15% (quinze por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-subnível 11, referência "A", para aqueles com jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

b) 7,5% (sete e meio por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-subnível 11, referência "A", para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais;

II - Professor I:

a) 15% (quinze por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor I, Nível P2-subnível 21, referência "A", para aqueles com jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

b) 7,5% (sete e meio por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor I, Nível P2-subnível 21, referência "A", para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais;

Parágrafo único - A gratificação prevista nesta subseção:

I - Não serve de base para o cálculo de outras vantagens;

II - Não se incorpora à remuneração do servidor;

III - Não é considerada remuneração de contribuição do IPRECAL.

Art.102 A gratificação por regência de classe será calculada sobre os dias efetivamente laborados.

Art.11) O parágrafo único do Art. 158 da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º Admitir-se-á, em caráter de exceção, a contratação temporária para o cargo de Professor Auxiliar I e Professor I a XI, candidatos que estejam cursando Licenciatura Plena específica na área de atuação, nos casos em que não hajam candidatos com habilitação

exigida no Art. 8º, §7º, Inciso I, alínea a, b e c.

§2º O vencimento do candidato contratado na hipótese do §1º deste artigo, será correspondente ao 1º subnível da referência "A" do cargo de Professor Auxiliar (Nível PA1), quando se tratar de contratação temporária de Professor Auxiliar I e ao 1º subnível da referência "A" do cargo de Professor I (Nível P1), quando se tratar de contratação temporária de Professor I a XI, respeitada a habilitação específica exigida para o cargo.

3º Na hipótese de não socorrem candidatos para os cargos de Professor III a XI, para contratação temporária na forma disposta no §1º, admitir-se-á a contratação de candidatos que possuam formação de nível superior em Pedagogia, com licenciatura plena, fazendo jus ao vencimento correspondente ao Nível P2, subnível 21, referência "A".

Art.12) O Art. 162 da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 162 Para efeito da aplicação desta Lei é adotada a seguinte conceituação:

I - Rede Municipal de Ensino: é o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;

II - Magistério Público Municipal: é o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor Auxiliar I, Professor I a XI e Especialista em Assuntos Educacionais do Ensino Público Municipal;

III - Professor Auxiliar I: é o titular de cargo público, cujas funções estão descritas no Anexo IV, com o objetivo de auxiliar o professor titular na educação infantil e no ensino fundamental;

IV - Professor I a XI: é o titular de Cargo Público, cujas funções estão voltadas para a docência na Educação Infantil nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

V - Especialista em Assuntos Educacionais: é o titular de cargo público, cujas funções estão voltadas para o suporte pedagógico direto à docência, como as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Categoria Funcional: é o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

VII - Plano de Carreira: é o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos adotados para os cargos, sua remuneração e desenvolvimento profissional;

VIII - Carreira: é o agrupamento de cargos de provimento efetivo (Anexo I), integrantes do Plano de Cargos, em Níveis e Referências observados a natureza e complexidade das atribuições, habilitação profissional através da qual se dará a progressão funcional, por merecimento, em face da avaliação de desempenho ou por cursos de formação e/ou capacitação, nos termos desta Lei;

IX - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstos no Plano de Cargos (Anexo IV) e Tabela de Vencimento (Anexo V), de acordo com a área de atuação e formação profissional;

X - Profissionais da Educação: conjunto de servidores investidos em caráter efetivo nos cargos de Professor Auxiliar I, Professor I a XI e Especialista em Assuntos Educacionais.

XI - Nível: constituem os degraus de elevação da Carreira, em caráter vertical ascendente;

XII - Referência (Alíneas): consiste na graduação horizontal ascendente, contida em cada Nível;

XIII - Tabela de Vencimento: o valor estabelecido em moeda corrente correspondente a cada cargo;

XIV - Lotação: é o órgão ou unidade onde o servidor designado deverá desempenhar as suas atribuições.

Parágrafo Único. A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, sendo a partir deste valor calculada de forma proporcional para as demais cargas horárias semanais definidas no Anexo I.

Art.13) O Art. 170 da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 170 A carreira do magistério público municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo de Professor Auxiliar I, Professor I a XI e Especialista em Assuntos Educacionais, sendo estruturada em 6 (seis) referências, conforme Anexo V.

§ 1º A carreira do magistério público municipal abrange a Educação Infantil e os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental;

§ 2º Constitui requisito para o ingresso na Carreira, a formação:

I - em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, para o cargo de Professor Auxiliar I;

II - em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, para o cargo de Professor I;

III - em nível superior, com licenciatura plena específica para os cargos de Professor II a X;

IV - em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, para o cargo de Professor XI;

V - em nível superior em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou formação superior em Pedagogia, com pós-graduação específica na área, conforme Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 - LDB, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§ 3º Constitui requisito adicional para o ingresso na Carreira, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, a experiência de dois anos de docência;

§ 4º O ingresso na Carreira dar-se-á na referência inicial de cada cargo da Carreira, no nível correspondente à habilitação exigida para o provimento efetivo do cargo.

Art.14) O Art. 171 da Lei Complementar n. 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171. Os Níveis correspondem a escolaridade do titular de cargo da Carreira do Magistério Municipal e são os seguintes:

I - para o cargo de Professor Auxiliar I:

a) Nível PA1: formação em nível médio, na modalidade normal (em extinção);

b) Nível PA2: formação de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais;

II - para o cargo de Professor I:

a) Nível P1: formação de nível médio na modalidade normal (em extinção);

b) Nível P2: formação em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais;

c) Nível P3: formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas);

III - para o cargo de Professor II a XI:

a) Nível P2: Formação superior, com licenciatura plena específica na área;

b) Nível P3: Formação em nível de pós graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas);

IV - para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais:

a) Nível EAE 1: Formação superior em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou formação superior em Pedagogia, com pós graduação específica na área, conforme Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 - LDB.

b) Nível EAE 2: Formação em nível de pós-graduação específica, não podendo ser computada para ascensão, o título utilizado para habilitar o candidato no concurso público, quando tratar-se da hipótese do Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 - LDB;

§2º As referências constituem a linha de promoção da Carreira do titular do cargo de magistério e são designadas pelas letras "A" a "F";

§3º Os cargos serão distribuídos pelas referências em proporção crescente, da inicial à final;

§ 4º A mudança de Nível é automática e observará as seguintes premissas:

I - os detentores de cargo de provimento efetivo que galgarem nova habilitação, ascenderão ao Nível superior 60 (sessenta) dias após apresentarem o diploma comprovando a nova habilitação.

II - A nova habilitação a que se refere o inciso anterior deverá estar de acordo com o disposto no Artigo 171 desta Lei.

Art.15) Fica instituído o §5º do Art. 59 da Lei Complementar n. 014/03, com a seguinte redação:

§5º Quando o período de afastamento do Professor Auxiliar, do Professor Auxiliar I e do Professor I a XI por tratamento de saúde ou licença maternidade for acrescido de licença prêmio ou férias fora do recesso escolar, fica permitida a prorrogação do contrato temporário do profissional da educação que estiver efetuando a substituição.

Art.16) Fica criada a função de Coordenador Pedagógico, com natureza de assessoramento aos Diretores da Rede Municipal de Ensino, com atribuições, responsabilidades previstas no Anexo IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções - Atribuições e Responsabilidades das Funções de Confiança da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, alterada pela presente lei.

§1º As vagas para o exercício da função de Coordenador Pedagógico, criadas na Lei Municipal n. 2.683/02, serão distribuídas da seguinte forma:

I - 04 (quatro) nos Centros Municipais de Educação Infantil;

II - 03 (três) nas Escolas de Educação Básica com mais de 200 (duzentos) alunos;

§2º - a função referida no caput deste artigo será exercida exclusivamente por servidores ocupantes dos cargos de Professor I a X.

§3º O Coordenador Pedagógico fará jus à percepção de Função Gratificada FG-5ª, quando atuar em escola de educação básica (acima de 200 alunos) e, de Função Gratificada FG-5B, quando atuar em centros de educação infantil, nos termos do Anexo III da presente lei, que altera a Lei Complementar Municipal n. 014/06.

Art.17) Os Anexos I, I-A, I-B, III da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, passam a vigorar na forma constante dos anexos da presente Lei Complementar.

Parágrafo único - O Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 014/03 fica alterado pela presente lei, apenas no tocante aos cargos de Professor Auxiliar I, Professor I a XI, Especialista em Assuntos Educacionais e a Função de Coordenador Pedagógico criados pela presente lei, permanecendo inalterado e em vigor em relação aos demais cargos/funções.

Art.18) O reenquadramento dos profissionais da Educação com as alterações contidas na presente lei, será realizado apenas no tocante à nomenclatura dos cargos ora reestruturados, através de portaria do Prefeito Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte dias), mantendo-se inalterados os níveis, referências e vencimentos em que se encontram.

Art.19) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO I – ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS (Lei Complementar Municipal n. 014/03)**

Código	Cargo	Função	Nível	Carga Horária Semanal	Nº Vagas Anterior	Nº Vagas Preenchidas – 20h	Nº Vagas Preenchidas – 30h	Nº Vagas Preenchidas – 40h	Nº Vagas Propostas
01	Professor Auxiliar I	Professor Auxiliar I na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	PA 2	Até 40 horas semanais	12	0	0	10	21
02	Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental)	Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental)	P3 P2	Até 40 horas semanais	42	7	0	44	60
03	Professor II	Professor de Educação Física	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0		6	8
04	Professor III	Professor de Arte	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0	0	0	8
05	Professor IV	Professor de Inglês	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0	0	1	3
06	Professor V	Professor de Língua Portuguesa	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0	0	1	2
07	Professor VI	Professor de Matemática	P3 P2	Até 40 horas semanais	0	0	0	1	2
08	Professor VII	Professor de Ciências	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0	0	0	2
09	Professor VIII	Professor de Geografia	P3	Até 40 horas/aulas	6	1	0	0	2

GABINETE DO PREFEITO

			P2	semanais					
10	Professor IX	Professor de História	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	1	0	0	2
11	Professor X	Professor de Ensino Religioso	P3 P2	Até 40 horas/aulas semanais	0	0	0	0	2
12	Professor XI	Professor de Educação Especial	P3 P2	Até 40 horas semanais	0	0	0	0	1
13	Especialista em Assuntos Educacionais	Especialista em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	Até 40 horas semanais	3	0	0	2	4

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO I-A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE (Lei Complementar Municipal nº 014/03)**

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE
01	Professor Auxiliar I	PA2	Até 40h semanais	PA2 – Formação de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais. PA1 - Formação de nível médio na modalidade normal. (Em extinção)
02	Professor I Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental)	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 – Formação em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais; P1 - Formação de nível médio na modalidade normal (em extinção)
03	Professor II – Educação Física	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
04	Professor III: Arte	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
05	Professor IV Inglês	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
06	Professor V Língua Portuguesa	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
07	Professor VI Matemática	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.

GABINETE DO PREFEITO

08	Professor VII Ciências	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
09	Professor VIII Geografia	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
10	Professor IX História	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
11	Professor X Ensino Religioso	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena específica na área.
12	Professor XI Educação Especial	P3 P2	Até 40h semanais	P3 – Formação em nível de pós-graduação em cursos na área da educação relacionados cargo, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas). P2 - Formação superior, com licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Pedagogia com Habilitações em Educação Infantil e Anos Iniciais.
13	Especialista em Assuntos Educacio	EAE 2 EAE 1	Até 40h semanais	EAE 2 - Formação em nível de pós-graduação específica. EAE 1 – Formação superior em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou formação superior em Pedagogia, com pós graduação específica na área, conforme Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 - LDB.

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I-B TABELA DE CARGOS EM EXTINÇÃO (Lei Complementar Municipal n. 014/03)

CÓDIGO	NÍVEL	CARGO	NATUREZA	SITUAÇÃO
14	PL	Professor	Leigo	Em extinção
15	P1	Professor	Nível médio na modalidade normal	Em extinção
16	PA1	Professor Auxiliar	Nível médio na modalidade normal	Em extinção

ANEXO III - TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA (Lei Complementar Municipal n. 014/03)

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	NATUREZA	UNIDADE	GRATIFICAÇÃO
Chefe do Serviço de Apoio a Educação	Chefia	Serviço de Apoio à Educação	FG-1
Chefe do Serviço de Educação Infantil	Chefia	Serviço de Ensino Infantil	FG-1
Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	Chefia	Serviço de Ensino Fundamental	FG-1
Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar	Chefia	Serviço de Apoio à Educação	FG-1
		Escola de Educação Básica - até 200 alunos	FG-3A
Diretor de Escola de Educação Básica	Direção	Escola de Educação Básica - de 200 a 400 alunos	FG-3B
		Escola de Educação Básica - acima de 400 alunos	FG-3C
		Centros de Educação Infantil - até 80 alunos	FG-4A
Diretor de Centro de Educação Infantil	Direção	Centros de Educação Infantil - acima de 80 alunos	FG-4B
		Escola de Educação Básica (acima de 200 alunos)	FG-5A
Coordenador Pedagógico	Assessoramento	Centros de Educação Infantil	FG-5B

FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR
FG-1	R\$ 959,64
FG-3 ^a	R\$ 505,82
FG-3B	R\$ 689,17
FG-3C	R\$ 736,01
FG-4 ^a	R\$ 421,52
FG-4B	R\$ 505,82
FG-5 ^a	R\$ 439,58
FG-5B	R\$ 305,76

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS – Atividades de Nível Superior

Nível: PA2

Denominação Do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades Auxiliar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR AUXILIAR I	Professor Auxiliar I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula e em todas as atividades desenvolvidas; 2. Realizar atividades de rotinas tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula, etc; 3. Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, no aspecto social, afetivo, psicológico e psicomotor; 4. Organizar os pertences das crianças; 5. Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe; 6. Receber as crianças antes do início das aulas ou entregá-las após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção (do regulamento) da instituição; 7. Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais; 8. Utilizar uniforme (vestuário) adequado para as atividades; 9. Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar; 10. Comparecer às reuniões, conselhos de classes paradas pedagógicas e em outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 11. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração, cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 12. Educar, cuidar e zelar pelas crianças, bem como executar trabalhos relativos a implementação das políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação; 13. Substituir o professor titular na ausência do mesmo; 	<p>a) Formação de nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público.</p>

GABINETE DO PREFEITO

	<p>14. Seguir a orientação dos professores da Sala Regente-e de outros profissionais especializados que acompanham este(s) aluno(s);</p> <p>15. Acompanhar o(s) aluno(s) no recreio incentivando a interação com os demais alunos da UE;</p> <p>16. Acompanhar e auxiliar o aluno nas aulas de Educação Física, estimulando-o a exercícios assistidos;</p> <p>17. Colaborar com o professor na realização de relatórios e/ou avaliações do desempenho do aluno;</p> <p>18. Auxiliar o (s) aluno (s) em suas necessidades básicas de higiene, alimentação e locomoção;</p> <p>19. Participar de cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento programados pela Secretaria Municipal de educação;</p> <p>20. Colaborar nas atividades pedagógicas com toda turma;</p> <p>21. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais de acordo com o planejamento do professor e das orientações dos professores;</p> <p>23. Acompanhar outro(s) aluno(s) com deficiência de acordo com a necessidade do dia;</p> <p>24. Acompanhar as atividades junto ao (s) aluno (s) com deficiência conforme o planejamento do professor regente;</p> <p>25. Participar das atividades de acordo com a organização da Unidade Educativa e as diretrizes curriculares vigentes.</p> <p>26. Auxiliar na promoção de atividades que visem a participação dos pais e responsáveis pelos alunos colaborando com o processo ensino e aprendizagem;</p> <p>27. Participar de programas de avaliação escolar ou institucional;</p> <p>28. Acompanhar visitas externas, excursões e exposições de trabalhos, apresentações artísticas e outras atividades realizadas pelos alunos dentro e fora do ambiente escolar;</p> <p>29. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>30. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior****Nível: P2**

Denominação do cargo Do	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR I	Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais	1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente; 2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; 3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras; 4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado; 5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento; 6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em	a) Formação em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais; b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.

GABINETE DO PREFEITO

		<p>sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Plano diário e anual atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior****Nível: P2**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR II	Professor de Educação Física	1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente; 2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; 3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras; 4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado; 5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento; 6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em	a) Formação superior, com licenciatura plena específica na área e carteira do CREF. b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.

GABINETE DO PREFEITO

		<p>sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Categoria Funcional: ANS-Atividades de Nível Superior

Nível: P2

Denominação do cargo Do	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR III	Professor de Arte	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em</p>	<p>a) Formação superior, com licenciatura plena específica na área;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais.</p> <p>18. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional;</p> <p>19. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR IV	Professor de Inglês	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p>	<p>a) Licenciatura Plena em letras com habilitação - Inglês (Língua Inglesa)</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional;</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais.</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade Habilitação Exigida
PROFESSOR V	Professor de Língua Portuguesa	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em</p>	<p>a) Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: A solidariedade; confiança; respeito; o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional;</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR VI	Professor de Matemática	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em</p>	<p>a) Licenciatura Plena em Matemática;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR VII	Professor de Ciências	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p>	<p>a) Licenciatura Plena em Ciências Biológicas;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: A solidariedade; confiança; respeito; amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR VIII	Professor de Geografia	1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente; 2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; 3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras; 4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado; 5. Promover umas avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento; 6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção; 7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola,	a) Licenciatura Plena em Geografia; b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público; c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.

GABINETE DO PREFEITO

		<p>contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos diários e anuais atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;</p> <p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de sua(s) turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Categoria Funcional: ANS-Atividades de Nível Superior

Nível: P2

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR IX	Professor de História	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p>	<p>a) Licenciatura Plena em História;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: A solidariedade; confiança; respeito; amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos anuais diários, atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional;</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Categoria Funcional: ANS-Atividades de Nível Superior

Nível: P2

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR X	Professor de Ensino Religioso	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p>	<p>a) Licenciatura Plena em Ensino Religioso;</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

GABINETE DO PREFEITO

		<p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: A solidariedade; confiança; respeito; o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar bimestral;</p> <p>13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Planos anuais e diários atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional</p> <p>18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;</p> <p>19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **P2**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR XI	Professor Educação Especial	<ol style="list-style-type: none">1. Elaborar, executar e avaliar o plano do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos;2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;3. Produzir material didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma ampliar suas habilidades promovendo sua autonomia e participação;6. Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo	<ol style="list-style-type: none">a) Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial e/ou Licenciatura Plena em Pedagogia;b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público;c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.

GABINETE DO PREFEITO

		<p>com as necessidades especiais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa-CAA; ensino do Braille, do uso do sorobã e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva-TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores;</p> <p>7. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>08. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, assistência social e outros;</p> <p>09. Participar dos Conselhos de Classe, reuniões de professores, reuniões de pais da escola e outras atividades pedagógicas da UE, sempre que se fizer necessário;</p> <p>10. Encaminhar os alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação para realização de avaliações clínicas ou com equipes multidisciplinares, quando necessário;</p> <p>11. Acompanhar e zelar pelo atendimento dos alunos que estão sob sua responsabilidade;</p> <p>12. Participar das discussões educativo-pedagógicas propostas pela Unidade Educativa;</p> <p>13. Elaborar relatório anual das atividades realizadas com alunos no A.E. E;</p> <p>14. Atender e desenvolver atividades para os educandos</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>que apresentam dificuldades de aprendizagem, buscando desenvolver atividades de ensino aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos;</p> <p>15. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos;</p> <p>16. Participar de cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento programados pela Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>17. Propor atividades pedagógicas para alunos com dificuldade de aprendizagem;</p> <p>18. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>19. Colaborar com as atividades de articulação com a escola, com a família e a comunidade, estabelecendo relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento e desenvolvimento cognitivo, afetivo e intelectual;</p> <p>20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**Nível: **EAE 1**

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em Assuntos Educacionais	1. Coordenar, atualizar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal da Unidade Educativa; 2. Coordenar junto à equipe administrativa, a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela Unidade Educativa; 3. Organizar com a Direção e Equipe Pedagógica, a distribuição e socialização dos recursos materiais; 4. Realizar e/ou promover pesquisas e estudos na área da Administração Escolar, emitindo pareceres e informações técnicas; 5. Participar na elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nela proposta; 6. Cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento da turma e dos alunos em particular; 7. Esclarecer a família quanto às finalidades e funcionamento da instituição; 8. Trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades de aprendizagem, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando; 9. Organizar dados referentes aos alunos; procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção; 10. Manter-se firme quando necessário, sem intimidação,	a) Formação superior em Pedagogia com habilitação em Gestão Escolar ou formação superior em Pedagogia, com pós-graduação específica na área, conforme Art. 61 da Lei Federal n. 9.394/96 – LDB; b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público; c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área específica.

GABINETE DO PREFEITO

		<p>criando um clima de cooperação na escola;</p> <p>11. Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;</p> <p>12. Tratar de assuntos atuais e de interesse dos alunos fazendo integração junto às diversas disciplinas;</p> <p>13. Orientar os professores na observação e registro do comportamento do aluno;</p> <p>14. Buscar alternativas para superar as causas do desajustamento e aproveitamento deficiente do aluno;</p> <p>15. Assessorar os professores no planejamento de experiências diversificadas que permitam ao aluno:</p> <p>a) Descobrir através da auto-avaliação e da execução de atividades, suas dificuldades e facilidades;</p> <p>b) Descobrir o seu modo e ritmo de trabalho;</p> <p>c) Descobrir sua forma de relacionar-se com os colegas e profissionais da escola;</p> <p>16. Oferecer subsídios aos professores quanto a:</p> <p>a) Coleta e registro de dados de alunos através de observações, questionários, entrevistas, reuniões de alunos, reuniões com pais;</p> <p>b) Desenvolver um trabalho de prevenção;</p> <p>c) Estudo sobre o rendimento dos alunos e tarefas educativas conjuntas que levem ao alcance dos objetivos comuns;</p> <p>d) Avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem, adequando-os aos objetivos. Educacionais, assessorando e decidindo junto com o professor e Conselho de Classe os casos de aprovação e reprovação do aluno.</p> <p>17. Junto às famílias dos alunos:</p> <p>a) Entrevista com os pais para troca de dados e informações acerca do aluno;</p> <p>b) Propiciar aos pais o conhecimento de características do processo de desenvolvimento; psicológico da criança, bem</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>como de suas necessidades e condicionamentos sociais;</p> <p>c) Refletir com os pais o desempenho dos seus filhos na escola e fornecer as observações sobre a integração social do aluno na escola, verificando variáveis externas que estejam interferindo no comportamento do aluno, para estudar diretrizes comuns a serem adotadas;</p> <p>d) Atendimentos individuais, sempre que for necessários para análise e reflexão dos problemas encontrados em situações de classe, recreios, desempenho escolar, pontualidade, cuidado com material de uso comum, relacionamento com os colegas de classes e outros alunos do Colégio, respeito aos professores e funcionários;</p> <p>e) Atendimento em grupo sempre que for necessário para reflexão de problemas citados acima ocorridas em situações de grupo.</p> <p>18. Participar das reuniões de pais, preparação e realização dos Conselhos de Classe, em eventos da escola e atividades extracurriculares, mesmo fora do horário normal;</p> <p>19. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;</p> <p>20. Participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nela proposta;</p> <p>21. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas;</p> <p>22. Zelar pelo cumprimento do plano diário e anual dos docentes;</p> <p>23. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;</p> <p>24. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

		<p>aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;</p> <p>25. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;</p> <p>26. Planejar, executar, avaliar os encaminhamentos, de forma permanente, dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, de planejamento, grupos de estudo e projetos;</p> <p>27. Propiciar a discussão junto aos pais, equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino-aprendizagem dos alunos, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários;</p> <p>28. Realizar e divulgar as referências bibliográficas e de outros materiais pedagógicos na área de educação, visando fundamentar, atualizar e redimensionar a ação pedagógica dos profissionais na escola;</p> <p>29. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando fundamentação, atualização e redimensionamento da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação, frente à práxis pedagógica;</p> <p>30. Elaborar o relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade educativa;</p> <p>31. Coordenar junto à Unidade Escolar a criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho de Escola, A.P.P., Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações, na unidade escolar;</p> <p>32. Coordenar junto à comunidade escolar o processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e a utilização deste, como instrumento de suporte pedagógico;</p> <p>33. Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e direção,</p>	
--	--	---	--

GABINETE DO PREFEITO

		visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino-aprendizagem; 34. Substituir o professor na ausência do mesmo 35. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**Categoria Funcional: **ANS-Atividades de Nível Superior**

Nível:

Denominação do cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR I A X	Coordenador Pedagógico	1. Elaborar plano de atividades em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino; 2. Estimular, acompanhar e participar da elaboração do Projeto Político pedagógico, junto com os demais segmentos da escola; 3. Auxiliar a Direção na coordenação dos Conselhos de Classe, Paradas Pedagógicas, reuniões e também na organização de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional; 4. Participar de reuniões, seminários, capacitações e programas de formação continuada; 5. Trabalhar os dados estatísticos de desempenho do aluno, visando à melhoria do processo ensino aprendizagem; 6. Estimular a participação dos professores em seminários, capacitações e programas de formação continuada; 7. Zelar pelo cumprimento do calendário escolar; 8. Disponibilizar informações e apoio às necessidades dos professores no planejamento anual e diário; 9. Promover e desenvolver o processo de avaliação de desempenho como instrumento de acompanhamento do trabalho desenvolvido, visando registrar os avanços da aprendizagem do aluno; 10. Manter-se atualizado quanto às novas metodologias educacionais;	Formação em nível superior, com licenciatura plena em Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, ou com Formação Superior na área específica;

GABINETE DO PREFEITO

		<p>11. Auxiliar o professor na elaboração de atividades respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>12. Assessorar a Direção no Estabelecimento nas questões pedagógicas, emitindo parecer e propondo medidas para melhorar a eficiência do ensino;</p> <p>13. Estudar os problemas de relacionamento professor – aluno, propondo soluções;</p> <p>14. Colaborar na elaboração de planos de ensino e atividades extracurriculares;</p> <p>15. Substituir o professor na ausência do mesmo;</p> <p>16. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>17. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.</p>	
--	--	--	--

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 014									
CARGO	CH/SM	NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	40	EAE 2	22	R\$ 1.716,99	R\$ 1.751,96	R\$ 1.786,35	R\$ 1.822,08	R\$ 1.858,52	R\$ 1.895,68
			21	R\$ 1.524,62	R\$ 1.555,12	R\$ 1.586,22	R\$ 1.617,94	R\$ 1.650,33	R\$ 1.683,34
	40	EAE 1	12	R\$ 1.512,38	R\$ 1.542,81	R\$ 1.573,63	R\$ 1.605,13	R\$ 1.637,22	R\$ 1.669,97
			11	R\$ 1.343,09	R\$ 1.369,96	R\$ 1.397,36	R\$ 1.425,30	R\$ 1.453,80	R\$ 1.482,89
PROFESSOR I a XI	40	P3	32	R\$ 1.700,01	R\$ 1.733,99	R\$ 1.768,69	R\$ 1.804,05	R\$ 1.840,13	R\$ 1.876,92
			31	R\$ 1.509,54	R\$ 1.539,76	R\$ 1.570,54	R\$ 1.601,93	R\$ 1.633,99	R\$ 1.666,69
	40	P2	22	R\$ 1.426,95	R\$ 1.455,48	R\$ 1.484,58	R\$ 1.514,28	R\$ 1.544,53	R\$ 1.575,47
			21	R\$ 1.267,07	R\$ 1.292,40	R\$ 1.318,25	R\$ 1.344,64	R\$ 1.371,50	R\$ 1.398,94
PROFESSOR AUXILIAR I	40	PA 2	22	R\$ 1.060,54	R\$ 1.081,76	R\$ 1.103,37	R\$ 1.125,46	R\$ 1.147,96	R\$ 1.170,92

TABELA DE VENCIMENTO - PROFESSOR LEIGO (EM EXTINÇÃO)

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS							
		CÓDIGO DE REFERÊNCIA							
		PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8
PROFESSOR LEIGO	40 HORAS	R\$ 792,18	R\$ 805,37	R\$ 858,24	R\$ 897,80	R\$ 912,45	R\$ 914,03	R\$ 922,18	R\$ 941,39
		PL9	PL10	PL11	PL12	PL13	PL14	PL15	
		R\$ 945,75	R\$ 952,27	R\$ 970,94	R\$ 973,32	R\$ 993,28	R\$ 1.027,87	R\$ 1.044,76	

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 014 (EM EXTINÇÃO)

CARGO	CH/SM	NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
PROFESSOR			13	R\$ 1.105,36	R\$ 1.123,94	R\$ 1.142,81	R\$ 1.161,99	R\$ 1.181,52	R\$ 1.201,36
	40	P1	12	R\$ 1.000,20	R\$ 1.016,99	R\$ 1.034,06	R\$ 1.051,46	R\$ 1.069,11	R\$ 1.087,09
			11	R\$ 905,02	R\$ 920,27	R\$ 935,71	R\$ 951,43	R\$ 967,41	R\$ 983,66
PROFESSOR AUXILIAR	40	PA 1	12	R\$ 798,99	R\$ 815,00	R\$ 831,29	R\$ 847,91	R\$ 864,86	R\$ 882,18
			11	R\$ 709,50	R\$ 723,67	R\$ 738,17	R\$ 752,91	R\$ 767,96	R\$ 783,35

Lei Nº 3.650 de 14 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.650 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 04 do Distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rod. SC-301, medindo 4.724,65m² (quatro mil, setecentos e vinte e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à Empresa: LUBOR - Industria e Comércio de Artefatos de Borrachas LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.789.943/0001-61, devendo a concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal n.º 2.230/97, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão. Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: Fica dispensada a concorrência pública de que trata o Art. 99, da Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC, por se tratar a concessão de relevante interesse público.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resultado Julgamento Concorrência Nº 110/2010

RESULTADO DE JULGAMENTO

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 110/2010, modalidade Concorrência)

As dez horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e dez, reuniu-se em sessão pública, os membros da Comissão Especial de Licitação, Lucilaine Mokfa Schwarz, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Lílian Terezinha Bartsch, Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, Laércio Telles, Adriana Aparecida Pykosz Ruszack, designados pelo Decreto Municipal n.º 6.287, de dois de dezembro de dois mil e dez, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 110/2010, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo o fornecimento de material e mão de obra para execução da segunda (e última) etapa da nova sede da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte da Silva Bernardes", neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os membros da Comissão Especial de Licitação e apresentando os envelopes contendo a proposta e os documentos das empresas proponentes (licitantes): PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (que entregaram no protocolo deste Município os envelopes dentro do prazo estipulado no edital). Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Paulo Roberto Knop representante da empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. A empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA não se fez representar na sessão. Posteriormente prosseguiu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas proponentes. A Comissão julgou as licitantes devidamente HABILITADAS. As duas empresas licitantes são enquadradas como empresa de pequeno porte. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL (Valor total para a execução da obra, incluindo BDI e encargos, que não poderá exceder a R\$ 1.869.276,83), com FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (tanto para o material quanto para a mão de obra), conforme valores unitários informados na Planilha de Quantitativo e Valor Estimado, constante do Anexo VI do Edital. A Comissão julgou a empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 1.865.952,86 (um milhão oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos), sendo que a empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta com o valor global de R\$ 1.867.105,18 (um milhão, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e cinco reais e dezoito centavos). As duas empresas licitantes (PRK e Bruvetec) desistiram do prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos**CÂMARA DE VEREADORES****Extrato de Contrato Nº 09/2010**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092010

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

VALOR TOTAL: R\$ 1.460,00

DATA: 14/12/2010

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Chamada Pública n.º 08/2010_Plano de Pavimentação Comunitária

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2010

PLANO DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA E OBRAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LEI 4.576 DE 11/08/2010

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito LEOBERTO WEINERT, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimento de quantos manifestem interesse, que encontra-se aberto o edital de Chamamento Público para Credenciamento de empresa(s) para execução de serviços de pavimentação comunitária com lajotas de concreto. Os interessados deverão habilitar-se, no período de 20 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, apresentando a documentação solicitada, que deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, com endereço à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. Os documentos protocolados serão analisados pela Comissão de Licitação, às 16:00 horas do dia útil seguinte ao protocolo, na Sala de Licitação da Prefeitura do Município de Canoinhas. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento através do fone nº 3621-7720 ou e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br, link licitações.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Concorrência Pública n.º 12/2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 148/2010

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2010
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18 de janeiro de 2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para Registro de Preços registro de preços de serviços de manutenção das vias pavimentadas com lajotas de concreto ou paralelepípedos. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Concorrência Pública n.º FMS 06/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 43/2010
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº FMS 06/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ nº 11.206.680/0001-10, fará realizar no dia 25/01/2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para registro de preços para aquisição de medicamentos pelo período de 01 ano, destinados ao Programa Hipertensão, demais programas existentes, Pronto Atendimento Municipal, Farmácia Básica Municipal, Clínica da Mulher e da Criança, Unidades Básicas de Saúde, Ambulatório Municipal de Epidemiologia, Centro Integrado de Saúde Bucal, serviço móvel de urgência e Centro de Atenção Psicossocial. Informações (047) 3621-7705. Edital publicado no site www.pmc.sc.gov.br no link

governo/licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Tomada de Preços n.º 25/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 146/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19 de janeiro de 2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de serviços de vigilância patrimonial privada através de monitoramento eletrônico em Escolas e outras instalações da Prefeitura, mediante a utilização de equipamento eletrônico, veículo automotor tático-móvel e centro de operações instalado no Município de Canoinhas. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Tomada de Preços n.º FMDR 03/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMDR 04/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº FMDR 03/2010

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas-SC, CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 20 de janeiro de 2011, às 14:15 horas, na sede da Prefeitura, a abertura das propostas, relativamente ao edital de Tomada de Preços para Contratação de horas de trator de esteiras, máquina retroescavadeira e escavadeira hidráulica, destinadas as ações da SMDR (Porteira Adentro e Incentivo a Pecuária) no ano de 2011, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações, (047) 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital Nº 55/2010 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 55/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital),

aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no

prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 55/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 27: FARMACÊUTICO - VISA

ELAINE MACHADO

CARGO 62: MONITOR - PETI

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.942.2010

LEI Nº 2.942, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada.

0101.08.244.0195.2174	MANUT. ATIV. CENTRO REF. ASS. CRAS	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-017	Material de consumo	00	00	R\$ 15.000,00
	Total			R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 2172 vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na forma do quadro a seguir.

1001.08.243.0175.2172	MANUT PROG ERRAD TRAB INFANTIL	FTE	DR	R\$ 0,00
33903900-015	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	52	00	R\$ 15.000,00
	Total			R\$ 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Lei 2.943.2010

LEI Nº 2.943, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo adquirir por desapropriação de forma amigável ou judicial imóvel, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a adquirir por desapropriação de forma amigável ou judicial, imóvel urbano situado no Loteamento Maximiliano Toaldo, de propriedade de Walmor Dambrós e sua mulher Nilce Toaldo Dambrós e Milton Toaldo e sua mulher Solange Fabonatto Woynhem Toaldo, destinado à construção de unidade habitacional popular.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo é constituído pelo Lote nº 11, da Quadra nº 361, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), registrado na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula nº 19.252, Livro Nº 2 - BD, Fls. 130, em 04 de junho de 2009.

Art. 2º O imóvel objeto da presente Lei, foi avaliado nos termos do competente Processo de Avaliação, em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo único. O pagamento fica vinculado à efetiva escrituração e registro do imóvel ao patrimônio municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes com o cumprimento desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS - 14.1401.16.482.0140.1106 - Aquisição de imóveis - 44906100.0100.0-004, consignada na Lei Orçamentária vigente para este exercício.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Lei 2.944.2010

LEI Nº 2.944, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 938.900,06 (novecentos e trinta e oito mil, novecentos reais e seis centavos), sendo R\$ 577.800,06 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos reais e seis centavos),

para reforço das dotações orçamentárias nº 2007, 2009, 2193, 2017, 2046, 2047, 2048, 2042, 1045, 2070, 2090, 2101, 2102, 2121, 2035, 1036, 2037 e 2038 vinculados ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal; R\$ 351.500,00 (trezentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária nº 2123 vinculada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde e R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para reforço da dotação nº 2081 vinculada ao orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, na forma dos quadros a seguir:

I – Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$0,00
31901100-007	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$20.000,00
31901300-008	Obrigações patronais	00	00	R\$10.000,00
0302.28.122.0000.2193	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$0,00
33904700-051	Obrigações tributárias e contributivas	00	00	R\$19.000,00
0401.04.122.0045.2017	MANUT SECRET AGRIC MEIO AMBIENTE	FTE	DR	R\$0,00
31901100-057	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$4.000,00
31901300-058	Obrigações patronais	00	00	R\$3.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT SECRET EDUCAÇÃO, CULT. ESP	FTE	DR	R\$0,00
31901100-085	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$1.000,00
33903900-090	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$15.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$17.000,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$55.000,00
33903000-096	Material de consumo	01	00	R\$20.000,00
33903000-096	Material de consumo	58	49	R\$12.000,00
33903900-098	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$20.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUT DOS PROFIS DA EDUCAÇÃO BÁS.	FTE	DR	R\$0,00
31901100-100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$5.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-119	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$2.000,00
33903000-120	Material de consumo	01	00	R\$2.000,00
0501.12.365.0060.1045	CONST. AMPL. E ADEQUAÇÃO DE CRECHES	FTE	DR	R\$0,00
44905100-126	Obras e instalações	01	00	R\$50.000,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULT	FTE	DR	R\$0,00
33903900-137	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$8.000,00
0601.15.452.0120.2090	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$0,00
31901100-173	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$40.000,00
31901300-174	Obrigações patronais	00	00	R\$18.000,00
33903900-178	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$53.000,00
0601.15.452.0130.2101	MANUT AMPL SISTEMA ILUM PÚBLICA	FTE	DR	R\$0,00
33903000-190	Material de consumo	17	00	R\$61.000,00

33903900-191	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	17	00	R\$80.300,00
0601.15.453.0135.2102	MANUT SIST TRANSP COLET PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$0,00
33903900-195	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$10.000,00
0701.04.122.0150.2121	MANUT SECRET SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$0,00
33903900-210	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$8.000,00
1701.04.122.0055.2035	MANUT SECRET DE-SENV ECONÔMICO	FTE	DR	R\$0,00
31901100-239	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$4.500,00
1701.22.661.0055.1036	AQUIS.TER.EXEC. INFRAEST.DIST.INDUST	FTE	DR	R\$0,00
44905100-243	Obras e instalações	00	00	R\$15.000,00
1701.23.691.0055.2037	APOIO A CAPOACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$0,00
33903900-245	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$0,06
1701.23.691.0055.2038	MANUT PARQUE EXPOS DOMINGO PELIZ	FTE	DR	R\$0,00
33903000-246	Material de consumo	00	00	R\$15.000,00
33903900-247	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$10.000,00
	Subtotal (I)			R\$577.800,06

II - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$0,00
	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil			
31901100-001		02	00	R\$20.000,00
31901300-002	Obrigações patronais	02	00	R\$10.000,00
33901400-004	Diárias civil	00	00	R\$4.000,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-008		02	00	R\$309.500,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-008		64	08	R\$8.000,00
	Subtotal (II)			R\$351.500,00

III - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes

1201.27.812.0100.2081	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	FTE	DR	R\$0,00
	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil			
31901100-001		00	00	R\$1.000,00
33903000-004	Material de consumo	00	00	R\$300,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-007		00	00	R\$8.300,00
	Subtotal (III)			R\$9.600,00
	Total (I+II+III)			R\$938.900,06

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, I, II e III desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2065, 2089, 1097, 1105, 2112, 1115, 1117, 1198 e 1143 vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 577.800,06 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos reais e

seis centavos), o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2127, 2129, 2131 e 2133 vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 37.300,71 (trinta e sete mil, trezentos reais e setenta e um centavos) e o cancelamento do saldo das dotações orçamentárias nº 2001, 2003, 2004 e 1006 vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 327.750,00 (trezentos e vinte e sete mil e setecentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 938.900,06 (novecentos e trinta e oito mil, novecentos reais e seis centavos), na forma dos quadros a seguir:

I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura Municipal

0501.12.366.0080.2065	MANUT EDUC DE JO-VENS E ADULTOS	FTE	DR	R\$0,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-127		01	00	R\$701,00
	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL			
0502.13.392.0095.2075		FTE	DR	R\$0,00
	Equipamentos e material permanente			
44905200-148		00	00	R\$2.255,48
	MANUT SECRETARIA DE INFRAESTRUT			
0601.04.122.0120.2089		FTE	DR	R\$0,00
	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil			
31901100-158		00	00	R\$32.768,91
33901400-159	Diárias civil	00	00	R\$95,00
33903000-160	Material de consumo	00	00	R\$3.228,92
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903000-161		00	00	R\$483,87
	COSNTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAG			
0601.15.452.0125.1097		FTE	DR	R\$0,00
44905100-185	Obras e instalações	00	00	R\$2.000,00
	CONSTRUÇÃO TERMINAL RODOV PASSAG			
0601.26.782.0135.1105		FTE	DR	R\$0,00
44905100-197	Obras e instalações	00	00	R\$150.000,00
44905100-197	Obras e instalações	24	55	R\$250.000,00
	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INST SECR INF			
0601.26.782.0145.2112		FTE	DR	R\$0,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-200		00	00	R\$14.816,17
	AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES			
0601.26.782.0145.1115		FTE	DR	R\$0,00
	Equipamentos e material permanente			
44905200-206		83	00	R\$19.000,00
	AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR			
0601.26.782.0145.1117		FTE	DR	R\$0,00
	Equipamentos e material permanente			
44905200-256		83	00	R\$2.000,00
	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS			
0601.26.782.0145.1198		FTE	DR	R\$0,00
	Equipamentos e material permanente			
44905200-257		83	00	R\$3.000,00
	IMPL. SIST. DE TRAT DE ESGOTO SANIT			
0701.17.512.0165.1143		FTE	DR	R\$0,00
44905100-233	Obras e instalações	00	00	R\$93.500,00
	Subtotal (I)	00	00	R\$573.849,35

II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2127	MANUT.AMPL.ATEND PREV SAÚDE BUCAL	FTE	DR	R\$0,00
	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			
33903900-013		64	11	R\$2.000,00
	APOIO AO GRUPO DE ALCOOLICOS ANON			
0801.10.301.0150.2129		FTE	DR	R\$0,00

33903900-016	Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	00	00	R\$1.959,00
0801.10.302.0150.2131	MANUTENÇÃO DO LAB UNIDADE CENTRAL	FTE	DR	R\$0,00
33903000-022	Material de consumo	02	00	R\$4.645,46
33903900-023	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$920,00
44905200-024	Equipamentos e material permanente	02	00	R\$3.000,00
0801.10.304.0150.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FTE	DR	R\$0,00
33903000-026	Material de consumo	00	00	R\$7.794,27
33903000-026	Material de consumo	66	15	R\$12.015,73
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	64	60	R\$4.966,25
	Subtotal (II)			R\$37.300,71

III - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

0101.01.031.0001.2001	MANUT ATIVIDADES CÂMARA VEREAD	FTE	DR	R\$0,00
31901100-002	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$80.000,00
31901300-003	Obrigações patronais	00	00	R\$20.000,00
33903000-005	Material de consumo	00	00	R\$12.000,00
33903300-006	Passagens e despesas com locomoção	00	00	R\$3.000,00
33903600-007	Outros serviços de terceiros – pessoa física	00	00	R\$9.000,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$40.000,00
33909100-009	Sentenças judiciais	00	00	R\$500,00
33909300-010	Indenizações e restituições	00	00	R\$500,00
0101.01.031.0001.2003	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO VEREAD	FTE	DR	R\$0,00
33504100-011	Contribuições	00	00	R\$2.750,00
0101.01.031.0001.2004	MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$0,00
33903000-012	Material de consumo	00	00	R\$60.000,00
33903900-013	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$20.000,00
0101.01.031.0001.1006	AQUIS.VEÍCULO UTILIT P/ O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$0,00
44905200-016	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$80.000,00
	Subtotal (III)			R\$327.750,00
	Total (I+II+III)			R\$938.900,06

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Lei 2.945.2010

LEI Nº 2.945, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza a promover a doação de bens para a Polícia Militar, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo autorizado a promover a doação para a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, os bens especificados no Anexo Único, no valor total de R\$ 2.765,00 (dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

Art. 2º Os equipamentos referidos no artigo primeiro, adquiridos com recursos advindos do Convênio de Trânsito do Município de Capinzal/PM/SC, deverão ser utilizados, exclusivamente, nos serviços da Polícia Militar, 4º Pelotão de Polícia Militar do Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

QTDE	UDE	DESCRIÇÃO DOS BENS	NF Nº	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Un	Estabilizador 1000VA NHS	272-1/1	215,00	215,00
01	Un	Fax intelbral linea	272-1/1	530,00	530,00
01	Um	Impressora laser HP P 1005	272-1/1	410,00	410,00
06	Un	Receptor SAT Super Color	13468-1/1	165,00	990,00
01	Un	TV Cor, 21P, Century	13468-1/1	480,00	480,00
01	Um	Amplificador RF Spol 4300 multi-ponto 5102	13483-1/1	140,00	140,00
		Total		1.940,00	2.765,00

Lei 2.946.2010

LEI Nº 2.946, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza transferir recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros mensalmente no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o exercício de 2011, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade civil

sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, com sede à Rua Agenor Trancoso, nº 378, Loteamento São Luiz, nesta cidade de Capinzal.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata a presente Lei tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnica, administrativa e financeira na execução das atividades e manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) buscando o melhor, mais célere e eficiente atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, no acesso à educação e na defesa dos direitos e interesses dos portadores de necessidades especiais como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º A entidade beneficiada estará obrigada à prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na forma da lei, sob pena de suspensão das transferências.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária: 05.0501.12.367.0085.2067 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DE ENSINO ESPECIAL, elemento de despesa: 33504300.0101.0 - 128 - SUBVENÇÕES SOCIAIS, consignada na Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga a Lei nº 2.923, de 11 de agosto de 2010.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 138/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza receber em doação áreas de terras urbanas, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação áreas de terras, a seguir especificadas, num total de dois mil e quarenta e quatro vírgula setenta e dois metros quadrados (2.044,72 m²), parte integrante de uma área de oitenta e nove mil cento e oitenta e quatro vírgula setenta e um metros quadrados (89.184,71 m²), registrada na Serventia do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula nº 17.254, de propriedade de José Helt, inscrito no CPF sob o nº 164.164.069-34 e Itacir Vidi Helt:

I - área de quinhentos e sessenta e sete vírgula trinta e três metros quadrados (567,33m²), avaliada nos termos do competente processo de avaliação, para fins de incorporação ao patrimônio público municipal, em trinta mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos (R\$ 30.735,69), destinada como área verde;

II - área de seiscentos e quarenta e oito vírgula trinta e oito metros quadrados (648,38m²), avaliada nos termos do competente processo de avaliação, para fins de incorporação ao patrimônio público municipal, em trinta e cinco mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos (R\$ 35.126,66), destinada como área de utilidade pública, e;

III - área de oitocentos e vinte e nove vírgula um metros quadrados (829,01), avaliada nos termos do competente processo de avaliação, para fins de incorporação ao patrimônio público municipal, em quarenta e quatro mil, novecentos e doze reais e quarenta e oito centavos (R\$ 44.912,48), destinada ao prolongamento da Rua José de Jesus.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 116/2010

DECRETO Nº 116, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.942, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0101.08.244.0195.2174	MANUT. ATIV. CENTRO REF. ASS. CRAS	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-017	Material de consumo	00	00	R\$ 15.000,00
	Total			R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 2172 vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na forma do quadro a seguir.

1001.08.243.0175.2172	MANUT PROG ERRAD TRAB INFANTIL	FTE	DR	R\$ 0,00
33903900-015	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	52	00	R\$ 15.000,00
	Total			R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 117.2010

DECRETO Nº 117, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Adquire imóvel por desapropriação de forma amigável ou judicial imóvel, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento no artigo 182 da Constituição Federal, Decreto - Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, no artigo nº 58, XIII, da Lei Orgânica do Município de Capinzal, Lei Municipal nº 2.943 de 15 de dezembro de 2010 e demais legislações pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica adquirido por desapropriação de forma amigável ou judicial, imóvel urbano situado no Loteamento Maximiliano Toaldo, de propriedade de Walmor Dambrós e sua mulher Nilce Toaldo Dambrós e Milton Toaldo e sua mulher Solange Fabonatto Woyndham Toaldo, destinado à construção de unidade habitacional popular.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo é constituído pelo Lote nº 11, da Quadra nº 361, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), registrado na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula nº 19.252, Livro Nº 2 - BD, Fls. 130, em 04 de junho de 2009.

Art. 2º O imóvel objeto do presente Decreto, foi avaliado nos termos do competente Processo de Avaliação, em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo único. O pagamento fica vinculado à efetiva escrituração e registro do imóvel ao patrimônio municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes com o cumprimento deste Decreto correrão à conta da dotação orçamentária - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS - 14.1401.16.482.0140.1106 - Aquisição de imóveis - 44906100.0100.0-004, consignada na Lei Orçamentária vigente para este exercício.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 118.2010

DECRETO Nº 118, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.944, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 573.849,35 (quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$0,00
-----------------------	-----------------------------------	-----	----	---------

31901100-007	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$20.000,00
31901300-008	Obrigações patronais	00	00	R\$10.000,00
0302.28.122.0000.2193	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$0,00
33904700-051	Obrigações tributárias e contributivas	00	00	R\$19.000,00
0401.04.122.0045.2017	MANUT SECRET AGRIC MEIO AMBIENTE	FTE	DR	R\$0,00
31901100-057	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$4.000,00
31901300-058	Obrigações patronais	00	00	R\$3.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT SECRET EDUCACÃO, CULT. ESP	FTE	DR	R\$0,00
31901100-085	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$1.000,00
33903900-090	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$15.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$17.000,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$51.049,29
33903000-096	Material de consumo	01	00	R\$20.000,00
33903000-096	Material de consumo	58	49	R\$12.000,00
33903900-098	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$20.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUT DOS PROFIS DA EDUCAÇÃO BÁS.	FTE	DR	R\$0,00
31901100-100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$5.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-119	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$2.000,00
33903000-120	Material de consumo	01	00	R\$2.000,00
0501.12.365.0060.1045	CONST. AMPL. E ADEQUAÇÃO DE CRECHES	FTE	DR	R\$0,00
44905100-126	Obras e instalações	01	00	R\$50.000,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULT	FTE	DR	R\$0,00
33903900-137	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$8.000,00
0601.15.452.0120.2090	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$0,00
31901100-173	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$40.000,00
31901300-174	Obrigações patronais	00	00	R\$18.000,00
33903900-178	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$53.000,00
0601.15.452.0130.2101	MANUT AMPL SISTE-MA ILUM PÚBLICA	FTE	DR	R\$0,00
33903000-190	Material de consumo	17	00	R\$61.000,00

33903900-191	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	17	00	R\$80.300,00
0601.15.453.0135.2102	MANUT SIST TRANSP COLET PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$0,00
33903900-195	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$10.000,00
0701.04.122.0150.2121	MANUT SECRET SAUDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$0,00
33903900-210	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$8.000,00
1701.04.122.0055.2035	MANUT SECRET DESENV ECONÔMICO	FTE	DR	R\$0,00
31901100-239	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$4.500,00
1701.22.661.0055.1036	AQUIS.TER.EXEC. INFRAEST.DIST.INDUST	FTE	DR	R\$0,00
44905100-243	Obras e instalações	00	00	R\$15.000,00
1701.23.691.0055.2037	APOIO A CAPOACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$0,00
33903900-245	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$0,06
1701.23.691.0055.2038	MANUT PARQUE EXPOS DOMINGO PELIZ	FTE	DR	R\$0,00
33903000-246	Material de consumo	00	00	R\$15.000,00
33903900-247	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$10.000,00
	Total			R\$573.849,35

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2065, 2089, 1097, 1105, 2112, 1115, 1117, 1198 e 1143 vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 573.849,35 (quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), na forma do quadro a seguir:

0501.12.366.0080.2065	MANUT EDUC DE JOVENS E ADULTOS	FTE	DR	R\$0,00
33903900-127	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$701,00
0502.13.392.0095.2075	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$0,00
44905200-148	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$2.255,48
0601.04.122.0120.2089	MANUT SECRETARIA DE INFRAESTRUT	FTE	DR	R\$0,00
31901100-158	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$32.768,91
33901400-159	Diárias civil	00	00	R\$95,00
33903000-160	Material de consumo	00	00	R\$3.228,92
33903000-161	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$483,87
0601.15.452.0125.1097	COSNTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAG	FTE	DR	R\$0,00
44905100-185	Obras e instalações	00	00	R\$2.000,00
0601.26.782.0135.1105	CONSTRUÇÃO TERMINAL RODOV PASSAG	FTE	DR	R\$0,00
44905100-197	Obras e instalações	00	00	R\$150.000,00

44905100-197	Obras e instalações	24	55	R\$250.000,00
0601.26.782.0145.2112	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INST SECR INF	FTE	DR	R\$0,00
33903900-200	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$14.816,17
0601.26.782.0145.1115	AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES	FTE	DR	R\$0,00
44905200-206	Equipamentos e material permanente	83	00	R\$19.000,00
0601.26.782.0145.1117	AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR	FTE	DR	R\$0,00
44905200-256	Equipamentos e material permanente	83	00	R\$2.000,00
0601.26.782.0145.1198	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS	FTE	DR	R\$0,00
44905200-257	Equipamentos e material permanente	83	00	R\$3.000,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL. SIST. DE TRAT DE ESGOTO SANIT	FTE	DR	R\$0,00
44905100-233	Obras e instalações	00	00	R\$93.500,00
	Total	00	00	R\$573.849,35

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 119.2010

DECRETO Nº 119, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.944, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 3.950,71 (três mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada

0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$0,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$3.950,71
	Total			R\$3.950,71

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 2001 vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 3.950,71 (três mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), na forma do quadro a seguir:

0101.01.031.0001.2001	MANUT ATIVIDADES CÂMARA VEREAD	FTE	DR	R\$0,00
31901300-003	Obrigações patronais	00	00	R\$3.950,71
	Total			R\$3.950,71

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 120.2010

DECRETO Nº 120, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.944, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 37.300,71 (trinta e sete mil, trezentos reais e setenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$0,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$37.300,71
	Total			R\$37.300,71

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2127, 2129, 2131 e 2133 vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 37.300,71 (trinta e sete mil, trezentos reais e setenta e um centavos), na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.2127	MANUT.AMPL.ATEND PREV SAÚDE BUCAL	FTE	DR	R\$0,00
33903900-013	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	64	11	R\$2.000,00
0801.10.301.0150.2129	APOIO AO GRUPO DE ALCOOLICOS ANON	FTE	DR	R\$0,00
33903900-016	Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	00	00	R\$1.959,00
0801.10.302.0150.2131	MANUTENÇÃO DO LAB UNIDADE CENTRAL	FTE	DR	R\$0,00
33903000-022	Material de consumo	02	00	R\$4.645,46
33903900-023	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$920,00
44905200-024	Equipamentos e material permanente	02	00	R\$3.000,00
0801.10.304.0150.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FTE	DR	R\$0,00
33903000-026	Material de consumo	00	00	R\$7.794,27
33903000-026	Material de consumo	66	15	R\$12.015,73
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	64	60	R\$4.966,25
	Total			R\$37.300,71

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Resultado de Julgamento de Documentos de Habilitação - Concorrência para Concessão de Serviço Público Nº 133/2010.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 133/2010.

OBJETO: Outorga onerosa de concessão para exploração do serviço público de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos do Município de Capinzal.

Após analisados os documentos a comissão de licitação declara habilitadas as seguintes empresas:

Gestar Operação de Estacionamento Rotativo Ltda.; e
LB Comércio e Serviços Ltda.

Caso os proponentes habilitados, manifestem formalmente desistência da intenção de recurso, fica marcada a abertura dos envelopes de propostas para dia 20/12/2010, às 9 horas. Caso não exista a manifestação de desistência da intenção de recurso, fica marcada a abertura dos envelopes de propostas para dia 23/12/2010 às 9 horas.

Abre-se prazo de recurso e vistas ao processo.

Capinzal, em 15 de dezembro de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Presidente da Comissão de Licitação

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 003/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0003/2010

Pregão Presencial 0003/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: OXIGENIO COM. DE GASES ATMOSFERICOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco pontos percentuais), nos termos da lei n. 8.666/93 conforme parecer jurídico em anexo, ficando os valores reajustados conforme quadro a seguir:

Item	Qte	Aditivo	Produto	Valor Contrato	Valor Aditivo
01	250	62,5	Oxigênio medicinal até 3 m³, destinado a recarga de cilindros nas Unidades de Saúde e ambulâncias.	R\$ 124,00	R\$ 7.750,00
02	600	150	Oxigênio medicinal acima de 3 m³, destinado a recarga de cilindros utilizados para Oxigenoterapia Domiciliar de pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde.	R\$ 24,50	R\$ 3.675,00

TOTAL	R\$ 11.425,00
-------	------------------

VALOR R\$: 11.425,00

VIGÊNCIA: 14/12/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 119/2008 PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0119/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CHIAMOLERA & BARISON - ADVOGADOS ASSO-
CIADOS

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação
da vigência do contrato original a partir de 01de janeiro de 2011 a
31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 15/12/2010 A 31/12/2011

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 03/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0003/2010

Pregão Presencial 0003/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: OXIGENIO COM. DE GASES ATMOSFERICOS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação
da vigência do contrato original a partir de 01de janeiro de 2011 a
31 de dezembro de 2011.

VALOR: R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 14/12/2010 A 31/12/2011

Respostas Recursos Recebidos**RESPOSTAS AS INTERCORRÊNCIAS RECEBIDAS****Parte - 02**

Teste Seletivo 027/2010 - CAPINZAL

Questão: 01 - QUESTÃO INDEFERIDA – CONHECIMENTO ESPECÍFICO**Cargo:** SÉRIES INICIAIS**RESPOSTA**

Em resposta aos recursos recebidos, protocolos 4560 e 5457, esclarecemos que a referida questão está se referindo a Ciências como “área do conhecimento”, ou seja, o saber do “professor”, e não como Investigação racional ou estudo da natureza. Tanto a alternativa “b” quanto a alternativa “c” estão descartadas, pois estão se referindo ao conhecimento de ciências como matéria. Basta observar com atenção suas observações de “sistemática do universo” e “investigação humana”. Resta indeferir o pedido.

Protocolo 4564 - QUESTÃO INDEFERIDA – CONHECIMENTO ESPECÍFICO**Cargo:** ASSISTENTE SOCIAL**RESPOSTA**

Em recebimento ao protocolo 4564, comunicamos que ambos os autores fazem parte dos Aportes teóricos e metodológicos do serviço social. Estando totalmente dentro do conteúdo especificado ao cargo.

Questão: 02 - QUESTÃO DEFERIDA – CONHECIMENTO ESPECÍFICO**Cargo:** PROF. ARTES**RESPOSTA**

Considerada certa para todos ao cargo.

Questão: 26 - QUESTÃO INDEFERIDA – CONHECIMENTO ESPECÍFICO**Cargo:** AUXILIAR DE PROFESSOR**RESPOSTA**

De acordo com a gramática normativa, existem quatro tipos de “PORQUÊS”.

Por que - Possui o significado de “por qual razão” ou “por qual motivo”. É utilizado em início de perguntas ou quando puder ser substituído por “pelo qual”, “pela qual”, “pelos quais”, “pelas quais”.

Exemplos: Alternativa “a” - Pense nos ideais por que trabalhamos. (Pense nos ideais pelos quais trabalhamos.)

A alternativa “c” - Mas por que você não veio? (Mas por qual motivo você não veio?)

Por quê - Utilizado antes de um ponto, seja final, interrogativo, exclamativo, também possui o significado de “por qual motivo”, “por qual razão”.

Exemplo: Você não veio por quê? (Você não veio por qual motivo?)

Porque - É conjunção causal ou explicativa, podendo ser substituído pela conjunção “pois”.

Exemplo: Não fui à festa porque estava doente. (Não fui à festa pois estava doente.)

Porquê - Possui função de substantivo e tem significado de “o motivo”, “a razão”. Vem precedido de artigo, pronome, adjetivo, numeral.

Exemplos: A alternativa “b” (única com o emprego correto do “PORQUÊ”).

Ainda descobrirei o porquê desta polêmica. (A palavra “o” é classificada como artigo, o que exige o uso do “PORQUÊ”).

A alternativa “d” - Não é fácil o emprego do porquê. (A palavra “do” torna o “porquê” um substantivo, uma vez que é composta da preposição de + o artigo “o”).

Resumindo, a questão solicita que seja assinalada a alternativa gramaticamente correta. Nesse caso, a única que possui o emprego correto do “PORQUÊ” é a letra “b” (função de substantivo, precedido o artigo “o”).

Joaçaba-SC, 15 de Dezembro de 2010

SIMAE**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Novembro/2010****SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	285.293,61	Despesa Orçamentária	213.880,89
RECEITA TRIBUTARIA	1.407,09	Despesas exceto Intra-orçamentárias	213.880,89
RECEITA PATRIMONIAL	799,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.564,27
RECEITA DE SERVIÇOS	275.964,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.187,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.122,92	INVESTIMENTOS	6.129,42
Receita Extra - Orçamentária	245.266,05	Despesa Extra - Orçamentária	245.346,72
CREDITOS EM CIRCULACAO	19,48	DEPOSITOS	30.787,43
CREDITOS A RECEBER	19,48	CONSIGNACOES	9.659,67
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	19,48	PREVIDENCIA SOCIAL	6.149,47
DEPOSITOS	30.687,28	PENSAO ALIMENTICIA	1.936,22
CONSIGNACOES	9.856,87	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.573,98
PREVIDENCIA SOCIAL	6.513,56	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	21.127,76
PENSAO ALIMENTICIA	1.936,22	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	21.127,76
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.407,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	214.559,29
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.830,41	OBRIGACOES A PAGAR	214.559,29
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	20.830,41	FORNECEDORES	113.783,39
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	214.559,29	PESSOAL A PAGAR	75.464,67
OBRIGACOES A PAGAR	214.559,29	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.650,51
FORNECEDORES	113.783,39	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.179,52
PESSOAL A PAGAR	75.464,67	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.481,20
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.650,51		
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.179,52		
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.481,20		
Saldos anteriores	1.810.468,26	Saldos atuais	1.881.800,31
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	279.688,82	BANCO C/ MOVIMENTO	351.020,87
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	1.530.779,44	POUPANÇA	1.530.779,44
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.341.027,92	Total	2.341.027,92

CAPINZAL, 09/12/2010

SIDNEI PENSO
DIRETORMARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1.736

DECRETO 1.736, de 14 de dezembro de 2010.

“ATUALIZA O ÍNDICE UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2011, ESTABELECE PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XI do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 160 e 309 da Lei Complementar Municipal 17/2002, e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011,

CONSIDERANDO, a variação do índice de correção do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) relativo ao período de dezembro de 2009 à novembro de 2010 em 10,2717%; e

CONSIDERANDO, a necessidade de se estabelecer um calendário para o pagamento de tributos para o próximo Exercício, conforme previsto na Legislação Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal -, para o Exercício de 2011, fica estabelecida em R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos), atualizada pela variação do índice IGP-M/FGV do período de dezembro de 2009 à novembro de 2010, em 10,2717%, em atendimento ao estabelecido no art. 309 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. Fica estabelecido, como vencimento final para pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano de 2011, em cota única com desconto de 15% (quinze por cento), até o dia 11 de março de 2011.

Art. 3º. Fica estabelecido para pagamento parcelado do IPTU/2011, sem desconto, os seguintes vencimentos:

- a) 1ª PARCELA - até 11/03/2011;
- b) 2ª PARCELA - até 11/04/2011;
- c) 3ª PARCELA - até 11/05/2011.

Art. 4º. Fica estabelecido como vencimento final para pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF e Taxa de Vigilância Sanitária - TVS para o Exercício de 2011, em cota única e sem desconto, até o dia 28 de fevereiro de 2011.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 14 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração
Registrado e publicado nesta data.

Decreto Nº 1.737

DECRETO Nº 1.737, de 14 de dezembro de 2010.

“INSTITUI COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia, para atestar a conclusão das obras e serviços de engenharia, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Diretoria de Urbanismo do Município, efetuando assim seu recebimento.

Parágrafo único. A Comissão é formada pelos seguintes membros:

Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN - AMMOC
Engº Civil ALESSANDRO RAMOS ARRUDA - AMMOC
Diretor de Urbanismo ROSIMERI FATIMA SPAZINI - Prefeitura Municipal
Diretor de Compras e Licitações LEANDRA CAMILA ZENARO BRITO - Prefeitura Municipal

Art. 2º - A Comissão terá como incumbência proceder a lavratura dos Termos de Recebimento de Obras contratadas, acompanhadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes da Prefeitura.

Parágrafo 1º. A Comissão efetuará o levantamento completo da obra ou serviço, e quando houver desatendimento dos termos contratuais, efetuará levantamento completo da situação apontando as irregularidades, efetuando orçamento das despesas necessárias à adequação em conformidade com o previsto no contrato.

Parágrafo 2º. Terá incumbência também a Comissão, efetuar levantamento de obras ou serviços de engenharia, já realizadas ou entregues a partir de 1º de janeiro de 2009, nos mesmos termos do parágrafo anterior.

Art. 3º - No desempenho dessas atribuições os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas nos decretos municipais nº 1.453, de 12 de junho de 2007; 1.589, de 17 de março de 2009; e 1.666, de 10 de março de 2010.

Catanduvas -SC, 14 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Segundo Adendo ao Edital Processo Licitatório Nº 0113/2010 Edital de Pregão Nº 0036/2010

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0113/2010
EDITAL DE PREGÃO Nº 0036/2010

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de modificar a descrição dos itens 70 a 77, 91 e 163;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação dos itens supracitados dispostos no Edital de Pregão Presencial nº 0036/2010 que passam a ter a seguinte redação:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Máximo	Valor Total
70	30	Un	Curativo 10x10 - Curativo tratamento de placa, interativo composto 100% fibras Carboximetilcelulose sódica altamente absorvente forma um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, com drenagem vertical avançada e lateral controlada. O fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido.	45,50	1.365,00
71	30	Un	Curativo 15x15- Curativo tratamento de placa, interativo composto 100% fibras corboximetilcelulose altamente absorvente. Forma um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal para cicatrização, com drenagem vertical avançada e lateral controlada. O fluido retido dentro das fibras é convertido em gel Translúcido.	72,70	2.181,00
72	30	Un	Curativo ex. fino 15x15-P/Tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides-gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica revestida de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura fina.	27,70	831,00
73	30	Un	Curativo ex. fino 20x20.P/ tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides - gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica revestida de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente flexível, auto-aderente, ação bacteriostática,estéril, espessura fina.	32,90	987,00
74	20	Un	Curativo 20x20 P/ tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides-gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica revestido de uma lâmina de poliuretano impermeável a água e a outros agentes externos, Flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril,espessura média.	63,40	1.268,00
75	15	Un	Curativo 10x10 para tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides-gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica, revestido de uma lâmina de poliuretano,impermeável a água e a outros agentes externos, absorventes, flexível, auto aderente, ação bacteriostática, estéril e, espessura média.	17,50	262,50

76	15	Un	Curativo 15x15 P/ tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides-gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorventes, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura média.	57,00	855,00
77	15	Un	Curativo ex. fino 10x10. P/ tratamento de placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides-gelatina, pectina e carbiximetilcelulose sódica revestida de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente flexível, auto-aderente, ação bacteriostática,estéril, espessura fina.	15,50	232,50
91	6	Tub	Curativo gel 30gr tratamento, oclusivo estéril debridador, hidroativo a base de água estéril, incolor, levemente aderente, composto por 2 hidrocolóides (pectina e carbiximetilcelulose sódica e propilenoglicol que promove a autólise e desprendimento de crostas.	37,15	222,90
163	10	Tb	Curativo 85 gr. de hidrocolóides ealginato de cálcio e sódio num ambiente aquoso, hidratante e absorvente transparente na forma de gel. Que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo c/* diverso níveis de umidade de feridas. Ação hemostática , debridante, com PH NEUTRO.	59,00	590,00

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 16 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 375/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 375/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007 de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008 de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 011 de 30.04.2002,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NIVALDO MOHR, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria Nº 038/2009 de 26.01.2010, a partir de 17.12.2010.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 086/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 086/2010 - PM

Número do contrato: 086/2010

Vigência: 17/12/2010 à 31/12/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Processo Licitatório nº 077/2010 - PM

Contratado/Credenciado: ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA

Valor: R\$ 9.194,10 (nove mil cento e noventa e quatro reais e dez centavos).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de cestas de natal para distribuir aos servidores efetivos, comissionados e contratados da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores e aos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado pela passagem do ano de 2010.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 036/2008 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 036/2008

Número do contrato: 036/2008

Processo Licitatório nº 023/2008

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: BFGM - CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS.

Prazo: até 31/12/2011.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 036/2008, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Resultado da Classificação - Tomada de Preços Nº 5/2010 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2010 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão

de obra) para execução de obra de reforma e alteração do Piso Térreo da Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade SAMARA IMÓVEIS E CONSTRUTORA LTDA, sagra-se vencedora desta licitação com o valor máximo global de R\$ 147.594,42 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos), ficando a licitante CONSTRUTORA JPV LTDA na segunda colocação com o valor máximo global de R\$ 152.183,82 (cento e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos). As licitantes IACC PRÉ MOLDADOS LTDA e M.W CONSTRUÇÕES LTDA, ofertaram suas propostas de preços acima do preço máximo admitido pelo Fundo Municipal de Saúde para a execução desta obra, restando desta forma, ambas as licitantes desclassificadas. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 15 de dezembro de 2010.

PATRÍCIA S. ORLANDINI

Vice-Presidente da C.P.L.

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 14

PORTARIA Nº 14, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE - Contador Geral, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 2 de janeiro de 2010 a 1º de janeiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 15

PORTARIA Nº 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares à servidora ELENICE ZITTA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ELENICE ZITTA - Agente Legislativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 a 24 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 10 de julho de 2009 a 09 de julho de 2010, sendo que 8 (oito) dias foram gozados de 11 a 18 de outubro de 2010.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 16

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares à servidora ZENITE T. MICHELON FARINA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares à servidora ZENITE T. MICHELON FARINA - Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 11 de janeiro de 2010 a 10 de janeiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 17

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PE-REIRA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PE-REIRA - Secretário Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 a 26 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 10 de janeiro de 2010 a 9 de janeiro de 2011, sendo que 6 (dias) foram gozados de 13 a 18 de outubro de 2010.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 18

PORTARIA Nº 18, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor JOÃO ROBERTO CRIPPA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor JOÃO ROBERTO CRIPPA - Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 14 de janeiro de 2010 a 13 de janeiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 19

PORTARIA Nº 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor JEFERSON FOCESATTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor JEFERSON FOCESATTO - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 a 22 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 5 de janeiro de 2010 a 4 de janeiro de 2011, sendo que 10 (dez) dias foram gozados de 21 a 30 de setembro de 2010.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 20

PORTARIA Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor SANDRO MARTINI.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor SANDRO MARTINI - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 5 de janeiro de 2010 a 4 de janeiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 21

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor MARCIANO CORADI.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor MARCIANO CORADI - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 4 de setembro de 2009 a 3 de setembro de 2010.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 22

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 6 de fevereiro de 2010 a 5 de fevereiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

Portaria Nº 23

PORTARIA Nº 23, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período

Aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO
Presidente

Portaria Nº 24

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares a servidora ANA PAULA ZANELLA. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ANA PAULA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 de janeiro a 1º de fevereiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 6 de abril de 2010 a 5 de abril de 2011.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO
Presidente

Portaria Nº 25

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares a servidora LUIZIANA KLASSMANN. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora LUIZIANA KLASSMANN - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 a 22 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 5 de outubro de 2009 a 4 de outubro de 2010, sendo que 10 (dez) dias foram gozados de 20 a 29 de setembro de 2010.

Concórdia, 15 de dezembro de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº080/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 080/2010

"MODIFICA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2007, DE 04 DE AGOSTO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Os habitantes do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovaram e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus nomes sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica acrescentado as alíneas "a", "b" e "c", ao inciso III do artigo 11; acrescenta-se o inciso VII ao artigo 15, altera o inciso I e acrescenta as alíneas "a" e "b", bem como, altera as alíneas "a" e "b" do inciso II, ambos do artigo 19; altera o caput do artigo 22, acrescentando os §1º ao §5º, altera o caput do artigo 23; altera o caput do artigo 26, bem como o parágrafo único, as alíneas "a" e "b" e acrescenta a alínea "c" ao inciso I, e no inciso II altera as alíneas "a" e "b"; altera o caput do artigo 27 e os parágrafos 1º

ao 3º; altera o artigo 28; altera a alínea "c" do artigo 32, altera o artigo 33; altera os §1º e §2º do artigo 34; altera o caput do artigo 35; altera o parágrafo único do artigo 36; altera o artigo 37, altera o artigo 38; altera o artigo 41; altera o artigo 45, bem como o seu §2º; altera o inciso II do artigo 63, e, acrescenta o artigo 80, passando os mesmos a terem as seguintes redações:

"Art. 11. []

III - []:

- a- Os conselhos escolares;
- b- O Conselho Municipal da Educação
- c- A Secretaria da Educação

[]

Art. 15. [].

VIII - Delegar a um profissional habilitado, para ser seu substituto, a responsabilidade de ministrar aulas a seus alunos em caso de extrema necessidade de afastamento do local de trabalho para assuntos particulares; preferencialmente para integrantes do quadro do magistério público.

[]

Art. 19. []:

I - Educação Infantil com atendimento de crianças de zero a 5 anos de idade:

- a) Creche - de 0 a 3 anos de idade;
- b) Pré-escola - de 4 a 5 anos de idade.

II - Ensino Fundamental com nove anos de duração:

- a) Anos Iniciais (1º. A 5º. ano) de 6 a 10 anos de idade;
- b) Anos finais : (6º. A 9º. Ano) de 11 a 14 anos de idade.

[]

Art. 21. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento, de conformidade com o plano Municipal de Educação qual seja: Turmas de Creche e maternal 15 alunos; Turmas de Pré-Escola 20 alunos; Turmas de anos Iniciais 25 alunos e Turmas de anos Finais 35 alunos. O desdobramento de Turmas dar-se-á mediante disponibilidade de Infra-Estrutura.

[]

Art. 22. Os currículos do Ensino Fundamental têm uma base nacional comum, a ser complementada pelo Sistema Municipal de Ensino e seus estabelecimentos de ensino, por uma parte diversificada, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação e incluídas na Matriz curricular.

§ 1º Os currículos referidos no "caput" deste artigo, devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno, segundo legislação vigente:

- I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II - maior de trinta anos de idade;
- III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV - amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

V - que tenha prole, nos termos da Lei n.º 10.793, de primeiro de dezembro de 2003.

4º Nos estabelecimentos de ensino fundamental torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira levando em conta:

I - as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e catarinense, das matrizes, africana, indígena e européia e, especialmente, com ênfase à História de Santa Catarina e do Município;

II - o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

§ 5º Na parte diversificada do currículo, será incluída, obrigatoriamente, a partir do primeiro ano (anos Iniciais), o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna.

[]

Art. 23. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, os conhecimentos básicos necessários dentro de cada um dos três eixos norteadores da matriz curricular bem como as seguintes diretrizes:

[]

Art. 26. A Educação Infantil será oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais, não domésticos, públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do Sistema de Ensino e submetidos a controle social.

Parágrafo único. A educação Infantil compreende dois níveis: Creche para crianças de até 3 anos e pré-escola para crianças de 4 e 5 anos. A matrícula na Educação Infantil será obrigatória para crianças que completam 4 ou 5 anos de idade até a data de 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. E as crianças que completam seis anos depois de 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil. A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental. Os níveis a que se refere o parágrafo único, compreendem:

I - Nível I - Creche:

a) Berçário I - Crianças de 1 ano de idade, completo ou a completar até 31 de março.

b) Berçário II - Crianças de 2 anos de idade; completos ou a completar até 31 de março.

c) maternal - Crianças de 3 anos completos ou a completar até 31 de março.

II - Nível II - Pré-Escola:

a) Infantil I - Crianças de 4 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março. (Infantil de 4 anos)

b) Infantil II - Crianças de 5 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março. (Infantil de 5 anos)

[]

Art. 27. As Unidades de Educação Infantil oferecerão um ou os mais níveis previstos no artigo anterior, dependendo da demanda para formação de turmas.

§ 1º Dependendo da estrutura da Unidade de Educação Infantil, a mesma poderá atender, em cada nível oferecido, um ou mais grupos de alunos, da mesma faixa etária.

§ 2º A vista das necessidades da comunidade poderá funcionar o ano todo, mesmo em período de férias escolares, atendidos os direitos dos professores e funcionários,. Porém, a instituição de Educação Infantil deverá dialogar com a família para que, sempre que possível, coincidir o período de recesso escolar da creche com as demais turmas de alunos proporcionando desta forma, o

convívio familiar dos irmãos com os menores.

[]

Art. 28. A denominação da instituição deverá expressar o nível de atendimento, podendo serem atendidas crianças em escolas mistas ou seja, que atendam Educação Infantil e Ensino Fundamental.

[]

Art. 32. []:

c) Propiciar cuidados básicos e acesso aos conhecimentos, inserindo a criança no mundo da natureza, da cultura e da sociedade de forma lúdica, ativa, participativa e criativa, onde a criança tenha a oportunidade de brincar, imaginar, fantasiar, aprender, observar, experimentar, narrar, questionar, e construir sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 33. A avaliação na Educação Infantil realizar-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa de educação, não tendo como função a promoção e não constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental, ao qual a criança ingressa por direito subjetivo na idade definida em lei, em agrupamentos com a mesma faixa etária, sempre que possível próximo à sua residência.

[]

Art. 34. []:

§ 1º O currículo de Educação Infantil, através de orientação nacional de caráter geral, será complementado em nível municipal, por normas próprias, cabendo ao Conselho Municipal de Educação organizar junto às Unidades Escolares a proposta curricular unificada para a rede Municipal de Ensino.

§ 2º As propostas curriculares da Educação Infantil serão articuladas com o Ensino Fundamental, permitindo-se que haja continuidade / sequência nos conhecimentos trabalhados, de maneira a não interromper o processo lúdico.

Art. 35. A unidade de Educação Infantil definirá sua organização didática, as rotinas, no Plano Curricular ou Plano Geral, que deverá conter: []:

[]

Art. 36. []:

Parágrafo Único - Bimestralmente, a Unidade Escolar providenciará registro descritivo do acompanhamento da criança da educação infantil para encaminhamento aos pais e gradativamente introduzida aos anos iniciais, quando houver determinação dos órgãos educacionais que regem a educação nacional.

Art. 37. Os prédios destinados ao atendimento na Educação Infantil deverão atender as normas gerais e sanitárias estabelecidas na legislação vigente, bem como normativas do Conselho Municipal da Educação.

Art. 38. A Secretaria Municipal da Educação, encaminhará ao Conselho Municipal de Educação pedido de autorização para funcionamento de Unidades de Educação Infantil públicas municipais, para funcionamento no ano subsequente, e com publicação do ato de autorização do Conselho de até 30 dias antes do início do funcionamento, no mural público.

[]

Art. 41. O ensino fundamental obrigatório, com duração mínima de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6

(seis) anos de idade, completos no início do ano letivo, respeitada a data corte de 31 de março, Terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: []

[]

Art. 45. A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho escolar, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, mediante a existência primeiro, de estrutura física capaz de acolher e proporcionar às crianças local e espaços adequados para a realização das tarefas pertinentes ao período, bem como formas de viabilizar momentos de descanso, práticas de higiene pessoal e ludicidade, preferencialmente a partir do 3º. Ano do Ensino Fundamental.

[]

§ 2º O Ensino Fundamental será ministrado, em horário ampliado, com disciplinas constantes na parte diversificada da Grade Curricular e obrigatório para os alunos, a partir do 3º. Ano do Ensino Fundamental.

[]

Art. 63. []:

II - valorização decorrente da titulação ou habilitação; especialmente no que se refere ao processo de seleção para escolha de aulas excedentes, ou seja, após teste seletivo e homologação dos resultados, terá preferência o profissional com habilitação na área de atuação.

[]

Art. 80. As Unidades Escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino terão que se adaptar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a suas atualizações e demais normas do Sistema Municipal de Ensino. Sempre que houver alteração da LDB, o Sistema de Ensino se adequará às referidas mudanças, como é o caso da Lei no. 11.525 de 25/09/2007 que sugere incluir conteúdos que trate dos direitos da criança e do adolescente no currículo escolar do Ensino Fundamental."

Art. 2.º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes da revogação.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Lei Complementar Nº081/2010

LEI COMPLEMENTAR N.º 081/2010

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 17/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Os habitantes do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovaram e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus nomes sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica alterado o Quadro de Cargos Permanentes do

Magistério Público Municipal - anexo I da Lei Complementar nº 17/2001, passando a ser o anexo único desta Lei.

Art. 2.º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes da alteração.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 4.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 45/2005, de 02 de maio de 2005.

Cordilheira Alta, SC, 15 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO ÚNICO

CARGO	CÓDIGO	ÁREA DE ENSINO	TOTAL DE VAGAS
PROFESSOR	61001	1 - Educação Infantil - Creche e Pré-escola	15
	61002	2 - Ensino Fundamental - Anos Iniciais	25
	61003	3 - Ensino Fundamental - Anos Finais	20
	61004	4 - Educação Especial	02
	61005	5 - Educação de Jovens e Adultos	04
	61006	6 - Habilidades Artísticas Culturais	10
	61007	7 - Atividades Desportivas	08
ADMINISTRADOR ESCOLAR	71001		02
SUPERVISOR ESCOLAR	81001		02
ORIENTADOR EDUCACIONAL	91001		02

Lei Nº 936/2010

LEI Nº 936/2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZAR ACORDO EXTRAJUDICIAL, PARA PAGAMENTO DO PRECATÓRIO N. 500.09.000569-0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições, que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado realizar acordo extrajudicial para pagamento do Precatório n. 500.09.000569-0, oriundo da Ação Judicial de Execução de Sentença Contra a Fazenda Municipal, autos n. 018.01.000256-9/00004, na qual figuram como credores, a Sra. Vanderleia Rodrigues Ferreira, o Sr. Darci José Ferreira e a advogada Sandra Maria Piccinin Haetinger.

Art. 2º - O valor pago aos credores será no montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com quitação integral da execução contra a Fazenda Pública e do Precatório n. 500.09.000569-0.

Parágrafo Único. O pagamento previsto no caput será pago e parcelado da seguinte forma:

I - O Município pagará, em data de 10 de janeiro de 2011, o valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), dividido em dois pagamentos distintos: sendo R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), correspondente aos honorários advocatícios pertencentes à Doutora Sandra Maria Piccinin Haetinger, cujo pagamento será realizado através de transferência bancária na conta poupança n. 5.430.568-3, da agência n. 5208-6, do Banco do Brasil; e R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) destinados aos Credores Vanderleia Rodrigues Ferreira e Darci José Ferreira, que serão pagos através de transferência bancária para a conta poupança n. 5.341.324-5, agência n. 5267-1, do Banco do Brasil, de titularidade dos mesmos.

II - O restante, no montante de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), quantia devida aos Credores Vanderleia Rodrigues Ferreira e Darci José Ferreira, será parcelado em 23 (vinte e três) pagamentos iguais, mensais e consecutivos, no valor de R\$ 5.913,04 (cinco mil e novecentos e treze reais e quatro centavos) cada qual, o primeiro com vencimento em data de 10 de fevereiro de 2011 e o último em data de 10 de dezembro de 2012, liquidados através de transferência bancária para a conta poupança n. 5.341.324-5, agência n. 5267-1, do Banco do Brasil..

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, onerarão as dotações específicas previstas nos respectivos orçamentos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Lei Nº 937/2010

LEI N.º 937/2010

“APROVA O DESMEMBRAMENTO EM DUAS UNIDADES, DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 067, SITUADO NA COMUNIDADE DE FERNANDO MACHADO NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA TOTAL DE 3.600,00M², NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento do Lote Urbano n.º 12, da Quadra n.º 03, localizado na Comunidade de Fernando Machado, neste Município, com área de 3.600,00m² (três mil e seiscentos metros quadrados), em duas novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo, encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, sob nº 067, possuindo os seguintes limites e confrontações: ao Norte com o Lageado Xaxim; ao Sul, com a rua sem nome; ao Leste, com o Lote Colonial n. 05, da linha Marechal Deodoro; ao Oeste, com o Lote Urbano n. 11; toda da mesma quadra.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é titularizada pela empresa Habitar Social Imóveis Ltda, cadastrada no CNPJ/MF n. 11.535.262/0001-77 e Sociedade Capela Santa Ana de Fernando Machado.

Art. 2º - As áreas desmembradas passam a possuir seguintes características:

§ 1º Lote nº 12-A - ao Norte, com o Lageado Xaxim, em 10m; ao Sul, com uma rua sem nome, em 10m; ao Leste, com o Lote Urbano n. 12-B, em 181,61m e a Oeste, com o Lote Urbano n. 11, em 179,21m, perfazendo um total de 1.800,00 m² (hum mil e oitocentos metros quadrados);

§ 2º Lote nº 12-B - ao Norte, com o Lageado Xaxim, em 10m; ao Sul, com a rua sem nome, em 10m; ao Leste, com o Lote Colonial n. 05, da linha Marechal Deodoro, em 184,00m e ao Oeste, com o Lote Urbano n. 12-A, em 181,61m, perfazendo um total de 1.800,00 m² (hum mil e oitocentos metros quadrados).

Art. 3º - Os proprietários dos Imóveis apresentarão à Prefeitura Municipal, a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento ora aprovado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Termo de Retificação de Lei Compelentar

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº079/2010, PUBLICADA NO DIA 08/12/2010.

Onde LÊ-SE, LEI COMPLEMENTAR Nº078/2010, LEIA-SE LEI COMPLEMENTAR Nº079/2010.

Cordilheira Alta - SC, 15 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº439/2010

PORTARIA N.º 439/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 15 de dezembro de 2010, a Servidora ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 15 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº440/2010

PORTARIA N.º 440/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 02 (dois) dias de licença, para tratamento de saúde, sendo nos dias 16 e 17 de dezembro de 2010, a Servidora CELIA DE FATIMA FAREZIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 15/12/2010**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 15/12/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		26.909,71
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.934,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.934,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.934,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	23.975,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	23.975,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	14.385,43
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	9.590,28

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Concorrência Pública Nº 002/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.
AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/10

OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esportes Willy Germano Gessner - Bairro João Tozini, localizado na Rua José Pasqualini, 126 na cidade de Corupá-SC.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 17/12/2010, às 09h00min do dia 18/01/11.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h30min do dia 18/01/11

TIPO: Maior Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br). Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de Dezembro de 2010.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

Concorrência Pública Nº 005/10 - ALIENAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/10

OBJETO: Alienação de Imóveis pertencentes ao Município de Corupá
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 17/12/2010, às 09h00min do dia 19/01/11.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h30min do dia 19/01/11

TIPO: Maior Oferta.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br). Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 048/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 048/10
Processo de licitação nº 064/10
Modalidade Carta Convite nº 011/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, 1455, sala 03, Centro, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de empresa para ampliação e reforma na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira.

Valor do Contrato: R\$ 143.950,00 (Cento e Quarenta e Três Mil e Novecentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 28/06/2010

Data da Vigência: 31/12/2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 079/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 079/10
Processo de licitação nº 088/10
Modalidade Dispensa nº 023/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.549.347/0001-90, estabelecida na Rua Professor Antonio Estanislau Ayroso, 375, Bairro Nova Brasília, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: consiste no fornecimento pela Contratada de um Medidor de Nível Ultrassônico para Calha Parshaw.

Valor do Contrato: R\$ 2.900,00 (Dois Mil e Novecentos Reais).

Data da Assinatura: 08/11/2010

Data da Vigência: 31/12/2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 081/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 081/10
Processo de licitação nº 093/10
Modalidade Dispensa nº 025/10

Pelo presente instrumento particular de Contrato de posse provisória com possibilidade de doação de área de terras pelo Município de Corupá, à empresa Indústria Langer Ltda-Me, que entre si

celebram:

1) MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, estabelecida a Av. Getulio Vargas, 443 - Centro - Corupá/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI.

2) A empresa INDÚSTRIA LANGER LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.363.381/0001-35 e Inscrição Estadual nº 250.930.021, estabelecida a Rua Roberto Seidel, 167, Cep 89278-000, no Município de Corupá/SC, neste ato representada por seus sócios o Sr Daniel César Martins, inscrito no CPF sob o nº 715.528.639-72 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 15R 1.985.514.

Data da Assinatura: 23/11/2010

Data da Vigência: 05/10/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 083/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 083/10

Processo de licitação nº 094/10

Modalidade Dispensa nº 026/10

Pelo presente instrumento particular de Contrato de posse provisória com possibilidade de doação de área de terras pelo Município de Corupá, à empresa STI FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA, que entre si celebram:

1) MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, estabelecida a Av. Getulio Vargas, 443 - Centro - Corupá/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI.

2) A empresa STI FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.523.893/0001-24 estabelecida a Rua João Tozini, 95 - Sala 01, Cep 89278-000, no Município de Corupá/SC, neste ato representada por sua sócia Mercedes Dias, inscrita no CPF sob o nº 560.022.979-87 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 1.586.956

Data da Assinatura: 16/12/2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 088/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 088/10

Processo de licitação nº 085/10

Modalidade Pregão Presencial nº 035/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.504.465/0001-78, estabelecida na Rua Uruguai, 147, Bairro Ponta Aguda, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços consiste em eventuais aquisições de remanufaturas de toner e cartuchos de tinta para uso nos periféricos de diversas Secretarias do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 4.682,00 (Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais), a possibilidade existe em virtude de tratar-se de Registro de Preços, correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 035/10, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 05/10/2010

Data da Vigência: 05/10/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 089/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 089/10

Processo de licitação nº 085/10

Modalidade Pregão Presencial nº 035/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ANDREI MANFREDINI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.469.046/0001-33, estabelecida na Rua Padre Vicente, 21, Bairro Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços consiste em eventuais aquisições de remanufaturas de toner e cartuchos de tinta para uso nos periféricos de diversas Secretarias do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 6.083,80 (Seis Mil, Oitenta e Três Reais e Oitenta Centavos), a possibilidade existe em virtude de tratar-se de Registro de Preços, correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 035/10, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 05/10/2010

Data da Vigência: 05/10/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Concorrência Pública 001-10 - FME (DESERTA)

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001-10 - FME

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se, na sala de

reuniões da Comissão Permanente de Licitação, no prédio-sede do Município, situado na Av Getulio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá, reunião da Comissão Permanente de Licitação, designada pela n. 797/10 Portaria nº 797/10, de 11 de Fevereiro de 2010 sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Mauri Edgar Padilha de Lima, e a equipe de apoio formada pelos membros Dairton José GiralDI e Sandro Rogério Glatz, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação relativa à licitação modalidade Concorrência Pública 001/10-FME, destinada para seleção de proposta mais vantajosa visando a permissão de uso do espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esportes Willy Germano Gessner.

Embora tenha havido a ampla divulgação do certame por meio de publicação de aviso de licitação no Diário Oficial dos Municípios, Jornal de Circulação Regional, Internet e, nenhum licitante manifestou interesse em participar do certame, configurando-se o que a doutrina denomina de licitação deserta.

E, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas.

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
Presidente

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Membro

DAIRTON JOSÉ GIRALDI
Membro

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Processo Seletivo 007/2010

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 007/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo de Provas para contratação de pessoal em caráter temporário no Município de Erval Velho.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. LENITA DADALT FONTANA, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nºs 899/99, 0937/01 e 1047/05, Lei Complementar nºs 020/2009, 021/2009 e 007/2001 .

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
Professor de Informática	20	*	Ensino médio completo e 200 horas, no mínimo, de cursos de aperfeiçoamento na área específica ou cursando curso superior na área de Informática.	Escrita e Objetiva
Professor de Educação Física	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida	Escrita e Objetiva

Monitor Social – PETI	20	R\$ 879,78	Magistério ou cursando Curso Superior em Pedagogia.	Escrita e Objetiva
Professor de Artes	20	*	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Educação Artística - na modalidade de Licenciatura plena	Escrita e Objetiva
Professor de Língua Inglesa	10	*	Ensino Médio completo com habilidade na área com Curso Específico de Inglês com no mínimo 200 horas de duração.	Escrita e Objetiva
Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério.	Escrita e Objetiva
Agente de Serviços Gerais I	40	R\$ 684,55	Alfabetizado	Escrita e Objetiva
Agente de Serviços Gerais II	40	R\$ 684,55	Alfabetizado	Escrita e Objetiva
Motorista	40	R\$ 958,36	Ensino Fundamental completo – com Carteira Nacional de Habilitação no mínimo Categoria “C”.	Escrita, Objetiva e prática.
Operador de Máquinas	40	R\$ 958,36	Ensino Fundamental completo – com Carteira Nacional de Habilitação no mínimo Categoria “C”.	Escrita, Objetiva e prática.

(*) O NÚMERO DE VAGAS SERÁ DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO.

Notas:

- O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.
- A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.
- Para professor habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Física, Artes e Informática a nível de licenciatura plena o vencimento será de R\$ 664,28
- Para professor habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental a nível de ensino médio-magistério o vencimento será de R\$ 576,06
- Para professor não habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação física, Artes e Informática o vencimento será de R\$ 518,45
- Para professor habilitado na Disciplina de Inglês o vencimento será de R\$ 332,14
- Para professor não habilitado na Disciplina de Inglês o vencimento será de R\$ 259,22;

INSCRIÇÕES: 17/12/2010 a 18/01/2011, das 08:00 às 11:30



horas e das 14:00 às 17:00 horas.
Valor da inscrição para todos os cargos R\$ 15,00.

Erval Velho, 17 de dezembro de 2010.
LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal de Erval Velho

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 115/PMF/2010

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 115/PMF/2010

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 115/PMF/2010, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MÃE LUZIA COM EXTENSÃO TOTAL DE EIXO DE 62,55 METROS, SITUADO NA TRAVESSA GERMANO KAMMER, COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS NA CIDADE DE FORQUILHINHA/SC.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e dez, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 115/PMF/2010. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Rejane Maria Loch, juntamente com o engenheiro civil Sr. Ademar João Back analisaram a documentação das empresas, verificando irregularidades na documentação da empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. EPP declarando a mesma inabilitada para a próxima fase do processo - Proposta de preço, por não cumprir com o item 3.1.8 □a' do edital pela falta do atestado devidamente registrado na entidade profissional competente, conforme reza o Artigo 30 da Lei Federal de Licitações e Contratos nº. 8666/93. Os demais atestados registrados e apresentados não atendem o quantitativo mínimo exigido no item 3.1.8 □a.1' do Edital. As demais empresas atenderam o disposto do Edital e, por isso, a comissão de licitação declara habilitadas para a próxima fase (abertura dos envelopes de proposta de preços), as empresas CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA., SETEP CONTRUÇÕES S.A. e CONFER CONSTRUTORA FERNANDES S.A. Da decisão da habilitação as empresas serão notificadas oportunamente. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 16 de dezembro de 2010.

REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

RENATA PEREIRA

Secretária

ERIKA DE LUCA TISCOSKI
Membro

ADEMAR JOÃO BACK
Engenheiro Civil

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0374/2010

DECRETO Nº 0374, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025, de 17 de novembro de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 16 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0375/2010

DECRETO Nº. 0375, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0005, de 18 de novembro de 2010, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneфри, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 16 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto nº 0375/2010 - Código 1

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente Operacional**

Crítérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	ADRIANA APARECIDA DENARDI	1	6	0	0	2	NÃO	11/4/1988

Anexo Decreto nº 0375/2010 - Código 2

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Calceteiro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Calceteiro**

CrITÉrios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	JESUS DANILO ANTUNES LACORTT	1	46	42	0	4	0	NÃO	18/11/1952

Anexo Decreto nº 0375/2010 - Código 3

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneafrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Tecnólogo em Saneamento** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Superior em Tecnologia de Saneamen**

Disciplina: **Tecnólogo em Saneamento**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	IVAN PADILHA DE GOES	1	49	43	2	3	0	NÃO	29/10/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Decreto nº 0374/2010 - Código 1 - Médico PSF

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Médico Clínico Geral - PSF** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	30	YARA MARIA GOMES		26
2	31	CLAUDIA ADRIANI TRAESEL		25
3	15	HELIO CAMARGO		25
4	45	JURACI DUARTE		25
5	21	WALLACE XAVIER PONTES		15
6	10	FLAVIO LEAL FERNANDES		13
7	46	RENATA MENDONÇA DE BARROS		13
8	41	THIAGO RODRIGO TRAESEL		10

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	0	NÃO	11/3/1966
10	10	5	2	NÃO	4/9/1972
10	10	5	0	NÃO	29/4/1955
10	10	5	0	NÃO	22/12/1956
0	10	5	2	NÃO	17/12/1970
0	8	5	0	NÃO	21/3/1963
0	8	5	0	NÃO	23/6/1979
0	8	2	0	NÃO	19/5/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Decreto nº 0374/2010 - Código 2 - Odontólogo PSF

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Odontologo – PSF** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Odontologo – PSF**

Critérios de Desempate

						1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento	
1	1	SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ		28	10	10	5	0	NÃO	4/10/1978	
2	12	ROSECLER FLORIANI GERLACH		15	0	10	5	2	NÃO	8/10/1967	
3	44	LUCIANO FERNANDES VALOTA		14	0	10	4	0	NÃO	27/3/1975	
4	11	GLIANA ROBERTA FURTADO		12	0	10	2	1	NÃO	14/6/1981	
5	26	ARIANE MYRAIA DE SOUZA		8	0	4	4	0	NÃO	7/11/1983	
6	4	ANA LUCINÊIA BERTELLI		4	0	4	0	0	NÃO	28/1/1984	



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Decreto nº 0374/2010 - Código 3 - Técnico Enfermagem PSF

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate

Cargo: **Técnica de Enfermagem – PSF** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Técnica de Enfermagem – PSF**

CrITÉrios de Desempeate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
					Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	37	LEONIR SOARES DE OLIVEIRA		19	0	10	5	0	NÃO	31/5/1962
2	2	NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI		18	0	10	3	2	NÃO	4/8/1968
3	5	CRISTINE PRUNER		18	0	10	3	1	NÃO	25/9/1975
4	33	MARILDE ANTUNES MOREIRA		16	0	10	5	3	NÃO	13/11/1964
5	19	MARIA DA GRAÇA SCARATTI SKLAR		16	0	10	5	2	NÃO	20/3/1975
6	23	MARIA SILMAR MAGALHÃES FARINA		16	0	10	1	0	NÃO	28/5/1962
7	34	EDILES CARMEN MOZZER		15	0	10	5	1	NÃO	15/7/1967
8	9	MARITANI MARIZA MARGREITER KAER		15	0	10	5	1	NÃO	29/8/1971
9	13	ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS		15	0	10	1	2	NÃO	18/3/1975
10	43	IZABEL RIBEIRO DE GOES MACIEL		15	0	10	0	2	NÃO	3/12/1973
11	22	ELAINE SILVEIRA FRIGOTTO		15	0	10	0	1	NÃO	6/6/1982
12	3	MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI		14	0	10	0	0	NÃO	23/6/1966
13	17	ROSE MARIA DIAS SIQUEIRA		13	0	10	3	0	NÃO	30/7/1959
14	8	MARIA APARECIDA BORBA		13	0	10	2	1	NÃO	23/5/1961
15	6	SIMONE DALAGNOL MACHADO		13	0	10	0	1	NÃO	19/4/1981
16	28	ERICA MARIA FRANCIOSI		12	0	10	2	2	NÃO	25/4/1978
17	35	MARINES FÁTIMA FORTES DA SILVA		11	0	10	1	0	NÃO	10/7/1963
18	25	JUCILENI MONTANARI		11	0	10	1	0	NÃO	15/9/1973
19	36	MARIA SANTA DA SILVA		9	0	6	0	0	NÃO	10/10/1965
20	38	ANA CLÁUDIA BRANDT		8	0	4	3	1	NÃO	14/3/1976
21	42	FRANCISCO MACIEL DA SILVA		8	0	2	5	2	NÃO	22/7/1966
22	27	ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS		7	0	4	3	1	NÃO	22/4/1978

23	20	MARINES GOMES		6
24	18	MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA		5
25	14	ELIZABETE CARLESSO		4
26	29	BEATRIZ BIANEX DE SOUZA		4
27	32	DELVA DE FÁTIMA BONIFÁCIO		4
28	7	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO		4
29	39	NEUSA APARECIDA DIDOMENICO LEMOS		

0	6	0	1	NÃO	1/9/1972
0	4	0	1	NÃO	27/1/1979
0	4	0	2	NÃO	3/5/1976
0	4	0	0	NÃO	9/5/1961
0	2	1	0	NÃO	3/11/1983
0	2	0	0	NÃO	3/11/1986
0	0	0	0	NÃO	31/1/1962



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Decreto nº 0374/2010 - Código 4 - Farmacêutico Bioquímico

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **4** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	16	CAROLINE ISRAEL		26
2	24	MARIANA DO VALLE RANSOLIN		12
3	40	ANA PAULA PAZIN		5

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	0	NÃO	23/1/1982
0	10	1	0	NÃO	12/6/1986
0	4	0	0	NÃO	17/3/1989

Portaria Nº 2607/2010

PORTARIA Nº 2.607, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021, de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora encontra-se afastada em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ANGELICA MELO MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 016.767.289-45, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2010 a 11 de abril de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2608/2010

PORTARIA Nº 2.608, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021, de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora encontra-se afastada em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SILVIA MARIA PANISSON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 767.775.029-04, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2010 a 15 de março de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2609/2010

PORTARIA Nº 2.609, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021, de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estás substituindo a servidora MARLI DE DEUS THIBES, que se encontra à disposição do projeto SESI Esporte Solidário, não ocorrendo a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 847.989.719-87, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2010 a 01 de março de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2610/2010

PORTARIA Nº 2.610 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado de Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de DEIDI MARI RODRIGUES MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 050.710.969-43, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2611/2010

PORTARIA Nº 2.611, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 687.871.039-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2612/2010

PORTARIA N.º 2.612 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora encontra-se afastada em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.030.459-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA - HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 25 horas semanais, pelo período de 18 de dezembro de 2010 até 05 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2613/2010

PORTARIA N.º 2.613 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado de Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de CRISTIANE FELIX RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 063.215.569-80, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2614/2010

PORTARIA N.º 2.614 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado de Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 010.058.099-84, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2615/2010

PORTARIA Nº 2.615, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ANDIELSON JOSÉ BECKER, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 054.794.349-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial nº 0024/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2010 - FMS

Objeto: aquisição de leite infantil para doação as famílias carentes do Município, durante os meses de janeiro a junho 2011. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 15:00 horas do dia 07/01/2011. Abertura: Às 15:00 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2010.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Garopaba**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei N.º 1.485/2010**

LEI N.º 1.485, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE USO TEMPORÁRIA DE BEM TERRITORIAL DE PROPRIEDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica autorizado acesso, ao Grupo de Escoteiros Ilha Terceira, associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.306.263/0001-87, do uso temporário do imóvel territorial, constituído por um terreno situado neste Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por Área Verde N.º 01, integrante do "Loteamento Village Garopaba", o qual mede 159,00 metros na frente e igual metragem nos fundos por 42,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 6.657,00 m² (seis mil e seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao norte com a Rua Ilha do Pico, e aos fundos com Rua Ilha Terceira, confrontando no lado direito ao oeste com o Travessão do Contrato; e, no lado esquerdo ao leste com os lotes n.º 01, n.º 02 e n.º 03 da quadra "F", registrado como Matrícula n.º 3.218, Livro n.º 2, Ficha 1, do registro de Imóveis, propriedade do Patrimônio Público Municipal.

Art.2º. Apresente Lei será regulamentada mediante Contrato de Comodato a ser firmado entre as partes, conforme Minuta, parte integrante e inseparável da presente Lei, com prazo até 31 de dezembro de 2012, prorrogável mediante Lei autorizativa.

Art.3º. As benfeitorias e/ou acessões físicas executadas na área pelo Grupo de Escoteiros Ilha Terceira passarão a pertencer ao Patrimônio do Município de Garopaba.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo

com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

CONTRATO DE COMODATO DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

COMODANTE: Prefeitura Municipal de Garopaba, inscrita no CNPJ sob o nº 82.836.057/0001-90, sediada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, CEP 88.495-000, município de Garopaba, Santa Catarina;

COMODATÁRIO: Grupo de Escoteiros Ilha Terceira, associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.306.263/0001-87, ora sediada à Rua Nicolau Manoel de Abreu, s/nº, bairro Ambrósio, CEP 88.495-000, município de Garopaba, Santa Catarina.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Comodato de Imóvel do Patrimônio Público, nos termos dos artigos 1.248 a 1.255 do Código Civil Brasileiro e conforme o disposto na Lei Municipal Nº _____, de _____ de 2010, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª- O presente tem como OBJETO, a transferência temporária, pelo COMODANTE ao COMODATÁRIO, dos direitos de uso e gozo do imóvel público descrito a seguir:

∙ Um Terreno situado neste Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por Área Verde N.º 01, integrante do "Loteamento Village Garopaba", o qual mede 159,00 metros na frente e igual metragem nos fundos por 42,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 6.657,00 m² (seis mil e seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao norte com a Rua Ilha do Pico, e aos fundos com Rua Ilha Terceira, confrontando no lado direito ao oeste com o Travessão do Contrato; e, no lado esquerdo ao leste com os lotes n.º 01, n.º 02 e n.º 03 da quadra "F". Registrado como Matrícula n.º 3.218, Livro n.º 2, Ficha 1, do registro de Imóveis.

DA DESTINAÇÃO E PROPÓSITO

Cláusula 2ª - O objeto do presente contrato tem como destino e propósito a instalação da sede do Grupo Escoteiro Ilha Terceira e a constituição de um Parque Escoteiro.

§1º - A área de ocupação da sede do Grupo Escoteiro se dará por meio da construção de uma ou mais edificações próprias para a finalidade, respeitadas as normas e os limites impostos pela Legislação vigente.

§2º - A sede do Grupo Escoteiro tem por objetivo oferecer aos seus beneficiários e associados o espaço adequado ao correto desenvolvimento das atividades escoteiras.

§3º - O Parque Escoteiro terá sua constituição, objetivos e normas de funcionamento estabelecidos por um Regulamento próprio.

DA RESCISÃO

Cláusula 3ª - O presente contrato poderá ser rescindido:

a) No caso de dissolução associativa do COMODATÁRIO, conforme



previsto em seu Estatuto;

b) Por ocasião da conclusão do prazo estipulado na Cláusula Quinta;

c) Por necessidade imperiosa e urgente, por parte do COMODANTE, ou

d) Pelo descumprimento, pelos contratantes, do disposto nas presentes cláusulas.

Cláusula 4ª - No caso de rescisão do presente Contrato, a destinação do OBJETO deve ser dada, preferencialmente, à outra Unidade Escoteira Local ou, na falta desta, a alguma outra entidade legalmente constituída que trabalhe em benefício da criança e do adolescente.

DA DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO

Cláusula 5ª - O prazo de duração do contrato é até 31/12/2012, contados a partir da data que a assinatura do presente, época em que o COMODATÁRIO devolverá, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, o imóvel objeto deste contrato.

Cláusula 6ª - O prazo de que se trata a Cláusula Quinta poderá ser prorrogado, mediante Lei Municipal autorizativa .

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 7ª - O presente contrato tem início a partir da assinatura pelas partes.

§Único - Este contrato deve ser registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Cláusula 8ª - Sendo o presente contrato gratuito, obriga-se o COMODATÁRIO a cuidar e zelar pelo imóvel objeto deste contrato, não podendo de forma alguma utilizar-se do mesmo para outros fins que não os contratados.

Cláusula 9ª - Devido ao COMODATÁRIO ser constituído como entidade de caráter beneficente e filantrópica, fica a mesma isenta dos impostos incidentes sobre o imóvel, durante a vigência deste instrumento.

Cláusula 10ª - As cláusulas e condições deste contrato serão respeitadas pelo COMODANTE, bem como por seus sucessores; da mesma forma que se compromete o COMODATÁRIO a respeitar estas cláusulas, como também não poderá futuramente pleitear do COMODANTE as despesas em benfeitorias que eventualmente possa realizar no imóvel.

Cláusula 11ª - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da Comarca de Garopaba Garopaba, Santa Catarina;

Por estarem assim justos e acertados, firmam o presente instrumento de contrato, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Garopaba, ____ de _____ de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

SOL MALDONADO
Diretor Presidente
Grupo Escoteiro Ilha Terceira

Nome da Testemunha 1
Testemunha

RG: 0.000.000 SSP/SC

Nome da Testemunha 2
Testemunha
RG: 0.000.0000 SSP/SC

Lei N.º 1.486/2010.

LEI N.º 1.486, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.318, DE 28 DE JULHO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os cargos de Agente Comunitário - ESF e Atendente de Consultório Dentário - ESF, do Anexo I, quadro Dos Cargos, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009, passam a vigorar a partir de 01/01/2011, com vencimento de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º. Os Anexo I e II, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009, passam a vigorar acrescidos do cargo de Agente de Combate as Endemias (integrado ao ESF), com 02 (duas) vagas, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, requisitos conclusão do Ensino Fundamental, remuneração de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e atribuições de exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde junto às famílias na área de abrangência determinada, conforme estabelecido em seu plano de trabalho, elevando sua frequência nos domicílios que apresentem situações de risco e ou requeiram atenção especial; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; realizar o cadastramento dos domicílios de sua respectiva base geográfica e o acompanhamento das micro-áreas de risco; promover o saneamento domiciliar, de forma a descobrir, destruir e evitar a formação e reprodução de focos e criadouros; Orientar a comunidade quanto aos meios para evitar a proliferação de vetores, visando o combate aos mesmos; realizar o combate aos vetores, conforme orientação técnica do Município de Garopaba/SC, utilizando equipamentos de proteção individual -- EPI, quando necessário e conforme determinado; deixar no PA -- ponto de apoio -- o itinerário a ser cumprido no dia; receber e cumprir as programações estabelecidas, observando a produção e qualidade exigida; ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos; utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-culturais da comunidade de sua atuação; Realizar ações e atividades definidas no planejamento local; Realizar borrifação com inseticidas; exercer outras funções correlatas.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.487/2010

LEI N.º 1.487, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.377, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Cozinheiro - CAPS, do Anexo I, da Lei Municipal n.º 1.377, de 01 de fevereiro de 2010, passa a vigorar a partir de 01/01/2011, com vencimento de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.488/2010

LEI N.º 1.488, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A APROVAR DESMEMBRAMENTO EM ÁREA URBANA COM ÁREA DE 873,93 M², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 6.766/79, e no parágrafo primeiro, do artigo 48, da Lei Complementar n.º 1.467 de 29 de outubro de 2010, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar Desmembramento, em área urbana, com área de 873,93 m², situada na Rodovia GRP 010, no Centro, Município de Garopaba, estado de Santa Catarina, matriculada no Cartório de Registros de Imóveis de Garopaba sob n.º 4.510, em nome de Antônio de Amorim.

Art. 2º. A área à desmembrar prevista na presente lei, está localizada no lado par da Rodovia GRP 010, na altura do número 320, no Centro, neste Município.

Art. 3º. O desmembramento está dividindo a área de propriedade do Senhor Antônio de Amorim em duas partes conforme detalhado no Memorial Descritivo, parte integrante da presente lei.

Art. 4º. A urbanização e a divisão dos lotes do desmembramento aprovado obedecerão às medidas e especificações técnicas do respectivo Projeto Urbanístico, bem como, deverão respeitar os seguintes requisitos mínimos:

I - a área mínima dos lotes encravados será de 125,00 m²;

II - a testada mínima dos lotes encravados será de 5 metros;

III - a taxa de ocupação máxima do Lote será de 50 %;

IV - as edificações terão no máximo 02(dois) pavimentos;

V - a altura máxima da cumeeira será de 7,5 m(sete metros e cinquenta centímetros);

VI - o índice de aproveitamento será 01(um);

VII - os afastamentos laterais ou de fundos, quando houver janela, será de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

VIII - o recuo frontal mínimo será de 4,0 m(quatro metros);

IX - nos terrenos de esquina, e, nos que apresentarem testadas frontal para 02(duas) ou mais vias, será observado recuo frontal em todas as testadas.

Art. 5º. As despesas públicas, decorrentes da implantação do desmembramento objeto desta lei, correrão por conta do mencionado proprietário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.489/2010

LEI N.º 1.489, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.447/2010 QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO GAROPABENSE DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo primeiro, da Lei Municipal n.º 1.447, de 16 de setembro de 2010, passa a vigora com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação Garopabense de Esportes, CNPJ n.º 11.855.484/0001-77."

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.490/2010

LEI N.º 1.490, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a doar ao INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções firmado em 29 de junho de 2010, o imóvel localizado na Rua Maria Aparecida Barbosa, no Campo D'Una, neste Município, resultante da fusão de 15 lotes do Loteamento Vila do Campo, matrículas 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2554, 2555, 2556, 2557, 2566, 2567, 2568 e 2569, mais a Área Verde 01 destinada a equipamento público, matrícula 2.662, mais parte da área de domínio público, matrícula 2344, com a seguinte descrição: "Um terreno urbano, com forma de um polígono irregular com seis lados, na localidade de Campo D'Una, fazendo frente ao nordeste em 90,72 metros, fundos ao sudoeste em 84,00 metros, lateral direita ao sudeste em 123,71 metros e lateral esquerda ao noroeste em três segmentos de 75,67 metros, 7,11 metros e 30,46 metros, num total de 113,24 metros, perfazendo a área de 10.136,79 m² (dez mil cento e trinta e seis metros e setenta e nove décimos quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao nordeste no alinhamento do lado ímpar da Rua Maria Aparecida Barbosa; confrontando ao sudoeste com propriedade de Campinense Esporte Clube; confrontando ao sudeste com propriedade de Plácido Manoel Cândido, com Escola de Educação Básica Maria Corrêa Saad, com propriedade de Hélio Vicentin e com propriedade de Antônio Spilere, divisa esta distante 93,16 metros até a esquina com a Rodovia SC 434; e, confrontando ao noroeste com Lotes 12 e 05 da quadra B, com Rua Jaime Menezes e com Lote 8 da quadra A, divisa esta distante 52,96 metros até a esquina com a Rua Manoel Domingos Ferreira";

Art. 2º. O imóvel aludido, destina-se à instalação de centro vocacionado tecnológico de ensino profissionalizante neste Município.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas próprias do orçamento municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.491/2010

LEI N.º 1.491, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE SURF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela

Federação Catarinense de Surf, CNPJ n.º 80.151.459/0001-25, durante a 4ª Etapa do Circuito Catarinense de Surf Profissional.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será disciplinada através de Convênio a ser firmado com a Federação Catarinense de Surf, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. A vigência do convênio e o prazo para prestação de contas dos recursos recebidos serão tratados no respectivo convênio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.492/2010

LEI N.º 1.492, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 66.410,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 66.410,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 59.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 59.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 59.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 7.410,00

10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 7.410,00

3.3.90.0.2.14.000061 Aplicações Diretas 5.680,00

3.3.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 1.730,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 66.410,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE 50.000,00

26782311.040 - Pavimentação Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art. Especial 50.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 9.000,00

2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 9.000,00

4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 7.410,00

10301252.074 - Manutenção do SAMU 7.410,00

3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 4.700,00
3.1.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas 300,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 980,00
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas 1.430,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 197/2010

DECRETO N.º 197, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 21.877,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 21.877,00 (vinte e um mil e oitocentos e setenta e sete reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL 21.877,00
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal 21.877,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 21.877,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 21.877,00 (vinte e um mil e oitocentos e setenta e sete reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL 21.877,00
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal 21.877,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 21.877,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 198/2010

DECRETO N.º 198, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais

legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 30.000,00
12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 30.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 30.000,00
12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 30.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 199/2010

DECRETO N.º 199, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no Orçamento vigente:

15.01 - IPREGOBA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA 15.000,00
28272602.065 - Amparo aos Inativos e Pensionistas 15.000,00
3.3.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

15.01 - IPREGOBA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA 15.000,00
28272602.066 - Reserva de Contingência 15.000,00
7.7.99.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 200/2010

DECRETO N.º 200, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 229.596,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 229.596,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e noventa e seis reais) no Orçamento vigente:

- 02.01 - GABINETE DO PREFEITO 5.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito 5.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
- 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 15.000,00
0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento 15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00
- 05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS 10.000,00
0412312.008 - Func. E Manutenção da Secretaria de Finanças 10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
- 06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 16.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca 16.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 16.000,00
- 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 128.596,00
10306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 10.596,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 10.596,00
12361282.018 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 100.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 57.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 18.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 18.000,00
- 09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 30.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo 20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00
27812512.031 - Funcionamento e Manut. Do Setor de Esporte 10.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. à Instituições Priv. sem Fins Lucrativos 10.000,00
- 12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 10.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
- 13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 15.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 15.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 229.596,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e noventa e seis reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 201/2010

DECRETO N.º 201, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE 66.410,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.492 de 16/12/2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 66.410,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais) no Orçamento vigente:

- 13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 59.000,00
26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 59.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 59.000,00
- 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 7.410,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 7.410,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 5.680,00
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas 1.730,00
- Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 66.410,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:
- 10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE 50.000,00
26782311.040 - Pavimentação Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art. Especial 50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00
- 14.01 - ENCARGOS GERAIS 9.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 9.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00
- 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 7.410,00
10301252.074 - Manutenção do SAMU 7.410,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 4.700,00
3.1.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas 300,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 980,00
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas 1.430,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria SEMED Nº. 007/2010

PORTARIA SEMED Nº. 007/2010
DISPÕE SOBRE A ESCOLHA DE VAGAS E CARGA HORÁRIA DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 01/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 76, § 1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos abaixo elencados para que se apresentem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 453, Bairro Centro, no local e data especificados para a respectiva escolha de vagas e carga horária.

NOME	CARGO	DATA	HORÁRIO
Cláudia Dimon Spengler	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Viviane Coradini Maes	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Ângela Cristina Lauth Oecksler	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Magali Aparecida Corrêa de Souza	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Jocelaine Moreira da Silva	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Ivone Barbieri Roncaglio	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Analice Mitkus Klaumann	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Elisângela Correia	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Edna Turnes	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Ivanete Maria Becchi	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Sabrina de Souza Rodrigues	Professor de Ed. Infantil	19/01/2011	14h
Mariana Lopes	Professor de Artes	19/01/2011	16h
Elisandra Huebes	Professor de Educação Física	19/01/2011	16h

Art. 2º. Na falta dos candidatos aos cargos de Professor de Artes, Educação Física e Educação Infantil, haverá a perda do direito de escolha do local de trabalho (lotação), bem como o da respectiva carga horária.

Parágrafo Único Na impossibilidade de comparecimento de qualquer candidato mencionado no art. 1º na data e horário pré-fixados, a escolha de vagas e carga horária poderá ser efetuada mediante procuração, com firma reconhecida em cartório e finalidade específica para tal.

Art. 3º O início das atividades do ano letivo aos profissionais mencionados nesta Portaria se dará a partir do dia 1º de fevereiro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2010.
NEIVALDO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial nº 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE AGRICULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 05/2011
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE HORAS/ MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA
Entrega dos Envelopes: 17/01/2011 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 17/01/2011 às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 16/12/2010
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Extrato de Dispensa 12/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 33/2010
DISPENSA Nº 12/2010

Objeto: Curso Profissionalizante de Fundamentos em Panificação e Confeitaria - Teoria e Prática, para as famílias referenciadas no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS .
Valor Total: R\$ 16.800,00
Empresa: SENAI SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 12/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 34/2010
DISPENSAS Nº 13/2010

Objeto: Curso Profissionalizante de Eletricista Instalador Residencial para as famílias referenciadas no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.
Valor Total: R\$ 13.400,00
Empresa: SENAI SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 14/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 35/2010
DISPENSAS Nº 14/2010

Objeto: Curso Profissionalizante NR-10 Básico - Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade para o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS .
Valor Total: R\$ 9.800,00
Empresa: SENAI SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Inexigibilidade 03/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 225/2010
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2010

Objeto: Contratação de 01 (um) Show Artístico Musical de Nível Nacional para o Reveillon 2010/2011.
Valor Total: R\$ 63.000,00
Empresa: João Hilario Duarte ME.
Fundamento: Artigo 25, Inciso III, caput da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais Nº. 46/2010

FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV
CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
Edital Nº. 46/2010

O Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação, da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória-UNIUV, no uso das atribuições conferidas pela Portaria 154/2010 e em consonância com o item 11 do Edital n.º 39/2010, torna pública a listagem dos candidatos classificados na prova objetiva, aptos para fazer a prova de títulos no cargo de PROFESSOR DE ARTES, do Concurso Público para provimento de vagas em cargos do quadro permanente de pessoal e emprego público da Prefeitura Municipal de Irineópolis:

Inscrição	Nome	CPF
72	MARIA CECILIA BRAUHARDT DA SILVA	03770043910
122	MARIA APARECIDA CUNHA	07149912958

1. Os documentos dos candidatos classificados para a prova de títulos deverão ser entregues, juntamente com o curriculum vitae (modelo Anexo IV do edital n.º 39/2010), entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2010, na Secretaria da UNIUV, situada em União da Vitória - PR, na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856, Bairro São Basílio Magno, nos horários das 9 às 12 horas, das 14 às 17 horas e das 19 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, mediante protocolo.
2. As demais informações sobre a Prova de Títulos constam no item 11 do Edital n.º 39/2010.

União da Vitória, 15 de dezembro de 2010.
ODELIR DILETO CACHOEIRA
Presidente da Comissão de Concursos

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 35/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	15/12/2010	Horário: 10h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 35/2010 PROC. Nº 122/2010

OBJETO:

Aquisição de um ventilador pulmonar portátil para uso no Pronto Atendimento 24Hrs, conforme especificações do Anexo I do Edital. No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público municipal no dia 08/12/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, CNPJ/MF: 95.433.397/0001-11, COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF: 03.800.317/0001-09 e OTRIALLA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF 02.631.147/0001-05. Iniciada a sessão os membros da CPL e o licitante presente rubricaram o envelope de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Protocolou envelope as empresas: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, CNPJ/MF: 95.433.397/0001-11, LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF: 04.187.384/0001-54. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes e analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, constatou-se que as empresas

estavam de acordo com o edital, portanto consideradas HABILITADAS. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA das empresas habilitadas, que foi achada conforme, portanto para o objeto licitado foi vencedora a Empresa: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF: 04.187.384/0001-54, vencedora no objeto da licitação com o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e em segundo lugar a empresa: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, CNPJ/MF: 95.433.397/0001-11, com o valor de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais). Observado pela CPL que o valor apresentado esta dentro dos orçamentos realizados pela Secretaria de Saúde e dentro do preço máximo estipulado em edital. A representante da empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, CNPJ/MF: 95.433.397/0001-11 questionou a bateria do equipamento da empresa vencedora quanto a sua duração em horas. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

SUSINEI SCHULTZ
Membro

Licitantes:

COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS
HOSPITALARES MACROSUL LTDA
Celia Regina Pereira

LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA
Jeferson Willian Nicocelli

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 36/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	15/12/2010	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 36/2010 PROC. Nº 123/2010

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para a reforma do piso da EMEF Ayrton Senna, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 30/11/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, OLIVEIRA & POZER LTDA-ME, CMNPJ/MF: 02.607.573/0001-03, ANDRE FONSECA ZAPPELINI - ME, CNPJ/MF: 11.905.702/0001-30. Exatamente às 08h:30m encerraram-se os prazos para entrega de envelopes e propostas, conforme edital. Protocolou envelope a empresa: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09 - Protocolo nº 211, às 07h:49m nesta

de 15/12/2010. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante e analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, que após análise destas habilitações foi constatado foi achada conforme, portanto considerada HABILITADA. Passando a fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA que foi achada conforme, com o seguinte valor cotado R\$ 54.839,18 (cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e nove reais e dezoito centavos) sendo o que o valor máximo era de R\$ 57.726,54 (cinquenta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
Membro

LICITANTE:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME
OSMAR MEYER RIBEIRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 16/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DE PROPOSTA TÉCNICA

Data	15/12/2010	Horário: 08h:00m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 16/2010 PROC. Nº 111/2010

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROVEDORA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, COM SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS INCLUSO (SGBD), EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO E AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITOS NOS ANEXOS I E II DESTA EDITAL.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. A fim de dar continuidade de análise e julgamento da ata de sessão pública do dia 14/12/2010 sob folhas nº 559 a 562 das exigências do item nº 9.6 do edital da Empresa IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, CNPJ/MF: 01.258.027/0001-41, conforme transcrição e ditames a seguir:

9.6 - Os softwares ofertados serão avaliados pela Comissão de Licitação (Avaliação de Conformidade), que poderá contar com ajuda de equipe técnica de informática da Prefeitura, ou ainda pessoa jurídica especializada a ser contratada, devendo os proponentes trazer na data e hora a ser comunicada, o sistema (softwares) para comprovação do atendimento dos itens exigidos no ANEXO II-A (obrigatórios) e II-B (pontuáveis) deste edital, tendo cada proponente o prazo máximo de até 80 (oitenta) horas para

cumprimento da exigência;

9.7 - Após a abertura, conferência, aposição de rubricas e avaliação de conformidade, as Proponentes que atenderem, rigorosamente, a todas as exigências deste Edital para a Proposta Técnica, será considerado tecnicamente classificado pela comissão; Para este auxílio a Secretaria de Administração e Finanças continuou com método de "CONVOCAR" um representante de cada Setor, Departamento, e Secretaria da Municipalidade afim de acompanhamento da apresentação dos softwares; Exatamente as 08h:40m iniciou-se a sessão pública para apresentação dos softwares, que foi seguida com Lista de Presença a todos os servidores, e presentes todos os convocados, e a equipe da empresa, composta pelos técnicos LEANDRO VICTORINO DE MOURA, portador do CI.RG nº 7763527-0 -SESP/PR e do CNPF/MF: 034.340.739-65, e RONI BREHMER, portador do CI.RG nº 1.426.971-6 -SESP/SC e do CNPF/MF: 791.564.449-15. Em seguida foi decidido a metodologia da Sessão Pública que seria a mesma que da sessão anterior da apresentação dos trabalhos. Neste momento o Secretário de Administração e Finanças e Vice Presidente da CPL Carlito Joaquim Custódio Júnior anunciou em voz alta que seriam explanados a apresentação dos softwares juntamente com explicações e que poderiam ser interrompidos por perguntas pelos servidores da área, e assim ocorreu até o horário de 12h:00m, neste momento encerrada as explicações e supridas todas as dúvidas dos servidores presentes a CPL suspendeu a Sessão para intervalo de almoço. Reaberta a sessão às 13h:30m, foi dado continuidade as explicações do programas de software pela empresa IPM -INFORMATICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, apresentados os softwares abaixo descritos e chegando ao resultado da seguinte classificação a saber:

ITEM	SISTEMAS/SOFTWARES	PONTUAÇÃO TOTAL
8.	Programas de IPTU	46
9.	Programas de ISSQN	30
10	Programas de Nota fiscal Eletrônica de Serviços	30
11.	Programas de Escrita Fiscal	64
12.	Programas para Fiscalização Fazendária	56
13.	Programas de Fiscalização de Obras e Posturas	45
14.	Programas de Receitas Diversas	16
15.	Programas de Contribuição de Melhoria	18
16.	Programas de Arrecadação	69
17.	Programa de Dívida Ativa	33
19.	Programas para Atendimento ao Cidadão	
Não atendeu o item nº 43 (menos 01 ponto)		50
TOTAL		457

Conforme resultado foi atribuído e foi atribuída a empresa a pontuação de 458. Salientando que a somatória total das 03 (três) apresentações realizadas do dia 13, 14 e 15, totalizam a somatória total de 1.103 pontos (um mil cento e três) pontos. Registre-se por oportuno que o item a alínea a) da cláusula 10.2 prescreve: para o Anexo II-B será atribuído o máximo de 1.135 (um mil cento e trinta e cinco) pontos; e a cláusula nº 7.5 prescreve: 7.5 - Serão desclassificadas, também, as empresas que não atingirem no mínimo 70% (setenta por cento) dos itens constantes no Anexo II-B. Considerando a pontuação alcançada a empresa atingiu a porcentagem de 97,18% (noventa e sete, e dezoito) por cento. Em seguida pela unanimidade dos membros da CPL a empresa considerou a empresa APTA TECNICAMENTE e CONFORME, portanto a AVALIAÇÃO realizada qualificou tecnicamente a empresa e a considerou CLASSIFICADA e apta para fase seguinte. Obedecendo ao art. 109 da Lei nº 8.666/93, e o item 9.8 - Divulgados os resultados da 2ª Etapa, será concedido o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei de Licitações, ficando os Envelopes de Proposta Financeira dos LICITANTES desclassificados junto ao processo, devidamente lacrado, até que este se encerre; 9.9 - As propostas

que deixarem de atender aos requisitos técnicos de cumprimento obrigatório estabelecidos neste Edital serão desclassificadas. Em seguida CPL registrou a manifestação da empresa IPM -INFORMATICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA que desiste de interpor recurso conforme pronunciamento em ata e que se necessário enviará documento de desistência escrita, mediante tal alegações a CPL aceitou a desistência e já que não havendo outras manifestações e considerando o interesse público, fica agendado o prazo de 16/12/2010 às 15h:00m para abertura do ENVELOPE Nº (03) DE PROPOSTAS. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes encerrando às 17h:00m.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Vice- Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

Pregão 01/2011 - Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO Nº 001/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2011

PROCESSO Nº 001/2011

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 001/2011 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2011.

PREÂMBULO

Modalidade: PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data Abertura: 04/01/2011.

Horas: 09h30min

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SALA LICITAÇÕES E CONTRATOS.

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua pregoeira Oficial, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA, designada pelo Decreto nº 1108/2010. de 06/04/2010,

torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL. Informações sobre especificações técnicas dos produtos: Secretaria de Educação, telefone (47) 3443-8844, das 08:00 às 16:00 horas, com o servidora JOSELENE G. DO NASCIMENTO CUNHA.

É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site: www.itapoa.sc.gov.br até a data de divulgação do resultado da sessão pública, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

As sessões públicas deste Pregão ocorrerão na sala da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. 1.590, nº 430, Balneário Itapoá, em Itapoá (SC), nas seguintes datas e horários:

Às 08h:30m do dia 04/01/2011, para recebimento dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

Às 09h:30m do dia 04/01/2011, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo.

Será encaminhado, via e-mail, para cada empresa presente na primeira sessão cópia da Ata correspondente.

O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08:00 às 16:00 horas.

O PEDIDO E ENTREGA DO OBJETO

A empresa vencedora deverá fornecer a quantidade solicitada pelo Município não podendo estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para remessa do produto, respeitadas as quantidades mínimas de transporte inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

A entrega parcelada dos produtos dar-se-á após a assinatura da ata de registro de preços e da requisição emitida pela Secretaria de Educação.

Os pedidos, contendo as especificações dos produtos, seu quantitativo, prazo e local de entrega, serão feitos nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, pelo servidor:

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, portadora do CNPF/MF: 987.496.849-49 e C.I. RG nº 3148.607-0/SC, matrícula nº 399-9, da Secretaria de Educação;

O Contratante poderá determinar a substituição de qualquer produto devido a danos causados pelo transporte, defeitos de fabricação, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa e integridade do produto, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão da ata e aplicação das sanções cabíveis.

Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste

Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: transporte, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

DAS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária, conforme abaixo:

Ação nº 86000 – Material de distribuição gratuita – aplicações diretas nº 232 – Fonte nº 101.

Ação nº 102000 – Material de distribuição gratuita – aplicações diretas nº 268 – Fonte nº 101.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

Que estiverem em regime de falência;

Que esteja em processo de litígio, sob qualquer título, com esta Prefeitura;

Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

Que esteja reunida em consórcio (independente de sua forma de constituição);

Que esteja em débito ou em processo de litígio, sob qualquer título, com o Executivo Municipal de Itapoá;

Licitante declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública.

DO CREDENCIAMENTO

Todas as empresas licitantes deverão apresentar obrigatoriamente, a Pregoeira, na data, horário e local designado para início do Pregão, a documentação abaixo:

Credenciamento (com firma reconhecida em cartório) na forma do Anexo I, anexando o original ou cópia autenticada dos documentos abaixo, que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa. A pessoa credenciada, para efeitos de comprovação deverá apresentar documento de identificação pessoal, em documento original para conferência, ou fotocópia autenticada. O documento de credenciamento poderá ser substituído por procuração pública com poderes para representar a empresa de forma ampla ou direcionada a licitações.

Pela empresa comercial: o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores ou a consolidação, se houver;

Pela sociedade civil: a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

Pela sociedade Anônima: a ata da Assembléia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembléia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal; As firmas individuais: o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II.

Declaração de superveniência de fato impeditivo, na forma do Anexo III.

Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e última alteração, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

Se a empresa licitante for representada por seu proprietário,

deverá apresentar documento no original ou cópia autenticada, que comprove tal condição, dispensando-se a apresentação do documento de credenciamento (Anexo I).

A procuração pública em documento original ou cópia autenticada com amplos poderes, ou com poderes, no mínimo, iguais ao do Anexo I (Credenciamento), dispensa a apresentação do referido anexo.

Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

Será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".

A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, toda documentação solicitada neste Edital, com exceção do Credenciamento (Anexo I).

A documentação descrita nos sub itens 5.1.1. a 5.1.3. ficará retida para composição do processo licitatório.

Documentos matriz/filial: Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e se a responsável for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

Os documentos que constarem expressamente serem válidos para todos os estabelecimentos - matriz e filiais - serão aceitos pela Pregoeira independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

Somente as licitantes que atenderem aos requisitos dos itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar, após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata da sessão pública, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da licitante. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances, recorrer dos atos do Pregoeiro, e assinar a ata.

A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro, ficando tácita sua concordância com os registros lançados na Ata.

Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes.

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

As licitantes deverão entregar os dois envelopes, devidamente fechados e identificados, até às 08h:30min do dia 01/04/2011 diretamente no Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura M. de Itapoá, ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: PREGÃO Presencial nº 001/2011 - Registro de Preços nº 001/2011 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

Prefeitura Municipal de Itapoá

"PROPOSTA DE PREÇO"

(Razão Social da licitante)

ENVELOPE 2: PREGÃO Presencial nº 001/2011 - Registro de Preços nº 001/2011 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

Prefeitura Municipal de Itapoá

"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

(Razão Social da licitante)

NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a empresa licitante deverá apresentar o Anexo V (Proposta de Preço/Termo de Referência).

O Anexo V "TERMO DE REFERÊNCIA" deverá:

Contemplar o valor unitário inicial do item em que a licitante participe, utilizando o modelo do anexo ou reproduzindo-o com fidelidade e com preenchimento dos dados por datilografia, impresso via microcomputador, ou manuscrito redigido com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante, contendo, em obediência à Lei Federal nº 9.069/95, os preços em moeda corrente nacional utilizando duas casas decimais, sendo permitido até três casas decimais quando o valor do lance inicial for inferior a R\$ 0,50 (cinquenta centavos). No preço ofertado deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas que, diretas ou indiretas, incidam ou venham a incidir à empresa para o competente cumprimento do estabelecido neste Edital e contrato decorrente, sejam quais forem, constituindo assim o valor proposto, e sua eventual alteração através do processo licitatório, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

Quaisquer custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicional.

As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:

Erro na transcrição do produto: a redação será corrigida, mantendo-se o preço do item e a quantidade;

Erros de transcrição da quantidade prevista no item: o valor da quantidade será corrigido, mantendo-se o preço unitário do item e a descrição do produto.

Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar os trabalhos por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que encaminham suas propostas nos moldes do Anexo V e VIII.

NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

A habilitação da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados para verificação de sua regularidade, com validade vigente se for o caso, e que passarão a compor o processo licitatório, devendo ser apresentados no documento original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada via Cartório ou na Prefeitura Municipal de Itapoá (por funcionário credenciado), ou ainda, quando publicados em órgão da imprensa oficial:

Para comprovação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto do Pregão, deverá ser apresentado: Pela empresa comercial o contrato social vigente, com a alteração anterior, se houver;

Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

Pela sociedade anônima a ata da Assembléia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembléia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal; As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, da Seguridade Social;

Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Alvará de Funcionamento, da sede da empresa licitante;

Certidão da junta comercial do Estado que comprove ser microempresa ou empresa de pequeno porte, caso a licitante tenha esse enquadramento.

Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato

constitutivo em vigor, e penúltima alteração se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões emitidas sem prazo de validade expresse, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

O documento extraído via Internet, deverá ser apresentado no original, e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta. Se a documentação de habilitação, da licitante vencedora do item, não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada, podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e poderá ser descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (Anexo II) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame.

DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

É assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Na modalidade "Pregão" entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada realizada por empresa de grande porte.

Para efeito do disposto no item 7.2., caracterizado o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, terá a adjudicação daquele objeto em seu favor;

Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no item 7.3, será realizado sorteio entre elas para

que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

O disposto neste item 7.3 será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

DA SESSÃO DO PREGÃO

Na data e horário designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira declarará aberta a sessão, anunciará as empresas que apresentaram os envelopes nº 1 (Proposta de Preços/Termo de Referência), e nº 2 (Documentos de habilitação) e dará início à fase de verificação dos documentos, inabilitando as empresas que as apresentarem divergente do solicitado.

A proposta de preço (Anexo V – Termo de Referência/Proposta de Preços), após abertura do certame, é considerada imutável não sendo possível qualquer tipo de correção e/ou alteração em suas informações, com exceção do previsto no item 6.3 "d". Será feita a devida conferência e análise da sua conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos, sendo estas, na sequência, rubricadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes credenciadas.

Na análise das propostas de preços, será desclassificada a empresa que:

A tiver elaborado em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

Apresentar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

Apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem, baseada na proposta das demais licitantes.

A desclassificação da proposta da licitante importa sua preclusão na fase de lances verbais.

Definido a relação das licitantes credenciadas a Pregoeira fará divulgação verbal destas, lançando em ata.

Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço por item.

A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 6.8., serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos. (Inc. IX, art. 4º, da Lei 10.520/2002)

Na ocorrência de empate no valor ofertado, a ordem de lances será definida através de sorteio.

Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço, podendo a Pregoeira, quando a seu critério julgar necessário, determinar o valor mínimo aceitável de redução dos lances, de forma a evitar lances de valores ínfimos que implicariam em demasiado tempo para definição do licitante vencedor.

A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço para efeito de ordenação das propostas.

O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em

apresentar novos lances.

Encerrada a etapa de lances a Pregoeira aplicará as disposições legais previstas às microempresas e empresas de pequeno porte, verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado, estimando-se este por meio do custo médio obtido com os orçamentos previamente realizados para compor o preço médio.

Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com as licitantes vencedoras objetivando o melhor preço.

Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

Não poderá haver desistência ou alteração de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções cabíveis.

Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado a "posteriori" o item, em documento próprio, condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos sobre a sessão pública que porventura sejam impetrados, e cumprimento das condições habilitatórias.

A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.

Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, por razões fundamentadas, a Pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato as empresas licitantes presentes e credenciadas no certame, e será lavrada ata, a ser assinada por todos os presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

Encerrada a fase de lances e de habilitação lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, licitantes credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo documentos das licitantes inabilitadas ficarão de posse da licitadora, que os devolverá após consecução do processo licitatório ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

O resultado final do certame será disponibilizado no site www.itapoa.sc.gov.br e afixado no mural da Prefeitura Municipal de Itapoa, para intimação e conhecimento dos interessados.

DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

O recurso contra a decisão da Pregoeira deverá ser apresentado no original, sob protocolo, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos.

O recurso deverá ser dirigido à Pregoeira que prestará a esta as

informações em até três dias úteis, para sua análise e julgamento em até três dias úteis.

Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, comunicando a empresa que recorreu, ou, se procedente o recurso a Pregoeira e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando as empresas envolvidas na solução.

A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de comunicação por escrito via fax.

A homologação da presente licitação compete ao Prefeito Municipal ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura do Pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Pedido de impugnação ao Edital deverá ser formal e protocolado com o Pregoeiro em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Se remetido via postal, com AR, deverá obedecer ao mesmo prazo. Será ignorado pedido de impugnação que não atenda ao prazo legal.

Acolhida à petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" do Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas através do Anexo V.

A solução do pedido de impugnação será comunicada ao requerente por meio eletrônico via internet, e publicada no site www.itapoa.sc.gov.br, link "pregão", e mural da Prefeitura.

DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do Contrato Administrativo decorrente deste processo licitatório.

A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Homologada a licitação e assinado o Contrato Administrativo, a Adjudicatária fará entrega dos produtos conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com nota fiscal correspondente, que será paga entre os dias 22 e 25 de cada mês, desde que entregue até o dia 15(quinze).

Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Para efeito de emissão da nota fiscal, esta deverá ser emitida em nome da "Prefeitura Municipal de Itapoa", Avenida 1.590, nº 430, Itapoa (SC), C.N.P.J. nº 81.140.303/0001-01, constando no corpo da nota a expressão "Pregão 001/2011 – Registro de Preços nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a Adjudicatária não celebrar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapoa, e declaração de inidoneidade para licitar

ou contratar com a Administração Pública.

Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta contratual em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a Adjudicatária a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor contratado.

Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoá.

Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias a partir da notificação, assinar o contrato, na forma do Anexo VI, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a (s) nova (s) adjudicatária (s) dos itens homologados à licitante desclassificada. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas. Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

DA VIGÊNCIA

A ata de registro de preços terá vigência de 12 meses, podendo ser renovado se de interesse do Município e concordância da Contratada, com a correção dos valores negociada entre as partes, limitado pelo percentual INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado no período.

A licitante vencedora deverá manter, na vigência do Contrato Administrativo, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Empresas licitantes que retirarem o Edital através do site www.itapoa.sc.gov.br deverão, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Pregoeira, informar pelo fax (47) 3443-8828, os dados na forma do Anexo IV.

Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93,

bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapoá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapoá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itapoá.

O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, exceto detalhes técnicos sobre os produtos, deverá ser encaminhado a Pregoeira, pessoalmente no endereço: Av. 1.590, nº 430, em Itapoá (SC), ou pelo telefone (47) 3443-8815, ou através de fax pelo telefone (047) 3443-8828 das 08:00 às 13:00 horas.

Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapoá (SC), com exclusão de qualquer

outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.
DOS ANEXOS - São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

Anexo I – Credenciamento;
Anexo II – Declaração de Habilitação;
Anexo III – Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo;
Anexo IV – Recibo de retirada do Edital (via Internet);
Anexo V – Termo de Referência (proposta de preços);
Anexo VI – Minuta do Contrato Administrativo;
Anexo VII – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
Anexo VIII – Termo de Referência/Proposta de Preços (Arquivo EXCEL) digital;

Itapoá (SC), 16 de dezembro de 2010
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

VALCI TEREZINHA DE SOUZA
Secretaria De Educação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

ANEXO I

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá
Itapoá (SC)

C R E D E N C I A M E N T O

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

Na qualidade de responsável legal pela empresa acima qualificada credenciamos o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade com RG nº _____ e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº _____ a nos representar no "Pregão 001/2011 – Registro de Preços nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer de decisões do Pregoeiro, renunciar a recurso, assinar o contrato decorrente do certame, e praticar demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, ____ de ____ de ____

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
(com firma reconhecida em cartório)

ANEXO II

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá
Itapoá (SC)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

A empresa acima qualificada DECLARA, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do Pregão nº 001/2011, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

_____, ____ de ____ de ____.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá
Itapoá (SC)

Ref. Pregão nº 001/2011 – Registro de Preços nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

DECLARAMOS não haver superveniência impeditiva, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores assinada pelo Responsável Técnico Administrador e pelo Representante legal da licitante.

_____, ____ de ____ de ____.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá
Itapoá (SC)

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

Informamos haver interesse em participar do Pregão nº 001/2011 e para tanto registramos os dados de nossa empresa para eventuais contatos pela Pregoeira:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
C.N.P.J./MF: _____ TELEFONE: () _____ - _____
FAX: _____ - _____ E-MAIL: _____
Pessoa para contato: _____

_____, ____ de ____ de ____.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

(remeter fax através do telefone (47) 3443-8828 – das 08:00 às 16:00 horas)

ANEXO V – TERMO DE REFERENCIA – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO 001/2011 – REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
PREGÃO Nº 001/2011	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2011
MODALIDADE: PRESENCIAL	ABERTURA:04/01/2011
TIPO: MENOR PREÇO ITEM	HORAS:09h30min
Proponente:	
Endereço:	
Cidade/UF:	
Fone/Fax:	
OBS: Esta licitação esta condicionada ao preço máximo de R\$ 56.288,00 (cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e oito reais).	

Item	Produto	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	Apontador simples (cx c/50 un.)	Apontador sem depósito em material termoplástico com furo cônico e uma lâmina de aço inoxidável fixada por parafuso metálico, com dimensões aproximada 6cm X 2,5cm X 1cm. Caixa com 50 unidades. Certificado pelo INMETRO.	40			
2.	Borracha branca (cx c/40 un.)	Borracha branca, macia, número 40, Indicada para apagar escritas a lápis, medindo 34mmx22mmx8,5mm, acondicionada em caixa de papelão contendo 40 unidades. O produto deverá ser atóxico. Composição: Borracha natural, borracha sintéticas, cargas, óleo mineral acelerador e essência. Deverá constar na embalagem: produto não recomendável para menores de 03 anos, marca, código de barras, selo do INMETRO, dimensões, composição, validade e dados de identificação do fabricante.	50			
3.	Caderno Brochura ¼ flexível com 48 fls. Embalagem com 10 unidades	Caderno brochura – grampeado contendo 48 fls, ¼ formato tipo vertical, pautado e margeado frente e verso. Mínimo de 23 pautas por página, com cabeçalho e rodapé. Linhas devem ser coincidentes em ambas as faces, cor branca norma Dimensões mínimas:140 mm de largura x 202 mm de altura. Certificado do INMETRO.	330			

4.	Caneta azul Cx com 50 unidades	Caneta esferográfica, com carga removível, escrita média, na cor azul, corpo transparente cristal sextavado, com marca impressa no corpo em alto relevo, com respiro na tampa e no corpo e haste para fixação em bolso. Acondicionada em caixa de papelão, contendo 50 unidades. Composição: resina termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta em latão e esfera de tungstênio. O refil deverá ser em tubo de polipropileno atóxico. Deverá constar na embalagem do produto: selo do INMETRO, prazo de validade, código de barras, dados de identificação do fabricante e ser de procedência nacional.	15			
5.	Caneta preta Cx com 50 unidades	Caneta esferográfica, com carga removível, escrita média, na cor preta, corpo transparente cristal sextavado, com marca impressa no corpo em alto relevo, com respiro na tampa e no corpo e haste para fixação em bolso. Acondicionada em caixa de papelão, contendo 50 unidades. Composição: resina termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta em latão e esfera de tungstênio. O refil deverá ser em tubo de polipropileno atóxico. Deverá constar na embalagem do produto: selo do INMETRO, prazo de validade, código de barras, dados de identificação do fabricante e ser de procedência nacional.	15			
6.	Cola branca 40 gr Cx com 12 unidades	Cola branca, contendo 40 gramas, acondicionada em frasco de polietileno de baixa densidade com tampa de rosca e bico dosador e reembaladas em caixa de papelão contendo 12 unidades. Composição: PVA, água e preservante. O produto deverá ser indicado para uso escolar, lavável e atóxico. Deverá constar na embalagem: Marca, composição, código de barras, validade, selo do INMETRO e dados de identificação do fabricante. .	140			

7.	Lápis de cor 12 cores grandes	Caixa 12 cores sortidas - tamanho grande, lápis de cor inteiro forma cilíndricos acondicionados em caixas. O lápis deverá ser confeccionado em madeira mole, isenta de nós, apresentando colagem perfeita das metades e rígida fixação do grafite. Deverá ser recoberto com tinta atóxica, a barra interna do grafite deverá possuir constituição uniforme, ser isenta de impurezas, apresentar boa pigmentação e ser macio. Dimensões: Comp.: 170 mm Diâmetro: 06 mm. Com certificação do INMETRO.	1500			
8.	Lápis de escrever caixa com 144 unidades	Lápis de escrever confeccionado em madeira mole, isenta de nós, apresentando colagem perfeita das metades com rígida fixação do grafite de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento o qual deverá formar cavaco contínuo e uniforme. Deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos e não laváveis, a barra interna de grafite deverá possuir constituição uniforme e sem impurezas. Características Geométricas: diâmetro do lápis: 6,5 a 7,5 mm, comprimento do lápis: 170 a 180 mm, diâmetro do grafite: aprox. 2mm. Características físicas: formato cilíndrico, tinta e verniz não tóxicos, dureza do grafite comum nº2. Com certificação do INMETRO.	20			
9.	Régua plástica 30 cm cristal. Embalagem com 25 unidades	Régua plástica de poliestireno cristal 30cm de comprimento x 2,5cm de largura x 2mm de espessura, transparente, com divisão em milímetros, destaques a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas. Deverá o produto ser embalado em papel filme plástico transparente, pacote com 25 unidades.	70			
10.	Tesoura Escolar sem ponta. Cx com 12 unidades	Tesoura escolar sem ponta, de 4 polegadas, resistente, disponível em várias cores. Lâminas em aço inox e cabo em polipropileno. Fabricação Nacional. Dimensões(mm): 168x80x7 comprimento x largura x a altura. Peso: 18 gramas. Certificação do INMETRO.	125			

11.	Gizão de cera caixa com 15 cores	Gizão de cera grosso em cores variadas e vivas, Formato jumbo: ideal para mãozinhas pequenas. Acondicionado em caixa de papelão resistente, contendo 15 unidades. O produto deverá ser utilizado em pinturas e desenhos sobre o papel, papel cartão e cartolina, não manchar as mãos e ser atóxico. Composição: Ceras e pigmentos. Conter na embalagem: produto não indicado para menores de 03 anos, marca, código de barras, selo do INMETRO, produto não perecível, responsável técnico e dados de identificação do Fabricante.	1200			
-----	----------------------------------	--	------	--	--	--

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes neste anexo e na minuta contratual.

_____, ____ de _____ de _____.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VI MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011
PROCESSO Nº 01/2010

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

Aos ____ dias do mês de _____ do corrente ano de ____, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Educação aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Educação, a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº: 533.363.309-63, matrícula nº 5274-4, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa _____, com sede à Rua _____, nº ____, Bairro: _____, na cidade de _____/____, CEP: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, e Inscrição Estadual nº. _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portadora do CNPF/MF nº _____, e do CI.RG nº _____, acordam proceder, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 01/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 01/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Produto	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Total						

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 - Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 - A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Educação, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 3 (três) horas, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços de Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 – Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 – Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

10.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município www.diariomunicipal.sc.gov.br, conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Educação, através do fiscal desta Sra. Joseane G. do Nascimento Cunha, portador do CNPF/MF nº: 987.496.849-49, matrícula nº 399-9, ou servidor capacitado no ato designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

12.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, ____ de _____ de ____.

ERVINO SPERANDIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
VALCI TEREZINHA DE SOUZA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

ANEXO VII À

Prefeitura Municipal de Itapoá
Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá
Itapoá (SC)

REF. PREGÃO 001/2011 – REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2011 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ELABORAÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ANO LETIVO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2011.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

Declaramos, para efeito de participação no Pregão nº 001/2011, que nossa empresa tem enquadramento como () microempresa () empresa de pequeno porte e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;
Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceção às de consumo);

Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;
Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

_____, ____ de _____ de ____.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VIII

TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO ADEQUADO DE ARQUIVO EXCEL

Algumas medidas foram adotadas visando agilizar os trabalhos da equipe Pregoeira, bem como o Processo Licitatório como um todo, a saber:

A disponibilização para download, através do site www.itapoa.sc.gov.br, de arquivo em formato Excel previamente formatado nos padrões da Licitação modalidade Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Itapoá;

Dentro deste arquivo Excel, a empresa deverá preencher os dados unicamente nos campos disponibilizados com cor de fundo azul, nas células nome da empresa proponente, valores unitários de cada item e suas respectivas marcas, conforme demonstra a figura 01;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ				
Licitações & Contratos - Pregão nº 000/2009				
Processo Administrativo nº 000/2009				
Nome da Empresa Proponente		PROPOSTA DA EMPRESA		
ITEM	Apresentação do produto	Quantidade	Marca do Produto	Valor Total
1	Item 01	1		0,00
2	Item 02	1		0,00
3	Item 03	1		0,00
4	Item 04	1		0,00
5	Item 05	1		0,00
6	Item 06	1		0,00
7	Item 07	1		0,00
8	Item 08	1		0,00
9	Item 09	1		0,00
10	Item 10	1		0,00
11	Item 11	1		0,00
12	Item 12	1		0,00
13	Item 13	1		0,00
14	Item 14	1		0,00
15	Item 15	1		0,00
16	Item 16	1		0,00
17	Item 17	1		0,00
18	Item 18	1		0,00
19	Item 19	1		0,00
20	Item 20	1		0,00
Valor Total da Proposta =				R\$ 0,00

Figura 01. Imagem ilustrativa do arquivo Excel para preenchimento das empresas proponentes

A coluna Valor Total está automatizada com fórmula para gerar corretamente o valor total da proposta da empresa. As demais células estão bloqueadas não sendo possível acrescentar quaisquer informações adicionais.

O arquivo deve obrigatoriamente atender os quatro seguintes quesitos:

- 1) ser preenchido e salvo em formato Excel;
- 2) ser salvo com o nome da empresa proponente;
- 3) ser gravado em mídia tipo compact disc (CD);
- 4) e ser entregue junto ao envelope - Nº 1 de Proposta de Preço da Empresa (OBRIGATORIAMENTE)

Não havendo nada mais digno de nota encerro o presente.

Itapoá, ____ de _____ de ____.

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 2.371

PORTARIA Nº 2.371 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA do(a) Senhor(a) JOSE ANTONIO CRUZ, do cargo de Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT - Decreto Lei n.º 5.452 de 01 de maio de 1943.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.372

PORTARIA Nº 2.372 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) ROSANE FATIMA DE SOUZA MELLO, Técnico de Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 16 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.373

PORTARIA Nº 2.373 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ADRIANA POSPOR, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.374

PORTARIA Nº 2.374 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALCIONE MARIA VIDI SUSIN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.375

PORTARIA Nº 2.375 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALEXANDRE AUGUSTO VIDI ROESLER, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.376

PORTARIA Nº 2.376 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALINE ANGELA ALVES DE CARVALHO, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.377

PORTARIA Nº 2.377 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALINI SIMADON, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.378

PORTARIA Nº 2.378 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALZIRA MAESTRI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.379

PORTARIA Nº 2.379 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANA BENEDITA FERRONATO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.380

PORTARIA Nº 2.380 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANA MARIA RODRIGUES PAIANO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.381

PORTARIA Nº 2.381 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANA PAULA MELLEGARI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.382

PORTARIA Nº 2.382 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANA RAQUEL MARCON, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.383

PORTARIA Nº 2.383 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.384

PORTARIA Nº 2.384 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANGELA APARECIDA NUNES MOREIRA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.385

PORTARIA Nº 2.385 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.386

PORTARIA Nº 2.386 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CELINI MILANI CORDEIRO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.387

PORTARIA Nº 2.387 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CHARLENE APARECIDA MAZZAROLLO FIORESE, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.388

PORTARIA Nº 2.388 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CLAITON ANTONIO PEREIRA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.389

PORTARIA Nº 2.389 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CONSTANCIA RODRIGUES, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.390

PORTARIA Nº 2.390 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CRISTIAN LEMES CERINO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.391

PORTARIA Nº 2.391 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CRISTIANE TURRA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.392

PORTARIA Nº 2.392 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CRISTIANO BERNARDI, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.393

PORTARIA Nº 2.393 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DANIELI DEBUS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a)

na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.394

PORTARIA Nº 2.394 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DANUSA DE BRITTO OLIVEIRA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.395

PORTARIA Nº 2.395 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DEISE CRISTINA ALVES BOTH, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.396

PORTARIA Nº 2.396 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DENYSE CARLETTI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.397

PORTARIA Nº 2.397 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DIOMAR FLORES DE CAMARGO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.398

PORTARIA Nº 2.398 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DONOVAN CONRADO, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.399

PORTARIA Nº 2.399 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DULCE HACHMANN SCHNEIDER, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.400

PORTARIA Nº 2.400 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) EDELIR FATIMA DEITOS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.401

PORTARIA Nº 2.401 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) EDIANE PAVIANI HOPPEN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.402

PORTARIA Nº 2.402 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELIR ALEXANDRETTI BARCARO, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.403

PORTARIA Nº 2.403 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.404

PORTARIA Nº 2.404 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELIZA KARLA PIGATTO DOCENA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais,

lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.405

PORTARIA Nº 2.405 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELIZABET MARIA LORENZON COVOLAN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.406

PORTARIA Nº 2.406 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.407

PORTARIA Nº 2.407 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) EULEZIA FATIMA VANZIN LISSA DAL PRA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.408

PORTARIA Nº 2.408 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FABIANI REGINA BOF, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.409

PORTARIA Nº 2.409 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FATIMA PRANDO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.410

PORTARIA Nº 2.410 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FERNANDA LOURENÇO DE ALMEIDA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.411

PORTARIA Nº 2.411 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FERNANDO CASSIO ORSO ALVES, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.412

PORTARIA Nº 2.412 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FRANCIELE GALDINO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.413

PORTARIA Nº 2.413 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) IEDA COLLA DE SOUZA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.414

PORTARIA Nº 2.414 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) IVANETE GASPARINI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.415

PORTARIA Nº 2.415 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JANETE APARECIDA DIAS RODRIGUES DALA COSTA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de

20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.416

PORTARIA Nº 2.416 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JANINHA VIEIRA BRESSAN, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.417

PORTARIA Nº 2.417 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JOCELAINE VIERO CANALE, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.418

PORTARIA Nº 2.418 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JOICE SALETE ROSSONI NEGRI, Professor Com Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.419

PORTARIA Nº 2.419 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.420

PORTARIA Nº 2.420 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JULIANA APARECIDA T. SAMOURA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.421

PORTARIA Nº 2.421 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JUNE BAHU ROVEA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.422

PORTARIA Nº 2.422 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.423

PORTARIA Nº 2.423 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LAIANE FATIMA NORA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.424

PORTARIA Nº 2.424 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LEILA MIRIAN GOMES, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.425

PORTARIA Nº 2.425 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANA DE OLIVEIRA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.426

PORTARIA Nº 2.426 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.427

PORTARIA Nº 2.427 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUIZ FERNANDO CONRADO, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.428

PORTARIA Nº 2.428 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LURDES CARICIMI BONFANTI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.429

PORTARIA Nº 2.429 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LURDES MARIA DA SILVA DE BARROS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.430

PORTARIA Nº 2.430 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARCELO CIEPIELEWSKI, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.431

PORTARIA Nº 2.431 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARCIA REGINA ARRUDA DE SOUZA CHAVES, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.432

PORTARIA Nº 2.432 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.433

PORTARIA Nº 2.433 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARGARETH APARECIDA ROSO DA SILVEIRA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.434

PORTARIA Nº 2.434 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA LUIZA DEZANET, Professor Com Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.435

PORTARIA Nº 2.435 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARLENE PASTORI BOTT, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.436

PORTARIA Nº 2.436 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARLY TEREZINHA DECZKA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.437

PORTARIA Nº 2.437 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARTA BEHREND ROCHA, Professor Com Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.438

PORTARIA Nº 2.438 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MICHELE DEOLA, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.439

PORTARIA Nº 2.439 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MONALIZA APARECIDA SURDI GEMELLI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.440

PORTARIA Nº 2.440 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MONICA REGINA DE MATOS, Professor Com Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.441

PORTARIA Nº 2.441 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NATALIA MARIA FIRMINO BIANCON, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.442

PORTARIA Nº 2.442 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.443

PORTARIA Nº 2.443 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NEIDE SANTANA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.444

PORTARIA Nº 2.444 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.445

PORTARIA Nº 2.445 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA DALLA COSTA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.446

PORTARIA Nº 2.446 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA DE DEUS E SILVA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.447

PORTARIA Nº 2.447 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PAULA DOS SANTOS LOPES, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.448

PORTARIA Nº 2.448 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PAULO SERGIO RIBEIRO DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte)

horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.449

PORTARIA Nº 2.449 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) RENATA SAVOLDI DE ALMEIDA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.450

PORTARIA Nº 2.450 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROBSON VEIGA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.451

PORTARIA Nº 2.451 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) RONIE RODRIGO URNAU, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.452

PORTARIA Nº 2.452 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSANGELA APARECIDA ROTERS, Professor Com Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.453

PORTARIA Nº 2.453 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSILDE BACHES, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.454

PORTARIA Nº 2.454 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SANDRINE CRISTINA PIZONI, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.455

PORTARIA Nº 2.455 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SELMAR JOSE KLEIN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.456

PORTARIA Nº 2.456 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.457

PORTARIA Nº 2.457 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SIMONE BREZOLIN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.458

PORTARIA Nº 2.458 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SIMONE SCHNEIDER DECKERT, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.459

PORTARIA Nº 2.459 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SINARA FABIANA VEIGEL PIVA, Auxiliar de Creche, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais,

lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.460

PORTARIA Nº 2.460 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SONILEI APARECIDA PERONI GUARDA, Professor Com Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.461

PORTARIA Nº 2.461 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) VERLAINE GAUGER, Professor Sem Habilitação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.462

PORTARIA Nº 2.462 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) WILKERSON SILVA PEREIRA DIERSMANN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.463

PORTARIA Nº 2.463 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.464

PORTARIA Nº 2.464 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO, Auxiliar de Creche, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.465

PORTARIA Nº 2.465 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos apontados a respeito de indícios de irregularidades no consumo de combustíveis dos veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme memorando da Procuradoria Jurídica do Município de 10 de dezembro de 2010.

2º DESIGNAR os servidores, GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, SONIA APARECIDA BORCHERS e DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.466

PORTARIA Nº 2.466 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos apontados a respeito de execução de serviços à agricultores por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme memorando da Procuradoria Jurídica do Município de 10 de dezembro de 2010.

2º DESIGNAR os servidores, JANETE DO PRADO, FABIANO COLOMBO e JANA TERESINHA PINTO PILGER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.467

PORTARIA Nº 2.467 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o que determina o prejulgado n.º 1822 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR Comissão para apuração de débito de exercício anterior referente a prestação de serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte e destinação final de resíduos de saúde, conforme parecer jurídico do processo n.º 116.987 de 04 de novembro de 2010.

2º DESIGNAR os servidores, VANIA BRANDALIZE BACALTCHUCK, ILTON ANTONIO SCHMITZ e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Aviso Homologação PL 101/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE JOAÇABA

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2010/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 101/2010/PMJ, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 41/2010/PMJ.

Objeto: aquisição imediata de brinquedos e jogos didáticos para serem utilizados no auxílio ao processo de ensino e aprendizagem, nas atividades de recreação das escolas municipais de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:

COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA,

- Valor total: R\$ 4.039,30 (quatro mil, trinta e nove reais e trinta centavos).

DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA,

-Valor total: 6.338,60 (seis mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA,

- valor total: 4.426,80 (quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA,

- valor total: 11.797,50 (onze mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 15 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ordem de Paralisação

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a paralisação dos serviços relativos à construção de Unidade de Saúde da Família, no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, objeto do Contrato nº 153/2010, oriundo do Processo de Licitação nº 24/2010 - Edital de Tomada de Preços nº 2/2010, cuja ordem de serviço inicial foi emitida em 02/12/2010, haja vista a necessidade de alteração dos projetos inicialmente detalhados observando um recuo diferenciado para que a rede de energia elétrica de alta tensão existente não fique localizada sobre o local inicialmente previsto para a implantação da obra.

A paralisação acontecerá a partir de 16/12/2010 e perdurará pelo período de 60 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 15 de dezembro de 2010.

Município de Joaçaba

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Simar José Rosa

IMPRES

Rentabilidade aplicações Novembro/2010 IMPRES



IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

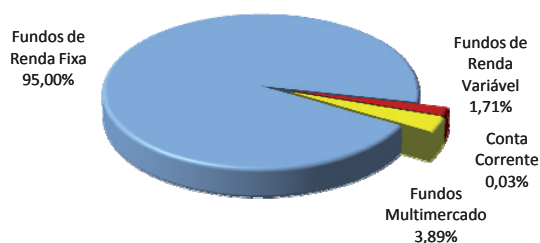


Relatório da Carteira de Investimentos do IMPRES

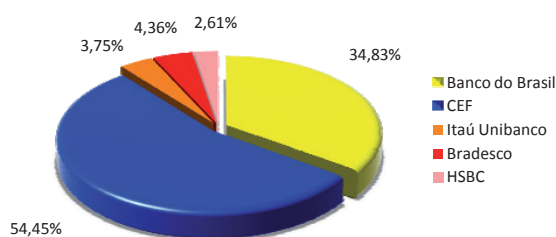
NOVEMBRO - 2010

Os recursos do IMPRES são aplicados com fundamento e observância dos princípios de segurança, legalidade, liquidez e rentabilidade. Com o intuito de melhorar as práticas de administração dos recursos disponíveis, além de aumentar o nível de confiabilidade do sistema de controladoria, o IMPRES contratou a Somma Investimentos – empresa especializada em assessoria aos RPPS – que auxiliará o Instituto na gestão da carteira de investimentos.

Distribuição da Carteira de Investimentos

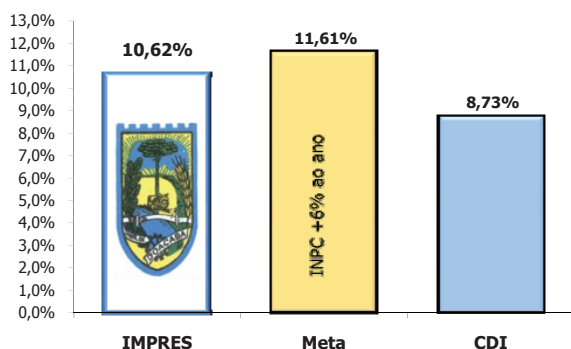


Distribuição por Instituição

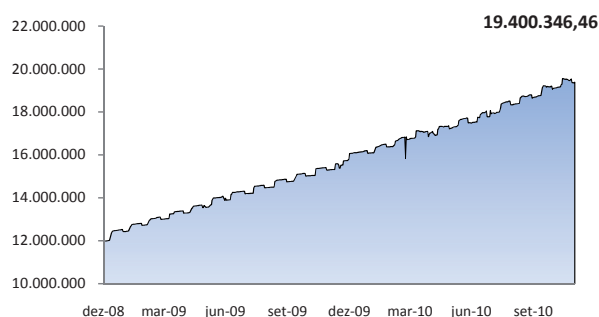


HISTÓRICO DE RENTABILIDADE		Rentabilidade no Mês		Acumulado em 2010		Acumulado desde 31/12/2008	
	IMPRES	0,65 %	comparativo	10,62 %	comparativo	21,67 %	comparativo
	Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,52 %	43%	11,61 %	92%	23,15 %	94%
	CDI	0,81 %	81%	8,73 %	122%	19,50 %	111%

Comparativo de Rentabilidade no ano de 2010



Evolução Patrimonial



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a meta atuarial.

SIMAE**Homologação Pregão Presencial 0045/2010**

Processo 2977/2010

Pregão Presencial 0045/2010

DESPACHO:

1- Homologo o Julgamento da Pregoeira para a empresa PEDREIRA TRIANGULO LTDA e encaminho ao SMT, para a emissão das Notas de Empenho para exercício 2011 dos seguintes materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VLR TOTAL
001	BRITA GRADUADA	1.200 M3	48.600,00

2- Comunique-se.

Joaçaba-SC, 15 de dezembro de 2010.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretor Presidente do SIMAE

Resumo de Contrato JHL 0093/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0093/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0045/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2010

PROTOCOLO Nº JHL 2977/2010

Data: 15/12/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA O EXERCÍCIO 2011.

Contratado: PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 40,50 (Quarenta reais e cinquenta centavos) o M³.

Projeto/atividade - 2061 - Técnica Água

Função/Programa: 17.512.0029

Elemento: 3390.30.00.00

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 124/2010**

DECRETO nº 124/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;

- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada;

- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada

a tendência do exercício;

- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0000 - Recursos Ordinários, verificados até o mês de novembro de 2010.

- Que a dotação 1 do Gabinete do Prefeito e Vice, 41, 39 e 37 da Secretaria de Administração e Finanças, 46 da Secretaria da Agricultura, 28 da Secretaria de Ação Social e 22 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais):

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice

Unidade : 01 Gabinete do Prefeito e Vice

Função : 4 Administração

Programa : 1020 Gestão Administração Superior

Subfunção : 122 Administração Geral

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (1)

Projeto Atividade : 2.004 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice

Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Função : 4 Administração

Programa : 1030 Administração Geral e Financeira

Subfunção : 123 Administração Financeira

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (41)

Projeto Atividade : 2.006 Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Valor : R\$ 15.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Função : 4 Administração

Programa : 1034 Fortalecimento do Municipalismo

Subfunção : 122 Administração Geral

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00 (39)

Projeto Atividade : 2.008 Fortalecimento do Municipalismo

Valor : R\$ 5.500,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Função : 4 Administração

Programa : 0 Operações Especiais

Subfunção : 122 Administração Geral

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Elemento Despesa : 3.3.20.00.00.00 (37)

Projeto Atividade : 2.008 Fortalecimento do Municipalismo

Valor : R\$ 2.500,00

Órgão : 04 Secretaria de Agricultura

Unidade : 01 Secretaria de Agricultura

Função : 20 Agricultura

Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural

Subfunção : 606 Extensão Rural

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (46)

Projeto Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural

Valor : R\$ 9.500,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social

Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social

Função : 8 Assistência Social

Programa : 1090 Assistência Social
Subfunção : 244 Assistência Comunitária
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (28)
Projeto Atividade : 2.048 Manutenção da Secretaria de Ação Social
Valor : R\$ 8.000,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade : 01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função : 26 Transporte
Programa : 1070 Estradas Vicinais
Subfunção : 782 Transporte Rodoviário
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (22)
Projeto Atividade : 2.051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Valor : R\$ 18.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 125/2010

DECRETO nº 125/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.1700 - Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 43 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 5.000,00 (cinco mil reais):

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Função : 25 Energia
Programa : 1031 Utilidade Pública
Subfunção : 752 Energia Elétrica
Recurso : 0.1.1700 Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (43)
Projeto Atividade : 2.050 Manutenção Melhoramento Iluminação

Pública
Valor : R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 126/2010

DECRETO nº 126/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0100 - Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que as dotações 51 e 56 da Secretaria da Educação Cultura e Desporto encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 29.000,00 (vinte e nove mil reais):

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (51)
Projeto Atividade : 2.016 Manutenção da Secretaria da Educação e Cultura
Valor : R\$ 17.000,00

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (56)
Projeto Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Valor : R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de

novembro de 2010, no valor de 29.000,00 (vinte nove mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 127/2010

DECRETO nº 127/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.1800 - FUNDEB 60%, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 53 da Secretaria da Educação Cultura e Desporto encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 39.000,00 (trinta e nove reais):

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.1800 Transferências FUNDEB/FUNDEF - 60%
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (53)
Projeto Atividade : 2.017 FUNDEB 60%
Valor : R\$ 39.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 128/2010

DECRETO nº 128/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios

Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;

- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.6410 - Atenção Básica - Programa Saúde da Família PSF, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 5 do Fundo Municipal de Saúde encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 9.000,00 (nove mil reais):

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
Função : 10 Saúde
Programa : 1050 Saúde para Todos
Subfunção : 301 Atenção Básica
Recurso : 0.1.6410 Atenção Básica - Programa Saúde da Família PSF
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (5)
Projeto Atividade : 2.033 Programa da Saúde da Família
Valor : R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 9.000,00 (nove reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 129/2010

DECRETO nº 129/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.6411 - Atenção Básica - Saúde Bucal PSF, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 17 do Fundo Municipal de Saúde encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 6.000,00 (seis mil reais):

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
Função : 10 Saúde
Programa : 1050 Saúde para Todos
Subfunção : 301 Atenção Básica
Recurso : 0.1.6411 Atenção Básica - Saúde Bucal PSF
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (17)
Projeto Atividade : 2.040 Saúde Bucal
Valor : R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 6.000,00 (seis reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 130/2010

DECRETO nº 130/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0200 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Saúde, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 3 do Fundo Municipal de Saúde encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 29.000,00 (vinte e nove mil reais):

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
Função : 10 Saúde
Programa : 1050 Saúde para Todos
Subfunção : 301 Atenção Básica
Recurso : 0.1.0200 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Saúde
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (3)
Projeto Atividade : 2.032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Valor : R\$ 29.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Decreto 131/2010

DECRETO nº 131/2010 de 13 de DEZEMBRO de 2010.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0200 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Saúde, verificados até o mês de novembro de 2010.
- Que a dotação 3 do Fundo Municipal de Saúde encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 4.000,00 (quatro mil reais):

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
Função : 10 Saúde
Programa : 1050 Saúde para Todos
Subfunção : 301 Atenção Básica
Recurso : 0.1.6412 Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (7)
Projeto Atividade : 2.034 Programa de Agentes Comunitários
Valor : R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado até o mês de novembro de 2010, no valor de 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Portaria 573/2010

PORTARIA Nº 573/2010

Joselio da Silva, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor André Massashi Sunada, contratado em caráter temporário através da Portaria n. 181/2010, no cargo de Medico, a partir 17.12.2010.

José Boiteux, 13 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 574/2010
PORTARIA Nº 574/2010

Joselio da Silva, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Elisete Pereira dos Santos, contratada em caráter temporário através da Portaria n. 222/2010, no cargo de Servente, tendo em vista o término do ano letivo, a partir de 17.12.2010.

José Boiteux, 13 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 575/2010
PORTARIA Nº 575/2010

Joselio da Silva, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Josiel Borges, a partir de 16.12.2010, admitido pela Portaria nº 362/2010, no cargo temporário de Conserveiro.

José Boiteux, 16 de Dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.666/2010

LEI Nº 1.666/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
Autoriza o ingresso do Município de Lauro Muller no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Lauro Muller no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei nº 1.667/2010

LEI Nº 1.667/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Município de Lauro Müller a consorcia-se ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC) e ratifica o Protocolo de Intenções do respectivo consórcio público.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o consorciamento do Município de Lauro Müller no Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC), instituído sob a forma de associação pública de direito público, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 3º - A alteração ou extinção do CISAMREC dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Dezembro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei nº 1.668/2010

LEI Nº 1.668/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito especial.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento do Exercício de 2010, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Fundo Municipal de Saúde

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.40 - Transferência a Municípios - 0.0.0003 - R\$ 5.000,00

TOTAL - R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Fundo Municipal de Saúde
 07.01 - Fundo Municipal de Saúde
 2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.3.50 - Transf. Inst. Privadas s/ fins lucrativos - 0.0.0003 - R\$ 5.000,00

TOTAL - R\$ 5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Dezembro de 2010
 HÉLIO LUIZ BUNN
 Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
 Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei nº 1.669/2010

LEI Nº 1.669/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Compromisso com a Prefeitura Municipal de Criciúma para a manutenção do SVO - Serviço de Verificação de Óbito - Macro Regional.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Compromisso com a Prefeitura Municipal de Criciúma através das Secretarias Municipais de Saúde, objetivando a manutenção do SVO - Serviço de Verificação de Óbito - Macro Regional, do período da aprovação da presente Lei até 28/02/2011 podendo ser prorrogado mediante acordo formalizado por Termo Aditivo.

Parágrafo Único - O Termo de compromisso tem como objetivo o repasse financeiro mensal no valor de R\$ 451,00 (quatrocentos e cinquenta e um reais) da Secretaria Municipal de Saúde de Lauro Müller através do Fundo Municipal de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Criciúma, para viabilizar o funcionamento do Serviço de Verificação de Óbitos, a definição das causas de morte natural e o aprimoramento do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), mantido pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.622/2009 de 17 de dezembro de 2009; 07.01 - Fundo Municipal de Saúde; 2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; Natureza da Despesa: 3.3.40.00 - Transferências a Municípios.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Dezembro de 2010.
 HÉLIO LUIZ BUNN
 Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
 Sec. Administração, Fin. Planej.

Decreto nº 043/2010

DECRETO Nº 043/2010.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.622/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 687.000,00 (seiscentos e oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
 04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
 1.008 - Aquisição de Veículo para a Educação
 4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 130.000,00

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 85.000,00
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 27.000,00
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 60.000,00

2.011 - Transporte Escolar
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 150.000,00

2.013 - Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 20.000,00

2.062 - Manutenção da Secretaria da Educação
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 25.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 05.01 - Departamento de Obras
 2.024 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

08.00 - Secretaria Municipal de Agricultura
 08.01 - Fundo Municipal da Agricultura
 2.042 - Assistência ao Produtor Rural
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 60.000,00
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

09.00 - Secretaria Municipal da Família e Ação Social
 09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 2.073 - Manutenção da Secretaria da Ação Social
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 30.000,00

TOTAL - R\$ 687.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Anulação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
 04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
 1.004 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escolar

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 30.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 27.000,00

1.005 - Aquisição de Terreno
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 20.000,00

1.007 - Construção de Creche
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 140.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 280.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
05.01 - Departamento de Obras
1.014 - Construção de Bueiro
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 30.000,00

1.022 - Implantação do Museu de Carvão
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

1.024 - Construção de Capela Mortuária
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 40.000,00

1.061 - Construção de Unidade de Bombeiro Militar
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 20.000,00

TOTAL - R\$ 687.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Dezembro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin, E Planej.

Decreto nº 044/2010

DECRETO Nº 044/2010.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.622/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.00 - Fundo municipal de Saúde
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.036 - Manutenção das Equipes PACS, PSF
3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 57.000,00
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 50.000,00

2.037 - Programa do PAB
3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 150.000,00

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 100.000,00
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 50.000,00

2.064 - Manutenção do SAMU
3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 7.000,00

TOTAL - R\$ 414.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Anulação

07.00 - Fundo municipal de Saúde
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.033 - Aquisição de Veículo
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 80.000,00

1.034 - Aquisição de Odontomóvel
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 50.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 40.000,00

2.036 - Manutenção das Equipes PACS, PSF
3.3.50 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 144.000,00

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
4.5.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 40.000,00
4.6.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 30.000,00

2.040 - Implantação de Programa e Serviço de Controle
4.6.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 30.000,00

TOTAL - R\$ 414.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Dezembro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin, e Planej.

Gabarito Processo Seletivo Simplificado nº 02/2010

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2010
PROVAS REALIZADAS EM 12/12/2010

GABARITO PROVA ESCRITA

Após o julgamento dos recursos a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2010 da Prefeitura de Lauro Muller SC, torna público o Gabarito da Prova Escrita.

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabarito

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	C	C	B	C	C	A	C	C	B	B	C	C	A	B	C	C

PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

Gabarito

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	C	C	B	C	C	A	B	A	C	C	C	C	C	A	C	B

PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabarito																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	C	C	B	C	C	A	C	A	C	A	A	A	C	B	A	C

PROFESSOR – SÉRIES INICIAIS

Gabarito																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	C	C	B	C	C	A	B	B	C	C	C	C	C	A	B	

PROFESSOR – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Gabarito																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	C	C	B	C	C	A	C	C	C	C	A	C	B	B	C	A

Lauro Muller (SC), 15 de dezembro de 2010.

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Gabarito Processo Seletivo Simplificado nº 03/2010

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2010

PROVAS REALIZADAS EM 12/12/2010

GABARITO PROVA ESCRITA

Após o julgamento dos recursos a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2010 da Prefeitura de Lauro Muller SC, torna público o Gabarito da Prova Escrita.

SERVEENTE

Gabarito																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	C	B	B	A	C	C	C	C	A	A	B	A	C	A	B	B

Lauro Muller (SC), 15 de dezembro de 2010.

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Resultado Processo Seletivo Simplificado nº 02/2010**RESULTADO**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2010

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2010 da Prefeitura de Lauro Muller SC, torna público as notas e a classificação geral dos candidatos.

ÁREA 1 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Pontos	Média Geral	Classi-ficação
28	Juliana Pinheiro da Silva	23/03/85	7,5	8	7,7	1
2	Vanderleia Batista Velho	07/12/70	8,0	7	7,6	2
11	Fabiana da Silva	23/07/83	8,0	7	7,6	3
6	Janice Del Prado	19/08/61	7,0	8	7,4	4
60	Maria Heloisa Dalsasso	05/05/67	7,0	8	7,4	5
	Solange Warmerling					
43	Moraes da Luz	01/08/79	7,5	7	7,3	6
26	Adelaide da Luz Luciano	26/12/62	6,5	8	7,1	7

25	Aristela de Oliveira Vieira	04/11/74	6,0	8	6,8	8
64	Marinete Aparecida Cor-rea dos Santos	03/01/77	6,0	8	6,8	9
4	Viviane Cardoso	13/04/80	6,0	8	6,8	10
1	Karine Madeira Tavares Bianquini	03/01/81	6,0	8	6,8	11
8	Carla de Fatima Bez Batti Carboni	13/05/82	6,0	8	6,8	12
21	Eva Aparecida Citadin Benedet	01/06/74	5,5	8	6,5	13
14	Juscelane Velho Gomes	25/12/80	5,5	8	6,5	14
16	Ana Regina Gertrudes Carvalho	07/10/71	5,0	8	6,2	15
54	Luciane Vicente	31/03/74	5,0	8	6,2	16
29	Ivone Soligo Machado	14/07/69	4,5	8	5,9	17
12	Jerusa de Oliveira Betta	27/10/86	6,5	5	5,9	18
56	Andrea Doris Tancredo Benedet	21/04/63	6,0	5	5,6	19
63	Marineusa Araujo Bez	12/04/64	4,0	8	5,6	20
24	Silvia João Maccari	20/08/65	4,0	8	5,6	21
31	Iones das Graças Velho	27/09/73	4,0	8	5,6	22
22	Camila Salvador	19/11/90	6,0	5	5,6	23
61	Raquel Carminatti	15/08/88	6,0	4	5,2	24
53	Daniela Pizoni	09/03/92	8,5	-	5,1	25
5	Maritsa Tournier Tavares	12/09/75	5,5	4	4,9	Elim
65	Carmozélia de Aguiar	01/03/58	5,0	4	4,6	Elim
20	Rosinete Aparecida Bagio Fernandes	25/04/70	2,0	8	4,4	Elim
55	Debora Cristina Bitten-court tournier	27/01/75	3,0	6	4,2	Elim
34	Grasieli Piat	24/08/85	3,5	5	4,1	Elim
37	Patricia Cataneo	03/03/88	3,5	5	4,1	Elim
57	Adriana Demarch	07/02/91	5,5	2	4,1	Elim
49	Miriam Dorigon	15/04/80	6,5	-	3,9	Elim
38	Janaina Vieira	17/12/74	4,0	3	3,6	Elim
48	Eluciane Aparecida Polidoro	23/02/83	6,0	-	3,6	Elim
18	Edna Carboni	14/03/80	3,0	4	3,4	Elim
67	Terezinha Fontanela Felizardo	20/02/75	0,0	8	3,2	Elim
45	Vanderleia Alves	09/01/80	0,0	8	3,2	Elim
42	Maria Eloisa Vicente	01/09/64	5,0	-	3,0	Elim
66	Francine de Souza Mar-celino	05/01/81	4,0	-	2,4	Elim
7	Maria Alice Mendes Machado	11/02/69	3,5	-	2,1	Elim
36	Ingrid Jéssica de Souza	08/10/89	0,0	-	0,0	Elim
33	Valdirene Alves Espindola Paranagua	24/08/73	0,0	-	0,0	Elim

ÁREA 2 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Pontos	Média Geral	Classi-ficação
26	Adelaide da Luz Luciano	26/12/62	8,0	8	8,0	1
25	Aristela de Oliveira Vieira	04/11/74	8,0	8	8,0	2
47	Andresa Gonçalves Martins Coan	08/04/77	10,0	5	8,0	3
1	Karine Madeira Tavares Bianquini	03/01/81	8,0	8	8,0	4
39	Daiani da Silva Redivo Mazon	16/02/85	8,0	8	8,0	5
28	Juliana Pinheiro da Silva	23/03/85	8,0	8	8,0	6
6	Janice Del Prado	19/08/61	7,5	8	7,7	7

19	Ines do Livramento Spricigo	01/08/67	7,5	8	7,7	8
5	Maritsa Tournier Tavares	12/09/75	10,0	4	7,6	9
60	Maria Heloisa Dalsasso	05/05/67	7,0	8	7,4	10
13	Gisela Vicente Geremias	02/10/67	7,0	8	7,4	11
20	Rosinete Aparecida Bagio Fernandes	25/04/70	7,0	8	7,4	12
16	Ana Regina Gertrudes Carvalho	07/10/71	7,0	8	7,4	13
31	Iones das Graças Velho	27/09/73	7,0	8	7,4	14
54	Luciane Vicente	31/03/74	7,0	8	7,4	15
21	Eva Aparecida Citadin Benedet	01/06/74	7,0	8	7,4	16
14	Juscelane Velho Gomes	25/12/80	7,0	8	7,4	17
2	Vanderleia Batista Velho	07/12/70	7,5	7	7,3	18
43	Solange Warmerling Moraes da Luz	01/08/79	7,5	7	7,3	19
24	Silvia João Maccari	20/08/65	6,5	8	7,1	20
29	Ivone Soligo Machado	14/07/69	6,5	8	7,1	21
8	Carla de Fatima Bez Batti Carboni	13/05/82	6,5	8	7,1	22
30	Tania Ruza Tornier	03/08/63	7,0	7	7,0	23
11	Fabiana da Silva	23/07/83	7,0	7	7,0	24
56	Andrea Doris Tancredo Benedet	21/04/63	7,0	5	6,2	25
12	Jerusa de Oliveira Betta	27/10/86	7,0	5	6,2	26
58	Camila Machado	15/01/88	7,0	5	6,2	27
35	Mariléia Machado de Souza	01/09/74	7,5	4	6,1	28
34	Grasieli Piat	24/08/85	6,5	5	5,9	29
65	Carmozélia de Aguiar	01/03/58	6,5	4	5,5	30
61	Raquel Carminatti	15/08/88	6,5	4	5,5	31
55	Debora Cristina Bitten-court tournier	27/01/75	5,0	6	5,4	32
53	Daniela Pizoni	09/03/92	8,5	-	5,1	33
38	Janaina Vieira	17/12/74	6,0	3	4,8	Elim
18	Edna Carboni	14/03/80	5,0	4	4,6	Elim
48	Eluciane Aparecida Polidoro	23/02/83	7,5	-	4,5	Elim
3	Rosimari Lara Goularte Rodrigues	01/02/72	7,0	-	4,2	Elim
49	Miriam Dorigon	15/04/80	7,0	-	4,2	Elim
42	Maria Eloisa Vicente	01/09/64	6,5	-	3,9	Elim
67	Terezinha Fontanela Felizardo	20/02/75	0,0	8	3,2	Elim
27	Hellen vasidelevski Pescador	23/02/76	0,0	8	3,2	Elim
45	Vanderleia Alves	09/01/80	0,0	8	3,2	Elim

ÁREA 3 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Pontos	Média Geral	Classi-ficação
17	Raquel Salvador Cristiano	12/09/80	6,0	8	6,8	1
44	Estela Maris Aires	30/03/65	5,5	8	6,5	2
59	Paula da Silveira	19/01/89	7,0	3	5,4	3
32	Samira da Silva	01/08/88	5,0	5	5,0	4
09	Marília De Brida Fontanela	16/06/89	5,0	5	5,0	5
46	Mariana dos Santos	09/07/87	6,0	-	3,6	Elim
62	Sibele Querino Nazaro	30/09/88	3,5	-	2,1	Elim

ÁREA 5 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Pontos	Média Geral	Classi-ficação
------------	----------------	---------------	--------------	--------	-------------	----------------

13	Gisela Vicente Geremias	02/10/67	6,0	8	6,8	1
30	Tânia Ruza Tornier	03/08/63	6,0	7	6,4	2

ÁREA 6 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Pontos	Média Geral	Classi-ficação
22	Camila Salvador	19/11/90	7,5	5	6,5	1
57	Adriana Demarch	07/02/91	7,0	2	5,0	2
35	Marileia Machado de Souza	01/09/74	5,5	4	4,9	Elim
50	Gisele Miguel	31/03/81	4,5	5	4,7	Elim
33	Valdirene Alves Espindola Paranaguá	24/08/73	7,0	-	4,2	Elim
41	Aline Pandini	07/12/92	7,0	-	4,2	Elim
52	Schirlei Schmitz de Oliveira	02/01/93	7,0	-	4,2	Elim
07	Maria Alice Mendes Machado	11/02/69	6,5	-	3,9	Elim
51	Francini Hoffmann	26/06/92	6,5	-	3,9	Elim
03	Rosimari Lara Goularte Rodrigues	01/02/72	6,0	-	3,6	Elim
66	Francine de Souza Marce-lino	05/01/81	6,0	-	3,6	Elim
15	Leila Buratte	08/03/91	6,0	-	3,6	Elim
10	Marina Méis	22/12/92	6,0	-	3,6	Elim
23	Samara da Silva	18/12/90	4,5	-	2,7	Elim
36	Ingrid Jessica de Souza	08/10/89	0,0	-	0,0	Elim
40	Josimara Gomes	25/06/92	0,0	-	0,0	Elim

Elim = Eliminado

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota, tem o prazo de dois dias úteis após a publicação deste resultado para entra com recurso junto à Comissão deste Processo Seletivo Simplificado.

Lauro Muller – SC, de 15 de dezembro de 2010.

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Ficam homologadas as notas e classificação dos candidatos deste Processo Seletivo Simplificado 02/2010.

Lauro Muller – SC, de 15 de dezembro de 2010.

HELIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Resultado Processo Seletivo Simplificado nº 03/2010 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 03/2010

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2010 da Prefeitura de Lauro Muller SC, torna público as notas e a classificação geral dos candidatos.

SERVENTES

Ins-crição	Nome Candidato	Data Nas-cim.	Nota Escrita	Prática	Média Geral	Classi-ficação
01	Maria Mendes Pacheco	01/12/64	7,0	9,29	8,37	1
02	Janusia Rufino	10/02/72	7,0	8,58	7,94	2
03	Zenilda Miranda dos Santos de Souza	24/04/74	5,0	9,29	7,57	3
07	Isoneth Borges Figueredo	21/12/62	1,5	9,29	6,17	4
06	Elizabete de Oliveira da Costa	12/11/69	6,5	5,91	6,14	5



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

05	Teresinha Aparecida Lima Miranda	07/02/67	3,0	7,87	5,92	6
04	Luana Aparecida Miranda	08/02/86	0,0	0,00	0,00	Elim
08	Caciana Espindola da Silva	13/05/84	0,0	0,00	0,00	Elim

Elim = Eliminado

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota, tem o prazo de dois dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso junto à Comissão deste Processo Seletivo Simplificado.

Lauro Muller – SC, de 15 de dezembro de 2010.
SILVIA VARGAS NUNES
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Ficam homologadas as notas e classificação dos candidatos deste Processo Seletivo Simplificado 03/2010.

Lauro Muller – SC, de 15 de dezembro de 2010.
HELIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Listagem dos Candidatos Aprovados - Concurso Público Edital 002/2010

LISTAGEM DOS CANDIDATOS CONCURSO PÚBLICO 002/2010

AUXILIAR LAB. DE INFORMÁTICA

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,1	0137 - BRUNO C. PADILHA	1º LUGAR
6,4	0057 - ROGER ICARO T. KRIEGER	2º LUGAR
5,1	0010 - ELTON DE SOUZA	3º LUGAR

PROF. DE DANÇA

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,6	0005 - SABRINA ROVER	1º LUGAR
6,2	0125 - ANELIZE L. MATTEVI	2º LUGAR
5,8	0004 - TATIANA C. BRANDALISE	3º LUGAR
5,3	0093 - FRANCIELE GALDINO	4º LUGAR

PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,1	0126 - EVERTON MARTINI	1º LUGAR
6,7	0001 - THIARA GABRIELA C. RAMOS	2º LUGAR
6,7	0107 - NAIMO BALESTRIN	3º LUGAR
6,6	0023 - EDUARDO TRINDADE DOS SANTOS	4º LUGAR
6,6	0055 - FABIO LAZZARINI	5º LUGAR
6,4	0060 - DEISE C. AVES	6º LUGAR
6,2	0088 - FERNANDO CASSIO O. ALVES	7º LUGAR
6,1	0046 - RODRIGO HOFFELDER	8º LUGAR
6,1	0120 - NATALICIO P. DE AVILA	9º LUGAR
6,0	0110 - CAROLINE B. SAMPAIO	10º LUGAR
6,0	0114 - ANA PAULA VANZ	11º LUGAR
5,9	0065 - RENAN SOUZA	12º LUGAR
5,8	0064 - TASSIO MARCEL H. COELHO	13º LUGAR
5,1	0095 - DAIANA DUARTE	14º LUGAR

PROFESSOR DE XADREZ

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,2	0052 - GRABRIELA L. DE OLIVEIRA	1º LUGAR
5,1	0105 - ADAO CEZAR DE OLIVEIRA	2º LUGAR

INSTRUTOR EDUC. FÍSICA

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,7	0075 - MAICON F. BELOTTO	1º LUGAR
7,1	0127 - FABIANA FINGER	2º LUGAR
6,6	0136 - JOSE ANTONIO DA CRUZ	3º LUGAR
6,5	0129 - JULIANA WOTTRICH	4º LUGAR
6,4	0113 - LEONARDO DAL MORO	5º LUGAR
6,3	0033 - MICHEL P. DALAPRIA	6º LUGAR
6,0	0072 - OTAVIO R. LAMIN	7º LUGAR
5,6	0049 - SCHEILA BULLA	8º LUGAR
5,6	0096 - EDSON PEDROSO	9º LUGAR
5,5	0131 - LUAN PATRIC M. SOBRINHO	10º LUGAR
5,4	0008 - ANALIE PASQUALI	11º LUGAR
5,2	0119 - JUNIOR P. DA SILVA	12º LUGAR
5,0	0104 - CLAUDINEI C. VARGAS	13º LUGAR

Data: 15/12/2010



LISTAGEM DOS CANDIDATOS
CONCURSO PÚBLICO 002/2010

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,4	0082 - JULIO CESAR GERVASIO	1º LUGAR
6,2	0086 - JULIO CESAR DOS SANTOS	2º LUGAR
6,1	0085 - FABIO A. WAGNER	3º LUGAR
5,7	0050 - SERGIO DEBUS	4º LUGAR
5,0	0051 - FRANCISCO C. BENNEMANN	5º LUGAR

AGENTE SERVIÇOS GERAIS

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,0	0083 - ALDOMAR G. PASCOTTO	1º LUGAR
5,5	0017 - GERSON RETZ	2º LUGAR
5,4	0130 - LUIZ CARLOS NIENOV	3º LUGAR

AUXILIAR DE SALA

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,6	0076 - LARIANE ASSIS X. S. DE CARVALHO	1º LUGAR
7,6	0070 - ROSANGELA MARIA L. KIELING	2º LUGAR
7,5	0047 - SANDRA APARECIDA ALBERGUINI	3º LUGAR
7,0	0031 - SANDRA MARA P. SERENA	4º LUGAR
7,0	0123 - DAIANI DORE	5º LUGAR
6,8	0028 - LILIANE AP. VALDUGA KRUG	6º LUGAR
6,8	0007 - EDINA BELINI B. ANDRADE	7º LUGAR
6,7	0032 - KASSIA F. CALLAI	8º LUGAR
6,6	0071 - LILIAN BACHIN DE OLIVEIRA	9º LUGAR
6,5	0039 - VALI C. SPIER	10º LUGAR
6,5	0122 - CREMICE LEA DOS SANTOS	11º LUGAR
6,4	0067 - MONICA REGINA DE MATOS	12º LUGAR
6,3	0097 - EMANUELE CANALLE	13º LUGAR
6,2	0022 - ANA PIOVESAM	14º LUGAR
6,2	0013 - ELIETE ADRIANA C. TEDESCO	15º LUGAR
6,2	0036 - CAMILA HOFFELDER	16º LUGAR
6,2	0094 - IVANA LAMB LUIZ	17º LUGAR
6,1	0009 - NEIDES BELINI B. ANDRADE	18º LUGAR
6,1	0003 - MONICA KLEIN	19º LUGAR
6,1	0089 - DIRCE AP. DALLA COSTA R. DA SILVA	20º LUGAR
6,1	0102 - JOSIELI NATALINA G. FLEMMING	21º LUGAR
6,0	0020 - ROSANGELA S. DE OLIVEIRA	22º LUGAR
6,0	0062 - REGINA INES REISDORFER	23º LUGAR
6,0	0090 - ELENICE C. HOFFMANN	24º LUGAR
5,9	0042 - REJANE AP. S. KREMER	25º LUGAR
5,9	0081 - SANDRA AP. FERREIRA VIVAN	26º LUGAR
5,9	0079 - VANICE C. TURECK	27º LUGAR
5,8	0015 - ROSANGELA AP. G. OLIVEIRO	28º LUGAR
5,8	0048 - ANA PAULA S. SPIER	29º LUGAR
5,8	0091 - FLAVIA REGINA COLUSSO	30º LUGAR
5,8	0061 - ANA MARIA R. PAIANO	31º LUGAR
5,8	0078 - FABIOLA T. GOETZE	32º LUGAR
5,8	0133 - CRISTINA R. LUDWIG	33º LUGAR
5,7	0021 - JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATTO	34º LUGAR
5,7	0030 - DAIANA DAHMER	35º LUGAR
5,7	0092 - PAMELA M. BELOTTO	36º LUGAR
5,7	0069 - DAIANE SCHNEIDER	37º LUGAR

Data: 15/12/2010

LISTAGEM DOS CANDIDATOS
CONCURSO PÚBLICO 002/2010

5,6	0019 - ALINI A. CABRAL	38º LUGAR
5,6	0109 - GELIZE S. JORGE	39º LUGAR
5,5	0043 - ANGELA HERICKS	40º LUGAR
5,5	0025 - ELIANE P. GAB	41º LUGAR
5,5	0024 - FRANCIELI CARABOLANTE	42º LUGAR
5,5	0063 - CLECIANE LUVISON	43º LUGAR
5,5	0132 - MAIRA GALDINO	44º LUGAR
5,4	0101 - JOSELAINE DE SOUZA	45º LUGAR
5,2	0011 - CRISTIANE LORENZET	46º LUGAR
5,2	0112 - NADIA S. PAZINI	47º LUGAR
5,2	0103 - ELISIANE WARKEN	48º LUGAR
5,2	0058 - MARIA LUIZA DEZANET	49º LUGAR
5,2	0068 - JULIANA DE SOUZA KATSCHOR	50º LUGAR
5,2	0134 - JANICE G. DA ROSA	51º LUGAR
5,2	0014 - EDIANE P. HOPPEN	52º LUGAR
5,1	0029 - ELMA CECILIA ETGES	53º LUGAR
5,1	0108 - FRANCINE R. JORGE	54º LUGAR
5,1	0121 - SIDIANE DA SILVA RAMOS	55º LUGAR
5,0	0037 - DANIELE P. PRATTO	56º LUGAR
5,0	0012 - ANGELA R. DA SILVA	57º LUGAR
5,0	0087 - NEUSA V. ARENHART	58º LUGAR
5,0	0115 - MARIZA AP. P. DE MATOS	59º LUGAR

Data: 15/12/2010

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução n. 012/10**

Resolução nº 012/2010 Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANDRÉ MUNZLINGER, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso I, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 57 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), após análise e revisão realizadas pela Comissão Temporária de Revisão, instituída por meio da Resolução nº 011, de 01 de novembro de 2010, passará a ter a redação descrita no Anexo I da presente Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data da Publicação.

Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2010.

ANDRÉ MUNZLINGER

Presidente da Câmara de Vereadores

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, SC, com o intuito de otimizar os parâmetros para o melhor desempenho de suas funções, apresenta o novo texto para seu Regimento Interno, resguardando, assim, a autonomia do Poder Legislativo do Município de Luzerna, SC.

Indubitavelmente, a atuação do Vereador está sempre pautada na ordem legal, motivo pelo qual se fez necessária a renovação do texto regimental que atenda aos preceitos insculpidos nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica Municipal. Oportuno recordar o mestre Hely Lopes Meirelles, segundo o qual o Regimento Interno “é o regulamento da Câmara; não é Lei. É ato administrativo, e como ato regulamentar, o Regimento não pode criar, modificar ou suprimir direitos e obrigações constantes da Constituição ou das Leis. No seu bojo cabem todas as disposições normativas da atividade interna da Câmara, desde que não invadam a área da Lei” (Direito Municipal Brasileiro, p. 494/495). Desta forma, por meio da presente reformulação ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna, reordenam-se e complementam-se as disposições das atividades normativas internas, de forma a balizar os trabalhos da Câmara de Vereadores de modo harmônico e eficaz.

Luzerna, SC, novembro de 2010.

ANDRÉ MUNZLINGER

Presidente da Câmara de Vereadores

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA.

Por determinação do Presidente da Câmara de Vereadores, André Munzlinger, com a aprovação da Resolução nº 011, de 01 de novembro de 2010, foi instituída a presente Comissão de Análise e Reformulação do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, SC.

A referida Comissão foi composta pelos Vereadores Moisés Diersman (Presidente), Mauri José Schlindwein, Juliano Schneider e Rodrigo Souza.

Os encontros dos membros da Comissão se deram em 04 (quatro)

datas, oportunidade em que foram apontadas incongruências da redação do atual Regimento Interno com a Lei Orgânica do Município.

Optou-se por uma readequação completa da disposição dos Artigos do Regimento Interno e sua ampliação, com a criação de dispositivos explicativos, a fim de que o mesmo se torne mais didático ao Parlamentar e compreensível a todos os Municípios. Por fim, com o intuito de torná-lo mais prático ao uso, foi criado índice geral e remissivo.

Após apurada análise de seu conteúdo, com diversos ajustes na redação final, a proposta inicial do Projeto de Resolução, que reformula o Regimento Interno da Câmara, foi aprovada unanimemente pela Comissão descrita, e deverá seguir para votação no Plenário da Câmara.

Luzerna (SC), 03 de novembro de 2010.

MOISÉS DIERSMAN

(Presidente)

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN

JULIANO SCHNEIDER

RODRIGO SOUZA.

ANEXO I:**Título I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Capítulo I****DAS FUNÇÕES DA CÂMARA**

Artigo 1º - A Câmara de Vereadores de Luzerna representa o Poder Legislativo Municipal, sendo co-responsável pelo Governo Municipal, na forma que lhe outorga o Artigo 14 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 2º - No desempenho legal de sua função, a Câmara não poderá sofrer impedimentos ou pressões, sendo soberana e independente em suas decisões e harmônica em seu relacionamento com o Executivo e o Judiciário.

Artigo 3º - A Câmara exerce função legislativa, de fiscalização externa, financeira e orçamentária, de controle e assessoramento dos atos do Executivo e pratica atos de administração interna, nos moldes do Artigo 29, inciso XI, da Constituição Federal.

§1º - A função legislativa consiste em deliberar, por meio de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções, sobre todas as matérias de competência do Município.

§2º - A função de fiscalização externa é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Artigo 31, da Constituição Federal e Artigo 113, inciso I, da Constituição Estadual.

§3º - A função de controle tem caráter político-administrativo e atinge apenas os agentes públicos do município (Prefeito, Secretários, Intendentes, Diretores, Autarquias ou Fundações e Vereadores), não se estendendo tal função sobre os demais agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica do Executivo.

§4º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo.

§5º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

Capítulo II**DA SEDE DA CÂMARA**

Artigo 4º - A Câmara de Vereadores tem sua sede e recinto normal de seus trabalhos à Avenida 16 de Fevereiro, nº. 151, junto ao

prédio da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Na Sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização por escrito da Mesa, excepcionando-se atos de origem administrativa do Executivo.

Capítulo III DAS REUNIÕES

Artigo 5º - A Câmara de Vereadores reunir-se-á:

- a) independentemente de convocação, anualmente de 1º de fevereiro, para abertura da Sessão Legislativa, funcionando ordinariamente até 15 de dezembro;
- b) extraordinariamente, quando convocada pelo Prefeito Municipal no período de recesso, na forma do §5º do Artigo 19 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 6º - Durante cada Sessão Legislativa, a Câmara Municipal funcionará normalmente, de segunda à sexta-feira.

Artigo 7º - Quando Solenes, nos termos do Artigo 140 deste Regimento Interno, poderão as reuniões ser realizadas fora do recinto da Câmara, em local condizente com o decoro parlamentar.

Parágrafo Único: Atendidas as mesmas condições do caput, por Requerimento de qualquer Vereador, a Câmara de Vereadores poderá realizar Sessões itinerantes, desde que aprovadas por decisão da maioria absoluta em Plenário, vedada a retirada de documentos oficiais da sede oficial, cabendo à Mesa Diretora, através de Ato, definir o rito da Sessão.

Capítulo IV DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Artigo 8º - A Câmara Municipal instalar-se-á, em reunião solene, às 09 (nove) horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura, nos termos da Constituição Federal, em seu Artigo 29, inciso III, e Constituição Estadual em seu Artigo 111, inciso IV, sob a Presidência do Vereador mais votado, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos na seguinte ordem:

- I - compromisso, posse e instalação da legislatura;
- II - compromisso e posse do prefeito e Vice-Prefeito;
- III - suspensão da reunião para preparativos da eleição da Mesa Diretora;
- IV - registro de chapas concorrentes ou de candidaturas avulsas;
- V - eleição da Mesa Diretora.

Artigo 9º - O Presidente em exercício solicitará de cada Vereador a apresentação do diploma para averiguação de sua autenticidade, bem como a declaração de bens, que será transcrita em livro próprio e ficará retida na Câmara até o término do mandato, quando deverá ser feita novamente a declaração de bens.

§1º - O Presidente em exercício fará a leitura do compromisso, em pé, acompanhado de todos os Vereadores, nos seguintes termos: "Prometo cumprir a Lei Orgânica, as Leis da União, do Estado e do Município, e exercer o meu mandato sob a inspiração do patriotismo, da lealdade, da honra e do bem comum".

§2º - O Presidente em exercício, ato contínuo, fará a chamada nominal a qual responderá cada Vereador, declarando pessoalmente "assim prometo".

§3º - O compromisso se completa com a assinatura no "Livro de Termo de Posse", sendo que, após este ato, serão declarados empossados pelo Presidente em exercício.

§4º - O Vereador que não tomar Posse na Sessão de instalação da Legislatura deverá fazê-lo na primeira Sessão Ordinária, ressalvados os motivos justos e aceitos pela Câmara, oportunidade em que prestará compromisso individualmente.

Artigo 10 - Instalada a Legislatura, o Presidente em exercício nomeará uma Comissão, composta de quatro Vereadores, que conduzirá o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos até a Mesa da Câmara,

devendo os mesmos tomar assento à Mesa, à direita do Presidente, momento em que apresentarão seus diplomas e entregarão suas declarações de bens.

§1º - Seguir-se-á a prestação do compromisso individual do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, consistindo na fórmula do Artigo 53 da Lei Orgânica.

§2º - O Presidente declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após terem assinado o Livro Termo de Posse, com as seguintes palavras: "Declaro empossados o Senhor Prefeito Municipal e o Senhor Vice-Prefeito Municipal que prestaram o compromisso".

§3º - Em caso de não ocorrer à posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e na falta deste, os Vereadores, pela ordem de votação.

§4º - A instalação ficará adiada para o dia seguinte e assim sucessivamente, se na reunião respectiva não comparecer a maioria absoluta dos Vereadores, e se não houver a instalação da Câmara até o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da reunião de instalação, será a instalação presumida para todos os efeitos legais.

§5º - Será concedida a palavra para os Vereadores representantes de bancada por até 05 (cinco) minutos e, ao prefeito e vice-prefeito, por até 20 (vinte) minutos divididos entre si.

Título II DOS VEREADORES

Capítulo I DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Artigo 11 - Aos Vereadores, eleitos dentre brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, para mandato de 04 (quatro) anos, mediante pleito simultâneo realizado em todo o País, atendidas as demais condições da Legislação Eleitoral, nos termos da Constituição Estadual, em seu Artigo 111, inciso III, na qualidade de agentes políticos investidos de mandato, compete a participação em todos os atos da Câmara de Vereadores, bem como usufruir das seguintes prerrogativas e direitos compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento, na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação que lhe diz respeito, além dos seguintes direitos:

- I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará o Presidente;
- II - integrar-se ao trabalho das Comissões Legislativas Permanentes;
- III - votar e ser votado na eleição da Mesa e das Comissões Legislativas Permanentes, salvo impedimento legal ou regimental;
- IV - licenciar-se, nos termos deste Regimento Interno e Lei Orgânica, em seu Artigo 31, inciso II;
- V - oferecer Proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara Municipal;
- VI - usar da palavra em defesa das Proposições apresentadas que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Parágrafo Único: O número de Vereadores será proporcional à população do Município, obedecidos aos limites da Constituição Federal, em seu Artigo 29, inciso IV, alínea "a", e da Constituição Estadual, em seu Artigo 111, inciso V.

Artigo 12 - São deveres dos Vereadores, entre outros:

- I - desincompatibilizar-se, quando investido no mandato, em estrita obediência à Constituição Estadual, em seu Artigo 111, inciso IX, Constituição Federal, em seu Artigo 29, inciso IX, e à Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 27, § 2º;
- II - desempenhar fielmente o mandato e os encargos que lhe forem atribuídos atendendo ao interesse público, às diretrizes partidárias e às determinações legais;
- III - votar as Proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo nos impedimentos legais, sob pena de nulidade da votação,

quando o seu voto for decisivo;
IV - manter o decoro parlamentar;
VI - obedecer às normas regimentais;
VII - não residir ou fixar residência fora do Município;
VIII - relatar compromissos aos quais foi designado, apresentando os seus resultados à Mesa ou ao Plenário, na forma regimental;
IX - comunicar à Mesa a sua ausência do país, especificando o seu destino, com dados que permitam sua localização;
X - respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, demais leis e este Regimento;
XI - agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes, sem perturbar os trabalhos e a ordem;
XII - usar de suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público;
XIII - representar a comunidade, comparecendo convenientemente trajados, à hora regimental, nos dias designados, para reuniões plenárias, de Comissão e aos compromissos a que for designado, neles permanecendo até o seu término;
XIV - participar dos trabalhos do Plenário e comparecer às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias, das quais seja integrante, prestando informações, emitindo Pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;
XV - propor, à Câmara, todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público;
XVI - comunicar suas faltas, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às Sessões plenárias ou às reuniões das Comissões;
XVII - fazer declaração pública de bens, no ato da posse e ao término do mandato, conforme determinado em legislação federal (Lei nº. 8.730/1993).

Artigo 13 - Se qualquer Vereador cometer, no recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme a gravidade:

- I - advertência pessoal;
- II - advertência em Plenário;
- III - cassação da palavra;
- IV - determinação para se retirar do Plenário;
- V - proposta de cassação de mandato, na forma legal.

Artigo 14 - São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura verbal:

- I - descumprir os deveres inerentes ao mandato;
- II - praticar atos que infringam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara de Vereadores;
- III - perturbar a ordem das reuniões das Sessões legislativas e das Comissões;
- IV - usar, em discurso ou Proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar.

Parágrafo Único - A censura verbal será aplicada em reunião pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem os substituir, assegurada a ampla defesa.

Artigo 15 - São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura escrita:

- I - usar, em discurso ou Proposição, expressões que contenham incitamento à prática de crimes;
 - II - praticar ofensas físicas ou morais, no exercício da Vereança, a outro parlamentar, a membros da Mesa ou de Comissão;
- Parágrafo Único - A censura escrita será imposta pela mesa Diretora, assegurada ampla defesa.

Artigo 16 - São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato:

- I - reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;

- II - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido manter secretos;
- III - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
- IV - faltar, sem motivo justificado, a 04 (quatro) Sessões ordinárias consecutivas ou a 10 (dez) intercaladas, dentro da Sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - A penalidade prevista neste artigo será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta e escrutínio secreto, assegurada a ampla defesa.

Artigo 17 - Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar previstas na Lei Orgânica Municipal, a reincidência naquelas arroladas no artigo anterior enseja à cassação do mandato de Vereador.

Artigo 18 - Os Vereadores não são obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas a quem confiaram ou de quem receberam informações.

Capítulo II

D A PERDA DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS

Artigo 19 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do Diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público Municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de livre nomeação e exoneração nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador, ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de livre nomeação e exoneração nas entidades referidas no inciso I, alínea "a".
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades referidas no inciso I, alínea "a";
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

Artigo 20 - Perderá o mandato o Vereador que:

- I - infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
 - II - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;
 - III - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
 - IV - quando decretar a justiça, nos casos previstos em Lei;
 - V - que não tomar posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica.
- VI - fixar residência fora do município.

§1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos neste Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§2º - A perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto de, no mínimo, dois terços de seus membros, mediante solicitação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

§3º - A perda do mandato gera a inelegibilidade para qualquer cargo, nos termos da legislação federal pertinente.

Artigo 21 - Não perderá o mandato o Vereador:

- I - investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, considerando-se licenciado;
- II - licenciado pela Câmara, por motivo de doença, ou para tratar,

sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse a 100 (cem) dias por Sessão Legislativa.

§1º - O suplente será convocado em todos os casos de vaga ou licença superior a 30 (trinta) dias.

§2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral, procedendo-se nova eleição se faltar mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

§3º - Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador poderá optar pelo subsídio de Secretário ou de Vereador.

§4º - A Vereadora gestante, para fins do Artigo 31, §4º, da Lei Orgânica Municipal, terá direito a licença gestante de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes da Lei Municipal n. 081/2009.

§5º - Como segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, o Vereador licenciado por motivo de doença, nos termos do Artigo 31, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, deverá pleitear o correspondente auxílio junto ao INSS, cabendo à Câmara o pagamento do valor correspondente aos 15 (quinze) primeiros dias de licença para tratamento de saúde, consoante Artigo 60, §3º, da Lei n. 8.213/1991, sendo que, após o décimo - sexto dia, receberá o auxílio-doença do Regime Geral da Previdência Social, no valor correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-benefício.

Artigo 22 - Ao extinguir-se o mandato de Vereador, por qualquer dos incisos do Artigo 19 deste Regimento Interno e Artigo 30 da Lei Orgânica, ocorrido e comprovado o fato que deu origem à extinção, o Presidente da Câmara, na primeira Sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da Ata a declaração de extinção do mandato, convocando o respectivo Suplente, para a próxima Sessão.

Artigo 23 - A Câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente (Decreto-lei nº. 201/1967).

§1º - Em qualquer caso, assegurar-se-á, ao acusado, ampla defesa.

§2º - Aplicam-se aos Vereadores as regras da Constituição Federal, em seu Artigo 29, inciso VIII, e Constituição Estadual, em seu Artigo 111, inciso VIII, sobre a inviolabilidade de opinião, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, além de sujeitarem-se aos impedimentos, proibições e responsabilidades enumeradas nas Constituições Federal e Estadual, na Legislação Suplementar e na Lei Orgânica.

Capítulo III

DAS FALTAS

Artigo 24 - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às Sessões da Câmara, salvo motivo justificado.

Parágrafo Único - A justificação será feita formalmente, acompanhada de documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, à Mesa da Câmara, que decidirá sobre a procedência ou não da justificativa.

Capítulo IV

DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Artigo 25 - São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário, seu entendimento sobre assuntos em debate.

Artigo 26 - Caberá às representações partidárias ou blocos parlamentares escolher o líder.

§1º - A escolha do líder será comunicada à Mesa, na primeira reunião ordinária das Sessões legislativas ou, no caso de bloco parlamentar, após a sua criação, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação;

§2º - Na falta de indicação, considerar-se-á líder o Vereador mais votado de cada bancada.

Artigo 27 - As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

§1º - O exercício das funções do líder acontecerá até a nova indicação pela respectiva representação.

§2º - O líder do governo será indicado, facultativamente, pelo Poder Executivo, em ofício dirigido à Mesa Diretora;

§3º - Compete ao Vice-Líder substituir o Líder na sua ausência ou impedimento.

Artigo 28 - O Líder da Bancada é o porta-voz dos Vereadores que a integram e a ele compete, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) fazer uso da palavra, no momento próprio;
- b) discutir Projetos e encaminhá-los à votação no prazo regimental, ainda que não inscritos;
- c) emendar Proposições na fase de discussão;
- d) indicar os Vereadores de sua representação nas Comissões Permanentes e Temporárias.

Artigo 29 - O Presidente da Mesa não poderá exercer liderança partidária, nem ser Líder do Governo.

Capítulo V

DO SUBSÍDIO

Artigo 30 - O Vereador receberá subsídio pelo exercício do mandato, nos termos do Artigo 111, incisos VI, VIII e 111-A, da Constituição Estadual, nos limites da Constituição Federal, em seu Artigo 29-A, e Lei Complementar 101/2001 (LRF).

§1º - O subsídio a que se refere o caput deste artigo será fixado até 06 (seis) meses antes do término da legislatura para a subsequente, por Projeto de Lei Legislativo, o qual será sancionado pelo Prefeito Municipal e obedecerá ao disposto no § 4º do Artigo 39 da Constituição Federal, assegurada à revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§2º - No mesmo prazo, serão fixados os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o disposto nos Artigos, 29, incisos V e VI; 37, incisos X e XI; 39, § 4º; 150, inciso II; 153, inciso III e § 2º inciso I, todos da Constituição Federal.

§3º - É vetado o acréscimo ao subsídio de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, salvo o pagamento de diárias, fixadas por ato próprio do Poder Legislativo, ou reembolso de despesas, devidamente comprovadas, quando o Vereador se deslocar em missão de representação.

Artigo 31 - Se não forem fixados os subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, até a data prevista neste Regimento Interno, prevalecerão os subsídios do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo o valor dos mesmos atualizado monetariamente por índice oficial.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I

DA MESA DIRETORA

Artigo 32 - A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal e será composta de um Presidente, de um Vice-Presidente, de um Primeiro e um Segundo Secretário.

§1º - Os membros da Mesa integrarão, com exceção do Presidente, as Comissões Legislativas Permanentes;

§2º - Na ausência ou impedimento do Presidente ou Vice-Presidente, compete ao 1º e 2º Secretários, sucessivamente, a direção

dos trabalhos;

§3º - Ausentes ou impedidos os Secretários, o Presidente convidará um dos Vereadores para assumir cargos de secretaria, durante a reunião;

§4º - Verificando-se a ausência ou impedimento da Mesa Diretora para a direção dos trabalhos legislativos e administrativos, presente, no entanto, a maioria absoluta de Vereadores, assumirá a Presidência o Vereador mais votado, que convidará, entre seus pares, um membro para secretariar os trabalhos da reunião;

§5º - Mantendo-se a situação de ausência da Mesa Diretora por mais de 03 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pelo Plenário, dar-se-á a vacância dos cargos, devendo o Vereador mais idoso assumir e convocar eleição da Mesa na forma regimental.

Seção I

DA FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA E SUAS MODIFICAÇÕES

Artigo 33 - Após os pronunciamentos de que trata o Artigo 10 deste Regimento, a reunião solene será suspensa por até 60 (sessenta) minutos a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora, nos moldes do Artigo 17, inciso II da Lei Orgânica do Município.

§1º - Reaberta a reunião e verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, passar-se-á imediatamente à eleição da Mesa Diretora, sob a presidência do Vereador mais votado, que nomeará um secretário "ad doc".

§2º - Se não houver quorum estabelecido para a eleição da Mesa, o Vereador mais votado permanecerá na Presidência e convocará Sessões semanais e diárias até que haja quorum para elegê-la.

§3º - Na eleição da Mesa Diretora far-se-á por votação secreta e observará o seguinte procedimento:

I - inscrição de chapas ou cargos, até 30 (trinta) minutos antes do reinício da Sessão, através de Requerimento escrito do candidato;

II - realização da chamada regimental para verificação do quorum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores;

III - indicação dos candidatos inscritos aos cargos da Mesa Diretora, respectivamente para Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários;

IV - emprego de cédulas impressas;

V - chamada dos Vereadores para votação, por meio da colocação de cédula em sobrecarta, e desta em urna, à vista do Plenário;

VI - escrutínio dos votos e proclamação do resultado da eleição;

VII - realização de segundo escrutínio, com os Vereadores mais votados que tenham igual número de votos e, persistindo o empate, prevalecerá o critério de assumir o mais idoso;

VIII - maioria simples para o primeiro e segundo escrutínios;

IX - proclamação do resultado pelo Presidente;

§4º - O Presidente designará dois Vereadores de bancadas diferentes, para proceder ao escrutínio.

§5º - Será eleito o candidato que obtiver o maior número de votos, e havendo empate assumirá o mais idoso.

§6º - A posse dos eleitos será imediata à proclamação do resultado final pelo Presidente da Sessão.

Artigo 34 - O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, vedada a recondução ao mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente da mesma Legislatura.

Artigo 35 - Para as eleições da Mesa poderão concorrer Vereadores titulares, podendo o suplente de Vereador empossado ser eleito, para cargo da Mesa, somente quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Artigo 36 - Será considerado vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

I - houver a extinção ou perda do mandato do respectivo ocupante;

II - houver renúncia do cargo, com aceitação do Plenário;

III - for o ocupante destituído, por decisão do Plenário, pela deliberação da maioria absoluta, quando ocorrer fato grave que o

justifique;

IV - deixar de exercer as funções do cargo por 03 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pela maioria absoluta do Plenário;

V - seu titular vier a falecer;

VI - seu titular se licenciar, salvo se em licença saúde ou licença-maternidade.

Artigo 37 - Vagando qualquer cargo da Mesa Diretora, será empossado suplente que ficará sujeito a todos os direitos e obrigações atribuídas ao titular, não podendo, contudo, intervir e votar no processo de cassação de mandato de Vereador que vier a substituir.

Artigo 38 - Ao suplente é garantido, uma vez empossado, cumprir o mandato até o final do prazo de licença do titular respectivo, ressalvado o direito do titular licenciado para o exercício do cargo de Secretário Municipal, retornar a Câmara a qualquer tempo.

Parágrafo Único - O Vereador titular licenciado para o exercício do cargo de Secretário Municipal, que retornar à Câmara, apenas poderá assumir o cargo de Presidente da Mesa Diretora após 01 (um) ano de seu retorno.

Artigo 39 - A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á obrigatoriamente no mês de dezembro, na última reunião do período legislativo, em dia e horário especialmente determinado pelo Presidente da Câmara, considerados empossados, automaticamente, os eleitos, no dia 1º de janeiro do ano subsequente, seguindo a eleição o mesmo procedimento e forma da eleição da Mesa Diretora na instalação da Legislatura.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA DIRETORA

Artigo 40 - Compete à Mesa Diretora, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica:

a) dirigir os trabalhos Legislativos e os serviços administrativos da Câmara;

b) propor Projetos que criem ou extingam cargos ou serviços da Câmara, fixando os respectivos vencimentos, nos termos do Artigo 17, III, da Lei Orgânica Municipal, obedecido o princípio de paridade;

c) regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do poder Legislativo;

d) emitir Parecer sobre pedido de licença de Vereadores;

e) apresentar ao Plenário, no fim de cada ano, relatório dos trabalhos realizados, bem como sugestões;

f) indicar os ordenadores de despesa;

g) cumprir as decisões emanadas do Plenário;

h) exercer as demais atribuições previstas neste Regimento;

i) promulgar as Emendas à Lei Orgânica do Município;

j) declarar perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, assegurada ampla defesa;

k) deliberar sobre convocação das reuniões extraordinárias da Câmara Municipal;

l) assinar os Decretos Legislativos e as Resoluções do Plenário, por todos os seus membros integrantes.

Seção III

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DA MESA

Artigo 41 - O Presidente é o representante legal da Câmara, quando esta se pronuncia coletivamente e o superior de seus trabalhos e da sua ordem, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento.

§1º - Compete ao Presidente:

I - quanto às Sessões:

- a) convocar as Sessões previstas neste Regimento;
- b) presidir os trabalhos;
- c) abrir e encerrar Sessões, interrompendo-as ou suspendendo-as quando necessário;
- d) interromper o orador que se desviar da questão em debate, falar sobre matéria vencida ou falar sem a consideração devida à Câmara, a seus Membros ou titulares dos Poderes Públicos, advertindo-os e, no caso de insistência, cassando-lhes a palavra;
- e) conceder a palavra aos Vereadores;
- f) decidir as questões de ordem e reclamações;
- g) submeter à discussão e votação a matéria da Ordem do Dia;
- h) proclamar o resultado das votações e declarar a prejudicialidade;
- i) determinar a verificação de quorum a qualquer momento da Sessão.

II - quanto às Proposições:

- a) determinar sua autuação;
- b) promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;
- c) definir a retirada de Proposições da Ordem do Dia, nos casos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento;
- d) despachar Requerimentos;
- e) determinar arquivamento ou desarquivamento de Proposições, nos termos Regimentais.

III - quanto às Comissões:

- a) constituir Comissões de representação externa;
- b) designar os integrantes de Comissões de acordo com as indicações dos Líderes de Bancada;
- c) prorrogar prazos, quando requerido, ou extinguir Comissões nos termos deste Regimento;
- d) assegurar os meios e condições necessárias ao seu funcionamento;
- e) convocar os Vereadores para eleição dos membros da Comissão Representativa.

IV - quanto à Mesa Diretora:

- a) convocar e presidir as reuniões;
- b) distribuir a matéria que dependa de Parecer;
- c) assinar Atos e Resoluções;
- d) nomear, exonerar e praticar os demais Atos Administrativos, relativos ao funcionalismo da Câmara.

§2º - Compete, ainda, ao Presidente:

- a) convocar a Câmara extraordinariamente;
- b) substituir o Prefeito nos termos do §3º do Artigo 54 da Lei Orgânica Municipal;
- c) dirigir, com suprema autoridade, a Polícia da Câmara, nos termos do Artigo 42 deste Regimento, bem como promover a apuração de responsabilidade nos delitos praticados nas suas dependências;
- d) convocar suplentes de Vereador, nos casos previstos em Lei;
- e) representar a Câmara em solenidade ou designar representantes;
- f) interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno e as deliberações da Câmara;
- g) representar a Câmara Municipal em Juízo, prestando, inclusive, informações em mandatos de segurança, contra ato da Mesa Diretora ou do Plenário;
- h) dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- i) receber o compromisso e empossar Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, que não tiverem sido empossados no primeiro dia da Legislatura, bem como suplentes de Vereador;
- j) presidir as eleições da renovação da Mesa Diretora e dar posse aos membros que a compõe;
- k) presidir a Mesa Diretora;
- l) promulgar, em conjunto com a Mesa Diretora, as Resoluções, os Decretos Legislativos, as Emendas à Lei Orgânica do Município, bem como as com sanção tácita ou vetadas, e rejeitado o veto, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito, no prazo legal;
- m) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ela promulgadas, bem como os balancetes financeiros, de acordo com a legislação pertinente, bem como os expedientes da Câmara, na forma do Artigo 329 deste Regimento;

- n) designar Comissões Especiais, nos termos deste Regimento Interno, ouvida a Mesa Diretora e observadas as indicações partidárias com representação na Câmara Municipal;
- o) mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- p) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade, a Requerimento aprovado pelo Plenário;
- q) representar sobre inconstitucionalidade da lei ou ato municipal;
- r) conceder ou negar palavra aos Vereadores, nas reuniões;
- s) convocar as reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- t) representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais, distritais e perante as entidades privadas e públicas em geral;
- u) propor Projetos, Indicações ou Requerimentos na qualidade de Presidente, bem como votar na eleição da Mesa Diretora, quando a matéria exigir, nas votações nominais ou quando houver empate;
- v) declarar destituído membro da Mesa Diretora, ou de Comissão Legislativa Permanente, nos casos previstos neste Regimento;
- x) designar os membros das Comissões Legislativas Temporárias e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Legislativas Permanentes;
- z) comunicar, ao Tribunal de Contas do Estado, o resultado do julgamento das contas do Prefeito e, à Justiça Eleitoral, a vacância dos cargos de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Vereador; neste último caso, quando não houver mais suplentes, bem como o resultado de processos de cassação de mandatos.

§3º - O Presidente pode, individualmente, apresentar Proposições.

Artigo 42 - O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à Presidência e será feito por seus funcionários, podendo ser requisitados elementos de corporações civis e militares para manter a ordem interna.

Parágrafo Único - Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

- I - apresente-se decentemente trajado;
- II - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
- IV - demonstre respeito aos Vereadores;
- V - atenda às determinações da Presidência;
- VI - não interpele os Vereadores.

§1º - Pela inobservância desses deveres, poderão os assistentes ser obrigados, pela Presidência, a retirar-se imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

§2º - O Presidente poderá determinar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária.

§3º - Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto de instauração do processo-crime correspondente, se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração do inquérito.

Artigo 43 - Não se encontrando o Presidente no Plenário à hora do início da Sessão, ou tendo ele dela se afastado durante os trabalhos, será o mesmo substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários ou, finalmente, pelo Vereador mais idoso, procedendo-se, da mesma forma, nos casos de licença ou impedimento.

Artigo 44 - São atribuições comuns do 1º e 2º Secretários:

- a) receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara;
- b) supervisionar os serviços administrativos da Câmara, fazendo cumprir o respectivo regulamento;
- c) fiscalizar a redação das Atas e fazer a leitura destas no Plenário;

- d) fazer a chamada de Vereadores no Plenário;
- e) apurar os votos nas anotações nominais ou simbólicas;
- f) ler a matéria do Expediente e despachá-la;
- g) assessorar o Presidente nos trabalhos das Sessões;
- h) distribuir as Proposições às Comissões;
- i) assinar com o Presidente os Atos relativos aos servidores da Câmara e as Resoluções da Mesa;
- j) substituir o Presidente ou Vice-Presidente, pela Ordem, na forma Regimental.

Artigo 45 - Ausentes, em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer dos Vereadores para substituição em caráter eventual.

Seção IV DA EXTINÇÃO DO MANDATO DA MESA

Artigo 46 - As funções dos membros da Mesa cessarão:
I - pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
II - pela renúncia, apresentada por escrito;
III - pela destituição;
IV - pela cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Artigo 47 - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente, com as mesmas atribuições do Presidente descritas nos artigos anteriores, e, sendo o caso, realizar-se-ão eleições específicas para o preenchimento de qualquer dos outros cargos da Mesa.

Seção V DA RENÚNCIA DA MESA

Artigo 48 - A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa efetivar-se-á por ofício dirigido ao Presidente da Mesa, o qual será lido em Sessão.

Artigo 49 - Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário, através do Vereador mais idoso dentre os presentes, procedendo-se, então, eleição na forma do parágrafo único do Artigo 33.

Seção VI DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Artigo 50 - Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos membros desimpedidos da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

Artigo 51 - É passível de destituição o membro da Mesa faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou que exorbite das a ele conferidas por este Regimento.

Artigo 52 - O processo de destituição terá início por denúncia, subscrita necessariamente por um dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida pelo seu autor em qualquer fase da Sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da Presidência.
§1º - Na denúncia deverá ser mencionado o(s) membro(s) da Mesa faltoso(s), descritas as irregularidades que lhe(s) for(em) imputada(s), bem como especificada(s) as provas que se pretende produzir.
§2º - Lida a denúncia, será esta imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição deverão ser atribuídas ao Vice-Presidente e, se este também for envolvido, ao Vereador mais idoso dentre os presentes, exceto o denunciante.
§3º - O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver

sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

§4º - Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do § 2º, e, se for um dos Secretários, será substituído por qualquer Vereador, convidado por quem estiver exercendo a Presidência.

§5º - O denunciante e o(s) denunciado(s) são impedidos de votar na denúncia, não sendo necessária a convocação de suplente para ato.

Artigo 53 - Considerar-se-á recebida à denúncia se for aprovada pela maioria simples dos Vereadores votantes presentes.

Artigo 54 - Recebida a denúncia, serão sorteados 03 (três) Vereadores dentre os desimpedidos, para compor a Comissão Processante.

§1º - Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante e o(s) denunciado(s).

§2º - Constituída a Comissão Processante, seus membros elegerão um deles para Presidente, que marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

§3º - Reunida a Comissão, o denunciado ou denunciados serão notificados dentro de 05 (cinco) dias, para apresentação por escrito, de defesa prévia, se assim o desejar, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a não apresentação da mesma não implicará em assunção de culpa pelo denunciado ou denunciados.

§4º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo seu Parecer no final de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período mediante aprovação do Plenário.

§5º - O denunciado ou denunciados poderá(ão) acompanhar todas as diligências da Comissão.

Artigo 55 - Findo o prazo previsto no § 4º do artigo anterior e concluindo-se pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira Sessão ordinária subsequente, Projeto de Resolução propondo a destituição do(s) denunciado(s).

§1º - O Projeto de Resolução será submetido à discussão e votação, observando-se o quorum previsto no caput do Artigo 55 deste Regimento.

§2º - Os Vereadores e o Relator da Comissão Processante e o(s) denunciado(s) terão, cada um, 20 (vinte) minutos para a discussão do Projeto de Resolução, vedada a cessão de tempo.

§3º - Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator da Comissão Processante e o(s) denunciado(s).

§4º - Não se concluindo nessa Sessão a apreciação do Parecer, o Vereador que estiver presidindo os trabalhos relativos ao processo de destituição convocará Sessões extraordinárias destinadas integral e exclusivamente ao exame da matéria, até deliberação definitiva do Plenário.

§5º - O Parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:

- I - ao arquivamento do processo, se rejeitado o Parecer;
- II - a remessa do processo à Comissão de Justiça, se aprovado o Parecer.

§6º - Ocorrendo a aprovação do Parecer, a Comissão de Justiça deverá elaborar, dentro de 03 (três) dias, Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§7º - Para a votação e discussão do Projeto de Resolução de destituição elaborado pela Comissão de Justiça observar-se-ão as disposições deste Artigo.

Artigo 56 - Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu Parecer na primeira Sessão ordinária subsequente.

§1º - Cada Vereador terá o prazo máximo de 20 (vinte) minutos para discutir o Parecer da Comissão Processante, cabendo ao Relator e ao(s) denunciado(s), respectivamente o prazo de 20 (vinte) minutos.

§2º - Aplica-se o disposto no "§ 4º" do artigo precedente.

§3º - O Parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:

I - ao arquivamento do processo, se aprovado o Parecer;

II - a remessa do Processo à Comissão de Justiça, se rejeitado o Parecer.

§4º - Ocorrendo a rejeição do Parecer, a Comissão de Justiça deverá elaborar, dentro de 03 (três) dias, o Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou dos denunciados.

§5º - Aplica-se o disposto no § 7º do artigo precedente.

Artigo 57 - A aprovação do Projeto de Resolução, pelo quorum de 2/3 (dois terços), implicará no imediato afastamento do(s) denunciado(s), devendo a Resolução respectiva ser dada à publicação, pelo Vereador que estiver presidindo os trabalhos, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do Plenário.

Seção VII DO PLENÁRIO

Artigo 58 - Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores.

Artigo 59 - As deliberações do Plenário só poderão ser efetuadas com a presença de dois terços dos membros da Câmara.

Capítulo II DAS COMISSÕES

Artigo 60 - As COMISSÕES são:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Temporárias de INQUÉRITO, ESPECIAIS e de REPRESENTAÇÃO.

Artigo 61 - Na Constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível a representação proporcional dos Partidos, computando-se para o cálculo da proporcionalidade, o número de Vereadores de cada Bancada, excluído o Presidente.

Artigo 62 - Nas reuniões das Comissões, excluída as de Representação, aplicam-se as normas gerais do funcionamento do Plenário, salvo em casos previstos neste Regimento.

Seção I DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 63 - As Comissões Permanentes, de caráter Legislativo ou especializado, têm a finalidade de apreciar as Proposições submetidas ao seu exame e sobre elas deliberar na forma deste Regimento e de exercer a fiscalização no âmbito dos respectivos campos temáticos de área de atuação.

Artigo 64 - Cada Vereador, exceção feita ao Presidente da Mesa, poderá participar de até duas Comissões Permanentes.

Artigo 65 - São as seguintes as Comissões Permanentes:

a) CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - analisa o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todas as Proposições sujeitas a apreciação da Câmara ou de suas comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

b) FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - analisa todos os assuntos de ordem financeira, tributária e orçamentária, inclusive a política industrial e a rural.

c) EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, CULTURA, DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA - analisa assuntos atinentes à educação, cultura e esportes, em geral, política e sistema educacional, cultural e de esportes, em seus aspectos institucionais, estruturais e funcionais, inclusive recursos humanos e ligados à saúde pública e assistência

social.

d) AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PLANEJAMENTO E URBANISMO - analisa todo e qualquer assunto ligado política rural, ambiental, industrial, comercial, urbana e de planejamento.

e) REDAÇÃO FINAL - a qual compete a Redação Final de toda a Proposição em tramitação, dentro dos aspectos gramatical e lógico e da Técnica Legislativa.

Seção II DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 66 - As Comissões Permanentes serão compostas de três Vereadores, constituindo-se de um Presidente, um Vice-Presidente e um Relator.

Artigo 67 - As Comissões Permanentes são constituídas de Vereadores titulares ou suplentes em exercício, e nelas será assegurada, na medida do possível, à representação proporcional dos Partidos da Câmara.

§1º - No caso de licença de qualquer titular das Comissões Permanentes, assumirá, automaticamente, o Suplente que o substituir.

§2º - O Suplente em exercício não substituirá, na Comissão, a função do Presidente, no caso de licença deste, passando a Presidência a ser exercida pelo titular mais idoso dentre os outros membros titulares.

Artigo 68 - Os líderes entregarão ao Presidente da Câmara, até a leitura do Expediente, a nominata dos Vereadores de suas respectivas Bancadas para integrar as chapas das diferentes Comissões Permanentes a serem eleitas na primeira Sessão Ordinária da Legislatura.

Parágrafo Único - A eleição far-se-á pelo voto da maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão, mediante cédulas datilografadas, que conterão os nomes dos Vereadores a serem eleitos e as respectivas Comissões, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador mais idoso.

Artigo 69 - Constituídas as Comissões Permanentes, reunir-se-á cada uma delas, no prazo de 03 (três) dias, para, sob a Presidência do mais idoso de seus Membros presentes, proceder a eleição do Presidente, por acordo entre as Bancadas ou pelo voto.

Artigo 70 - Cada Comissão Permanente deverá reunir-se, no mínimo uma vez a cada bloco de Sessões, desde que haja matéria de sua competência, devendo o Presidente determinar o dia e a hora da reunião.

Artigo 71 - Os Membros da Comissão Permanente serão substituídos caso não compareçam a três reuniões consecutivas da Comissão.

§1º - Não se aplica o disposto no caput deste artigo ao Vereador que comunicar ao Presidente da Comissão as razões de sua ausência para posterior justificacão perante a Comissão.

§2º - O Vereador destituído, nos termos do presente Artigo, não poderá ser designado para integrar nenhuma outra Comissão Permanente até findar o mandato da Comissão que pertencia.

Artigo 72 - Compete às Comissões Permanentes:

I - estudar Proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhe Parecer, oferecendo-lhes Substitutivos, Emendas e Subemendas;

II - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III - tomar a iniciativa da elaboração de Proposições ligadas ao estudo de tais problemas ou decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos Regimentais.

Artigo 73 - É de competência de cada Comissão Permanente examinar e manifestar-se sobre matéria específica dentro de sua área.

Seção III

DA PRESIDÊNCIA, REUNIÕES E TRABALHOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 74 - Ao Presidente da Comissão Permanente compete:

- I - presidir todas as reuniões da Comissão, mantendo a ordem e a serenidade necessária;
- II - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida; designar Relatores, distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita à apreciação, podendo avocar a si o relato de qualquer Processo;
- III - convocar reuniões extraordinárias;
- IV - conceder vista das Proposições ao Membro da Comissão ou requerê-las;
- V - conceder a palavra nas reuniões da Comissão;
- VI - assinar os Pareceres em primeiro lugar;
- VII - ser representante da Comissão junto à Mesa;
- VIII - resolver, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem suscitadas na Comissão;
- IX - votar em todas as deliberações da Comissão;
- X - transmitir à Câmara o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as Sessões Plenárias.

Artigo 75 - As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, na forma do Artigo 70, na data das Sessões, 30 (trinta) minutos antes do início, ou extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente.

Artigo 76 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário, delas podendo participar qualquer Vereador, que poderá discutir o assunto de que se ocuparem, dando sugestões e esclarecimentos.

Parágrafo Único - As Comissões não poderão reunir-se durante o transcorrer de Sessões Plenárias, ressalvadas as exceções regimentais.

Artigo 77 - O trabalho das Comissões Permanentes obedecerá à seguinte ordem:

- I - leitura sumária do Expediente;
- II - distribuição da matéria aos Relatores;
- III - leitura dos Pareceres;
- IV - discussão e votação dos Pareceres.

§1º - Essa ordem poderá ser alterada por decisão da Comissão, quando se tratar de Proposição urgente ou quando solicitada preferência para determinada matéria.

§2º - As Comissões deliberarão por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

§3º - A Comissão, que receber Proposição, mensagem ou qualquer outro expediente que lhe for enviado pela Mesa, poderá propor a sua adoção ou a sua rejeição, total ou parcial, seu arquivamento, formular Projetos dele decorrentes, dar-lhes Substitutivos e apresentar Emendas e Subemendas.

Artigo 78 - Nos termos do Artigo 175 deste Regimento, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento para emitir Parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por mais 05 (cinco) dias pelo Presidente da Câmara, mediante Requerimento devidamente fundamentado.

Parágrafo Único - O prazo previsto neste Artigo começa a correr a partir da data que o Processo der entrada na Comissão.

Artigo 79 - A convite das Comissões, poderão participar dos trabalhos, sem direito a voto, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas, que tenham legítimo interesse no esclarecimento do assunto submetido à apreciação das mesmas.

§1º - No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão

convidar pessoas interessadas para tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder todas as diligências que julgarem necessárias;

§2º - As Comissões poderão solicitar ao Prefeito, aos Secretários Municipais e à Administração Indireta, por intermédio do Presidente da Câmara, todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram às Proposições entregues à sua apreciação, desde que o assunto seja de competência das mesmas, nos mesmos moldes dos Artigos 286 e ss. deste Regimento.

Artigo 80 - O recesso da Câmara interrompe todos os prazos previstos na Sessão Legislativa vigente.

Parágrafo Único - A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos do Artigo 19, §2º da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 81 - O Parecer da Comissão consistirá no relatório da matéria e conclusão, sugerindo sua adoção, sua rejeição ou seu arquivamento, com Emendas, Subemendas e Substitutivos que julgar necessário.

Parágrafo Único - Sempre que o Parecer da Comissão concluir pelo arquivamento, pela rejeição, pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da Proposição sob seu exame, deverá o Plenário deliberar primeiro a tramitação da Proposição, se o Parecer for rejeitado.

Artigo 82 - Os Pareceres serão dados por escrito, assinados por todos ou pela maioria dos membros da Comissão, sem o que não poderão ser entregues à Mesa.

Artigo 83 - Dos Atos do Presidente da Comissão Permanente cabe a qualquer membro da Comissão recurso ao Plenário.

Seção IV

DAS VAGAS, LICENÇAS E IMPEDIMENTOS NAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 84 - As vagas das Comissões Permanentes verificar-se-ão:

- I - com a licença;
- II - com a renúncia;
- III - com a destituição;
- IV - com a perda do mandato de Vereador.

§1º - A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será acabado e definitivo, desde que manifestada por escrito, ao Presidente da Câmara.

§2º - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos, caso não compareçam, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas da Comissão, não mais podendo participar de qualquer Comissão Permanente durante o ano.

§3º - As faltas às reuniões da Comissão Permanente deverão ser justificadas, no prazo de 05 (cinco) dias, quando ocorrer justo motivo.

§4º - A destituição dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, dirigida ao presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a sua não justificativa no prazo estabelecido no parágrafo anterior, mediante Ato, declarará vago o cargo na Comissão Permanente.

§5º - O Presidente da Comissão Permanente poderá também ser destituído, quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, sendo-lhe facultado o direito de defesa, no prazo de 10 (dez) dias, cabendo a decisão final ao Plenário.

§6º - O Presidente ou Membro de Comissão, destituído nos termos do parágrafo anterior, não poderá participar de qualquer Comissão Permanente durante a mesma legislatura.

§7º - O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes, de acordo com a indicação do Líder do Partido respectivo.

Artigo 85 - No caso de licença, impedimento, destituição ou renúncia de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara mediante Ato, designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertencer o lugar.
Parágrafo Único - A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou impedimento.

Artigo 86 - Tratando-se de licença do exercício do mandato de Vereador, a nomeação recairá no respectivo suplente que assumir a vereança.

Seção V DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Artigo 87 - Comissões Temporárias são as constituídas com finalidades especiais e se extinguem com o término da legislatura ou, antes dele, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas ou, ainda, quando alcançado o tempo que lhes forem destinadas pela Resolução que as constituiu, podendo ser prorrogadas "ad referendum" do Plenário, também por prazo determinado.

§1º - Adotar-se-á, na composição das Comissões, o critério da proporcionalidade, se possível, aos Partidos representados na Câmara.

§2º - O prazo considerado no caput deste Artigo interrompe-se no recesso da Câmara de Vereadores.

Artigo 88 - As Comissões Temporárias poderão ser:

- I - Comissões de Assuntos Especiais;
- II - Comissões de Representação Externa;
- III - Comissões Parlamentares de Inquérito;
- IV - Comissões Representativas da Câmara durante seu recesso.

Artigo 89 - Comissões de Assuntos Especiais são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de relevância, bem como de seu Regimento Interno.

§1º - As Comissões de Assuntos Especiais serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução.

§2º - O Projeto de Resolução que propõe a constituição da Comissão de Assuntos Especiais deverá indicar, necessariamente:

- I - a finalidade, devidamente fundamentada;
- II - o número de membros, não superior a 05 (cinco);
- III - o prazo de funcionamento.

§3º - Ao Presidente da Câmara caberá, em comum acordo com as lideranças partidárias, indicar os Vereadores que comporão a Comissão, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§4º - O primeiro ou único signatário do Projeto de Resolução que a propôs, obrigatoriamente fará parte da Comissão, na qualidade de seu Presidente.

§5º - Concluídos seus trabalhos, a Comissão elaborará Parecer sobre a matéria, o qual será protocolo na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira Sessão ordinária subsequente.

§6º - Do Parecer será extraída cópia ao Vereador que a solicitar, pela Secretaria da Câmara.

§7º - Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de Requerimento.

§8º - Não caberá constituição de Comissão de Assuntos Especiais para tratar de assuntos de competência de qualquer das Comissões

Artigo 90 - As Comissões de Representação Externa têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social, cultural ou político.

§1º - As Comissões de Representações serão constituídas:

- I - mediante Projeto de Resolução, submetido a discussão e

votação únicas na Ordem do Dia da Sessão seguinte à da sua apresentação, se acarretar despesas;

II - mediante simples Requerimento, submetido à discussão e votação únicas na fase do expediente da mesma Sessão de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§2º - No caso do inciso I do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo de 03 (três) dias, contados da apresentação do Projeto respectivo.

§3º - Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constituído deverá conter:

- a) a finalidade;
- b) o número de membros;
- c) o prazo de duração.

§4º - Os membros da Comissão serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá a seu critério, integrá-la ou não, observada, sempre que possível, a representação partidária.

§5º - A Comissão será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários da Resolução respectiva, quando dela não faça parte o Presidente da Câmara ou o Vice-Presidente.

§6º - Os membros da Comissão, constituída nos termos do inciso I do parágrafo primeiro, deverá apresentar relatório ao Plenário, das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias após o seu término.

§7º - Não constituirá matéria sujeita à Comissão de Representação, e passível de ser autorizada pelo Presidente da Mesa:

- I - participação de Vereadores Congressos, Seminários e afins;
- II - viagens individuais de Vereadores, ainda que em nome da Câmara Municipal de Luzerna.

Artigo 91 - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação própria das autoridades judiciárias, além de outros no Regimento Interno, e serão criadas pela Câmara Municipal de Vereadores, mediante Requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§1º - O prazo de instrução não será superior a 30 (trinta) dias e somente poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada à Presidência da Câmara ou ao Plenário em grau de recurso.

§2º - As Comissões de Inquérito serão formadas no mínimo por 03 (três) membros, indicados pelos Líderes das Bancadas, constituindo-se um Presidente, um Relator e membro.

§3º - Após nomeada a Comissão de Inquérito terá o prazo improrrogável de 07 (sete) dias para se instalar.

§4º - A Comissão que não se instalar dentro do prazo fixado no parágrafo anterior será declarada extinta, podendo ser criada uma nova, desde que solicitada na forma deste Regimento Interno.

§5º - No exercício de suas atribuições, as Comissões de Inquérito deverão ouvir os acusados e poderão determinar diligências, inquirir testemunhas, requisitar informações requerer a convocação de Secretários Municipais ou equivalentes e praticar atos indispensáveis para o esclarecimento dos fatos.

§6º - As convocações dos acusados e testemunhas serão cumpridas por servidor da Câmara de Vereadores ou via postal, mediante aviso de recebimento, podendo as intimações ser realizadas por Oficial de Justiça, designado pelo Juiz de Direito do Foro da Comarca onde deva ser cumprida a diligência.

§7º - Membros da Comissão de Inquérito ou Servidores da Câmara Municipal poderão ser destacados para realizar sindicância ou diligências.

§8º - Os trabalhos da Comissão de Inquérito constarão de relatório e concluirão pela apresentação de Projeto de Resolução ou por pedido de arquivamento.

§9º - Encerrado o período de instrução, o Relator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar o relatório de que trata o Parágrafo anterior, sendo admitida a prorrogação, no caso de motivo relevante.

§10 - O Projeto de Resolução será enviado ao Plenário com o

resultado das investigações e o relatório.

§11 - Aplicam-se subsidiariamente as Comissões de Inquérito, no que couber, as normas da Legislação Federal e do Código de Processo Penal.

Artigo 92 - A Comissão Representativa, que funciona no recesso da Câmara de Vereadores, será constituída de três membros efetivos e três suplentes, para substituírem os titulares nas ausências ou impedimentos, nos termos do Artigo 18 da Lei Orgânica Municipal. §1º - Executando-se a Sessão inaugural, a Comissão Representativa será eleita na última reunião ordinária de cada 02 (dois) anos, em votação aberta.

§2º - A constituição da Comissão Representativa obedecerá à representação proporcional dos Partidos na Câmara.

§3º - Os membros da Mesa Diretora não poderão ser eleitos para a Comissão Representativa.

§4º - O Presidente da Câmara é membro efetivo da Comissão Representativa e em seus impedimentos será substituído por seus representantes legais.

§5º - A Comissão Representativa efetuará Sessões semanais, às segundas-feiras, com horário a ser fixado pela Comissão e posteriormente publicado.

§6º - A Comissão Representativa funcionará com a maioria absoluta de seus membros, excluindo o Presidente, e deliberará por maioria dos presentes que a integram.

§7º - Qualquer Vereador não integrante da Comissão poderá participar dos trabalhos da Comissão Representativa, não tendo direito a voto.

§8º - O Suplente substituirá o Vereador titular, membro da Comissão referida, em sua ausência.

Artigo 93. Compete à Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II - zelar pela observância das Constituições Federal, Estadual e da Lei Orgânica do Município, bem como oferecer indicações atinentes à administração do Município;

III - tomar conhecimento do expediente e encaminhá-lo aos setores competentes;

IV - autorizar o Prefeito e Vereadores a se ausentarem do Município;

V - deliberar sobre pedidos de providências e informações.

Artigo 94. Em tudo que lhe forem aplicáveis, vigorarão para os trabalhos da Comissão Representativa os mesmos dispositivos regimentais e constitucionais que regulam o funcionamento da Câmara Municipal e de suas Comissões.

Título IV DAS SESSÕES DA CÂMARA

Capítulo I DAS SESSÕES EM GERAL

Artigo 95 - As Sessões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias, Secretas, Solenes ou Especiais, e não se realizarão apenas por falta de quorum, por deliberação do Plenário ou por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

Artigo 96 - As Sessões serão Públicas, salvo disposições legal ou regimental em contrário, bem como quando, ocorrendo motivo relevante, a Câmara deliberar pela realização de Sessão secreta.

Artigo 97 - Na abertura das Sessões a Presidência usará a expressão: "Havendo número legal, sob a proteção de Deus, dou por abertos os trabalhos da presente Sessão".

Artigo 98 - As Sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e terão a duração de 02 (duas) horas, prorrogáveis nos termos do Artigo 104 deste

Regimento.

§1º - Considerar-se-á presente à Sessão o Vereador que assinar o livro de presenças e participar das discussões e votações da Ordem do Dia.

§2º - Não poderá assinar o livro de presenças o Vereador que apenas se fizer presente após o encerramento da Ordem do Dia.

Artigo 99 - Em Sessão Plenária cuja abertura e prosseguimento dependam de quorum, este poderá ser constatado através da verificação de presença feita ou determinada de ofício pelo Presidente, ou a pedido de qualquer Vereador, atendido de imediato.

Parágrafo Único - Haverá tolerância máxima de 15 (quinze) minutos da hora regimental para o início da Sessão Ordinária ou Extraordinária, findos os quais, persistindo a ausência de quorum qualificado para o funcionamento, os Vereadores presentes retirar-se-ão do Plenário, após a assinatura no livro próprio, lavrando-se ATA declaratória.

Artigo 100 - No Plenário e nos lugares destinados à Mesa, somente serão admitidos os Vereadores e os servidores em serviço exclusivo da Câmara.

Parágrafo Único - A convite do Presidente, por iniciativa própria ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades Públicas Federais, Estaduais ou Municipais e personalidades que se resolva homenagear, bem como representantes da imprensa, devidamente credenciados.

Artigo 101 - Durante as Sessões:

I - os Vereadores poderão usar a palavra, mesmo quando se tratar de visitante recepcionado ou de pessoa convocada para prestar informações;

II - a palavra só poderá ser concedida pelo Presidente;

III - qualquer Vereador, ao falar, dirigir-se-á ao Presidente e ao Plenário;

IV - referindo-se ou dirigindo-se a colega o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Excelência", declinando-lhe o nome, se for o caso.

Artigo 102 - Quando o Orador estiver se manifestando em Plenário, o Vereador, somente com a permissão do Presidente, poderá solicitar a palavra para:

I - formular questão de Ordem;

II - pedido de informações;

III - apresentar reclamação.

Seção I DO QUORUM

Artigo 103 - É necessária a presença de, pelo menos, um terço de seus membros para que a Câmara se reúna; de maioria simples dos Vereadores para as deliberações e dois terços dos Vereadores em Plenário para votação:

I - do orçamento;

II - de empréstimos e operações de crédito;

III - de auxílio à empresa;

IV - de concessão de privilégio;

V - de matéria que verse sobre interesse particular;

VI - de concessão de serviço público.

§1º - São exigidos, ainda, dois terços de votos favoráveis para:

I - aprovação de:

a) Projeto de Decreto Legislativo referente à aprovação de contas do Prefeito Municipal, quando o Parecer da Comissão de Orçamento for contrário ao Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado ou do Órgão para isso competente, nos termos da constituição Federal;

b) Emenda à Lei Orgânica Municipal;

II - concessão de:

a) auxílio ou subvenção que não constem do respectivo plano;

b) título de cidadão e benemerência.

III - cassação de mandato.

§2º - São exigidos dois terços de votos contrários para rejeitar Projeto de Decreto Legislativo referido na letra "b", item I, do parágrafo anterior, quando o Projeto concordar com o Parecer prévio aludido.

§3º - São exigidos igualmente dois terços de votos para:

I - aprovação de:

a) Projeto de Lei Complementar;

b) pedido de reunião secreta, quando ocorrer motivo relevante, nos termos do §7º do Artigo 19 da Lei Orgânica;

c) Requerimento para alterar a Ordem do Dia.

II - aprovação, com estipulação de condições, de arrendamento, aforamento, alienação, permuta ou hipoteca de bens próprios Municipais, bem como aquisição de outros.

III - representação, para efeito de intervenção no Município, nos termos da Constituição Estadual, em seus Artigos 8º e 11, bem como na Constituição Federal, em seus Artigos 35 e 36.

Artigo 104 - A declaração de quorum, questionada ou não, será feita pelo Presidente após a chamada nominal dos Vereadores.

Parágrafo Único - Verificada a falta de quorum para votação da Ordem do Dia, a Sessão será suspensa, perdendo o Vereador ausente o subsídio referente àquela Sessão.

Seção II

DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Artigo 105 - A Sessão poderá ser suspensa:

I - para preservação da ordem;

II - para permitir, quando for o caso, que a Comissão possa apresentar Parecer verbal ou escrito;

III - para recepcionar visitantes ilustres;

IV - a Requerimento de qualquer Vereador, "ad referendum" do Plenário.

Artigo 106 - A Sessão será encerrada antes do horário regimental nos seguintes casos:

I - por falta de quorum regimental para prosseguimento dos trabalhos;

II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, por falecimento de autoridades ou alta personalidade, ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em Requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores;

III - tumulto grave;

IV - se, esgotada a matéria da Ordem do Dia, não houver inscritos para falarem em Explicações Pessoais.

Seção III

DA PRORROGAÇÃO DAS SESSÕES

Artigo 107 - As Sessões poderão ser prorrogadas, por tempo determinado, ou para se terminar a discussão e votação de Proposição em debate.

Artigo 108 - Os Requerimentos de prorrogação serão escritos ou verbais, não se admitindo declaração de voto.

Parágrafo Único - O Presidente, ao receber o Requerimento, dele dará conhecimento ao Plenário e colocará em votação, interrompendo, se for o caso, o orador que estiver com a palavra.

Capítulo II

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Artigo 109 - A Sessão Ordinária destina-se às atividades normais de Plenário, e ocorrerão em número de no mínimo 04 (quatro) Sessões mensais, em horário aprovado pelo Plenário e divulgado através de convocação pessoal.

§1º - Quando na data marcada para as Sessões se der feriado nacional ou ponto facultativo municipal, aquelas serão transferidas

preferencialmente para o primeiro dia útil subsequente.

§2º - A hora de abertura da Sessão, o Presidente determinará que se proceda a chamada e só dará início aos trabalhos se estiver presente, no mínimo, um terço dos Vereadores.

§3º - Não havendo número para abrir a Sessão, decorridos 15 (quinze) minutos da hora, o Presidente comunicará o fato aos presentes e determinará a lavratura da ATA declaratória, perdendo os ausentes o direito ao "jetton" do dia.

§4º - Em qualquer hipótese, não poderá tomar o Plenário qualquer deliberação sem a presença do quorum exigido neste Regimento.

Seção I

DA DIVISÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA

Artigo 110 - A Sessão Ordinária divide-se em:

I - Grande Expediente;

II - Momento da Presidência;

III - Ordem do dia;

IV - Explicações Pessoais;

V - Encerramento.

Seção II

DO GRANDE EXPEDIENTE

Artigo 111 - O GRANDE EXPEDIENTE terá duração de 60 (sessenta) minutos e será dividido em duas partes:

I - a primeira destinada à:

a) verificação do quorum;

b) abertura da reunião;

c) discussão e votação da ata anterior;

d) leitura e despacho do expediente;

II - a segunda está destinada aos oradores inscritos sobre assuntos estranhos a ordem do dia;

§1º - Verificado o quorum de um terço para a instalação da reunião, o presidente declarará a mesma aberta;

§2º - Votada a ata, o Presidente determinará a um dos Secretários a leitura da matéria do expediente, obedecida a seguinte ordem:

a) expediente recebido do Poder Executivo;

b) expediente apresentado pelos Vereadores;

c) expediente enviado pela Câmara;

d) demais Expedientes.

§3º - Na leitura das Proposições, obedecer-se-á a seguinte ordem:

I - Vetos;

II - Projetos de Lei ou de Lei Complementar;

III - Projetos de Decreto Legislativo;

IV - Projetos de Resolução;

V - Substitutivos;

VI - Emendas e Subemendas;

VII - Pareceres;

VIII - Requerimentos;

IX - Indicações;

X - Pedidos de Informação;

XI - Moções.

§4º - Dos Projetos de Lei, Decretos Legislativos, Projetos de Resoluções, Substitutivos, Emendas e Subemendas, Pareceres, Requerimentos, Indicações, Pedidos de Informações e Moções serão fornecidas uma cópia para cada um dos Vereadores;

§5º - Dos Projetos de Lei do Orçamento Anual, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Projetos de Códigos, serão fornecidos uma cópia para cada líder de bancada.

Artigo 112 - O uso da palavra no grande expediente destina-se à apresentação de reivindicação dos Vereadores, bem como à apresentação de moção de pesar, de louvor ou de congratulações, e terá a duração máxima de 10 (dez) minutos.

Artigo 113 - Os Requerimentos reivindicatórios, moções de louvor e de congratulações serão apreciados pelo Plenário logo após o término das manifestações, sendo que as moções de pesar serão

deferidas nos termos do Artigo 185.

Seção III DO MOMENTO DA PRESIDÊNCIA

Artigo 114 - Terminado o tempo dos oradores, inicia-se o MOMENTO DA PRESIDÊNCIA, com o tempo de 15 (quinze) minutos para comunicações, homenagens, instruções e esclarecimentos constitucionais, legais e regimentais.

Artigo 115 - O Momento da Presidência poderá ser usado por representantes de entidades da comunidade e de organismos oficiais para comunicação inadiável, desde que haja aquiescência do Plenário.

Seção IV DA ORDEM DO DIA

Artigo 116 - ORDEM DO DIA é a fase da Sessão destinada à discussão e votação de Proposições que já tramitaram pelas Comissões, observando-se a seguinte prioridade:

- I - Projetos de Lei Executivo;
- II - Projetos de Decreto Legislativo;
- III - Projetos de Resolução;
- IV - Pedidos de Autorização;
- V - Veto;
- VI - matéria em regime de urgência;
- VII - Requerimento de Comissão.

Artigo 117 - A Ordem do Dia, estabelecida nos termos do Artigo anterior, só poderá ser interrompida ou alterada:

- I - para apreciação de pedido de licença de Vereadores;
- II - em caso de retirada de Proposição da pauta;
- III - em caso de inversão da pauta.

Artigo 118 - As Proposições, cuja urgência tenha sido concedida pelo Plenário, figurarão na Ordem do Dia da mesma Sessão, como itens preferenciais, pela ordem de votação das respectivas urgências.

Parágrafo Único - A urgência só prevalecerá para a Sessão em que tenha sido concedida, salvo se a Sessão for encerrada com a Proposição ainda em debate, caso em que esta figurará como primeiro item na Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Artigo 119 - As Proposições, constantes da Ordem do Dia poderão ser objeto de:

- I - pedido de vista;
- II - preferência para votação;
- III - adiamento;
- IV - retirada de pauta;
- V - votação em bloco.

Artigo 120 - O PEDIDO DE VISTA será formulado, através de Requerimento escrito ou verbal, por qualquer Vereador, na fase de discussão da Proposição, e só poderá ser aceito se proposto por tempo determinado, não excedente ao período de tempo correspondente ao intervalo entre uma Sessão e outra, cabendo ao autor do Requerimento a apresentação por escrito de sua justificativa, a qual será apreciada na forma do Artigo 222 deste Regimento.

§1º - Apresentados um ou mais Requerimentos de pedido de vista, será votado preferencialmente o que solicitar menor prazo.

§2º - Fica vetado aos membros das Comissões Permanentes, que emitiram Parecer favorável aos Projetos, solicitar pedido de vista.

Artigo 121 - Se houver uma ou mais Proposições, constituindo processos distintos, anexadas à Proposição que se encontra em pauta, a PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO de uma delas dar-se-á mediante Requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador.

§1º - O Requerimento de Preferência será votado mediante

discussão em Plenário.

§2º - Votada uma Proposição, todas as demais que tratam do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudiciais e remetidas ao arquivo.

Artigo 122 - O ADIAMENTO da discussão ou votação de Proposição poderá, nos termos do Artigo 223 deste Regimento, ressalvado o disposto no §3º deste Artigo, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de Requerimento escrito ou verbal de qualquer Vereador, que especificará a finalidade e o número de dias do adiamento proposto.

§1º - Apresentado um Requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder a votação, votando-se, preferencialmente, o que contiver menor prazo.

§2º - A aprovação de um Requerimento de adiamento prejudica os demais.

§3º - O adiamento só poderá ser concedido uma vez para cada Vereador.

Artigo 123 - A RETIRADA DE PAUTA de Proposição constante na Ordem do Dia, disciplinada no Artigo 202 deste Regimento, dar-se-á por Requerimento de seu autor ou autores.

Parágrafo Único - As Proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser retiradas mediante Requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

Seção V DAS EXPLICAÇÕES PESSOAIS

Artigo 124 - As Explicações Pessoais são destinadas à manifestação do Vereador sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo Único - Cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos para falar nas Explicações Pessoais, com apartes, desde que relativos à matéria.

Artigo 125 - As Explicações Pessoais serão verbais, lavradas em ATA.

§1º - A palavra será concedida aos Vereadores pela Ordem de inscrição.

§2º - O Vereador inscrito poderá ceder seu espaço a um colega, ou desistir de usar a palavra, e se ausente, caberá ao Líder de sua Bancada dispô-la.

Seção VI DO ENCERRAMENTO

Artigo 126 - Nada mais havendo a ser discutido ou votado, o Presidente encerrará a Sessão com a expressão: "Dou por encerrados os trabalhos da presente Sessão".

Capítulo III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Artigo 127 - As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e horário, inclusive domingos e feriados, mesmo no período de recesso, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar e serão convocadas:

- I - pelo Presidente da Câmara, durante o período ordinário;
- II - pelo Prefeito no período de recesso;
- III - por iniciativa da maioria absoluta dos Vereadores, em qualquer dos períodos.

§1º - As reuniões da Sessão legislativa extraordinária, de que trata este Artigo, serão abertas, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, sem tempo de duração determinado.

§2º - As Sessões Extraordinárias não serão remuneradas.

Artigo 128 - A convocação conterà a relação da matéria a ser

apreciada e a indicação das Proposições já em tramitações ou a serem apresentadas.

§1º - A convocação solicitada pelo presidente da Câmara deverá ser feita com antecedência de:

I - 24 (vinte e quatro) horas, quando feita durante reunião ordinária, neste caso, a comunicação será inserida em Ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores presentes à reunião;

II - 48 (quarenta e oito) horas, quando feita através de expediente dirigido a cada Vereador.

§2º - A convocação, pelo Prefeito, será mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara. De posse do ofício, o Presidente cientificará aos Vereadores com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através de citação pessoal;

§3º - Na omissão do Presidente da Câmara, o Prefeito poderá cientificar diretamente aos Vereadores, igualmente com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, através de citação pessoal.

Artigo 129 - Na Sessão Extraordinária a Câmara deliberará exclusivamente sobre matéria para a qual tenha sido convocada, nos termos do §8º do Artigo 19 da Lei Orgânica.

Artigo 130 - As Reuniões Extraordinárias realizar-se-ão com o seguinte trâmite:

- a) abertura da reunião e verificação do quorum;
- b) leitura do motivo da reunião e de seu expediente específico da ordem do dia;
- c) ordem do dia com matéria específica que gerou a reunião.

Parágrafo Único - Nas Reuniões Extraordinárias não haverá Explicações Pessoais.

Artigo 131 - À Sessão Extraordinária aplica-se o processo Legislativo comum, limitado o pedido de vista ou de adiamento de votação ao prazo máximo de 03 (três) dias.

Artigo 132 - A convocação extraordinária extinguir-se-á somente quando houver conclusão da matéria em pauta.

Capítulo IV DAS SESSÕES SECRETAS

Artigo 133 - As Sessões Secretas serão realizadas quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar, por Requerimento de um terço, no mínimo, dos Vereadores, e dependerá da aprovação de dois terços dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O processo de votação secreta dar-se-á nos casos de:

- I - apreciação de veto;
- II - votação de Parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as Contas da Mesa Diretora e do Prefeito;
- III - perda do mandato de Vereador.

Artigo 134 - A instalação da Sessão Secreta durante o transcurso da Sessão Pública implicará no encerramento desta.

Artigo 135 - Antes de se iniciar a Sessão Secreta, todas as portas serão fechadas, permanecendo em Plenário apenas os Vereadores e funcionários da Câmara autorizados pelo Plenário.

Artigo 136 - As Sessões Secretas só serão iniciadas com a presença de no mínimo dois terços dos membros da Câmara.

Artigo 137 - A ATA das Sessões Secretas será lida na mesma Sessão, assinada pelo Presidente e pelo Secretário e rubricada pelos demais Vereadores e registrada em livro especial, que ficará sob guarda direta do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - Qualquer retificação da ATA deverá ser procedida na mesma Sessão, "ad referendum" do Plenário.

Artigo 138 - Ao Vereador que houver participado dos demais debates será permitido reduzir a termo discurso proferido para ser arquivado juntamente com a ATA.

Artigo 139 - Antes de se encerrar a Sessão Secreta, o Plenário resolverá se deverão ficar secretos, no todo ou em parte, os seus debates e deliberações, ou constar de ATA Pública, fixando-se o prazo em que deve ser mantido o sigilo.

Capítulo V DAS SESSÕES SOLENES

Artigo 140 - As Sessões Solenes destinam-se à concessão de títulos e outras honrarias, a comemorações de datas históricas e eventos auspiciosos e a homenagem a entidades e personalidades ilustres, sendo que nelas poderão usar da palavra somente os Oradores previamente convidados pelo Presidente, ouvidos os Líderes das Bancadas.

Parágrafo Único - Com exceção da reunião da instalação de Legislação, de posse e de eleição, de que trata este Regimento, as Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente ou mediante Requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara e aprovado por maioria de dois terços dos Vereadores.

Artigo 141 - Estas Sessões serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, para o fim específico que lhes for determinado, não havendo expediente e nem tempo previsto para seu encerramento.

Capítulo VI DAS SESSÕES ESPECIAIS

Artigo 142 - As Sessões Especiais destinam-se:

- I - ao recebimento de relatório do Prefeito;
- II - a ouvir Secretário Municipal e Diretor de Autarquias ou de Órgãos não subordinados à Secretaria;
- III - a palestra relacionada com o interesse público;
- IV - a outros fins não previstos neste Regimento.

Capítulo VII DAS SESSÕES TEMÁTICAS

Artigo 143 - As Sessões Temáticas destinam-se à abordagem de questões urgentes e debates de políticas públicas.

§1º - Qualquer Vereador poderá indicar, através de Requerimento verbal ou escrito, apresentado ao Plenário da Câmara, tema específico para a realização de Sessão Temática, destacando nele a relevância e necessidade de discussão do tema proposto, as dificuldades específicas locais que se relacionam com o tema proposto e as pessoas, que sugere, sejam convidadas para fazer uso da palavra na referida Sessão.

§2º - Os demais Vereadores poderão destacar outras especificidades e motivos que justifiquem a realização da referida Sessão além da relevância, necessidade, dificuldades locais e pessoas indicadas para os debates.

§3º - Aprovado o Requerimento, definir-se-á a data da realização da referida Sessão, preferencialmente junto à data da última Sessão ordinária de cada mês, cabendo à Mesa Diretora o encaminhamento dos convites e os preparativos para sua realização;

§4º - No convite, constarão obrigatoriamente:

- I - Os motivos que ensejaram a realização da Sessão Temática, de modo que os convidados possam se preparar previamente para a referida Sessão, trazendo documentos, registros e apontamentos que julgarem necessários;
- II - O pedido de encaminhamento, à Câmara de Vereadores, de resumo dos temas a serem abordados pelo convidado durante a referida Sessão, com antecedência mínima de uma semana da solenidade, até a Sessão Ordinária anterior, de modo que os Vereadores possam preparar seus questionamentos.

§5º - Na data da referida Sessão, abertos os trabalhos na forma Regimental, sucessivamente farão uso da palavra as pessoas convidadas, na ordem previamente estabelecida pela Mesa Diretora, por até 15 (quinze) minutos, sem interrupção;

§6º - Após o uso da palavra por todos os convidados, o Presidente da Sessão disponibilizará a palavra aos Vereadores presentes, na ordem de sua inscrição, por tempo determinado de no máximo 05 (cinco) minutos, os quais formularão indagações pertinentes, cabendo ao convidado, dentro deste tempo, responder às indagações;

§7º - Fica garantido o direito de todos os Vereadores formularem pelo menos uma pergunta;

§8º - Após o uso da palavra pelos Vereadores, o Presidente da Sessão possibilitará que qualquer um dos presentes na Sessão, até o limite de 05 (cinco) pessoas, previamente inscritos antes do início da mesma, por tempo determinado de no máximo 03 (três) minutos, possam formular indagações, cabendo ao convidado a resposta;

§9º - Fará constar da Ata específica da Sessão as discussões realizadas e as propostas de ações práticas que visem o aperfeiçoamento municipal relacionado com o tema em debate na Sessão Temática, a qual será colocada em discussão e votação na Sessão seguinte;

§10 - Qualquer documento apresentado durante a Sessão Temática será anexado à referida Ata;

§11 - Cópia da Ata será encaminhada ao Poder Executivo Municipal para análise das discussões e providências.

§12 - A solicitação de prestação de contas de qualquer das Secretarias, Fundos, Autarquias e Entidades Públicas se dará nos termos do Artigo 170 deste Regimento.

Capítulo VIII DAS ATAS

Artigo 144 - Das Sessões Ordinárias, das Extraordinárias, das Solenes e das Especiais, lavrar-se-á ATA dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados.

§1º - As Proposições e documentos apresentados em Sessão serão indicadas apenas com o respectivo número, se houver, e a declaração do objeto a que se referiam, salvo Requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§2º - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito, em termos concisos e regimentais deve ser requerida ao Presidente.

Artigo 145 - A Ata da Sessão Ordinária e Extraordinária anterior será lida ao iniciar-se a seguinte, na parte destinada à leitura do Expediente; e com o número regimental, o Presidente a submeterá à discussão e votação.

§1º - O Vereador só poderá falar sobre a ATA para requerer sua retificação, por tempo não superior a 03 (três) minutos.

§2º - No caso de qualquer reclamação, o Secretário, encarregado da ATA poderá prestar esclarecimento e quando, apesar destes, o Plenário reconhecer pela procedência da retificação, será consignada na ATA imediatamente posterior, salvo nos casos das Sessões em que a ATA é lavrada em seu final, quando a retificação constará da mesma.

§3º - Aprovada a ATA, será ela assinada pelos membros da Mesa.

Artigo 146 - A Ata da última Sessão Ordinária de cada Sessão Legislativa será digitada e submetida à apreciação do Plenário, com qualquer número de Vereadores, na Sessão subsequente, enquanto que as Atas das Sessões Solenes e Especiais deverão ser lavradas e apreciadas antes do encerramento da Sessão.

Título V DAS PROPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

Capítulo I DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Artigo 147 - PROPOSIÇÃO é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário e consistirá em:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município;

II - Projetos de Leis Complementares;

III - Projetos de Leis Ordinárias;

IV - Emenda ao Regimento Interno;

V - Projetos de Decretos Legislativos;

VI - Projetos de Resoluções;

VII - Requerimentos;

VIII - Indicações;

IX - Pedidos de Informações e Providências;

IX - Pareceres das Comissões;

X - Emendas;

XI - Substitutivos;

XII - Relatórios;

XIII - Recursos;

XIV - Representações;

XV - Moções;

XVI - Concessão de Título Honorífico.

§1º - A mesa deixará de aceitar qualquer Proposição que:

I - versar sobre assunto alheio à competência da Câmara, descritos nos Artigos 16 e 17 da Lei Orgânica;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Poder Legislativo;

III - faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou a qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de cópia ou transcrição do referido documento;

IV - seja inconstitucional, ilegal ou anti-regimental;

V - seja apresentada por Vereador ausente à reunião;

VI - tenha sido rejeitada ou não sancionada e elaborada sem obediência às prescrições da Lei Orgânica do Município.

§2º - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da tramitação, a retirada da sua Proposição, atendidos os ditames do Artigo 202 deste Regimento, bem como

I - se a matéria ainda não recebeu Parecer favorável de Comissão, ou foi submetida à deliberação do Plenário, compete privativamente ao Presidente deferir o pedido;

II - se a matéria já recebeu Parecer favorável ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete a decisão.

§3º - O Prefeito poderá solicitar a devolução de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, em qualquer fase de sua tramitação, excepcionando-se a de votação, no que será atendido de pronto;

§4º - O pedido de vistas poderá ser solicitado no momento da leitura, por prazo determinado, não superior a 15 (quinze) dias, e será deliberado pelo Plenário, desde que a Proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.

Capítulo II DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE Seção I DOS PROJETOS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Artigo 148 - A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO poderá ser emendada, atendidos os requisitos expostos no Artigo 33 da própria Lei Orgânica, por iniciativa de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal ou do Prefeito Municipal, sendo votada em dois turnos, devendo em ambos receber o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, que a promulgará, com o respectivo número de ordem, sendo que a matéria constante de Proposta de Emenda à Lei Orgânica rejeitada, ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Artigo 149 - O Projeto de Emenda à Lei Orgânica será apreçoado na apresentação à mesa, publicado em avulsos e incluído na pauta durante duas Sessões Ordinárias para discussão e recebimento de Emendas.

§1º - Cumprida a pauta, o Projeto será encaminhado à Comissão Especial para tal fato constituída, a qual, no prazo de 10 (dez)

dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), apresentará Parecer, podendo esta concluir pela apresentação de Substitutivo.

§2º - Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, com ou sem Parecer, o Projeto apresentado, com as Emendas ou Substitutivo, será incluído na Ordem do Dia em primeira discussão e votação, não se dispensando, em qualquer caso, distribuição em avulsos.

§3º - Na primeira discussão, somente Líder pode apresentar Emenda.

§4º - No caso do parágrafo anterior, a Sessão será suspensa por até trinta minutos para que a Comissão Especial emita Parecer.

§5º - Se houver Emenda ou Substitutivo aprovado em primeira discussão e votação, a Comissão Especial terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para elaboração e redação da matéria aprovada.

§6º - Esgotado o prazo do parágrafo anterior, será o Projeto submetido à segunda discussão e votação.

§7º - Não será admitida Emenda em segunda discussão e votação.

Artigo 150 - Considerar-se-á aprovada a Emenda à Lei Orgânica, que obtiver em duas votações, com interstício de 10 (dez) dias, o voto favorável de dois terços da Câmara em cada uma das votações.

§1º - O Projeto de Emenda à Lei Orgânica que não alcançar em qualquer das votações, o voto favorável de dois terços da Câmara será declarado rejeitado e só poderá ser renovado na Sessão Legislativa seguinte.

§2º - O prazo previsto neste artigo não será contado nos períodos de recesso.

§3º - Será arquivado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica que, no final da Legislatura, não tiver sido aprovado.

Artigo 151 - Aprovada a redação final, a mesa promulgará a Emenda dentro de 72 (setenta e duas) horas, com o respectivo número de ordem, e a fará publicar.

Seção II

DOS PROJETOS DE LEIS COMPLEMENTARES

Artigo 152 - Os PROJETOS DE LEIS COMPLEMENTARES são previstos na Lei Orgânica (Artigo 35) com a finalidade de regradar matérias específicas, exigindo, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, sujeitando-se à sanção do Prefeito Municipal.

Artigo 153 - São objeto de Lei Complementar, entre outros:

I - Código Tributário Municipal;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Código de Posturas;

IV - Código do Meio Ambiente;

V - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

VI - Código de Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

VII - Código de Parcelamento de Terras;

VIII - Plano de Cargos e Salários;

IX - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

X - Concessão de serviços públicos;

XI - Lei instituidora do Regimento Jurídico dos servidores municipais;

Artigo 154 - Os Projetos de Lei Complementar serão examinados por Comissão Especial da Câmara de Vereadores.

§1º - Dos Projetos de Código e respectivas exposições de motivos, antes de submetidos à discussão, será dada divulgação com a maior amplitude.

§2º - Dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da divulgação de tais Projetos, qualquer cidadão ou entidade, poderá apresentar sugestões ao Presidente da Câmara que as encaminhará à Comissão Especial.

Artigo 155 - Os Projetos de Lei Complementar somente serão aprovados se obtiverem o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, observadas as demais disposições deste Regimento referente à votação dos Projetos de Lei Ordinária.

Seção III

DOS PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS

Artigo 156 - Os PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS são espécies normativas utilizadas nas matérias em que não cabe Lei Complementar, Decreto Legislativo ou Resolução. Sujeitam-se à sanção do Prefeito e sua iniciativa cabe a qualquer Vereador ou Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito e aos cidadãos.

Artigo 157 - São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e de sua remuneração ou subsídio; servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos; a criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal; o Plano Plurianual; Diretrizes Orçamentárias; Orçamento Anual e Créditos Suplementares e Especiais.

§1º - A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assuntos de interesse específico do Município.

§2º - A proposta Popular exigirá, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo Título de eleitor, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do Município.

§3º - A tramitação dos Projetos de Lei, de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§4º - Será assegurada a defesa dos Projetos de iniciativa popular na Tribuna da Câmara, pelo representante de seus proponentes, por prazo de 10 (dez) minutos.

Seção IV

DOS PROJETOS DE EMENDA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA

Artigo 158 - O Projeto de Resolução que vise alterar, reformar, ou substituir o Regimento Interno somente será admitido quando proposto:

a) por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara;

b) pela Mesa;

c) pela Comissão de Justiça;

d) por Comissão Especial constituída para esse fim.

Parágrafo Único - O Projeto de Resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado desde que discutido, em pelo menos 02 (dois) dias de Sessão, contando, no mínimo, com o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

Seção V

DOS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

Artigo 159 - Os PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS são Proposições destinadas à deliberação do Plenário sobre matéria de caráter político-administrativo de efeitos externos e impositivos que excedem os limites da economia interna. Para sua aprovação necessitam da promulgação pela Mesa da Câmara, dispensada a sanção do Prefeito. Constituem matéria de Decreto Legislativo:

I - a Concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo;

II - a Aprovação ou rejeição do Parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, emitido pelo órgão competente;

III - a Cassação do mandato do Prefeito ou do Vice-Prefeito na

forma prevista na Legislação Federal;
IV - a Concessão de títulos honoríficos ou outras honrarias;
V - a Mudança da sede da Câmara, provisória ou definitiva, assim como nos casos previstos no Artigo 7º deste Regimento;
VI - as demais deliberações do Plenário sobre atos providos do Poder Executivo ou Proposições de repercussão externa e de interesse geral do Município.

Seção VI DOS PROJETOS DE RESOLUÇÕES

Artigo 160 - Os PROJETOS DE RESOLUÇÕES são Proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de exclusiva competência da Câmara e de efeitos internos, sujeita ao processo legislativo.

Parágrafo Único - Constituem matéria de Projeto de Resolução:

- I - a Cassação do mandato do Vereador na forma prevista na Legislação Federal;
- II - a Perda do mandato do Vereador nos casos previstos na Lei Orgânica (Artigo 30, §2º);
- III - a Concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- IV - a Criação de Comissão Especial, de Inquérito ou mista; a Conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- V - a Organização dos serviços da Câmara; a elaboração do Regimento Interno e suas alterações;
- VI - a Proposição de criação ou extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação dos respectivos vencimentos, por iniciativa da Mesa ou de um terço dos Vereadores;
- VII - todo e qualquer assunto de economia interna da Câmara, de caráter geral e nominativo, não compreendido nos limites dos meros atos administrativos.

Seção VII DOS REQUERIMENTOS

Artigo 161 - REQUERIMENTOS são pedidos verbais ou escritos feitos ao Presidente da Câmara, ou por intermédio desta, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia ou, ainda, de interesse pessoal do Vereador.

Artigo 162 - Quanto à competência para decidi-los, os Requerimentos são de duas espécies:

- a) sujeitos ao despacho do Presidente;
- b) sujeitos à deliberação do Plenário;

Artigo 163 - Serão de alçada do Presidente da Câmara, e verbais, os Requerimentos que solicitarem:

- I - a palavra, pela ordem;
- II - a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III - permissão para falar sentado;
- IV - observância de disposição regimental;
- V - a retirada, pelo autor, de Requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VI - verificação de presença ou de votação;
- VII - informações sobre os trabalhos ou sobre a pauta da Ordem do Dia;
- VIII - justificativa do voto, e sua transcrição em ata.

Artigo 164 - Serão de alçada do Presidente da Câmara e escritos, os Requerimentos que solicitarem:

- I - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a Proposição em discussão;
- II - renúncia de membros da mesa;
- III - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- IV - juntada e desentranhamento de documentos;
- V - informações, em caráter oficial, sobre atos da mesa, da

- Presidência ou da Câmara;
- VI - licença de Vereador;
- VII - constituição de Comissão ou Representação;
- VIII - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;
- IX - informações ao Prefeito por seu intermédio;
- X - preenchimento de lugar em Comissão;
- XI - baixa de processo, a Requerimento de Comissão, no âmbito dos poderes públicos Municipais;
- XII - baixa de processo, a Requerimento de Comissão, em diligências, nos demais casos.

Artigo 165 - Serão de alçada do Plenário, verbais ou escritos, e votados sem discussão, os Requerimentos que solicitarem:

- I - destaque de matéria para votação;
- II - determinado processo de votação;
- III - votos de louvor ou de congratulação;
- IV - votos de pesar por falecimento;
- V - audiência de Comissão para assuntos em pauta;
- VI - convocação de Secretário Municipal ou de órgãos não subordinados às Secretarias.

Artigo 166 - Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos, e votados, os Requerimentos que solicitarem:

- I - inserção de documentos em ATA;
- II - retirada de Proposição já submetida à discussão;
- III - informações a entidades públicas ou particulares;
- IV - audiência de Comissão, a pedido de Vereador;

Artigo 167 - Independem de discussão e de votação, sendo despachados de plano pelo Presidente, os pedidos de retirada ou de devolução de processos originários do Poder Executivo, com ou sem Parecer de Comissão da Câmara.

Artigo 168 - Os Requerimentos para suspensão de Sessão, por motivo de pesar, desde que não se trate de falecimento de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito do Município, Governador ou Vice-Governador do Estado, Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal de Justiça de Estado, Presidente ou Vice-Presidente da República, somente serão recebidos pela mesa quando contiverem a assinatura de, no mínimo, um terço dos Vereadores.

Parágrafo Único - No caso de falecimento de qualquer das autoridades nacionais mencionadas neste artigo, a suspensão da Sessão será automática.

Artigo 169 - Na discussão, cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos.

Artigo 170 - Não será permitido dar forma de Requerimento a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de indicação ou moção.

Seção VIII DAS INDICAÇÕES

Artigo 171 - INDICAÇÃO é a Proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes, bem como a peça inicial de encaminhamento de Projetos de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo, e terá a seguinte tramitação:

- I - leitura na apresentação à mesa;
- II - o Vereador que fizer indicação sobre matéria já subscrita, deverá solicitar permissão ao Vereador proponente da matéria, que poderá autorizar a subscrição em conjunto ou negá-lo; caso aceito deverá constar a inscrição "Reforço";
- III - a indicação será válida para a Legislatura.

Artigo 172 - Não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de Requerimento ou moção.

Seção IX DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E PROVIDÊNCIAS

Artigo 173 - PEDIDOS DE INFORMAÇÕES são Proposições solicitando esclarecimento ou dados relativos à Administração Municipal.

§1º - As informações serão solicitadas através de Requerimento escrito de Vereador, após a aprovação em Plenário, sendo encaminhadas ao Prefeito pelo Presidente da Câmara, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para responder sob as penas da Lei, nos termos da Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 17, VIII, e § 2º.

§2º - Se a resposta não satisfizer o autor, o pedido poderá ser reiterado mediante novo Requerimento.

§3º - Esgotado o prazo para resposta, o Presidente reiterará o pedido, acentuando essa circunstância, dando conhecimento ao Plenário e remetendo a documentação à Comissão de Justiça para que proceda nos termos da lei.

§4º - Prestadas as informações, serão elas entregues por cópias ao solicitante e apregoado o seu recebimento no Expediente.

§5º - Poderá o Prefeito, independentemente de convocação ou convite, comparecer na Câmara, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuno expor pessoalmente.

Artigo 174 - No exercício da função de assessoramento do Poder Executivo, a Câmara Municipal sugere a prática de atos executivos e medidas de caráter político-administrativas, através de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS.

Parágrafo Único - As providências serão solicitadas através de Requerimento escrito de Vereador, após a aprovação em Plenário, sendo encaminhadas ao Prefeito pelo Presidente da Câmara.

Seção X DOS PARECERES

Artigo 175 - PARECER é o pronunciamento da Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parágrafo Único - O Parecer será escrito e constará de 03 (três) partes:

I - exposição da matéria em exame;

II - conclusões do Relator:

a) com sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade, a constitucionalidade ou inconstitucionalidade total ou parcial do Projeto, se pertencer à Comissão de Justiça;

b) com sua opinião sobre a conveniência e oportunidades da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, se pertencer às demais Comissões;

III - decisão da Comissão, com a assinatura dos membros que votarem a favor ou contra e o oferecimento, se for o caso de Substitutivo ou Emendas.

Artigo 176 - Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator, mediante voto.

§1º - O Relatório somente será transformado em Parecer, se aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

§2º - A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário, com a manifestação do Relator.

§3º - Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I - pela aprovação, quando favorável às conclusões do Relator, mas com diversa fundamentação;

II - aditivo, quando favorável às conclusões do Relator, mas acrescentando novos argumentos à sua fundamentação;

III - Contrário, quando se opuser frontalmente às conclusões do Relator.

§4º - O voto em separado divergente ou não das conclusões do Relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir seu Parecer.

§5º - O prazo para a Comissão emitir parecer é de 15 (quinze) dias, nos termos do Artigo 78 deste Regimento.

Seção XI DAS EMENDAS

Artigo 177 - EMENDA é a Proposição apresentada por Vereador, na pauta e nas Comissões, que visa alterar parte do Projeto a que se refere, pela Comissão enquanto a matéria estiver sob seu exame, e pelo Líder na discussão geral.

§1º - As Emendas podem ser Supressivas, Substitutivas, Aditivas e Modificativas.

§2º - Emenda Supressiva é a Proposição que erradica qualquer parte da principal.

§3º - Emenda Substitutiva é a Proposição apresentada como sucedente de outra.

§4º - Emenda Aditiva é a Proposição apresentada que se acrescenta à outra.

§5º - Não será admitida Emenda Substitutiva ou Aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da Proposição principal.

§6º - Emenda Modificativa é a que refere apenas à redação do artigo, sem alterar a sua substância.

Artigo 178 - A Emenda apresentada à outra Emenda denomina-se Subemenda.

Seção XII DOS SUBSTITUTIVOS

Artigo 179 - Proposição SUBSTITUTIVA é aquela apresentada por Vereador ou por Comissão em lugar de outra já existente sobre o mesmo assunto.

§1º - Os Substitutivos apenas serão admitidos com Parecer de Comissão Permanente ou em Plenário durante a primeira discussão da matéria.

§2º - Não será permitido ao Vereador ou à Comissão apresentar mais de um Substitutivo ao mesmo Projeto sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

Seção XIII DOS RELATÓRIOS

Artigo 180 - RELATÓRIO DE COMISSÃO ESPECIAL é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único - Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução.

Seção XIV DOS RECURSOS

Artigo 181 - Os Recursos contra atos do Presidente da Câmara ou de Presidente de Comissão serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência.

§1º - O Recurso será encaminhado à Comissão de Justiça para opinar e elaborar Projeto de Resolução, no prazo de 07 (sete) dias.

§2º - Apresentando o Parecer, em forma de Projeto de Resolução acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a discussão e votação única, na Ordem do Dia da Sessão ordinária subsequente após a leitura.

§3º - Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de se sujeitar a processo de destituição.

§4º - Rejeitado o recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

Seção XV DAS REPRESENTAÇÕES

Artigo 182 - As REPRESENTAÇÕES de outras edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, após lidas no Expediente serão encaminhadas às Comissões competentes.

Artigo 183 - Em caso de acolhimento da solicitação na respectiva Comissão, será elaborada Proposição própria e remetida ao Plenário.

Seção XVI DAS MOÇÕES

Artigo 184 - MOÇÃO é a Proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, seja de congratulação, louvor, pesar, protesto ou repúdio.

Artigo 185 - A Moção apresentada à Mesa, será imediatamente despachada pelo Presidente e enviada à publicação em jornal oficial local.

§1º - As moções de pesar deverão ser apresentadas na Ordem do Dia, sem encaminhamento de votação;

§2º - Quando se pretende traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a moção deverá ser assinada, pela maioria absoluta dos Vereadores;

§3º - A moção assinada na forma do inciso anterior estará automaticamente aprovada.

Artigo 186 - Na discussão cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos.

Seção XVII DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS

Artigo 187 - Por via de Decreto Legislativo aprovado por, no mínimo, dois terços de seus membros, a Câmara poderá conceder TÍTULO DE CIDADÃO LUZERNENSE ou qualquer outra homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no País, comprovadamente dignas de honraria.

Parágrafo Único - O Projeto de concessão de título honorífico deverá ser subscrito, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara e, observadas as demais formalidades regimentais, vir acompanhado como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

Artigo 188 - Para discutir Projeto de concessão de título honorífico cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos.

Artigo 189 - A entrega dos títulos será feita em Sessão Especial, convocada unicamente para esse fim.

Seção XVIII DAS CODIFICAÇÕES

Artigo 190 - CÓDIGO é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Artigo 191 - Os Projetos de codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados imediatamente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§1º - Nos 08 (oito) dias subseqüentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão Emendas e sugestões a respeito;

§2º - A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou Parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para

atender à despesa específica, ficando, nesta hipótese, suspensa a tramitação da matéria;

§3º - A Comissão terá 16 (dezesseis) dias para exarar Parecer, incorporando as Emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras em conformidade com as sugestões recebidas;

§4º - Exarado o Parecer ou, na falta deste, o processo se incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Artigo 192 - Na primeira discussão, o Projeto será debatido por capítulos, salvo Requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 08 (oito) dias, para incorporação das Emendas aprovadas;

§2º - Ao atingir este estágio, o Projeto terá a tramitação normal.

Capítulo III DA FUNÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA

Artigo 193 - A Câmara exerce sua função legislativa por meio de Projetos de:

I - Emendas Legislativas;

II - Leis Complementares Legislativas;

III - Leis Ordinárias Legislativas;

IV - Decretos Legislativos;

V - Resoluções Legislativas.

Artigo 194 - A iniciativa dos Projetos será de Vereador ou de Comissão Permanente.

Artigo 195 - São de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora os Projetos que:

I - autorizem abertura de créditos suplementares ou especiais mediante anulação parcial ou total de dotação da Câmara Municipal;

II - criem, transformem ou extingam cargos, empregos ou funções dos serviços da Câmara Municipal e fixem os vencimentos de seus servidores.

Capítulo IV DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

Seção I DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 196 - As Proposições iniciadas por Vereador serão apresentadas pelo autor, à Mesa da Câmara, e excepcionalmente, em casos urgentes, no setor responsável pelo gerenciamento das Proposições.

Parágrafo Único - As Proposições iniciadas pelo Prefeito ou iniciativa popular serão apresentadas e protocoladas no setor responsável pelo gerenciamento das Proposições.

Artigo 197 - Nenhuma matéria poderá ser posta em discussão sem ter sido previamente incluída na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - A disposição deste Artigo não se aplica às Sessões extraordinárias e às Proposições em regime de urgência, as quais obedecerão ao seu trâmite específico.

Artigo 198 - Os Projetos apresentados serão lidos e despachados de plano às Comissões Permanentes.

Artigo 199 - Todos os Projetos, Substitutivos, Emendas e Subemendas e respectivos Pareceres serão entregues às Bancadas, mediante cópia, quando de sua entrada na Secretaria da Câmara.

Seção II DO RECEBIMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 200 - A Presidência deixará de receber qualquer Proposição que:

I - aludindo a Emenda à Lei Orgânica do Município, a Lei, Decreto ou Regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada de seu texto;
II - fazendo menção a cláusula de contrato ou de convênios, não os transcreva por extenso;
III - seja anti-regimental;
IV - não contenha a assinatura do Vereador autor;
V - tenha sido rejeitada ou vetada na mesma Sessão legislativa e não subscrita pela maioria absoluta da Câmara;
VI - configure Emenda, Subemenda ou Substitutivo não pertinente a matéria contida no Projeto;
VII - contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de Requerimento.

Parágrafo Único - Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor, dentro de 10 (dez) dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça, cujo Parecer, em forma de Projeto de Resolução, será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário, na forma do Artigo 171, deste Regimento.

Artigo 201 - Considerar-se-ão autores da Proposição, para efeitos regimentais, todos os signatários da mesma.

Parágrafo Único - Caso a Proposição esteja assinada pelo autor, será a mesma apreciada em Plenário, ainda que o mesmo se encontre ausente.

Seção III DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 202 - A retirada de pauta de Proposições em curso na Câmara, nos termos do Artigo 123 deste Regimento, será permitida:

I - quando da autoria de um ou mais Vereadores, mediante Requerimento do único signatário ou do primeiro deles;
II - quando de autoria de Comissão, pelo Requerimento da maioria de seus membros;
III - quanto de Autoria da Mesa, mediante o Requerimento da maioria de seus membros;
IV - quando de autoria do Prefeito, por Requerimento subscrito pelo chefe do Executivo;
V - quando de autoria popular, mediante Requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da Proposição.

§1º - O Requerimento de retirada de Proposição poderá ocorrer em qualquer fase da apreciação da mesma.

§2º - Se a Proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento.

§3º - Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia caberá ao Plenário a decisão sobre o Requerimento.

§4º - As assinaturas de apoio a uma Proposição quando constituírem quorum para apresentação, não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa ou a realização do protocolo na Secretaria Administrativa.

Seção IV DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO

Artigo 203 - No início de cada Sessão Legislativa, a Mesa ordenará arquivamento de todas as Proposições apresentadas na legislatura anterior, ainda não submetidas à apreciação do Plenário.

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo não se aplica aos Projetos de Lei com prazo fatal para deliberação, de autoria do Poder Executivo, que deverá ser consultado, preliminarmente, a respeito.

Artigo 204 - Cabe a qualquer Vereador, mediante Requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento de Projetos, retornando a tramitação regimental, desde o estágio em que se encontrava, dentro dos primeiros 180b (cento e oitenta) dias da primeira Sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, com exceção daqueles de autoria do Executivo.

§1º - Quando de iniciativa popular, o desarquivamento terá idêntica tramitação do caput, mediante Requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos signatários.

§2º - Caso o desarquivamento seja efetuado na Sessão legislativa subsequente, o Projeto deverá retornar às Comissões, para revisão do Parecer.

§3º - É vedado o desarquivamento de Proposição Legislativa, na legislatura subsequente à que foi arquivada.

§4º - O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, desde que já contenham os Pareceres finais das Comissões Permanentes, devendo, preliminarmente, o autor ser consultado a respeito de seu arquivamento.

Seção V DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 205 - URGÊNCIA é a abreviação do processo legislativo em virtude de interesse público relevante com a dispensa de exigências regimentais para que determinada Proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Artigo 206 - A urgência poderá ser determinada:

I - pela Mesa, ou por Requerimento oriundo do Executivo;
II - a Requerimento da Comissão competente, para opinar sobre o mérito da Proposição, ou mediante Requerimento de Vereador, ouvido o Plenário.

§1º - Para as Proposições em caráter de urgência, será vetado o pedido de vista, sendo possível apresentar Emendas em tempo hábil, por qualquer Vereador, via Comissões Permanentes.

§2º - O prazo máximo para apreciação do Projeto será de 45 (quarenta e cinco) dias.

Artigo 207 - Os Projetos de iniciativa Popular deverão ser encaminhados à Secretaria, devendo obedecer ao Artigo 34 da Lei Orgânica e os ditames do Artigo 157, §§1º ao 4º.

Seção VI DA APRESENTAÇÃO DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS

Artigo 208 - Os Substitutivos, Emendas e Subemendas, definidos nos Artigos 177 a 179 deste Regimento, serão apresentados:

I - até a primeira votação, por Vereador ou Comissão;
II - após a primeira votação:
a) por Comissão, se aprovada pela maioria de seus membros;
b) desde que subscritos por 1/3 (um terço) dos membros da Casa.

Artigo 209 - Não serão aceitos Substitutivos, Emendas ou Subemendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da Proposição principal.

§1º - Autor cujo Projeto tenha recebido Substitutivo, Emenda ou Subemenda estranho ao seu objeto, terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§2º - Idêntico direito de recurso contra o ato do Presidente que não receber o Substitutivo, Emenda ou Subemenda, caberá ao seu autor.

§3º - As Emendas que não se referirem diretamente à matéria do Projeto serão destacadas para constituírem Projetos em separado, sujeitos à tramitação regimental.

§4º - O Substitutivo estranho à matéria do Projeto tramitará como Projeto novo.

Seção VII DA PREFERÊNCIA

Artigo 210 - Denomina-se PREFERÊNCIA à primazia na discussão ou na votação de uma Proposição sobre outra ou outras.

§1º - O Substitutivo de Comissão tem preferência na votação sobre o Projeto e, havendo Substitutivo de mais de uma Comissão,

terá preferência o da Comissão com competência específica sobre o mérito da Proposição.

§2º - Na votação de Projetos sem Substitutivo, as Emendas terão preferência na seguinte ordem:

I - Supressivas;

II - Substitutivas;

III - Aditivas;

IV - Modificativas;

V - de Redação;

VI - de Comissões, na ordem dos itens anteriores, sobre as de Vereadores.

§3º - Após votação das Emendas, na ordem de preferência estabelecidas no parágrafo anterior, será votada a Proposição principal e, quando a Proposição principal for Substitutivo, rejeitado este, a Proposição inicial.

§4º - As Subemendas Substitutivas têm preferência na votação sobre as respectivas Emendas.

Artigo 211 - Quando ocorrer a apresentação de mais de um Requerimento sujeito à votação o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação.

TÍTULO VI

Das Discussões e Deliberações

Capítulo I

DAS DISCUSSÕES

Artigo 212 - Discussão é o debate pelo Plenário de Proposições figurantes na ordem do dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

Artigo 213 - A discussão de matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Artigo 214 - Terão uma única discussão as seguintes matérias:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência;

II - os Projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

III - os Projetos de Lei Parlamentares;

IV - o Veto;

V - os Projetos de Decreto Legislativo ou de Resolução de qualquer natureza;

VI - os Requerimentos sujeitos ao debate.

Artigo 215 - Terão 02 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no Artigo anterior.

Parágrafo Único - Os Projetos de resolução que disponham sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Artigo 216 - Na discussão única e na primeira discussão serão recebidos Emendas, Subemendas e Projetos Substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão Emendas e Subemendas.

Artigo 217 - Na hipótese do Artigo anterior, a discussão das Emendas e Projetos Substitutivos deverá ser objeto de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com dispensa de Parecer.

Artigo 218 - Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma Sessão em que tenha ocorrido a primeira discussão.

Artigo 219 - Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma Proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica ao Projeto Substitutivo do mesmo autor da Proposição originária, o qual preferirá esta.

Capítulo II

DA PREJUDICABILIDADE

Artigo 220 - Na apreciação pelo Plenário consideram-se prejudicadas, e assim serão declaradas pelo Presidente, que determinará seu arquivamento:

I - a discussão ou votação de qualquer Projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado;

II - a Proposição original, com as respectivas Emendas ou Subemendas, quando tiver Substitutivo aprovado;

III - a Emenda ou Subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

IV - o Requerimento ou Indicação com a mesma finalidade já aprovado, ou rejeitado, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fato anterior;

V - Emenda à Lei Orgânica do Município rejeitada ou aprovada pelo Plenário.

Capítulo III

DO DESTAQUE

Artigo 221. Destaque é o ato de separar do texto um dispositivo ou uma Emenda a ele apresentada, para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

Parágrafo Único - O destaque deve ser requerido pelo Vereador e aprovado pelo Plenário, implicando na preferência na discussão e na votação da Emenda ou do dispositivo destacado sobre os demais do texto original.

Capítulo IV

PEDIDO DE VISTAS

Artigo 222 - O Vereador poderá requerer vista de processo relativo a qualquer Proposição, nos moldes do Artigo 120 deste Regimento.

§1º - O Requerimento de vistas deve ser deliberado pelo Plenário, não podendo o seu prazo exceder o período de tempo correspondente ao intervalo entre uma Sessão e outra, cabendo ao autor do Requerimento, a apresentação por escrito de sua justificativa.

§2º - A aprovação se dará por maioria simples do Plenário.

Capítulo V

DO ADIAMENTO

Artigo 223. O Requerimento de adiamento da discussão ou da votação de qualquer Proposição, disposto no Artigo 122 deste Regimento, estará sujeita à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto no início da Ordem do Dia ou durante a discussão da Proposição a que se refere.

§1º - A apresentação do Requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra e o adiamento deve ser proposto por tempo determinado, contado em Sessões.

§2º - Apresentados 02 (dois) ou mais Requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§3º - Somente será admissível o Requerimento de adiamento da discussão ou da votação de Projetos, quando estes estiverem sujeitos ao regime de tramitação ordinária.

§4º - O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer Projeto com o objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma Sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do legislativo;

II - da Proposição original, quando tiver Substitutivo aprovado;

III - de Emenda ou Subemenda idêntica à outra já aprovada ou

rejeitada;
IV - de Requerimento repetitivo.

Artigo 224 - O adiantamento da discussão de qualquer Proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º - O adiantamento aprovado será sempre por tempo determinado;

§2º - Apresentados 02 (dois) ou mais Requerimentos de adiantamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo;

§3º - Não se concederá adiantamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

Artigo 225 - O encerramento da discussão de qualquer Proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por Requerimento aprovado pelo Plenário.

Capítulo VI DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Artigo 226 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender as seguintes determinações regimentais:

I - dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder aparte;

II - não usar a palavra sem solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

III - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Sua Senhoria ou Colega e ao Presidente A Sua Excelência.

Artigo 227 - O Vereador a que foi dada a palavra, deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia, e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre a matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente.

Artigo 228 - O Vereador poderá usar a palavra para:

I - retificar a ATA;

II - apresentar ou retirar indicações, Requerimentos ou moções;

III - discutir matéria em debate;

IV - tratar de assuntos de interesse público;

V - pequenas comunicações;

VI - versar sobre assunto de sua livre escolha nas/ Explicações Pessoais;

VII - falar pela Ordem;

VIII - levantar questões de ordem;

IX - apartear;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

§1º - O Vereador só poderá falar pela ordem para:

a) propor o melhor método de direção dos trabalhos, em qualquer fase da Sessão, exceto no momento da votação;

b) dirigir à Mesa comunicação ou pedidos de esclarecimentos;

c) solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considere desrespeito.

§2º - Quando o Presidente verificar que a reclamação pela ordem não se refere efetivamente, à ordem dos trabalhos, poderá cassar a palavra do Vereador que a estiver usando.

Artigo 229 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de Requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de Requerimento de prorrogação da Sessão;
V - para atender ao pedido de palavra "Pela Ordem", sobre questão regimental.

Artigo 230. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I - ao autor da Proposição em debate;

II - ao Relator do Parecer em apreciação;

III - ao autor da Emenda;

IV - alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Artigo 231 - Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o disposto no Artigo 238 deste Regimento.

Artigo 232 - O Vereador só poderá manifestar-se mediante permissão do Presidente, sob pena de advertência e posterior cassação da palavra.

Artigo 233 - O uso da palavra será regulado pelas seguintes normas:

I - qualquer Vereador, com exceção do Presidente, falará de pé, salvo quando estiver em aparte ou obtiver permissão para falar sentado;

II - a não ser através de aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver com a palavra;

III - se o Vereador insistir em falar e em perturbar a Ordem ou o andamento regimental da Sessão, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;

IV - qualquer Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Vereadores em geral, e só poderá falar voltando-se para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

V - referindo-se em discurso a outro Vereador o orador deverá preceder o tratamento "Senhor" ou "Vereador";

VI - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento "Nobre Colega" ou "Vossa Excelência".

Artigo 234 - O autor e os Relatores dos Projetos, além do tempo regimental que lhes é concedido, poderão voltar à tribuna durante 05 (cinco) minutos, para explicações.

§1º - Em Projetos de autoria da mesa ou de Comissão serão considerados autores, para efeito deste artigo, os respectivos Presidentes.

§2º - Em Projetos de autoria do Poder Executivo será considerado autor, para os efeitos do presente artigo, o Vereador que, nos termos regimentais gozar de prerrogativas de Líder, como intérprete do pensamento do Prefeito junto à Câmara, a ser indicado formalmente por este.

Artigo 235 - O Presidente não interromperá o orador salvo para:

I - dar conhecimento ao Plenário de Requerimento de prorrogação da Sessão e colocá-la em votação sem discussão;

II - fazer comunicação importante, urgente ou inadiável à Câmara;

III - recepcionar autoridade ou personalidade em visita à Câmara;

IV - suspender ou encerrar a Sessão, em caso de tumulto grave no Plenário ou em dependências da Câmara;

V - atender ao pedido de palavra pela ordem ou para Questão de Ordem.

Capítulo VII DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Artigo 236 - O tempo de que dispõe o Vereador, sempre que ocupar a Tribuna, será controlado pelo Presidente e começará a fluir no instante em que for dada a palavra.

Parágrafo Único - Quando o orador for interrompido em seu discurso por qualquer motivo, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

Artigo 237 - Salvo disposição expressa em contrário, o tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

- a) para pedir retificação ou impugnação de ATA: 03 (três) minutos, sem apartes;
- b) nas Explicações Pessoais: 05 (cinco) minutos, com apartes;
- c) na discussão de:
 1. Veto: 05 (cinco) minutos, com aparte;
 2. matéria com discussão aberta: 05 (cinco) minutos, com apartes;
 3. Projetos: 05 (cinco) minutos, com apartes;
 4. Parecer das Comissões técnicas: 05 (cinco) minutos, com apartes;
 5. Parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito: 10 (dez) minutos, com apartes;
 6. processo de destituição da mesa ou de membros da mesa: 10 (dez) minutos para cada Vereador e 45 (quarenta e cinco) minutos para o denunciado, com apartes;
 7. processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: 10 (dez) minutos para cada Vereador e 45 (quarenta e cinco) minutos para o denunciado ou seu procurador, com apartes;
 8. Moções: 05 (cinco) minutos, com apartes;
 9. Requerimentos: 05 (cinco) minutos, com apartes;
- d) para Explicações de autor ou Relator de Projetos, quando requerida: 05 (cinco) minutos, com apartes;
- e) para declaração de voto: 03 (três) minutos, sem apartes;
- f) pela Ordem: 03 (três) minutos, sem apartes;
- g) para solicitar esclarecimentos a Secretários Municipais quando comparecerem à Câmara, convocados ou não: 05 (cinco) minutos, sem apartes;
- h) em declaração de Líder: 10 (dez) minutos, com apartes.

Capítulo VIII DOS APARTES

Artigo 238 - Aparte é a interrupção do discurso, breve e oportuna, para indagação, contestação ou esclarecimento da matéria.

- §1º - O aparte só será permitido com a licença do orador.
- §2º - Não será registrado o aparte anti-regimental.
- §3º - O aparte será expresso em termos corteses e não poderá exceder a 01 (um) minuto;
- §4º - Somente serão concedidos 02 (dois) apartes por orador.

Artigo 239 - É vedado o aparte:

- I - a Presidência dos trabalhos;
- II - paralelo ao discurso do orador;
- III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre a ata ou sobre a ordem;
- IV - em sustentação de recurso.

Capítulo IX DAS QUESTÕES DE ORDEM

Artigo 240 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade, sendo que sua apreciação se constituirá em precedente regimentar, consoante ao Artigo 296 deste Regimento.

- §1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação das disposições regimentais que se pretenda elucidar.
- §2º - Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

Artigo 241 - Formulada a questão de ordem, facultada a sua contestação por um dos Vereadores, será ela conclusivamente decidida pela mesa.

Parágrafo Único - Inconformado com a decisão, poderá o Vereador

requerer a sua apreciação pelo Plenário.

Capítulo X DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 242 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples sempre que não exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único - Para efeito de quorum computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Artigo 243. A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo Único - Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Capítulo XI DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Artigo 244 - São três os processos de votação:

- I - simbólico;
- II - nominal;
- III - secreto.

§1º - No processo simbólico de votação, o Presidente convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo, em seguida, à necessária contagem dos votos e à proclamação do resultado.

§2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, conforme forem favoráveis ou não à Proposição;

§3º - O processo secreto consiste na votação em gabinete indevassável, por meio de cédulas oficiais impressas, fornecidas pela Mesa, sendo estas postas em envelopes oficiais pelos próprios votantes e recolhidas em urna colocada junto à Mesa da Presidência; a apuração será feita por 02 (dois) escrutinadores, anotada pelo Secretário e proclamada pelo Presidente.

Artigo 245 - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a Requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la;

§2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação;

§3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Artigo 246 - A votação será nominal nos seguintes casos:

- I - eleição ou destituição de Membro de Comissão Permanente;
- II - julgamento das contas do Município;

Artigo 247 - A votação será secreta nas seguintes condições e situações:

- I - no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- II - na eleição dos Membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;
- III - na votação de decreto legislativo para concessão de qualquer honraria;
- IV - na votação de veto apostado pelo Prefeito.

Artigo 248 - Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais, serão elas desempatadas pelo Presidente; havendo empate nas votações secretas, ficará a matéria para ser decidida na Sessão seguinte, reputando-se rejeitada a Proposição, se persistir o empate.

Artigo 249 - Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único - Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Artigo 250 - Antes de se iniciar a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar de Proposta Orçamentária, do Plano Plurianual, de julgamento das contas do Município, de processo de cassação ou de Requerimento.

Artigo 251 - Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário, nos termos do Artigo 221 deste Regimento, que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de Proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único - Não haverá destaque quando se tratar da Proposta Orçamentária, do Plano Plurianual, do veto, do julgamento das contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Artigo 252 - Apresentadas 02 (duas) ou mais Emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível Requerimento de preferência para votação da Emenda que melhor se adaptar ao Projeto, sendo o Requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão, atendidas as demais regras dos Artigos 210 e 211 deste Regimento.

Artigo 253 - Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do Projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o Parecer, antes de entrar na consideração do Projeto.

Artigo 254 - O Vereador poderá ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - A declaração só poderá ocorrer quando toda Proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Artigo 255 - Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Artigo 256 - Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Artigo 257 - Concluída a votação de Projeto de Lei, com ou sem Emendas aprovadas, ou de Projeto de Lei Substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernacular.

Parágrafo Único - Caberá à Mesa a redação dos Projetos de Decreto Legislativo e de Resoluções.

Artigo 258 - A redação final será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se o Plenário a dispensar a Requerimento de Vereador.

§1º - Admitir-se-á Emenda à redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou improbidade linguística;

§2º - Aprovada a Emenda, voltará à matéria à Comissão, para nova redação final;

§3º - Se a nova redação final for rejeitada, será o Projeto mais

uma vez encaminhado para a Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da edilidade.

Capítulo XII DA SANÇÃO

Artigo 259 - Aprovado pela Câmara um Projeto de Lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único - Os originais dos Projetos de Lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em Livro próprio e arquivados na Câmara.

Capítulo XIII DO VETO

Artigo 260 - Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§1º - O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§2º - Recebido o veto pelo Presidente da Câmara, será encaminhado à Comissão de Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§3º - As Comissões têm o prazo conjunto e improrrogável de 05 (cinco) dias para a manifestação.

§4º - Se a Comissão de Justiça não se pronunciar no prazo indicado, a Presidência da Câmara, nomeará Relator especial e incluirá a Proposição na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata, independentemente de Parecer.

§5º - O veto deverá ser apreciado pela Câmara dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento na Secretaria Administrativa, em uma única votação, sob pena de ser considerado mantido.

§6º - O Presidente convocará Sessões extraordinárias para a discussão do veto, se necessário.

§7º - Para a rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação secreta.

§8º - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que, não o fazendo, cabe ao Vice-presidente fazê-lo, em idêntico prazo.

§9º - O prazo previsto no §3º, não ocorre nos períodos recesso da Câmara.

Capítulo XIV DA PROMULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Artigo 261 - Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos Projetos, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Câmara.

Artigo 262 - Serão também promulgadas pelo Presidente da Câmara as Leis que tenham sido sancionadas tacitamente, ou cujo veto, total ou parcial, tenha sido rejeitado pela Câmara.

Capítulo XV DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Artigo 263 - Qualquer Comissão, a Mesa Diretora, Entidade da Sociedade Civil ou Órgão do Governo, poderá solicitar Audiência Pública, para discutir matéria em trâmite ou assunto de relevante interesse público, através de Requerimento apresentado ao Plenário, que será apreciado na Sessão subsequente a Sessão de leitura do mesmo, independente de Parecer de Comissão e aprovado por maioria absoluta.

§1º - Aprovado o Requerimento, definida a data de realização, a Mesa Diretora promoverá os preparativos para a Audiência Pública;

§2º - Respeitar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para a convocação para a Audiência Pública;

§3º - Na Audiência Pública farão uso da palavra, o Relator da matéria em debate ou o representante da entidade solicitante, por até 20 (vinte) minutos, sem interrupção, após poderão os Vereadores presentes e a seguir qualquer dos participantes, previamente inscrito, por tempo determinado de no máximo 03 (três) minutos, formular pergunta, cabendo ao Relator ou representante da entidade a resposta, garantindo o direito de todos formularem pelo menos uma pergunta;

§4º - Da Audiência Pública será lavrada ata sintética dos assuntos abordados e anexada ao Projeto em discussão ou dado o respectivo encaminhamento que se fizer necessário;

§5º - Qualquer documento apresentado durante a Audiência Pública será anexado na referida ata, da mesma forma que qualquer Emenda a Projeto em discussão deverá ser elaborada pela Comissão Permanente, respectiva da Câmara de Vereadores e seguirá os trâmites regimentais;

§6º - Qualquer procedimento externo, decidido pela Audiência Pública, será comunicado ao Plenário da Câmara de Vereadores e dele depende a autorização para que se dê prosseguimento;

§7º - A duração da Audiência Pública seguirá os ditames do Artigo 98 deste Regimento.

Capítulo XVI

DA CONCESSÃO DE PALAVRA AOS CIDADÃOS EM SESSÕES E COMISSÕES

Artigo 264 - Qualquer cidadão poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos Projetos de Lei, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre os mesmos, e durante o grande expediente, desde que solicite por escrito ao Presidente da Câmara, antes do início da Sessão, sendo a solicitação apreciada pelo Plenário.

Parágrafo Único - O interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados no pedido.

Artigo 265 - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada Sessão.

Artigo 266 - Ressalvada a hipótese de expressa determinação em contrário do Plenário, nenhum cidadão poderá usar a tribuna da Câmara, nos termos deste Regimento, por período maior que 15 (quinze) minutos, sob pena de ter a palavra cassada.

Parágrafo Único - Será igualmente cassada a palavra ao cidadão que usar linguagem incompatível com a dignidade da Câmara.

Artigo 267 - Qualquer associação de classe, clube de serviço ou entidade comunitária do município poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões do Legislativo, sobre Projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá analisar o Requerimento indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Capítulo XVII

DO USO DA PALAVRA PELO POVO

Artigo 268 - O Poder Legislativo do Município de Luzerna realizará, sempre na segunda Sessão ordinária mensal, no horário destinado a Palavra Livre, momento para uso da Tribuna da Câmara, oportunidade em que os munícipes e entidades representativas do Município, poderão dispor de até 15 (quinze) minutos para discorrer

sobre assuntos de interesse público.

Parágrafo Único - O tempo previsto neste artigo será distribuído, entre até 03 (três) oradores devidamente inscritos, mediante Requerimento encaminhado ao Presidente do Poder Legislativo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, atendidos os seguintes requisitos:

I - comprovação de regularidade da entidade, mediante a apresentação do estatuto social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou pela inscrição de seu representante;

II - comprovação de residência e de domicílio no Município de Luzerna, no caso de inscrição de pessoa física.

Artigo 269 - No Requerimento de tempo para uso da Tribuna da Câmara deverá constar, obrigatoriamente, o assunto que será abordado.

§1º - Não será permitido discorrer, sobre outro assunto que não seja o constante do Requerimento;

§2º - O Presidente poderá a qualquer tempo, solicitar ao orador, que se mantenha dentro do assunto, sob pena de cassação do uso da Tribuna.

Artigo 270 - Ao usar a Tribuna da Câmara, o requerente não poderá dirigir-se aos integrantes do Poder Legislativo e a comunidade em geral, com palavras não condizentes com o local.

Artigo 271 - O Vereador que for mencionado em pronunciamentos, no uso da Tribuna da Câmara, terá direito de falar por primeiro, logo após o término do uso da palavra pelo requerente.

Artigo 272 - Os demais Vereadores poderão se manifestar com tempo não superior a 05 (cinco) minutos.

Artigo 273 - Ocorrendo fato relevante e de repercussão na comunidade, o uso da Tribuna da Câmara poderá ser feito em outra Sessão ordinária, desde que aprovado pelo Plenário e obedecidos os critérios aqui estabelecidos.

Artigo 274 - A Tribuna da Câmara não poderá ser usada para manifestações político-partidárias e nem para assuntos que atentem contra a moral e os bons costumes.

Artigo 275 - A Presidência do Poder Legislativo é a autoridade máxima na condução dos trabalhos de uso da Tribuna da Câmara.

TÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Capítulo I

DO PPA, DA LDO e da LOA

Artigo 276 - Em obediência à Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 91, os Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão enviados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal nos seguintes prazos:

I - Plano Plurianual até 30 de agosto;

II - Diretrizes Orçamentárias até 15 de abril;

III - Orçamento anual até 30 de outubro.

Artigo 277 - Em nenhuma fase da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária será concedido vista do processo a qualquer Vereador.

§1º - Caberá à Comissão de Finanças:

I - examinar e emitir Parecer sobre Projetos, Planos e Programas, bem assim sobre as contas apresentadas pelo Prefeito;

II - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§2º - No prazo de 08 (oito) dias os Vereadores poderão apresentar Emendas à proposta orçamentária na Comissão referida, que sobre elas emitirá Parecer, e serão apreciadas pela Câmara Municipal.

§3º - As Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou de

créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando:
I - compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida.

§ 4º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos Projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§5º - Aplicam-se aos Projetos mencionados neste artigo as demais normas relativas ao processo legislativo.

§6º - Aplicam-se as normas deste capítulo às propostas do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 278 - A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 16 (dezesesseis) dias, findos os quais, com ou sem Parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira Sessão desimpedida.

Artigo 279 - Se forem aprovadas as Emendas, dentro de 03 (três) dias, a matéria retornará a Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Artigo 280 - O Prefeito poderá enviar mensagem aditiva à Câmara para propor modificações nos Projetos de Lei do Orçamento anual, Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias, enquanto não iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

Artigo 281 - Respeitadas as disposições expressas neste capítulo para discussão e votação do Projeto de Lei orçamentária, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento para os demais Projetos de Lei.

Artigo 282 - Rejeitado pela Câmara o Projeto de Lei orçamentária, prevalecerá o orçamento do ano anterior, atualizado monetariamente, aplicando-se a mesma norma em caso de não ser encaminhado o Projeto no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Capítulo II

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Artigo 283 - As contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores, serão incluídas e julgadas pela Câmara juntamente com as contas do Poder Executivo, mediante Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 284 - Para tomar e julgar as contas do Prefeito, incluídas as da Câmara Municipal, terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o seu recebimento do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 285 - Recebido o Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, a Câmara observará os seguintes preceitos:

I - o Presidente da Câmara Municipal fará proceder à leitura, em Plenário, até a terceira Sessão Ordinária subsequente;

II - decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem deliberação, as contas serão incluídas na Ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se proceda à votação;

III - rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins;

IV - na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em

deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito, abrindo vista pelo prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes;
V - a Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo Parecer;

VI - recebido o segundo Parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas, no prazo estabelecido no inciso I;

VII - o prazo a que se refere o inciso II interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para o novo Parecer.

VIII - Se a deliberação da Câmara for contrária ao Parecer prévio do Tribunal de Contas, o Projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

Capítulo III

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Artigo 286 - A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais, ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a administração municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Artigo 287 - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único - O Requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Artigo 288 - Aprovado o Requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento, e dando ao convocado, ciência do motivo de sua convocação.

Artigo 289 - Aberta à Sessão o Presidente exporá ao Secretário Municipal, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos Vereadores para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§1º - O Secretário Municipal poderá incumbir assessores, que o acompanhem na ocasião, de responder as indagações;

§2º - O Secretário Municipal, ou ao assessor, não poderá ser apartado na sua exposição.

Artigo 290 - Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a Sessão agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Artigo 291 - A Câmara poderá optar pelo pedido de informação ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo Único - O Prefeito deverá responder às informações, observado o prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

Artigo 292 - Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações a Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da Proposição deverá agir consoante ao §3º do Artigo 173 deste Regimento.

Capítulo IV

DA CRIAÇÃO DE CARGOS

Artigo 293 - Os Projetos de Resolução que criam cargos na Câmara, cujo provimento deve ser feito através de concurso público, serão aprovados por dois terços de seus membros e votados em dois turnos, com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Capítulo V
DAS LICENÇAS**

Artigo 294 - A licença do cargo de Prefeito poderá ser concedida pela Câmara, mediante solicitação expressa do Chefe do Executivo nos seguintes casos:

I - para ausentar-se do Município, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

- a) por motivo de doença, devidamente comprovada;
- b) a serviço ou em missão de representação do Município;

II - para afastar-se do cargo, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

- a) por motivo de doença, devidamente comprovada;
- b) para tratar de interesse particular.

Artigo 295 - O pedido de licença do Prefeito seguirá a seguinte tramitação:

I - recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 (vinte quatro horas), reunião da Mesa, para transformar o pedido do Prefeito em Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do solicitado.

II - elaborado o Projeto de Decreto Legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, Sessão extraordinária, para que o pedido seja imediatamente deliberado.

III - o Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria.

IV - o Decreto Legislativo que conceder a licença para o Prefeito ausentar-se ou se afastar do cargo disporá sobre o direito de percepção dos subsídios e da verba de representação, quando:

- a) por motivo de doença, devidamente comprovada;
- b) a serviço ou em missão de representação do Município.

**TÍTULO VIII
DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL****Capítulo I
INTERPRETAÇÕES REGIMENTAIS**

Artigo 296 - As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a Requerimento de Vereador, por meio de questão de ordem, nos termos do Artigo 240, constituirão precedentes regimentais.

Artigo 297 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

**Capítulo II
DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA**

Artigo 298 - A Secretaria da Câmara fará produzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembléia Legislativa, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Artigo 299 - Ao fim de cada ano da legislatura a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, elaborará e publicará separata a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com

eliminação dos dispositivos revogados os precedentes regimentais firmados.

Artigo 300 - Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos Membros da Edilidade, nos termos do Artigo 158 deste Regimento, mediante proposta:

- I - da Presidência;
- II - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;
- III - da Mesa;
- IV - de uma das Comissões da Câmara.

**TÍTULO IX
DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA****Capítulo I
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

Artigo 301 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem a sua Secretaria, a qual terá seu horário de trabalho das 08h00min às 17h00min.

§1º - Os turnos de trabalho serão fixados pelo Presidente, segundo a conveniência e oportunidade ao serviço público, ficando permitida a existência de diferentes horários para os diversos setores da Câmara, sempre que tal medida se justificar pelo interesse público.

§2º - A fixação dos turnos de trabalho e os seus respectivos dobramentos será feita pelo Presidente.

Artigo 302 - Portaria da Presidência definirá os horários em que o Presidente da Câmara se fará presente semanalmente nas dependências da mesma.

Artigo 303 - É da exclusiva atribuição do Presidente a fixação do período de férias, através de escala prévia.

§1º - Não será permitido ter mais de um período aquisitivo vencido sem que tenha gozado as respectivas férias regularmente, nos termos da legislação específica.

§2º - Não se concederá férias ao servidor da Câmara quando tal providência implicar na paralisação de serviço essencial à população, incumbindo à Câmara, nesses casos, providenciar a respectiva substituição.

§3º - Na organização do quadro de férias serão priorizados aqueles servidores da Câmara com período aquisitivo primeiramente vencido, sempre que essas medidas não acarretem prejuízos ao serviço público.

§4º - As férias do servidor da Câmara serão precedidas de aviso prévio e posterior recibo demonstrativo da remuneração.

§5º - No período de recesso parlamentar, a Secretaria da Câmara realizará horário especial de atendimento ao público, que será definido por Portaria da Presidência da Câmara.

Artigo 304 - Todos os servidores da Câmara ficam submetidos ao controle de frequência do "ponto", através de formas preferencialmente mecânicas, eletrônicas ou manuais, consignando-se os horários de saída, entradas e eventuais ocorrências que justifiquem registro.

Parágrafo Único - Compete a Secretaria da Câmara manter o controle sobre as faltas dos servidores da Câmara.

Artigo 305 - A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 05 (cinco) dias.

Artigo 306 - A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§1º - São obrigatórios os seguintes livros:

- I - Livro de atas das Sessões;
- II - Livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes;
- III - Livro para inscrição para uso da Palavra Livre;
- IV - Livro de Registro de Leis;
- V - Decretos Legislativos;
- VI - Resoluções;
- VII - Livros de atos da Mesa e atos da Presidência;
- VIII - Livro de termos de posse dos servidores;
- IX - Livros de termos de contratos;
- X - Livro de precedentes regimentais;
- XI - Livro de inscrição para uso da Palavra Livre no grande expediente.

§2º - Os livros são abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente do Poder Legislativo.

Artigo 307 - Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo.

§1º - Ofícios, Circulares, Moções, Projetos Legislativos, Indicações, Pedidos de Informação e de Providência, Resoluções, Decretos Legislativos e Requerimentos serão numeradas em ordem única cronológica crescente, anualmente.

§2º - A Câmara manterá protocolo de todas as correspondências, documentos e petições recebidas indicando-se a data, número de controle, nome e endereço do interessado, a síntese do que se refere.

§3º - O protocolo poderá ser efetivado por meios eletrônicos, mecânicos ou manuais, segundo a conveniência e oportunidade de cada sistema, desde que se preserve a desejada organização e sejam mantidos registros claros e objetivos de cada elemento.

§4º - Após devidamente instruídos e encaminhadas as soluções necessárias, os papéis serão remetidos ao setor de arquivo passivo onde serão guardados em ordem numérica crescente, devidamente embalados, lacrados e etiquetados, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos.

§5º - É expressamente proibida a retirada de qualquer documento dos arquivos públicos, salvo por cópia fiel ou nos casos determinados por legislação específica.

Artigo 308 - A Câmara manterá serviço próprio de reprografia de documentos, utilizado fotocopiadoras e outros sistemas similares.

§1º - Fica expressamente vedado o fornecimento desses serviços de forma graciosa, exceto se do interesse da Câmara.

§2º - A Câmara manterá um serviço de autenticação das cópias reprográficas dos seus documentos, a qual se dará mediante a aposição de carimbo ou chancela de conferência, devidamente datada e assinada por servidor encarregado.

Artigo 309 - As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias, consignadas no orçamento do município e dos créditos adicionais, serão ordenadas pelo Presidente da Câmara, em conformidade com a Lei nº. 8.666/93.

§1º - A Comissão Permanente de Licitação (CPL), criada pela Câmara com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, após receber os processos Administrativos devidamente instruídos e com a devida autorização do Presidente, será designada através de Resolução, no início de cada exercício financeiro, de acordo com a Lei 8.666/93, tendo as seguintes atribuições:

- I - auxiliar o Presidente da Câmara na elaboração do instrumento convocatório de licitação (Edital), através da modalidade pertinente: convite, tomada de preços, pregão e/ ou concorrência pública;
- II - auxiliar o Presidente da Câmara na divulgação do Instrumento convocatório de licitação para fornecedores e prestadores de serviços através de aviso de edital, com publicação do Aviso na Imprensa Oficial;
- III - auxiliar o Presidente da Câmara na entrega de cópia do Edital aos interessados na licitação e esclarecer todas as dúvidas sobre o Edital;

IV - receber os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta comercial, bem como abrir a proposta com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação;

V - fazer divulgação do resultado do julgamento da habilitação ou a inabilitação dos concorrentes participantes da licitação através do Diário Oficial e aguardar o prazo dos recursos Administrativos;

VI - concluído o prazo dos recursos Administrativos, devolver as Propostas Comerciais dos concorrentes inabilitados, abrir as propostas comerciais dos concorrentes habilitados e elaborar Ata de Reunião;

VII - examinar as propostas comerciais, proceder ao seu julgamento e depois de emitir relatório deste, divulgar o resultado através do Diário Oficial e aguardar o prazo dos recursos administrativos;

VIII - concluído o prazo do Recurso Administrativo, encaminhar o Processo Licitatório com toda documentação ao Presidente da Câmara para homologação do procedimento licitatório de contrato com o concorrente julgado vencedor da licitação;

IX - demais competências deverão observar os ditames da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como Lei 10.520/02;

§2º - As autorizações de compra serão emitidas em 02 (duas) vias, seguindo numeração própria seqüencial.

§3º - Terão competência para emitir autorização de compra o Presidente da Câmara, os Secretários e Assessores, estes desde que autorizado pelo Presidente.

Artigo 310 - Os responsáveis pela guarda de bens e valores da Câmara ao tomarem posse, prestarão Termo de Compromisso.

§1º - Também, no ato de posse e anualmente os servidores incumbidos da guarda de bens e valores da Câmara, bem como todos os detentores de cargos de confiança farão declaração de bens.

§2º - Os servidores deverão manter rigorosamente limpas e em perfeito funcionamento os equipamentos, materiais e dependências de trabalho que lhe forem confiadas, obrigando-se a indenizar o patrimônio da Câmara Municipal em caso de perda, dano ou inutilização total ou parcial, por sua má utilização proposital.

§3º - Nos bens móveis será fixada uma chapa contendo o código de tombamento em ordem seqüencial ou sua gravação.

§4º - Os bens de tamanho diminuto poderão dispensar a fixação da chapa ou a gravação do código, devendo, entretanto, ser controlados numericamente.

§5º - Os objetos artísticos e troféus poderão dispensar a fixação de chapa ou gravação do código, se tal medida implicar prejuízo estético.

§6º - Os bens móveis serão registrados, com todos os detalhes registrando-se as reavaliações, transferências e baixas.

§7º - Anualmente será procedido o inventário dos bens patrimoniais da Câmara, a fim de determinar as alterações verificadas no decurso de exercício, as variações no valor do patrimônio municipal, os extrativos ocorridos e a transferência e correção de eventuais erros de controle.

§8º - Se a Câmara emprestar bens sob sua responsabilidade, deverá preencher a cautela de "Empréstimos Temporário", em uma única via, que deverá ser assinada pelo recebedor, a qual será anulada quando forem devolvidos os bens.

§9º - Quando da requisição de qualquer bem que deve ser incorporado ao patrimônio da Câmara, o bem deverá ser recebido pelo Setor competente, classificado e tombado, sendo que a inscrição far-se-á de dois modos: primeira no setor onde ficará depositado que manterá os registros analíticos dos bens patrimoniais; a segunda, no setor da contabilidade, que manterá os registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Artigo 311 - A partir de 28 de fevereiro do exercício subsequente, as contas anuais do Município ficarão, durante sessenta dias, na Secretaria da Câmara e no horário de seu funcionamento, à disposição dos cidadãos para exame e apreciação, na forma

estabelecida na Lei Orgânica Municipal.

Artigo 312 - São atribuições:

I - do SECRETÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO:

- a) assessorar os Vereadores, servidores e as Comissões Legislativas no que lhe couber;
- b) atender aos públicos interno e externo;
- c) elaborar e/ou digitar ofícios, atas, comunicados, relatórios, portarias, quadros demonstrativos e outros de interesse do legislativo;
- d) efetuar a triagem de documentos, arquivá-los ou encaminhá-los às unidades competentes;
- e) efetuar a publicidade dos atos administrativos da câmara municipal;
- f) preparar documentos e relatórios referentes aos atos da câmara municipal;
- g) lavrar termos de posse;
- h) secretariar a Câmara, digitando e redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- i) providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- j) executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato.

II - do CONTADOR:

- a) execução de trabalhos especializados de contabilidade pública (classificação lançamentos, elaboração de Demonstrativos, análise, etc.);
- b) gestão orçamentária, financeira e patrimonial, análise contábil;
- c) elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- d) elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária; elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- e) fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes; fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil, financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- f) emitir Pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades; executar a escrituração através dos lançamentos dos atos e fatos contábeis;
- g) participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno e tesouraria, elaborar e acompanhar a execução do orçamento;
- h) elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas da Câmara Municipal e
- i) prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender às demandas dos órgãos fiscalizadores; utilizar recursos de informática; desempenhar outras tarefas afins.

III - do ASSESSOR JURÍDICO:

- a) assessorar os setores da Câmara Municipal, objetivando a aplicabilidade de preceitos legais pertinentes, dando suporte técnico e fornecendo orientações aos servidores;
- b) fornecer consultoria e assessoria ao Corpo de Vereadores da Câmara Municipal e às Comissões existentes;
- c) elaborar Pareceres das Comissões;
- d) elaborar a revisão do Regimento Interno da Câmara e da Lei Orgânica do Município;
- e) propor e defender a Câmara Municipal em ações judiciais;
- f) analisar e elaborar contratos afetos à Câmara Municipal;

g) assessorar, com emissão de Parecer, as licitações no âmbito da Câmara Municipal; e

h) fazer-se presente na Sede da Câmara Municipal com carga mínima de 20 horas, a fim de assessorar os Vereadores.

Artigo 313 - Nenhuma despesa será empenhada sem que esteja acompanhada da competente autorização de compra ou de fornecimento do serviço, emitido pela autoridade competente, sendo que as Notas Fiscais deverão ser entregues à Contabilidade no dia subsequente ao da competência até às 10h00min horas.

Parágrafo Único - No ato de empenhar a despesa, o servidor encarregado, além de observar as disposições legais específicas, fará análise preliminar da legalidade, legitimidade e moralidade da despesa.

Artigo 314 - Os documentos fiscais a serem acostados às notas de empenho, nominais à Câmara Municipal, não poderão conter quaisquer rasuras nas datas e valores e as eventuais divergências no histórico deverão ser expressamente ressalvadas.

Artigo 315 - As Notas de Empenho deverão descrever com a maior clareza as mercadorias ou serviços adquiridos, apresentando os quantitativos, dimensões e todos os demais dados pertinentes.

Parágrafo Único - Todos os documentos ficarão sob a guarda e responsabilidade da contadoria.

Artigo 316 - Todos os Boletins Diários da Tesouraria e os seus respectivos comprovantes de ingresso e pagamentos deverão ser entregues à Contabilidade no dia subsequente ao da competência.

Artigo 317 - A Câmara manterá uma previsão mensal e diária de fluxo de caixa e um real de caixa semanal.

Artigo 318 - Em todo e qualquer pagamento efetivado pela Tesouraria, deverá ser o credor devidamente identificado por documento oficial e, em se tratando de procurador, representante ou preposto do mesmo, deverá deixar na Câmara cópia da procuração ou autorização para emitir a quitação a qual poderá ser genérica, desde que não passada a mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 319 - Nos pagamentos efetivados mediante depósito em conta bancária, cópia do respectivo recibo será obrigatoriamente anexado a Nota de Empenho e Ordem de Pagamento.

Artigo 320 - Fica expressamente vedada a manutenção no caixa de cheques assinados "em branco" ou não nominativos e cruzados.

Artigo 321 - É expressamente proibido o adiantamento de recursos a servidores ou a quem quer que seja, do tipo "vale" ou similar, sem prévia autorização legal.

Artigo 322 - É obrigatória a realização, pela Tesouraria, a cada período de 30 (trinta) dias, de conciliação das contas bancárias da Câmara Municipal.

Artigo 323 - A Câmara não se responsabilizará pelo pagamento de multas decorrentes de infrações de trânsito ou outras de qualquer natureza, que decorram de ação dolosa ou culposa dos seus servidores, incumbindo a estes o desembolso dos valores relativos às ocorrências a que deram causa.

Artigo 324 - Sempre que tenha conhecimento da prática de extravio ou dano de qualquer bem integrante do Patrimônio da Câmara, independente de se tratar de roubo ou furto, fenômeno da natureza, acidente ou o que quer que seja, o Presidente da Câmara, deverá imediatamente dar ciência à autoridade policial do ocorrido.

§1º - Nos casos previstos neste artigo, a autoridade Municipal deverá formalizar pedido para a abertura de inquérito policial e

diligenciar, por todas as formas possíveis, para a recuperação do bem.

§2º - Igualmente, no âmbito administrativo, deverá determinar a abertura de procedimento próprio, de modo a apurar internamente as responsabilidades pelo ocorrido.

Artigo 325 - Independente das disposições estabelecidas na legislação específica e no Código Penal, qualquer descumprimento dos termos deste Decreto poderá sujeitar o responsável, isolada ou conjuntamente, às seguintes sanções:

- a) advertência verbal;
- b) advertência escrita;
- c) suspensão;
- d) demissão.

Artigo 326 - A aplicação das penalidades constantes nas alíneas "a", "b" e "c" do Artigo anterior será feita pelo Presidente da Câmara ao qual o servidor está subordinado, independentemente de procedimento administrativo, sendo que a prevista na alínea "d" será antecedida de procedimento administrativo específico, destinado a apurar a responsabilidade.

Artigo 327 - É expressamente proibido guardar, arquivar ou manter, por qualquer forma, em dependência, arquivos, fichário ou cofres da Câmara Municipal, valores, bens ou outros utensílios de propriedade de particulares e que não apresentam nenhum interesse público.

Artigo 328 - A administração dos prédios públicos, salvo disposição expressa em contrário, incumbirá à Secretaria ou unidade administrativa a que estiverem os mesmos vinculados.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 329 - A publicação dos expedientes da Câmara será realizada em Mural Público, Site e Imprensa Oficiais.

Artigo 330 - Nos dias de Sessão deverão estar hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do país, do estado e do Município.

Artigo 331 - Não haverá expediente do legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Artigo 332 - Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevantes, contando-se o dia de seu começo e de seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Artigo 333 - Fica proibido fumar nos recintos da Câmara, nos termos da Lei Federal nº 9.294/96, em seu Artigo 2º, § 1º, neles devendo se colocados avisos com os dizeres, "proibido fumar", bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar.
Parágrafo Único - Será solicitada a retirada das pessoas que violarem esta disposição.

Artigo 334 - A Sessão legislativa anual desenvolve-se de 01 de fevereiro a 15 de julho, e, de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação.

Parágrafo Único - As Sessões inaugurais de cada Sessão legislativa, marcadas para as datas estabelecidas no caput deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Artigo 335 - As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do orçamento

municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 336 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 337 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº. 011/98 de 22 de abril de 1998 e suas alterações posteriores.

Luzerna, SC, novembro de 2010.

Alcir João Denardi

André Munzlinger

João Zamboni

Juliano Schneider

Mauri José Schlindwein

Moisés Diersmann

Rodrigo Souza

Sérgio Martendal

Sirlei Recalcatti

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1260/2010

LEI Nº 1260/2010

Cria o art. 241.A na Lei nº 212/1984 - Código de Obras do Município de Massaranduba.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o artigo 241.A na Lei nº 212/1984, de 03 de Dezembro de 1984, com a seguinte redação:

"241.A - A regularização de imóveis será feita com base na legislação de edificação vigente a época da referida construção, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando devidas".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1261/2010

LEI Nº 1261/2010

Dá Nova Redação aos Artigos 3º e 6º da Lei Nº 720/2000 de 23 de Agosto de 2000.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 3º da Lei nº 720/2000 de 23 de agosto de 2000, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar -CAE, terá a seguinte composição:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.”

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 6º da Lei nº 720/2000 de 23 de agosto de 2000, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1263/2010

LEI Nº 1263/2010

Denomina Servidão de Passagem

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Servidão 026 passa a ser denominada de Servidão Edmundo Lubawski. A Servidão inicia após o trevo de acesso a São João do Itaperiú/SC, no entroncamento da Rodovia Guilherme Jensen SC-413 com a Rodovia SC-474, localizada no Perímetro Urbano do Município de Massaranduba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1264/2010

LEI Nº 1264/2010

Denomina Via Pública

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 099 passa a ser denominada de RUA FELIPPE BERN-DT. A Rua inicia no entroncamento com a Rua 020, e termina no entroncamento com a Rua 098, localizada no Perímetro Urbano do Município de Massaranduba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1259/2010

LEI Nº 1259/2010

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providencias.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba, nos termos da presente lei e seus anexos.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e a coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir adoção de medidas nesse sentido.

Art. 3º Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I - a universalização, a integralidade e a disponibilidade;

II - preservação da saúde pública e proteção do meio ambiente;

III - a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IV - a articulação com outras políticas públicas;

V - a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;

VI - a utilização de tecnologias apropriadas;

VII - a transparência das ações;

VIII - controle social;
IX - a segurança, qualidade e regularidade;
X - a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Massaranduba.

Parágrafo Único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do presente Plano:

I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
II - implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
IV - estimular a conscientização ambiental da população; e
V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I - abastecimento de água;
II - esgotamento sanitário;
III - drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e
IV - limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 6º Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba deverá respeitar o que determina o art. 16, §4º, da Lei Municipal nº 1179/2010, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que Integra o Anexo Único desta lei.

§ 1º A revisão de que trata o caput, deverá preceder a elaboração do Plano Plurianual do Município de Massaranduba.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente.

II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 4º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de Massaranduba estiver inserido, se houver.

Art. 7º A gestão dos serviços de saneamento básico terá como instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 8º A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo realizar a prestação desses serviços de forma direta, ou conceder ou permitir a prestação respectiva, a terceiros, de direito público ou privado, de uma ou mais dessas atividades, atendendo os postulados legais pertinentes à matéria.

§ 1º Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º A Administração Municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á as mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 9º Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

Art. 10 Constitui órgão executivo do presente plano a Secretaria Municipal de Planejamento, na forma da Lei 1179/2010.

Art. 11 Constitui órgão superior do presente plano, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico, constituído com base no art. 20, da Lei Municipal nº 1179/2010.

Art. 12 Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Massaranduba o documento inserido no Anexo Único desta Lei.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1262/2010

LEI Nº 1262/2010

Autoriza doação a Associação de Piscicultores de Massaranduba (APISMA)

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a doação de 36 (Trinta e Seis) Aeradores Flutuantes e 03 (Três) Medidores de Oxigênio para a Associação de Piscicultores de Massaranduba (APISMA), inscrita no CNPJ sob nº 08.929.720/0001-48.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 14 de Dezembro de 2010.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal
Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Errata Processo Licitatório Nº. 86/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2010-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial.

NOVA REDAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2010.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Massaranduba, 16 de Dezembro de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 078/2010.

DECRETO n.º 078/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0111.0 - Aplicações Diretas (47)

R\$ 3.300,00

Total R\$ 3.300,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2010.

CLAUDIO JOSE TOMAZI

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Decreto n.º 079/2010.

DECRETO n.º 079/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que

determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (27)

R\$ 5.000,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (57)

R\$ 15.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2010.

CLAUDIO JOSE TOMAZI

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Decreto n.º 080/2010.

DECRETO n.º 080/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2010.

D E C R E T A

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 31.800,00 (Trinta e um mil e oitocentos reais), nestes termos:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

030304122.2005 - Manut. Administração Geral e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4)

R\$ 4.000,00

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (26)

R\$ 5.000,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (56)

R\$ 10.000,00

040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Laser

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (65)

R\$ 800,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (104)

R\$ 8.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
110120606.2038 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (137)

R\$ 4.000,00

Total R\$ 31.800,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

030304122.2005 - Manut. Administração Geral e Finanças

4.4.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (9) R\$ 4.000,00

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (30)

R\$ 4.425,00

4.4.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (30)

R\$ 575,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (59)

R\$ 5.942,00

4.4.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (61)

R\$ 4.058,00

040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Laser

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (67)

R\$ 800,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (105)

R\$ 8.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110120606.2038 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (135)

R\$ 4.000,00

Total R\$ 31.800,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2010.

CLAUDIO JOSE TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Portaria n.º 374/2010

PORTARIA n.º 374/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita LUCIANE TEREZINHA DE LUCA, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Escola, na Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha, na localidade de Boca do Pique, neste Município.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 16/12/2010.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 376/2010

PORTARIA n.º 376/2010

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS A SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, RESOLVE:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ELIEGE GONÇALVES CAVALER DELA VECHIA - matrícula 14, período aquisitivo 03/03/2009 á 02/03/2010.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2010.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Admin. e Finanças

Portaria n.º 377/2010

PORTARIA n.º 377/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1408/2009 edital Processo seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, com carga

horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 324/2010.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 379/2010

PORTARIA n.º 379/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e Lei Municipal n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 035/2010.

Meleiro, 16 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra nesta Secretaria.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º378/2010

PORTARIA n.º378/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e Lei Municipal n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARCIA FABER MARTINS PRESA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 036/2010.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria Nº 375/2010

PORTARIA nº 375/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETARIA DE ESCOLA

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º - A Senhora JANICE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do Cargo em Comissão de Secretaria de Escola, da Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha, na localidade de Boca do Pique, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 16/12/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital do Pregão Presencial Nº 28/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 58/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO

TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 29/12/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuidas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, ENGRAXE, CONserto E MONTAGENS DE PNEUS, PARA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO E DE SEUS FUNDOS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 13:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de dezembro de 2010

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Edital de Convocação - Concurso 001/2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO- SC

CONCURSO PÚBLICO - Nº. 001/2008.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 001.2008-CONVOCA para a realização de procedimentos preparatórios para Admissão, os candidatos cujos nomes e cargos constam na listagem em anexo;

I - DA CONVOCAÇÃO

1. O procedimento para admissão ocorrerá no período de 15 de dezembro de 2010 a 05 de janeiro de 2011, no horário das 12:00 às 18:00 hs, devendo apresentar os documentos e exame listados abaixo no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, para início dos trabalhos no dia 05 de janeiro de 2011.

II - DA DOCUMENTAÇÃO

1. Os convocados deverão apresentar os seguintes documentos:

- * Carteira de trabalho;
- * 02 Cópias da carteira de Identidade e CPF;
- * Certidão de Casamento e de Nascimento dos filhos (somente filhos até 14 anos);
- * 01 fotografia (3x4) de frente, colorida, recente;
- * Cópia do Título de Eleitor;
- * Cópia do Certificado de Escolaridade;
- * Cópia do Diploma e Registro Profissional no Órgão de Classe (Caso se aplique);
- * 02 Cópias do Comprovante de residência atualizado (água, luz, telefone);
- * Carteira ou Certificado de Reservista (obrigatório para homens);
- * Exame médico Admissional;
- * Declaração de não cumulação de cargo(s) ou emprego(s) público(s) conforme modelo anexo (ressalvados os casos previstos em lei);

* Declaração de bens patrimoniais do(a) convocado(a), conforme modelo anexo;

* Comprovante de conta em nome do convocado no Banco do Brasil do Fraiburgo, caso queira receber o salário em conta;

Todos os documentos especificados neste Item deverão ser entregues em cópias, acompanhadas dos originais, para serem conferidos no local acima mencionado.

III - RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

1. Abaixo segue relação dos candidatos convocados.

Cargo: TÉCNICO CONTÁBIL

Número de aprovados convocados por este edital: 02

Nome:	Cargo:
Sandra Elisabeth Lima	Técnico Contábil
Volnei Francisco de Oliveira	Técnico Contábil

Monte Carlo, 15 de dezembro de 2010.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENS

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) de CPF nº _____ Declaro, de acordo com exigências contidas no edital do Concurso Público n.º 001.2008 e sob as penas da Lei, não possuir bens materiais passíveis de valoração monetária.

Monte Carlo, xx de xxxx de 2010

Nome e Assinatura do Candidato

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENS

(para quem possui bens)

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, de acordo com exigências contidas no edital do Concurso Público n.º 001.2008 e sob as penas da Lei, possuir os seguintes bens materiais passíveis de valoração monetária:

	Bens	Valores
Item número 01		
Item número 02		
Item número 03		

Local, data,

Nome e Assinatura do Candidato

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO

Declaro, de acordo com exigências contidas no edital do Concurso Público n.º 001.2008, não acumular cargos públicos remunerados, incluídos empregos e funções públicas, no âmbito de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou

indiretamente, pelo poder público, de acordo com as limitações impostas pelo art. 37, XVI e XVI da Constituição Federal.

Monte Carlo, xx de xx de 2010

Nome e Assinatura do Candidato

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº. 004/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº. 004/2010

"ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- No título VI (Da Taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal), artigo 503, inciso VI, da Lei Complementar n. 002 de 28 de Dezembro de 2009 (Código Tributário Municipal), o item que trata da Indústria de Alimentos- Maior risco epidemiológico e menor risco epidemiológico, passará a vigor com os seguintes valores em UFM:

	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	Taxas
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11101	Conservas de produtos de origem animal	112,76
11102	Doces/produtos de confeitaria (c/creme)	112,76
11103	Massas frescas	112,76
11104	Panificação (fab./distrib.)	112,76
11105	Produtos alimentícios infantis	112,76
11106	Produtos congelados	112,76
11107	Produtos dietéticos	112,76
11108	Refeições industriais	112,76
11109	Sorvetes e similares	112,76
11199	Congêneres grupo 111	112,76
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11201	Aditivos	76,06
11202	Água mineral	76,06
11203	Amido e derivados	76,06
11204	Bebidas analcoólicas	76,06
11205	Biscoitos e bolachas	76,06
11206	Cacau, chocolates e sucedâneos	76,06
11207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	76,06
11208	Condimentos, molhos e especiarias	76,06
11209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	76,06
11210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã e similares)	76,06
11211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	76,06
11212	Farinhas (moinhos) e similares	76,06
11213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesa e sorvetes	76,06
11214	Gelo	76,06
11215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ ref./ envasadora)	76,06
11216	Marmeladas, doces e xaropes	76,06
11217	Massas secas	76,06
11218	Refinadora e envasadora de açúcar	76,06

11219	Refinadora e envasadora de sal	76,06
11220	Salgadinhos/ batata frita (empacotado)	76,06
11221	Salgadinhos e frituras	76,06
11222	Suplementos alimentares enriquecidos	76,06
11223	Tempero à base de sal	76,06
11224	Torrefadora de café	76,06

Art. 2º- No anexo XV (valor do metro quadrado do terreno para cálculo do IPTU- Vmq) do Código Tributário Municipal, será inserido aos seguintes logradouros:

Código da Seção	Código do Logradouro	Nome do Logradouro	Número	Lado da Seção	R\$ por M2
3-118-D	3	Nº 09	118	D	5,70
3-118-E	3	Nº09	118	E	5,70
10-70-D	10	Nº07	70	D	5,70
10-70-E	10	Nº07	70	E	5,70
10-105-D	10	Nº07	105	D	5,70
10-105-E	10	Nº07	105	E	5,70
11-190-D	11	Nº06	190	D	5,70
11-190-E	11	Nº06	190	E	5,70
11-330-D	11	Nº06	330	D	5,70
11-330-E	11	Nº06	330	E	5,70
23-80-D	23	Nº11	80	D	5,70
23-80-E	23	Nº11	80	E	5,70
23-290-D	23	Nº11	290	D	5,70
23-290-E	23	Nº11	290	E	5,70
24-80-D	24	Nº21	80	D	5,70
24-80-E	24	Nº21	80	E	5,70
24-130-D	24	Nº21	130	D	5,70
24-130-E	24	Nº21	130	E	5,70
25-70-D	25	Nº13	70	D	5,70
25-70-E	25	Nº13	70	E	5,70
26-80-D	26	Nº14	80	D	5,70
26-80-E	26	Nº14	80	E	5,70
28-70-D	28	Nº15	70	D	5,70
28-70-E	28	Nº15	70	E	5,70
30-50-D	30	Nº17	50	D	5,70
30-50-E	30	Nº17	50	E	5,70
31-80-D	31	Nº18	80	D	5,70
31-80-E	31	Nº18	80	E	5,70
31-390-D	31	Nº18	390	D	5,70
31-390-E	31	Nº18	390	E	5,70
32-90-D	32	Nº19	90	D	5,70
32-90-E	32	Nº19	90	E	5,70
33-70-D	33	Nº12	70	D	5,70
33-70-E	33	Nº12	70	E	5,70
34-30-D	34	Nº20	30	D	5,70
34-30-E	34	Nº20	30	E	5,70
36-1450-D	36	MOF310	1450	D	5,70
36-1450-E	36	MOF310	1450	E	5,70
39-25-D	39	Nº25	25	D	9,98
39-25-E	39	Nº25	25	E	9,98
39-75-D	39	Nº25	75	D	9,98
39-75-E	39	Nº25	75	E	9,98
40-25-D	40	Nº26	25	D	5,70
40-25-E	40	Nº26	25	E	5,70
40-75-D	40	Nº26	75	D	5,70
40-75-E	40	Nº26	75	E	5,70
40-105-D	40	Nº26	105	D	5,70
40-105-E	40	Nº26	105	E	5,70
41-75-D	41	Nº27	75	D	5,70

41-75-E	41	Nº27	75	E	5,70
42-230-D	42	Nº28	230	D	5,70
42-230-E	42	Nº28	230	E	5,70
42-360-D	42	Nº28	360	D	5,70
42-360-E	42	Nº28	360	E	5,70
44-220-D	44	Nº29	220	D	5,70
44-220-E	44	Nº29	220	E	5,70
44-350-D	44	Nº29	350	D	5,70
44-350-E	44	Nº29	350	E	5,70
45-260-D	45	Nº30	260	D	5,70
45-260-E	45	Nº30	260	E	5,70
45-420-D	45	Nº30	420	D	5,70
45-420-E	45	Nº30	420	E	5,70
47-145-D	47	Nº32	145	D	5,70
47-145-E	47	Nº32	145	E	5,70
48-70-D	48	Nº35	70	D	5,70
48-70-E	48	Nº35	70	E	5,70
48-140-D	48	Nº35	140	D	5,70
48-140-E	48	Nº35	140	E	5,70
62-90-D	62	Nº57	90	D	5,70
62-90-E	62	Nº57	90	E	5,70
64-150-D	64	Nº59	150	D	5,70
64-150-E	64	Nº59	150	E	5,70
64-280-D	64	Nº59	280	D	5,70
64-280-E	64	Nº59	280	E	5,70
65-180-D	65	Nº60	180	D	5,70
65-180-E	65	Nº60	180	E	5,70
65-310-D	65	Nº60	310	D	5,70
65-310-E	65	Nº60	310	E	5,70
66-180-D	66	Nº61	180	D	5,70
66-180-E	66	Nº61	180	E	5,70
67-30-D	66	Nº61	30	D	5,70
67-30-E	66	Nº61	30	E	5,70
67-100-D	66	Nº61	100	D	5,70
67-100-E	66	Nº61	100	E	5,70
67-150-D	66	Nº61	150	D	5,70
67-150-E	66	Nº61	150	E	5,70
68-30-D	68	Nº63	30	D	5,70
68-30-E	68	Nº63	30	E	5,70
69-80-D	69	Nº64	80	D	5,70
69-80-E	69	Nº64	80	E	5,70
70-100-D	70	Nº65	100	D	5,70
70-100-E	70	Nº65	100	E	5,70
70-320-D	70	Nº65	320	D	5,70
70-320-E	70	Nº65	320	E	5,70
71-130-D	71	Nº66	130	D	5,70
71-130-E	71	Nº66	130	E	5,70
71-320-D	71	Nº66	320	D	5,70
71-320-E	71	Nº66	320	E	5,70
72-70-D	72	Nº67	70	D	5,70
72-70-E	72	Nº67	70	E	5,70
72-140-D	72	Nº67	140	D	5,70
72-140-E	72	Nº67	140	E	5,70
72-330-D	72	Nº67	330	D	5,70
72-330-E	72	Nº67	330	E	5,70
73-160-D	73	Nº68	160	D	5,70
73-160-E	73	Nº68	160	E	5,70
74-100-D	74	Nº69	100	D	5,70
74-100-E	74	Nº69	100	E	5,70
75-160-D	75	Nº70	160	D	5,70
75-160-E	75	Nº70	160	E	5,70
75-250-D	75	Nº70	250	D	5,70
75-250-E	75	Nº70	250	E	5,70

75-310-D	75	Nº70	310	D	5,70
75-310-E	75	Nº70	310	E	5,70
75-450-D	75	Nº70	450	D	5,70
75-450-E	75	Nº70	450	E	5,70
75-520-D	75	Nº70	520	D	5,70
75-520-E	75	Nº70	520	E	5,70
76-65-D	76	Nº71	65	D	5,70
76-65-E	76	Nº71	65	E	5,70
77-60-D	77	Nº72	60	D	5,70
77-60-E	77	Nº72	60	E	5,70
80-40-D	80	Nº73	40	D	5,70
80-40-E	80	Nº73	40	E	5,70
82-70-D	82	Nº75	70	D	5,70
82-70-E	82	Nº75	70	E	5,70
83-130-D	83	Nº76	130	D	5,70
83-130-E	83	Nº76	130	E	5,70
84-150-D	84	Nº77	150	D	5,70
84-150-E	84	Nº77	150	E	5,70
85-50-D	85	Nº78	50	D	5,70
85-50-E	85	Nº78	50	E	5,70
85-120-D	85	Nº78	120	D	5,70
85-120-E	85	Nº78	120	E	5,70
87-100-D	87	Nº79	100	D	5,70
87-100-E	87	Nº79	100	E	5,70
88-40-D	88	Nº80	40	D	5,70
88-40-E	88	Nº80	40	E	5,70
89-50-D	89	Nº81	50	D	5,70
89-50-E	89	Nº81	50	E	5,70
90-120-D	90	Nº82	120	D	5,70
90-120-E	90	Nº82	120	E	5,70
91-90-D	91	Nº83	90	D	5,70
91-90-E	91	Nº83	90	E	5,70
92-80-D	92	Nº84	80	D	12,88
92-80-E	92	Nº84	80	E	12,88
93-50-D	93	Nº85	50	D	9,98
93-50-E	93	Nº85	50	E	9,98
96-100-D	96	Nº87	100	D	5,70
96-100-E	96	Nº87	100	E	5,70
97-30-D	97	Nº88	30	D	5,70
97-30-E	97	Nº88	30	E	5,70
97-130-D	97	Nº88	130	D	5,70
97-130-E	97	Nº88	130	E	5,70
97-190-D	97	Nº88	190	D	5,70
97-190-E	97	Nº88	190	E	5,70
97-245-D	97	Nº88	245	D	5,70
97-245-E	97	Nº88	245	E	5,70
98-200-D	98	Nº89	200	D	5,70
98-200-E	98	Nº89	200	E	5,70
99-150-D	99	Nº90	150	D	5,70
99-150-E	99	Nº90	150	E	5,70
100-138-D	100	Nº91	138	D	5,70
100-138-E	100	Nº91	138	E	5,70
102-50-D	102	Nº93	50	D	5,70
102-50-E	102	Nº93	50	E	5,70
104-30-D	104	Nº94	30	D	5,70
104-30-E	104	Nº94	30	E	5,70
104-60-D	104	Nº94	60	D	5,70
104-60-E	104	Nº94	60	E	5,70
105-30-D	105	Nº95	30	D	5,70
105-30-E	105	Nº95	30	E	5,70
105-60-D	105	Nº95	60	D	5,70
105-60-E	105	Nº95	60	E	5,70
106-30-D	106	Nº96	30	D	5,70

106-30-E	106	Nº96	30	E	5,70
107-30-D	107	Nº97	30	D	5,70
107-30-E	107	97	30	E	5,70
110-30-D	110	Nº99	30	D	5,70
110-30-E	110	Nº99	30	E	5,70
111-280-D	111	Nº100	280	D	5,70
111-280-E	111	Nº100	280	E	5,70
111-380-D	111	Nº100	380	D	5,70
111-380-E	111	Nº100	380	E	5,70
111-500-D	111	Nº100	500	D	5,70
111-500-E	111	Nº100	500	E	5,70
112-180-D	112	Nº101	180	D	5,70
112-180-E	112	Nº101	180	E	5,70
113-105-D	113	Nº102	105	D	5,70
113-105-E	113	Nº102	105	E	5,70
115-110-D	115	Nº103	110	D	5,70
115-110-E	115	Nº103	110	E	5,70
116-1280-D	116	EMILIO FRASSON	1280	D	5,70
116-1280-E	116	EMILIO FRASSON	1280	E	5,70
117-150-D	117	Nº104	150	D	5,70
117-150-E	117	Nº104	150	E	5,70
119-117-D	119	Nº106	117	D	5,70
119-117-E	119	Nº106	117	E	5,70
120-115-D	120	Nº107	115	D	5,70
120-115-E	120	Nº107	115	E	5,70
504-50-D	504	Nº95	50	D	5,70
504-50-E	504	Nº95	50	E	5,70
507-100-D	507	PEDRO BERTAN	100	D	5,70
507-100-E	507	PEDRO BERTAN	100	E	5,70
593-75-D	593	Nº39	75	D	5,70
593-75-E	593	Nº39	75	E	5,70
666-110-D	666	MANOEL GISLON SERAFIM	110	D	5,70
666-110-E	666	MANOEL GISLON SERAFIM	110	E	5,70
693-140-D	693	Nº40	140	D	5,70
693-140-E	693	Nº40	140	E	5,70
736-40-E	736	IVANOR BERTAN	40	D	5,70
736-40-E	736	IVANOR BERTAN	40	E	5,70
740-160-D	740	Nº33	160	D	5,70
740-160-E	740	Nº33	160	E	5,70
787-560-D	787	INT. LEANDRO BIFF	560	D	5,70
787-560-E	787	INT. LEANDRO BIFF	560	E	5,70
787-660-D	787	INT. LEANDRO BIFF	660	D	5,70
787-660-E	787	INT. LEANDRO BIFF	660	E	5,70
787-700-D	787	INT. LEANDRO BIFF	700	D	5,70
787-700-E	787	INT. LEANDRO BIFF	700	E	5,70
841-770-E	841	CELESTE RECCO	770	E	12,88
841-1000-E	841	CELESTE RECCO	1000	E	12,88
914-40-D	914	Nº22	40	D	12,88
914-40-E	914	Nº22	40	E	5,70
917-220-D	917	ELVIRA POLLÁ	220	D	5,70
917-220-E	917	ELVIRA POLLÁ	220	E	5,70
917-360-D	917	ELVIRA POLLÁ	360	D	5,70
917-360-E	917	ELVIRA POLLÁ	360	E	5,70
917-430-D	917	ELVIRA POLLÁ	430	D	5,70
917-430-E	917	ELVIRA POLLÁ	430	E	5,70
917-460-D	917	ELVIRA POLLÁ	460	D	5,70
917-460-E	917	ELVIRA POLLÁ	460	E	5,70
918-70-D	918	Nº51	70	D	5,70
918-70-E	918	Nº51	70	E	5,70
918-150-D	918	Nº51	150	D	5,70
918-150-E	918	Nº51	150	E	5,70
919-140-D	919	Nº52	140	D	5,70
919-140-E	919	Nº52	140	E	5,70

982-1000-D	982	Nº2	1000	D	5,70
982-1000-E	982	Nº2	1000	E	5,70
1092-3000-D	1092	GENÉSIO MAZON (SC)	3000	D	5,70
1092-3000-E	1092	GENÉSIO MAZON (SC)	3000	E	5,70
1160-110-D	1160	Nº36	110	D	5,70
1160-110-E	1160	Nº36	110	E	5,70
1160-250-D	1160	Nº36	250	D	5,70
1160-250-E	1160	Nº36	250	E	5,70
1160-380-D	1160	Nº36	380	D	5,70
1160-380-E	1160	Nº36	380	E	5,70
1160-450-D	1160	Nº36	450	D	5,70
1160-450-E	1160	Nº36	450	E	5,70
1181-130-D	1181	Nº34	130	D	5,70
1181-130-E	1181	Nº34	130	E	5,70
1181-206-D	1181	Nº34	260	D	5,70
1181-260-E	1181	Nº34	260	E	5,70
181-400-D	1181	Nº34	400	D	5,70
1181-400-E	1181	Nº34	400	E	5,70
1181-500-D	1181	Nº34	500	D	5,70
1181-500-E	1181	Nº34	500	E	5,70
1182-150-D	1182	Nº38	150	D	5,70
1182-150-E	1182	Nº38	150	E	5,70
1182-300-D	1182	Nº38	300	D	5,70
1182-300-E	1182	Nº38	300	E	5,70
1182-450-D	1182	Nº38	450	D	5,70
1182-450-E	1182	Nº38	450	E	5,70
1182-520-D	1182	Nº38	520	D	5,70
1182-520-E	1182	Nº38	520	E	5,70
1210-250-D	1210	MUNIC. MANSUETO MAC-CARI	250	D	5,70
1210-250-E	1210	MUNIC. MANSUETO MAC-CARI	250	E	5,70
1215-120-D	1215	Nº47	120	D	5,70
1215-120-E	1215	Nº47	120	E	5,70
1226-120-D	1226	Nº37	120	D	5,70
1226-120-E	1226	Nº37	120	E	5,70
1237-120-D	1237	Nº50	120	D	5,70
1237-120-E	1237	Nº50	120	E	5,70
1248-260-D	1248	Nº45	260	D	5,70
1248-260-E	1248	Nº45	260	E	5,70
1250-280-D	1250	Nº46	280	D	5,70
1250-280-E	1250	Nº46	280	E	5,70
1259-260-D	1259	Nº49	260	D	5,70
1259-260-E	1259	Nº49	260	E	5,70
1333-260-D	1333	ANTONIO SORATTO	260	D	5,70
1333-260-E	1333	ANTONIO SORATTO	260	E	5,70
1399-1000-E	1399	ISRAEL NANDO DA ROSA	1000	E	5,70
1527-90-D	1527	FRANCISCO MROCZKOSKI	90	D	5,70
1527-90-E	1527	FRANCISCO MROCZKOSKI	90	E	5,70
1800-1140-D	1800	LUIS CASAGRANDE	1140	D	5,70
1800-1140-E	1800	LUIS CASAGRANDE	1140	E	5,70
6611-70-D	6611	BEIRA RIO	70	D	5,70
6611-70-E	6611	BEIRA RIO	70	E	5,70
9111-138-D	9111	Nº54	138	D	5,70
9111-138-E	9111	Nº54	138	E	5,70
9412-500-D	9412	ELIAS MACCARI	500	D	5,70
9412-500-E	9412	ELIAS MACCARI	500	E	5,70
418-940-D	418	RUA VILVIO SARTOR	940	D	5,70
418-940-E	418	RUA VILVIO SARTOR	940	E	5,70
418-1200-D	418	RUA VILVIO SARTOR	1200	D	5,70
418-1200-E	418	RUA VILVIO SARTOR	1200	E	5,70
36-1660-D	36	ROD. MOF 310	1660	D	5,70
36-1660-E	36	ROD. MOF 310	1660	E	5,70

107-100-D	107	RUA Nº 97	100	D	5,70
107-100-E	107	RUA Nº 97	100	E	5,70
429-730-D	429	RUA JOÃO CORAL	730	D	5,70
429-730-E	429	RUA JOÃO CORAL	730	E	5,70
1252-100-D	1252	RUA JOÃO PAGNAN	100	D	5,70
1252-100-E	1252	RUA JOÃO PAGNAN	100	E	5,70
1506-1360-D	1506	RUA TRANQUILO PELLE-GRIN	1360	D	5,70
1506-1360-E	1506	RUA TRANQUILO PELLE-GRIN	1360	E	5,70
272-240-D	272	RUA PEDRO RODOLFO SILVA	240	D	5,70
272-240-E	272	RUA PEDRO RODOLFO SILVA	240	E	5,70
280-160-D	280	RUA JOSÉ CARLOS BITEN-COURT	160	D	5,70
280-160-E	280	RUA JOSÉ CARLOS BITEN-COURT	160	E	5,70
06-200-D	06	RUA TRÊS RIBEIRÕES	200	D	5,70
06-200-E	06	RUA TRÊS RIBEIRÕES	200	E	5,70
07-300-D	07	RUA Nº 110	300	D	5,70
07-300-E	07	RUA Nº 110	300	E	5,70
08-190-D	08	RUA Nº 111	190	D	5,70
08-190-E	08	RUA Nº 111	190	E	5,70
09-180-D	09	RUA Nº 112	180	D	5,70
09-180-E	09	RUA Nº 112	180	E	5,70
09-300-D	09	RUA Nº 112	300	D	5,70
09-300-E	09	RUA Nº 112	300	E	5,70
12-350-D	12	RUA Nº 113	350	D	5,70
12-350-E	12	RUA Nº 113	350	E	5,70
16-50-D	16	RUA Nº 114	50	D	5,70
16-50-E	16	RUA Nº 114	50	E	5,70
17-110-D	17	RUA Nº 115	110	D	5,70
17-110-E	17	RUA Nº 115	110	E	5,70
18-50-D	18	RUA Nº 116	50	D	5,70
18-50-E	18	RUA Nº 116	50	E	5,70
20-36-D	20	RUA Nº 117	36	D	5,70
20-36-E	20	RUA Nº 117	36	E	5,70
21-160-D	21	RUA Nº 118	160	D	5,70
21-160-E	21	RUA Nº 118	160	E	5,70
21-370-D	21	RUA Nº 118	370	D	5,70
21-370-E	21	RUA Nº 118	370	E	5,70
22-140-D	22	RUA VALMIR MARTINHAGO	140	D	5,70
22-140-E	22	RUA VALMIR MARTINHAGO	140	E	5,70
29-120-D	29	RUA Nº 119	120	D	5,70
29-120-E	29	RUA Nº 119	120	E	5,70
29-246-D	29	RUA Nº 119	246	D	5,70
29-246-E	29	RUA Nº 119	246	E	5,70
29-372-D	29	RUA Nº 119	372	D	5,70
29-372-E	29	RUA Nº 119	372	E	5,70
29-552-D	29	RUA Nº 119	522	D	5,70
29-522-D	29	RUA Nº 119	522	E	5,70
29-830-D	29	RUA Nº 119	830	D	5,70
29-830-E	29	RUA Nº 119	830	E	5,70
37-120-D	37	RUA Nº 120	120	D	5,70
37-120-E	37	RUA Nº 120	120	E	5,70
37-246-D	37	RUA Nº 120	246	D	5,70
37-246-E	37	RUA Nº 120	246	E	5,70
37-372-D	37	RUA Nº 120	372	D	5,70
37-372-E	37	RUA Nº 120	372	E	5,70
37-522-D	37	RUA Nº 120	522	D	5,70
37-522-E	37	RUA Nº 120	522	E	5,70
38-120-D	38	RUA Nº 121	120	D	5,70

38-120-E	38	RUA Nº 121	120	E	5,70
38-246-D	38	RUA Nº 121	246	D	5,70
38-246-E	38	RUA Nº 121	246	E	5,70
38-382-D	38	RUA Nº 121	372	D	5,70
38-382-E	38	RUA Nº 121	372	E	5,70
38-552-D	38	RUA Nº 121	522	D	5,70
38-522-D	38	RUA Nº 121	522	E	5,70
58-70-D	58	RUA Nº 122	70	D	5,70
58-70-E	58	RUA Nº 122	70	E	5,70
58-140-D	58	RUA Nº 122	140	D	5,70
58-140-E	58	RUA Nº 122	140	E	5,70
58-208-D	58	RUA Nº 122	208	D	5,70
58-208-E	58	RUA Nº 122	208	E	5,70
59-70-D	59	RUA Nº 123	70	D	5,70
59-70-E	59	RUA Nº 123	70	E	5,70
59-140-D	59	RUA Nº 123	140	D	5,70
59-140-E	59	RUA Nº 123	140	E	5,70
59-208-D	59	RUA Nº 123	208	D	5,70
59-208-E	59	RUA Nº 123	208	E	5,70
61-160-D	61	RUA Nº 124	160	D	5,70
61-160-E	61	RUA Nº 124	160	E	5,70
63-90-D	63	RUA Nº 125	90	D	5,70
63-90-E	63	RUA Nº 125	90	E	5,70
79-200-D	79	RUA Nº 126	200	D	5,70
79-200-E	79	RUA Nº 126	200	E	5,70
81-90-D	81	RUA Nº 127	90	D	5,70
81-90-E	81	RUA Nº 127	90	E	5,70
95-440-D	95	RUA Nº 128	440	D	5,70
95-440-E	95	RUA Nº 128	440	E	5,70
101-220-D	101	RUA Nº 129	220	D	5,70
101-220-E	101	RUA Nº 129	220	E	5,70
109-70-D	109	RUA Nº 130	70	D	5,70
109-70-E	109	RUA Nº 130	70	E	5,70
114-70-D	114	RUA Nº 131	70	D	5,70
114-70-E	114	RUA Nº 131	70	E	5,70
118-320-D	118	RUA Nº 132	320	D	5,70
118-320-E	118	RUA Nº 132	320	E	5,70
118-520-D	118	RUA Nº 132	520	D	5,70
118-520-E	118	RUA Nº 132	520	E	5,70
118-620-D	118	RUA Nº 132	620	D	5,70
118-620-E	118	RUA Nº 132	620	E	5,70
118-670-D	118	RUA Nº 132	670	D	5,70
118-670-E	118	RUA Nº 132	670	E	5,70
121-180-D	121	RUA Nº 133	180	D	5,70
121-180-E	121	RUA Nº 133	180	E	5,70
122-55-D	122	RUA Nº 134	55	D	14,83
122-55-E	122	RUA Nº 134	55	E	14,83
123-40-D	123	RUA Nº 135	40	D	5,70
123-40-E	123	RUA Nº 135	40	E	5,70
125-80-D	125	RUA Nº 136	80	D	5,70
125-80-E	125	RUA Nº 136	80	E	5,70
126-70-D	126	RUA Nº 137	70	D	5,70
126-70-E	126	RUA Nº 137	70	E	5,70
126-200-D	126	RUA Nº 137	200	D	5,70
126-200-E	126	RUA Nº 137	200	E	5,70
126-350-D	126	RUA Nº 137	350	D	5,70
126-350-E	126	RUA Nº 137	350	E	5,70
127-40-D	50	RUA Nº 138	40	D	5,70
127-40-E	40	RUA Nº 138	40	E	5,70
128-80-D	128	RUA Nº 139	80	D	5,70
128-80-E	128	RUA Nº 139	80	E	5,70
129-100-D	129	RUA Nº 140	100	D	5,70
129-100-E	129	RUA Nº 140	100	E	5,70

130-130-D	130	RUA Nº 141	130	D	5,70
130-130-E	130	RUA Nº 141	130	E	5,70
131-70-D	131	RUA Nº 142	70	D	5,70
131-70-E	131	RUA Nº 142	70	E	5,70
131-170-D	131	RUA Nº 142	170	D	5,70
131-170-E	131	RUA Nº 142	170	E	5,70
133-50-D	133	RUA Nº 143	50	D	5,70
133-50-E	133	RUA Nº 143	50	E	5,70
133-90-D	133	RUA Nº 143	90	D	5,70
133-90-E	133	RUA Nº 143	90	E	5,70
135-140-D	135	RUA Nº 144	140	D	5,70
135-140-E	135	RUA Nº 144	140	E	5,70
135-550-D	135	RUA Nº 144	550	D	5,70
135-550-E	135	RUA Nº 144	550	E	5,70
135-780-D	135	RUA Nº 144	780	D	5,70
135-780-E	135	RUA Nº 144	780	E	5,70
136-190-D	136	RUA Nº 145	190	D	5,70
136-190-E	136	RUA Nº 145	190	E	5,70
137-790-D	137	RUA Nº 146	790	D	5,70
137-790-E	137	RUA Nº 146	790	E	5,70
138-290-D	138	RUA Nº 147	290	D	5,70
138-290-E	138	RUA Nº 147	290	E	5,70
139-90-D	139	RUA Nº 148	90	D	5,70
139-90-E	139	RUA Nº 148	90	E	5,70
139-430-D	139	RUA Nº 148	430	D	5,70
139-430-E	139	RUA Nº 148	430	E	5,70
141-90-D	141	RUA Nº 149	90	D	5,70
141-90-E	141	RUA Nº 149	90	E	5,70
142-80-D	142	RUA Nº 150	80	D	5,70
142-80-E	142	RUA Nº 150	80	E	5,70
142-270-D	142	RUA Nº 150	270	D	5,70
142-270-E	142	RUA Nº 150	270	E	5,70
144-250-D	144	RUA Nº 152	250	D	5,70
144-250-E	144	RUA Nº 152	250	E	5,70
145-250-D	145	RUA Nº 153	250	D	5,70
145-250-E	145	RUA Nº 153	250	E	5,70
146-80-D	146	RUA Nº 154	80	D	5,70
146-80-E	146	RUA Nº 154	80	E	5,70
146-120-D	146	RUA Nº 154	120	D	5,70
146-120-E	146	RUA Nº 154	120	E	5,70
147-40-D	147	RUA Nº 155	40	D	5,70
147-40-E	147	RUA Nº 155	40	E	5,70
147-70-D	147	RUA Nº 155	70	D	5,70
147-70-E	147	RUA Nº 155	70	E	5,70
148-50-D	148	RUA Nº 156	50	D	5,70
148-50-E	148	RUA Nº 156	50	E	5,70
149-130-D	149	RUA Nº 157	130	D	5,70
149-130-E	149	RUA Nº 157	130	E	5,70
150-80-D	150	RUA Nº 158	80	D	5,70
150-80-E	150	RUA Nº 158	80	E	5,70
150-170-D	150	RUA Nº 158	170	D	5,70
150-170-E	150	RUA Nº 158	170	E	5,70
151-200-D	151	RUA Nº 159	200	D	5,70
151-200-E	151	RUA Nº 159	200	E	5,70
152-270-D	152	RUA Nº 160	270	D	5,70
152-270-E	152	RUA Nº 160	270	E	5,70
153-50-D	153	RUA Nº 161	50	D	5,70
153-50-E	153	RUA Nº 161	50	E	5,70
154-50-D	154	RUA Nº 162	50	D	5,70
154-50-E	154	RUA Nº 162	50	E	5,70
154-90-D	154	RUA Nº 162	90	D	5,70
154-90-E	154	RUA Nº 162	90	E	5,70
155-50-D	155	RUA Nº 163	50	D	5,70

155-50-E	155	RUA Nº 163	50	E	5,70
156-70-D	156	RUA Nº 164	70	D	5,70
156-70-E	156	RUA Nº 164	70	E	5,70
156-100-D	156	RUA Nº 164	100	D	5,70
156-100-E	156	RUA Nº 164	100	E	5,70
157-130-D	157	RUA Nº 165	130	D	5,70
157-130-E	157	RUA Nº 165	130	E	5,70
158-190-D	158	RUA Nº 166	190	D	5,70
158-190-E	158	RUA Nº 166	190	E	5,70
160-80-D	160	RUA Nº 167	80	D	5,70
160-80-E	160	RUA Nº 167	80	E	5,70
161-60-D	161	RUA Nº 168	60	D	5,70
161-60-E	161	RUA Nº 168	60	E	5,70
162-50-D	162	RUA Nº 169	50	D	5,70
152-50-E	162	RUA Nº 169	50	E	5,70
163-40-D	163	RUA Nº 170	40	D	5,70
163-40-E	163	RUA Nº 170	40	E	5,70
164-410-D	171	RUA Nº 171	410	D	5,70
164-410-E	171	RUA Nº 171	410	E	5,70
164-80-D	165	RUA Nº 172	80	D	5,70
165-80-E	165	RUA Nº 172	80	E	5,70
166-100-D	166	RUA Nº 173	100	D	5,70
166-100-E	166	RUA Nº 173	100	E	5,70
168-100-D	168	RUA Nº 174	100	D	5,70
168-100-E	168	RUA Nº 174	100	E	5,70
169-190-D	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	190	D	5,70
169-190-E	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	190	E	5,70
169-320-D	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	320	D	5,70
169-320-E	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	320	E	5,70
170-50-D	170	RUA Nº 175	50	D	5,70
170-50-E	170	RUA Nº 175	50	E	5,70
171-40-D	171	RUA Nº 176	40	D	5,70
171-40-E	171	RUA Nº 176	40	E	5,70
172-50-D	172	RUA Nº 177	50	D	5,70
172-50-E	172	RUA Nº 177	50	E	5,70
173-60-D	173	RUA Nº 178	60	D	6,06
173-60-E	173	RUA Nº 178	60	E	6,06
173-110-D	173	RUA Nº 178	110	D	6,06
173-110-E	173	RUA Nº 178	110	E	6,06
174-60-D	174	RUA Nº 179	50	D	6,06
174-60-E	174	RUA Nº 179	50	E	6,06
176-160-D	176	RUA Nº 180	160	D	6,06
176-160-E	176	RUA Nº 180	160	E	6,06
177-200-D	177	RUA Nº 181	200	D	5,70
177-200-E	177	RUA Nº 181	200	E	5,70
178-40-D	178	RUA Nº 182	40	D	5,70
178-40-E	178	RUA Nº 182	40	E	5,70

Art. 3º- No anexo XVII (valor do metro quadrado do terreno para cálculo do ITBI- Vmq) do Código Tributário Municipal, será inserido aos seguintes logradouros:

Código da Seção	Código do Logradouro	Nome do Logradouro	Número	Lado da Seção	R\$ por M2
3-118-D	3	Nº 09	118	D	23,33
3-118-E	3	Nº 09	118	E	23,33
10-70-D	10	Nº 07	70	D	23,33
10-70-E	10	Nº 07	70	E	23,33
10-105-D	10	Nº 07	105	D	23,33
10-105-E	10	Nº 07	105	E	23,33
11-190-D	11	Nº 06	190	D	23,33

11-190-E	11	Nº 06	190	E	23,33
11-330-D	11	Nº 06	330	D	31,11
11-330-E	11	Nº 06	330	E	31,11
23-80-D	23	Nº 11	80	D	23,33
23-80-E	23	Nº 11	80	E	23,33
23-290-D	23	Nº 11	290	D	23,33
23-290-E	23	Nº 11	290	E	23,33
24-80-D	24	Nº 21	80	D	23,33
24-80-E	24	Nº 21	80	E	15,56
24-130-D	24	Nº 21	130	D	15,56
24-130-E	24	Nº 21	130	E	15,56
25-70-D	25	Nº 13	70	D	15,56
25-70-E	25	Nº 13	70	E	15,56
26-80-D	26	Nº 14	80	D	15,56
26-80-E	26	Nº 14	80	E	15,56
28-70-D	28	Nº 15	70	D	31,11
28-70-E	28	Nº 15	70	E	31,11
30-50-D	30	Nº 17	50	D	23,33
30-50-E	30	Nº 17	50	E	23,33
31-80-D	31	Nº 18	80	D	15,56
31-80-E	31	Nº 18	80	E	15,56
31-390-D	31	Nº 18	390	D	15,56
31-390-E	31	Nº 18	390	E	15,56
32-90-D	32	Nº 19	90	D	38,89
32-90-E	32	Nº 19	90	E	38,89
33-70-D	33	Nº 12	70	D	38,89
33-70-E	33	Nº 12	70	E	38,89
34-30-D	34	Nº 20	30	D	31,11
34-30-E	34	Nº 20	30	E	31,11
36-1450-D	36	MOF 310	1450	D	15,56
36-1450-E	36	MOF 310	1450	E	15,56
39-25-D	39	Nº 25	25	D	77,78
39-25-E	39	Nº 25	25	E	77,78
39-75-D	39	Nº 25	75	D	77,78
39-75-E	39	Nº 25	75	E	77,78
40-25-D	40	Nº 26	25	D	46,67
40-25-E	40	Nº 26	25	E	46,67
40-75-D	40	Nº 26	75	D	46,67
40-75-E	40	Nº 26	75	E	46,67
40-105-D	40	Nº 26	105	D	46,67
40-105-E	40	Nº 26	105	E	46,67
41-75-D	41	Nº 27	75	D	38,89
41-75-E	41	Nº 27	75	E	38,89
42-230-D	42	Nº 28	230	D	23,33
42-230-E	42	Nº 28	230	E	23,33
42-360-D	42	Nº 28	360	D	23,33
42-360-E	42	Nº 28	360	E	23,33
44-220-D	44	Nº 29	220	D	23,33
44-220-E	44	Nº 29	220	E	23,33
44-350-D	44	Nº 29	350	D	23,33
44-350-E	44	Nº 29	350	E	23,33
45-260-D	45	Nº 30	260	D	23,33
45-260-E	45	Nº 30	260	E	23,33
45-420-D	45	Nº 30	420	D	23,33
45-420-E	45	Nº 30	420	E	23,33
47-145-D	47	Nº 32	145	D	15,56
47-145-E	47	Nº 32	145	E	15,56
48-70-D	48	Nº 35	70	D	38,89
48-70-E	48	Nº 35	70	E	38,89
48-140-D	48	Nº 35	140	D	38,89
48-140-E	48	Nº 35	140	E	38,89
62-90-D	62	Nº 57	90	D	54,44
62-90-E	62	Nº 57	90	E	54,44

64-150-D	64	Nº 59	150	D	38,89
64-150-E	64	Nº 59	150	E	38,89
64-280-D	64	Nº 59	280	D	38,89
64-280-E	64	Nº 59	280	E	38,89
65-180-D	65	Nº 60	180	D	38,89
65-180-E	65	Nº 60	180	E	38,89
65-310-D	65	Nº 60	310	D	38,89
65-310-E	65	Nº 60	310	E	38,89
66-180-D	66	Nº 61	180	D	38,89
66-180-E	66	Nº 61	180	E	38,89
67-30-D	66	Nº 61	30	D	38,89
67-30-E	66	Nº 61	30	E	38,89
67-100-D	66	Nº 61	100	D	38,89
67-100-E	66	Nº 61	100	E	38,89
67-150-D	66	Nº 61	150	D	38,89
67-150-E	66	Nº 61	150	E	38,89
68-30-D	68	Nº 63	30	D	38,89
68-30-E	68	Nº 63	30	E	38,89
69-80-D	69	Nº 64	80	D	38,89
69-80-E	69	Nº 64	80	E	38,89
70-100-D	70	Nº 65	100	D	38,89
70-100-E	70	Nº 65	100	E	38,89
70-320-D	70	Nº 65	320	D	38,89
70-320-E	70	Nº 65	320	E	38,89
71-130-D	71	Nº 66	130	D	38,89
71-130-E	71	Nº 66	130	E	38,89
71-320-D	71	Nº 66	320	D	38,89
71-320-E	71	Nº 66	320	E	38,89
72-70-D	72	Nº 67	70	D	38,89
72-70-E	72	Nº 67	70	E	38,89
72-140-D	72	Nº 67	140	D	38,89
72-140-E	72	Nº 67	140	E	38,89
72-330-D	72	Nº 67	330	D	38,89
72-330-E	72	Nº 67	330	E	38,89
73-160-D	73	Nº 68	160	D	38,89
73-160-E	73	Nº 68	160	E	38,89
74-100-D	74	Nº 69	100	D	38,89
74-100-E	74	Nº 69	100	E	38,89
75-160-D	75	Nº 70	160	D	38,89
75-160-E	75	Nº 70	160	E	38,89
75-250-D	75	Nº 70	250	D	38,89
75-250-E	75	Nº 70	250	E	38,89
75-310-D	75	Nº 70	310	D	38,89
75-310-E	75	Nº 70	310	E	38,89
75-450-D	75	Nº 70	450	D	38,89
75-450-E	75	Nº 70	450	E	38,89
75-520-D	75	Nº 70	520	D	38,89
75-520-E	75	Nº 70	520	E	38,89
76-65-D	76	Nº 71	65	D	38,89
76-65-E	76	Nº 71	65	E	38,89
77-60-D	77	Nº 72	60	D	38,89
77-60-E	77	Nº 72	60	E	38,89
80-40-D	80	Nº 73	40	D	31,11
80-40-E	80	Nº 73	40	E	31,11
82-70-D	82	Nº 75	70	D	124,44
82-70-E	82	Nº 75	70	E	124,44
83-130-D	83	Nº 76	130	D	124,44
83-130-E	83	Nº 76	130	E	124,44
84-150-D	84	Nº 77	150	D	108,89
84-150-E	84	Nº 77	150	E	108,89
85-50-D	85	Nº 78	50	D	93,33
85-50-E	85	Nº 78	50	E	93,33
85-120-D	85	Nº 78	120	D	93,33

85-120-E	85	Nº 78	120	E	93,33
87-100-D	87	Nº 79	100	D	54,44
87-100-E	87	Nº 79	100	E	54,44
88-40-D	88	Nº 80	40	D	23,33
88-40-E	88	Nº 80	40	E	23,33
89-50-D	89	Nº 81	50	D	31,11
89-50-E	89	Nº 81	50	E	31,11
90-120-D	90	Nº 82	120	D	54,44
90-120-E	90	Nº 82	120	E	54,44
91-90-D	91	Nº 83	90	D	46,67
91-90-E	91	Nº 83	90	E	46,67
92-80-D	92	Nº 84	80	D	108,89
92-80-E	92	Nº 84	80	E	108,89
93-50-D	93	Nº 85	50	D	77,78
93-50-E	93	Nº 85	50	E	77,78
96-100-D	96	Nº 79	100	D	38,89
96-100-E	96	Nº 79	100	E	38,89
97-30-D	97	Nº 88	30	D	23,33
97-30-E	97	Nº 88	30	E	23,33
97-130-D	97	Nº 88	130	D	23,33
97-130-E	97	Nº 88	130	E	23,33
97-190-D	97	Nº 88	190	D	23,33
97-190-E	97	Nº 88	190	E	23,33
97-245-D	97	Nº 88	245	D	23,33
97-245-E	97	Nº 88	245	E	23,33
98-200-D	98	Nº 89	200	D	23,33
98-200-E	98	Nº 89	200	E	23,33
99-150-D	99	Nº 90	150	D	31,11
99-150-E	99	Nº 90	150	E	31,11
100-138-D	100	Nº 91	138	D	54,44
100-138-E	100	Nº 91	138	E	54,44
102-50-D	102	Nº 93	50	D	23,33
102-50-E	102	Nº 93	50	E	23,33
104-30-D	104	Nº 94	30	D	46,67
104-30-E	104	Nº 94	30	E	46,67
104-60-D	104	Nº 94	60	D	46,67
104-60-E	104	Nº 94	60	E	46,67
105-30-D	105	Nº 95	30	D	54,44
105-30-E	105	Nº 95	30	E	54,44
105-60-D	105	Nº 95	60	D	54,44
105-60-E	105	Nº 95	60	E	54,44
106-30-D	106	Nº 96	30	D	31,11
106-30-E	106	Nº 96	30	E	31,11
107-30-D	107	Nº 97	30	D	31,11
107-30-E	107	Nº 97	30	E	31,11
110-30-D	110	Nº 99	30	D	31,11
110-30-E	110	Nº 99	30	E	31,11
111-280-D	111	Nº 100	280	D	23,33
111-280-E	111	Nº 100	280	E	23,33
111-380-D	111	Nº 100	380	D	23,33
111-380-E	111	Nº 100	380	E	23,33
111-500-D	111	Nº 100	500	D	23,33
111-500-E	111	Nº 100	500	E	23,33
112-180-D	112	Nº 101	180	D	23,33
112-180-E	112	Nº 101	180	E	23,33
113-105-D	113	Nº 102	105	D	23,33
113-105-E	113	Nº 102	105	E	23,33
115-110-D	115	Nº 103	110	D	23,33
115-110-E	115	Nº 103	110	E	23,33
116-1280-D	116	EMILIO FRASSON	1280	D	54,44
116-1280-E	116	EMILIO FRASSON	1280	E	54,44
117-150-D	117	Nº 104	150	D	23,33
117-150-E	117	Nº 104	150	E	23,33

119-117-D	119	Nº 106	117	D	15,56
119-117-E	119	Nº 106	117	E	15,56
120-115-D	120	Nº 107	115	D	15,56
120-115-E	120	Nº 107	115		15,56
504-50-D	504	Nº 95	50		54,44
504-50-E	504	Nº 95	50		54,44
507-100-D	507	PEDRO BERTAN	100		93,33
507-100-E	507	PEDRO BERTAN	100		93,33
593-75-D	593	Nº 39	75		38,89
593-75-E	593	Nº 39	75		38,89
666-110-D	666	MANOEL GISLON SERAFIM	110		46,67
666-110-E	666	MANOEL GISLON SERAFIM	110		46,67
693-140-D	693	Nº 40	140		38,89
693-140-E	693	Nº 40	140		38,89
736-40-D	736	IVANOR BERTAN	40	D	31,11
736-40-E	736	IVANOR BERTAN	40	E	31,11
740-160-D	740	Nº 33	160	D	31,11
740-160-E	740	Nº 33	160	E	31,11
787-560-D	787	INT. LEANDRO BIFF	560	D	54,44
787-560-E	787	INT. LEANDRO BIFF	560	E	54,44
787-660-D	787	INT. LEANDRO BIFF	660	D	54,44
787-660-E	787	INT. LEANDRO BIFF	660	E	54,44
787-700-D	787	INT. LEANDRO BIFF	700	D	54,44
787-700-E	787	INT. LEANDRO BIFF	700	E	54,44
841-770-E	841	CELESTE RECCO	770	E	93,33
841-1000-E	841	CELESTE RECCO	1000	E	93,33
914-40-D	914	Nº 22	40	D	31,11
914-40-E	914	Nº 22	40	E	31,11
917-220-D	917	ELVIRA POLLA	220	D	31,11
917-220-E	917	ELVIRA POLLA	220	E	31,11
917-360-D	917	ELVIRA POLLA	360	D	31,11
917-360-E	917	ELVIRA POLLA	360	E	31,11
917-430-D	917	ELVIRA POLLA	430	D	31,11
917-430-E	917	ELVIRA POLLA	430	E	31,11
917-460-D	917	ELVIRA POLLA	460	D	31,11
917-460-E	917	ELVIRA POLLA	460	E	31,11
918-70-D	918	Nº 51	70	D	62,22
918-70-E	918	Nº 51	70	E	62,22
918-150-D	918	Nº 51	150	D	62,22
918-150-E	918	Nº 51	150	E	62,22
919-140-D	919	Nº 52	140	D	54,44
919-140-E	919	Nº 52	140	E	54,44
982-1000-D	982	Nº 2	1000	D	124,44
982-1000-E	982	Nº 2	1000	E	124,44
1092-3000-D	1092	GENESIO MAZZON (SC)	3000	D	15,56
1092-3000-E	1092	GENESIO MAZZON (SC)	3000	E	15,56
1160-110-D	1160	Nº 36	110	D	38,89
1160-110-E	1160	Nº 36	110	E	38,89
1160-250-D	1160	Nº 36	250	D	38,89
1160-250-E	1160	Nº 36	250	E	38,89
1160-380-D	1160	Nº 36	380	D	38,89
1160-380-E	1160	Nº 36	380	E	38,89
1160-450-D	1160	Nº 36	450	D	38,89
1160-450-E	1160	Nº 36	450	E	38,89
1181-130-D	1181	Nº 34	130	D	38,89
1180-130-E	1181	Nº 34	130	E	38,89
1181-260-D	1181	Nº 34	260	D	38,89
1181-260-E	1181	Nº 34	260	E	38,89
1181-400-D	1181	Nº 34	400	D	38,89
1181-400-E	1181	Nº 34	400	E	38,89
1181-500-D	1181	Nº 34	500	D	38,89

1181-500-E	1181	Nº 34	500	E	38,89
1182-150-D	1182	Nº 38	150	D	38,89
1182-150-E	1182	Nº 38	150	E	38,89
1182-300-D	1182	Nº 38	300	D	38,89
1182-300-E	1182	Nº 38	300	E	38,89
1182-450-D	1182	Nº 38	450	D	38,89
1182-450-E	1182	Nº 38	450	E	38,89
1182-520-D	1182	Nº 38	520	D	38,89
1182-520-E	1182	Nº 38	520	E	38,89
1210-250-D	1210	MUNIC. MANSUETO MAC-CARI	250	D	31,11
1210-250-E	1210	MUNIC. MANSUETO MAC-CARI	250	E	31,11
1215-120-D	1215	Nº 47	120	D	38,89
1215-120-E	1215	Nº 47	120	E	38,89
1226-120-D	1226	Nº 37	120	D	38,89
1226-120-E	1226	Nº 37	120	E	38,89
1237-120-D	1237	Nº 50	120	D	38,89
1237-120-E	1237	Nº 50	120	E	38,89
1248-260-D	1248	Nº 45	260	D	38,89
1248-260-E	1248	Nº 45	260	E	38,89
1250-280-D	1250	Nº 46	280	D	38,89
1250-280-E	1250	Nº 46	280	E	38,89
1259-260-D	1259	Nº 49	260	D	38,89
1259-260-E	1259	Nº 49	260	E	38,89
1333-260-D	1333	ANTONIO SORATO	260	D	62,22
1333-260-E	1333	ANTONIO SORATO	260	E	62,22
1399-1000-E	1399	ISRAEL NANDO DA ROSA	1000	E	38,89
1527-90-D	1527	FRANCISCO MROCZKOSKI	90	D	31,11
1527-90-E	1527	FRANCISCO MROCZKOSKI	90	E	31,11
1800-1140-D	1800	LUIS CASAGRANDE	1140	D	23,33
1800-1140-E	1800	LUIS CASAGRANDE	1140	E	23,33
6611-70-D	6611	BEIRA RIO	70	D	31,11
6611-70-E	6611	BEIRA RIO	70	E	31,11
9111-138-D	9111	Nº 54	138	D	54,44
9111-138-E	9111	Nº 54	138	E	54,44
9412-500-D	9412	ELIAS MACCARI	500	D	38,89
9412-500-E	9412	ELIAS MACCARI	500	E	38,89
418-940-D	418	RUA VILVIO SARTOR	940	D	15,56
418-940-E	418	RUA VILVIO SARTOR	940	E	15,56
418-1200-D	418	RUA VILVIO SARTOR	1200	D	15,56
418-1200-E	418	RUA VILVIO SARTOR	1200	E	15,56
36-1660-D	36	ROD. MOF 310	1660	D	15,56
36-1660-E	36	ROD. MOF 310	1660	E	15,56
107-100-D	107	RUA Nº 97	100	D	15,56
107-100-E	107	RUA Nº 97	100	E	15,56
429-730-D	429	RUA JOÃO CORAL	730	D	15,56
429-730-E	429	RUA JOÃO CORAL	730	E	15,56
1252-100-D	1252	RUA JOÃO PAGNAN	100	D	15,56
1252-100-E	1252	RUA JOÃO PAGNAN	100	E	15,56
1506-1360-D	1506	RUA TRANQUILO PELLEGRIN	1360	D	15,56
1506-1360-E	1506	RUA TRANQUILO PELLEGRIN	1360	E	15,56
272-250-D	272	RUA PEDRO RODOLFO SILVA	240	D	15,56
272-240-E	272	RUA PEDRO RODOLFO SILVA	240	E	15,56
280-160-D	280	RUA JOSÉ CARLOS BITEN-COURT	160	D	15,56
280-160-E	280	RUA JOSÉ CARLOS BITEN-COURT	160	E	15,56

06-200-D	06	RUA TRÊS RIBEIRÕES	200	D	15,56
06-200-E	06	RUA TRÊS RIBEIRÕES	200	E	15,56
07-300-D	07	RUA Nº 110	300	D	15,56
07-300-E	07	RUA Nº 110	300	E	15,56
08-190-D	08	RUA Nº 111	190	D	15,56
08-190-E	08	RUA Nº 111	190	E	15,56
09-180-D	09	RUA Nº 112	180	D	15,56
09-180-E	09	RUA Nº 112	180	E	15,56
09-300-D	09	RUA Nº 112	300	D	15,56
09-300-E	09	RUA Nº 112	300	E	15,56
12-350-D	12	RUA Nº 113	150	D	15,56
12-350-E	12	RUA Nº 113	150	E	15,56
16-50-D	16	RUA Nº 114	50	D	15,56
16-50-E	16	RUA Nº 114	50	E	15,56
17-110-D	17	RUA Nº 115	110	D	15,56
17-110-E	17	RUA Nº 115	110	E	15,56
18-50-D	18	RUA Nº 116	50	D	15,56
18-50-E	18	RUA Nº 116	50	E	15,56
20-36-D	20	RUA Nº 117	36	D	15,56
20-36-E	20	RUA Nº 117	36	E	15,56
21-160-D	21	RUA Nº 118	160	D	15,56
21-160-E	21	RUA Nº 118	160	E	15,56
21-370-D	21	RUA Nº 118	370	D	15,56
21-370-E	21	RUA Nº 118	370	E	15,56
22-140-D	22	RUA Nº	140	D	15,56
22-140-E	22	RUA Nº	140	E	15,56
29-120-D	29	RUA Nº 119	120	D	15,56
29-120-E	29	RUA Nº 119	120	E	15,56
29-246-D	29	RUA Nº 119	246	D	15,56
29-246-E	29	RUA Nº 119	246	E	15,56
29-372-D	29	RUA Nº 119	372	D	15,56
29-372-E	29	RUA Nº 119	372	E	15,56
29-522-D	29	RUA Nº 119	522	D	15,56
29-522-E	29	RUA Nº 119	522	E	15,56
29-830-D	29	RUA Nº 119	830	D	15,56
29-830-E	29	RUA Nº 119	830	E	15,56
37-120-D	37	RUA Nº 120	120	D	15,56
37-120-E	37	RUA Nº 120	120	E	15,56
37-246-D	37	RUA Nº 120	246	D	15,56
37-246-E	37	RUA Nº 120	246	E	15,56
37-372-D	37	RUA Nº 120	372	D	15,56
37-372-E	37	RUA Nº 120	372	E	15,56
37-522-D	37	RUA Nº 120	522	D	15,56
37-522-E	37	RUA Nº 120	522	E	15,56
38-120-D	38	RUA Nº 121	120	D	15,56
38-120-E	38	RUA Nº 121	120	E	15,56
38-246-D	38	RUA Nº 121	246	D	15,56
38-246-E	38	RUA Nº 121	246	E	15,56
38-382-D	38	RUA Nº 121	372	D	15,56
38-382-E	38	RUA Nº 121	372	E	15,56
38-522-D	38	RUA Nº 121	522	D	15,56
38-522-E	38	RUA Nº 121	522	E	15,56
58-70-D	58	RUA Nº 122	70	D	15,56
58-70-E	58	RUA Nº 122	70	E	15,56
58-140-D	58	RUA Nº 122	140	D	15,56
58-140-E	58	RUA Nº 122	140	E	15,56
58-208-D	58	RUA Nº 122	208	D	15,56
58-208-E	58	RUA Nº 122	208	E	15,56
59-70-D	59	RUA Nº 123	70	D	15,56
59-70-E	59	RUA Nº 123	70	E	15,56
59-140-D	59	RUA Nº 123	140	D	15,56
59-140-E	59	RUA Nº 123	140	E	15,56
59-208-D	59	RUA Nº 123	208	D	15,56

59-208-E	59	RUA Nº 123	208	E	15,56
61-160-D	61	RUA Nº 124	160	D	15,56
61-160-E	61	RUA Nº 124	160	E	15,56
63-90-D	63	RUA Nº 125	90	D	15,56
63-90-E	63	RUA Nº 125	90	E	15,56
79-200-D	79	RUA Nº 126	200	D	15,56
79-200-E	79	RUA Nº 126	200	E	15,56
81-90-D	81	RUA Nº 127	90	D	15,56
81-90-E	81	RUA Nº 127	90	E	15,56
95-440-D	95	RUA Nº 128	440	D	15,56
95-440-E	95	RUA Nº 128	440	E	15,56
101-220-D	101	RUA Nº 129	220	D	15,56
101-220-E	101	RUA Nº 129	220	E	15,56
109-70-D	109	RUA Nº 130	70	D	15,56
109-70-E	109	RUA Nº 130	70	E	15,56
114-70-D	114	RUA Nº 131	70	D	15,56
114-70-E	114	RUA Nº 131	70	E	15,56
118-320-D	118	RUA Nº 132	320	D	15,56
118-320-E	118	RUA Nº 132	320	E	15,56
118-520-D	118	RUA Nº 132	520	D	15,56
118-520-E	118	RUA Nº 132	520	E	15,56
118-620-D	118	RUA Nº 132	620	D	15,56
118-620-E	118	RUA Nº 132	620	E	15,56
118-670-D	118	RUA Nº 132	670	D	15,56
118-670-E	118	RUA Nº 132	670	E	15,56
121-180-D	121	RUA Nº 133	180	D	15,56
121-180-E	121	RUA Nº 133	180	E	15,56
122-55-D	122	RUA Nº 134	55	D	15,56
122-55-E	122	RUA Nº 134	55	E	15,56
123-40-D	123	RUA Nº 135	40	D	15,56
123-40-E	123	RUA Nº 135	40	E	15,56
125-80-D	125	RUA Nº 136	80	D	15,56
125-80-E	125	RUA Nº 136	80	E	15,56
126-70-D	126	RUA Nº 137	70	D	15,56
126-70-E	126	RUA Nº 137	70	E	15,56
126-200-D	126	RUA Nº 137	200	D	15,56
126-200-E	126	RUA Nº 137	200	E	15,56
126-350-D	126	RUA Nº 137	350	D	15,56
126-350-E	126	RUA Nº 137	350	E	15,56
127-40-D	50	RUA Nº 138	40	D	15,56
127-40-E	40	RUA Nº 138	40	E	15,56
128-80-D	128	RUA Nº 139	80	D	15,56
128-80-E	128	RUA Nº 139	80	E	15,56
129-100-D	129	RUA Nº 140	100	D	15,56
129-100-E	129	RUA Nº 140	100	E	15,56
130-130-D	130	RUA Nº 141	130	D	15,56
130-130-E	130	RUA Nº 141	130	E	15,56
131-70-D	131	RUA Nº 142	70	D	15,56
131-70-E	131	RUA Nº 142	70	E	15,56
131-170-D	131	RUA Nº 142	170	D	15,56
131-170-E	131	RUA Nº 142	170	E	15,56
133-50-D	133	RUA Nº 143	50	D	15,56
133-50-E	133	RUA Nº 143	50	E	15,56
133-90-D	133	RUA Nº 143	90	D	15,56
133-90-E	133	RUA Nº 143	90	E	15,56
135-140-D	135	RUA Nº 144	140	D	15,56
135-140-E	135	RUA Nº 144	140	E	15,56
135-550-D	135	RUA Nº 144	550	D	15,56
135-550-E	135	RUA Nº 144	550	E	15,56
135-780-D	135	RUA Nº 144	780	D	15,56
135-780-E	135	RUA Nº 144	780	E	15,56
136-190-D	136	RUA Nº 145	190	D	15,56
136-190-E	136	RUA Nº 145	190	E	15,56

137-790-D	137	RUA Nº 146	790	D	15,56
137-790-E	137	RUA Nº 146	790	E	15,56
138-290-D	138	RUA Nº 147	290	D	15,56
138-290-E	138	RUA Nº 147	290	E	15,56
139-90-D	139	RUA Nº 148	90	D	15,56
139-90-E	139	RUA Nº 148	90	E	15,56
139-430-D	139	RUA Nº 148	430	D	15,56
139-430-E	139	RUA Nº 148	430	E	15,56
141-90-D	141	RUA Nº 149	90	D	15,56
141-90-E	141	RUA Nº 149	90	E	15,56
142-80-D	142	RUA Nº 150	80	D	15,56
142-80-E	142	RUA Nº 150	80	E	15,56
142-270-D	142	RUA Nº 150	270	D	15,56
142-270-E	142	RUA Nº 150	270	E	15,56
144-250-D	144	RUA Nº 152	250	D	15,56
144-250-E	144	RUA Nº 152	250	E	15,56
145-250-D	145	RUA Nº 153	250	D	15,56
145-250-E	145	RUA Nº 153	250	E	15,56
146-80-D	146	RUA Nº 154	80	D	15,56
146-80-E	146	RUA Nº 154	80	E	15,56
146-120-D	146	RUA Nº 154	120	D	15,56
146-120-E	146	RUA Nº 154	120	E	15,56
147-40-D	147	RUA Nº 155	40	D	15,56
147-40-E	147	RUA Nº 155	40	E	15,56
147-70-D	147	RUA Nº 155	70	D	15,56
147-70-E	147	RUA Nº 155	70	E	15,56
148-50-D	148	RUA Nº 156	50	D	15,56
148-50-E	148	RUA Nº 156	50	E	15,56
149-130-D	149	RUA Nº 157	130	D	15,56
149-130-E	149	RUA Nº 157	130	E	15,56
150-80-D	150	RUA Nº 158	80	D	15,56
150-80-E	150	RUA Nº 158	80	E	15,56
150-170-D	150	RUA Nº 158	170	D	15,56
150-170-E	150	RUA Nº 158	170	E	15,56
151-200-D	151	RUA Nº 159	200	D	15,56
151-200-E	151	RUA Nº 159	200	E	15,56
152-270-D	152	RUA Nº 160	270	D	15,56
152-270-E	152	RUA Nº 160	270	E	15,56
153-50-D	153	RUA Nº 161	50	D	15,56
153-50-E	153	RUA Nº 161	50	E	15,56
154-50-D	154	RUA Nº 162	50	D	15,56
154-50-E	154	RUA Nº 162	50	E	15,56
154-90-D	154	RUA Nº 162	90	D	15,56
154-90-E	154	RUA Nº 162	90	E	15,56
155-50-D	155	RUA Nº 163	50	D	15,56
155-50-E	155	RUA Nº 163	50	E	15,56
156-70-D	156	RUA Nº 164	70	D	15,56
156-70-E	156	RUA Nº 164	70	E	15,56
156-100-D	156	RUA Nº 164	100	D	15,56
156-100-E	156	RUA Nº 164	100	E	15,56
157-130-D	157	RUA Nº 165	130	D	15,56
157-130-E	157	RUA Nº 165	130	E	15,56
158-190-D	158	RUA Nº 166	190	D	15,56
158-190-E	158	RUA Nº 166	190	E	15,56
160-80-D	160	RUA Nº 167	80	D	15,56
160-80-E	160	RUA Nº 167	80	E	15,56
161-60-D	161	RUA Nº 168	60	D	15,56
161-60-E	161	RUA Nº 168	60	E	15,56
162-50-D	162	RUA Nº 169	50	D	15,56
162-50-E	162	RUA Nº 169	50	E	15,56
163-40-D	163	RUA Nº 170	40	D	15,56
163-40-E	163	RUA Nº 170	40	E	15,56
164-410-D	171	RUA Nº 171	410	D	15,56

164-410-E	171	RUA Nº 171	410	E	15,56
165-80-D	165	RUA Nº 172	80	D	15,56
165-80-E	165	RUA Nº 172	80	E	15,56
166-100-D	166	RUA Nº 173	100	D	15,56
166-100-E	166	RUA Nº 173	100	E	15,56
168-100-D	168	RUA Nº 174	100	D	15,56
168-100-E	168	RUA Nº 174	100	E	15,56
169-190-D	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	190	D	15,56
169-190-E	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	190	E	15,56
169-320-D	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	320	D	15,56
169-320-E	169	RUA GREGÓRIO GHIZONI	320	E	15,56
170-50-D	170	RUA Nº 175	50	D	15,56
170-50-E	170	RUA Nº 175	50	E	15,56
171-40-D	171	RUA Nº 176	40	D	15,56
171-40-E	171	RUA Nº 176	40	E	15,56
172-50-D	172	RUA Nº 177	50	D	15,56
172-50-E	172	RUA Nº 177	50	E	15,56
173-60-D	173	RUA Nº 178	60	D	15,56
173-60-E	173	RUA Nº 178	60	E	15,56
173-110-D	173	RUA Nº 178	110	D	15,56
173-110-E	173	RUA Nº 178	110	E	15,56
174-60-D	174	RUA Nº 179	50	D	15,56
174-60-E	174	RUA Nº 179	50	E	15,56
176-160-D	176	RUA Nº 180	160	D	15,56
176-160-E	176	RUA Nº 180	160	E	15,56
177-200-D	177	RUA Nº 181	200	D	15,56
177-200-E	177	RUA Nº 181	200	E	15,56
178-40-D	178	RUA Nº 182	40	D	15,56
178-40-E	178	RUA Nº 182	40	E	15,56

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1434/2010

LEI Nº 1434/2010

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do

Município para o exercício de 2011, serão elaborados e executados observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2011 extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, Fundos e da Fundação Municipal;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2011, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 são os identificados no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda os seguintes demonstrativos:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2009;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas no Exercício Posterior;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

V - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

VI - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

VII - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VIII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

IX - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

X - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XI - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social;

XII - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;

XIII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIV - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XV - Anexo II. 01 a II.17 - Planilhas das Prioridades e Metas;

XVI - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVII - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XVIII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;

XIX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Fundação Municipal, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, Fundação e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85); -.

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2011. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2011. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º - O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundos e Fundação Municipal com orçamento e contabilidade próprio.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou

Secretaria Municipal.

§ 4º - O orçamento dos Fundos e Fundação Municipal descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º - Os Fundos e Fundação Municipal cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundação. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos e Fundação Municipal terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos e Fundação Municipal serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundação Municipal deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)
Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de

crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, constantes do ANEXO I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas prioritizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de

empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Morro da Fumaça, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou

benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do exercício de 2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de aumento de retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art. 46 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único - Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2011 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2011.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1435/2010

LEI Nº 1435/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA, DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA DE MORRO DA FUMAÇA, DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA – FUMAF E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Morro da Fumaça para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 29.410.000,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e dez mil reais), da seguinte forma:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 22.900.000,00 (vinte e dois milhões e novecentos mil reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 6.510.000,00 (seis milhões quinhentos e dez mil reais);

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 26.710.000,00 (vinte e seis milhões, setecentos e dez mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal – Poder Executivo em R\$ 20.775.000,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) e em R\$ 5.935.000,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, para o Fundo Municipal de Esporte e Turismo, para a Fundação Municipal do Meio Ambiente e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	29.065.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.570.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	550.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.190.750,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	504.250,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	1.085.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	110.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	875.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.440.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.440.000,00)
	SOMA:	26.710.000,00
	TOTAL:	26.710.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à

classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO	400.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.540.000,00
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA	900.000,00
07	SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJ.E DESENVOLVIMEN-TO ECONÔMICO	6.140.000,00
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	10.180.000,00
11	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	600.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
	SOMA:	20.775.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMS	3.000.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMAS	950.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FIA	15.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMET	330.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMMA	200.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ a CÂMARA VEREADORES	1.440.000,00
	SOMA:	5.935.000,00
	TOTAL:	26.710.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.940.000,00
06	Segurança Pública	150.000,00
12	Educação	9.975.000,00
13	Cultura	205.000,00
15	Urbanismo	2.190.000,00
16	Habitação	170.000,00
17	Saneamento	120.000,00
20	Agricultura	900.000,00
25	Energia	600.000,00
26	Transporte	2.910.000,00
28	Encargos Especiais	600.000,00
99	Reserva de Contingência	15.000,00
	SOMA:	20.775.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMS	3.000.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMAS	950.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FIA	15.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMET	330.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMMA	200.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ a CÂMARA VEREADORES	1.440.000,00
	SOMA:	5.935.000,00
	TOTAL:	26.710.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Operações Especiais	600.000,00
002	Gestão Administrativa Superior	400.000,00
003	Administração Financeira	540.000,00
004	Administração Geral	2.000.000,00
005	Habitação Urbana	170.000,00

006	Desenvolvimento Rural	900.000,00
007	Educação e Cultura	10.180.000,00
008	Segurança para Todos	45.000,00
009	Urbanização de Vias	750.000,00
010	Transportes, Obras e Estradas Vicinais	5.175.000,00
999	Reserva de Contingência	15.000,00
SOMA:		20.775.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMS		3.000.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMAS		950.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FIA		15.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMET		330.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMMA		200.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ a CÂMARA VEREADORES		1.440.000,00
SOMA:		5.935.000,00
TOTAL:		26.710.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	17.712.630,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.153.420,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	43.420,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10.110.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.554.210,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instit. Privadas Sem Fins Lucrativos	310.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	104.210,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	7.140.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	3.047.370,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.842.370,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	11.405,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.830.965,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	205.000,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	205.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	15.000,00
SOMA:		20.775.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMS		3.000.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMAS		950.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FIA		15.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMET		330.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o FMMA		200.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ a CÂMARA VEREADORES		1.440.000,00
SOMA:		5.935.000,00
TOTAL:		26.710.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	1.965.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	120.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.825.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	135.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000,00
SOMA:		2.100.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – Extra-Orçamentário		3.000.000,00
SOMA:		5.100.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.100.000,00
SOMA:		5.100.000,00
TOTAL:		5.100.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	5.100.000,00
SOMA:		5.100.000,00
TOTAL:		5.100.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

011	SAÚDE PARA TODOS	5.100.000,00
SOMA:		5.100.000,00
TOTAL:		5.100.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.690.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.785.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.785.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.905.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.905.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	410.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	410.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	410.000,00
SOMA:		5.100.000,00
TOTAL:		5.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.375.000,00 (hum milhão, trezentos e setenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	405.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	14.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	385.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00
SOMA:		425.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – Extra-Orçamentário	950.000,00
TOTAL:		1.375.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.375.000,00
SOMA:		1.375.000,00
TOTAL:		1.375.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.375.000,00
SOMA:		1.375.000,00
TOTAL:		1.375.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

012	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.375.000,00
SOMA:		1.375.000,00
TOTAL:		1.375.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.284.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	560.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	560.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	724.000,00
	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.50.00.00.00	Sem Fins Lucrativos	216.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	508.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	91.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	91.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	91.000,00

SOMA:	1.375.000,00
TOTAL:	1.375.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	20.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00
SOMA:		20.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – Extra-Orçamentário	15.000,00
TOTAL:		35.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

013	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	35.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Art. 6º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	40.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00
SOMA:		70.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – Extra-Orçamentário	330.000,00
TOTAL:		400.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

16	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO	400.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

15	Urbanismo	15.000,00
27	Desporto e Lazer	385.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

014	ESPORTE É VIDA	400.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	250.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	75.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	75.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	75.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	75.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF

Art. 7º - O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$

285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	75.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	54.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00
SOMA:		85.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	200.000,00
TOTAL:		285.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA – FUMAF	285.000,00
SOMA:		285.000,00
TOTAL:		285.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	GESTÃO AMBIENTAL	285.000,00
SOMA:		285.000,00
TOTAL:		285.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

015	EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	285.000,00
SOMA:		285.000,00
TOTAL:		285.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	255.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	170.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
SOMA:		285.000,00
TOTAL:		285.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE MORRO DA FUMAÇA

Art. 8º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2011 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 1.440.000,00 (um

milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.440.000,00 (hum milhão, quatrocentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	1.440.000,00
SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA	1.440.000,00
SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 LEGISLATIVO	1.440.000,00
SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.440.000,00
SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.280.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.060.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.060.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	220.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	220.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	160.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	160.000,00
SOMA:		1.440.000,00
TOTAL:		1.440.000,00

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 11 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o Exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 16 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 18 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 – Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da

Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 – Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013 – Lei Municipal nº. 1.335/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único- Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2011 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 21 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1436/2010

LEI Nº 1436/2010

“DISPÕE SOBRE O PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE AOS FISCAIS DE OBRAS E POSTURA, DE TRIBUTOS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal em exercício de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a gratificação de produtividade a ser atribuída aos ocupantes da função de Fiscais de Obras e Postura, Fiscais de Tributos, Fiscais de Vigilância Sanitária e/ou Vigilante Sanitário do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, cujos cargos são regulamentados pela Lei nº 1.284 de 24 de Junho de 2008 e aos servidores em exercício das atribuições dos cargos ou atuando na supervisão das atividades inerentes à função de fiscalização.

Parágrafo Único - Considera-se Fiscal, a pessoa devidamente investida em cargo, no desempenho de atividades específicas, com direito a parcelas de produtividade variáveis, conforme tabela anexa a presente Lei.

Art. 2º - Será atribuído, a título de estímulo à produtividade e de exatidão na execução de trabalhos junto ao contribuinte, por meio de atribuição de parcelas, cujos valores e formas de distribuição estão estabelecidos no anexo I, da presente Lei.

§ 1º - As parcelas instituídas nos termos do “caput” deste artigo por terem as características acessórias não poderão ultrapassar o valor do vencimento base do servidor.

§ 2º - As parcelas de produtividade não serão incorporadas ao

vencimento do servidor.

§ 3º - As parcelas para fins de cálculo, serão equivalentes, cada uma, a 0,17 % (zero vírgula dezessete por cento), do valor do vencimento base do servidor, segundo o critério de distribuição das parcelas, por tipo de execução de trabalho junto ao contribuinte, fixado no Anexo I desta Lei, para apuração da produtividade fiscal, que far-se-á, mensalmente.

§ 4º - O sistema de pagamento de parcelas a que se refere este artigo será devido ao servidor em exercício das atribuições do cargo ou atuando na supervisão das atividades inerentes à função de fiscalização.

Art. 3º - São atribuições específicas dos Fiscais de Tributos que trata esta lei, a saber:

I - Verificação de receita oriunda de tributos municipais junto ao contribuinte ou outras formas;

II - Atendimento e orientação ao contribuinte, relativamente aos assuntos tributários e fiscais;

III - Fiscalização de outras receitas, quando assim determinado pelas Chefias;

IV - Interdição de estabelecimentos;

V - Plantão Fiscal;

VI - Outras atividades vinculadas às receitas tributárias e/ou Secretaria de Finanças.

Art. 4º - São atribuições específicas do Fiscal de Obras que trata esta Lei, a saber:

I - Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas nas obras e serviços;

II - Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas da classe;

III - Acompanhar os arquitetos e engenheiros da Autarquia nas inspeções e vistorias realizadas;

IV - Verificar a execução das obras e serviços, obedecendo criteriosamente, as especificações técnicas da Autarquia e o tipo de material utilizado na execução dos mesmos;

V - Acompanhar a execução das obras e serviços efetuados pela empreiteira contratada pela Autarquia, para a construção de galerias de águas pluviais, ou seja, desde a abertura de valas, assentamento de tubos rejuntamento, compactação, obedecendo às declividades do projeto, bem como das bocas de lobo, poços e controle quantitativo e dimensão dos mesmos;

VI - Verificar os alinhamentos de guias, bem como o material e compactação de camadas de pavimento, após os serviços de infraestrutura;

VII - Controlar a presença da empreiteira contratada pela Autarquia na obra ou serviços contratados, anotando os dias operáveis;

VIII - Comunicar a empreiteira contratada pela Autarquia para tomar as providências necessárias, em caso de qualquer irregularidade nas obras e serviços em execução, conforme especificações técnicas;

IX - Levar ao conhecimento do engenheiro responsável pela obra,

caso a empreiteira não regularize o solicitado, após providenciar a paralisação da obra ou serviço em execução;

X - Frequência diária na fiscalização das obras;

XI - Apontamento de material utilizado em obra;

XII - Apresentar no projeto básico ou executivo os quantitativos executados na obra;

XIII - Acompanhar o andamento das construções pela Prefeitura, a fim de constatar a sua conformidade com as plantas devidamente aprovadas;

XIV - Suspender obras iniciadas sem a aprovação ou em desconformidade com as plantas aprovadas;

XV - Verificar denúncias e fazer notificações sobre construções clandestinas, aplicando todas as medidas cabíveis;

XVI - Comunicar à autoridade competente as irregularidades encontradas nas obras fiscalizadas, tomando as medidas que se fizerem necessárias em cada caso;

XVII - Prestar informações em requerimento sobre construções de prédios novos;

XVIII - Executar outras atividades vinculadas ao exercício da dita profissão e/ou tarefas correlatas, ligadas a Secretaria de Obras.

Art. 5º - São atribuições específicas dos Fiscais de Postura, que trata esta lei, a saber:

I - Fiscalização da licença, horário, condições de higiene e posicionamento dos integrantes das Feiras Livres e demais obrigações constantes da Lei em vigor;

II - Fiscalização do funcionamento da indústria, comércio e prestação de serviços, no tocante às condições de higiene, limpeza e estética,

III - Proibir o depósito de lixo fora do horário de funcionamento comercial e ou local distinto do permitido;

IV - Proibir o despejo sobre logradouros públicos de águas de lavagem ou quaisquer outras águas servidas das residências ou dos estabelecimentos em geral;

V - Fiscalizar o comércio ambulante, exigindo a exibição da respectiva licença atualizada, proibir a permanência de ambulantes licenciados em locais não autorizados, proibir a permanência ou a circulação de ambulantes não licenciados; proceder à apreensão de mercadorias colocadas à venda sem licença ou que estejam sendo transportadas sem nota fiscal correspondente;

VI - Solicitar o apoio da autoridade policial, quando necessário, para proceder à apreensão de mercadorias;

VII - Proibir o funcionamento de ambulantes com uso de equipamentos em estado precário de higiene ou conservação;

VIII - Fiscalizar calçadas e muros mantendo permanente vigilância, para constatar a necessidade de construção ou reparo, bem como atentar quanto à obstrução não legal, limpeza e higiene, intimando e/ou multando no que couber, dentro da legislação vigente;

Art. 6º - São atribuições específicas dos Fiscais da Vigilância Sanitária, que trata esta lei, a saber:

I - Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais, cuja à escolaridade seja a superior completa na área da saúde;

II - Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

III - Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;

IV - Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;

V - Fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

VI - Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, capelas mortuárias, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;

VII - Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;

VIII - Fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios, de bebidas e águas minerais;

IX - Encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;

X - Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;

XI - Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;

XII - Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;

XIII - Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;

XIV - Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;

XV - Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;

XVIII - Aplicar outras atividades inerentes ao cargo.

Art. 7º - É de competência do Secretário da pasta, dos servidores de que trata esta Lei, sob pena de responsabilidade, a aferição das parcelas de produtividade fiscal.

Parágrafo Único - Os Secretários são competentes para, em casos excepcionais, abonar parcelas de produção aos Fiscais, pelas tarefas desenvolvidas, que fujam à tabela de produtividade, anexo I da presente Lei.

Art. 8º - É fixado em 200 (duzentas) parcelas o limite mínimo de produtividade mensal e sua contagem obedecerá ao disposto na tabela do anexo I desta Lei.

§ 1º - O dobro do valor vencimento base do servidor, é o máximo da produtividade. O excedente contará para o mês subsequente.

§ 2º - Somente serão remunerados, os pontos que ultrapassarem o limite mínimo de produtividade previsto neste artigo.

§ 3º - As parcelas de produtividade calcular-se-ão, levando-se em conta o número de notificação, atuação e pagamentos efetuados pelo contribuinte, e em razão do limite mínimo de produção, conforme Anexo I, parte integrante desta Lei.

§ 4º Os fiscais de que trata esta Lei, poderão utilizar, para o mês em curso, no máximo 50% (cinquenta por cento), em parcelas excedentes dos meses anteriores.

Art. 9º - A aferição de produção processar-se-á através de relatório mensal assinado pelo Chefe de Departamento, em face da planilha diária devidamente assinada pelo servidor, em formulário fornecido pela Secretaria competente, o qual deverá ser anexado todos os documentos que comprovem os atos praticados.

Art. 10 - O Relatório mensal de produção será entregue até às 17:00 horas, do segundo dia útil subsequente ao dia 20 do mês da produção.

§ 1º - O não cumprimento da obrigação implicará na redução de 20 (vinte) parcelas por dia de atraso, até o 3º dia, após o qual, a produção será computada para o mês subsequente.

§ 2º - As parcelas reduzidas poderão ser levadas a crédito no relatório subsequente, desde que justificado o atraso, ao Secretário da pasta competente.

Art. 11 - O relatório mensal de produtividade será analisado pelos Secretários da pasta competente, que após ratificá-lo e/ou retificá-lo o encaminhará ao Departamento Pessoal para fins de remuneração.

Art. 12 - Os atos praticados com defeito de forma ou eivados de nulidade serão glosados pelo Secretário imediato, e sobre esses atos não incidirá o pagamento das parcelas.

Parágrafo Único - O fiscal responsável pela ação poderá peticionar o Secretário da pasta a suspensão da glosa, sendo-lhe assegurada a mais ampla defesa.

Art. 13 - Os pontos atribuídos à lavratura indevida ou injustificada de Autos de Infração, Intimações Fiscais e Notificações preliminares serão estornados em dobro.

Art. 14 - As infrações constatadas serão objeto de um único Auto de Infração e Imposição de Penalidades, a não ser em casos excepcionais, precedidos de autorização do Secretário da pasta competente.

Art. 15 - O campo de atuação de cada setor de fiscalização, será conforme as atribuições de competência de cada um, delegados por leis federais, estaduais ou municipais.

Art. 16 - A atividade do Fiscal poderá ser por tarefa ou setorial e obedecerá a um cronograma fiscal elaborado e aprovado pelo Secretário da pasta competente.

Art. 17 - Os serviços fiscais serão realizados em decorrência de:

- I- Trabalho fiscal programado;
- II- Determinação por escrito de autoridade superior;
- III- Requisição do serviço proposto, fundamentada da chefia imediata;

IV- Flagrante ocupacional;

V- Outras situações previstas em lei ou regulamento.

Art. 18 - A Fiscalização do ISSQN para efeito de aquisição de parcelas será considerada:

I - Escrita contábil, quando o contribuinte recolhe o imposto por movimento ou estimativa, desde que emita notas fiscais de serviços e mantenha escrituração fiscal e contábil;

II - Escrita fiscal quando o contribuinte recolhe o imposto por movimento ou estimativa, desde que emita notas fiscais de serviços e mantenha escrituração fiscal;

III - Enquadramento fiscal, quando o contribuinte recolhe o imposto por estimativa, e não possua escrituração, quer fiscal ou contábil.

Art. 19 - Salvo determinação expressa do Secretário competente, uma Empresa só poderá ser fiscalizada, decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a última fiscalização.

Parágrafo Único - Não se aplicará o disposto no artigo supra, para o Fiscal da Vigilância Sanitária.

Art. 20 - Na verificação das escritas, cada 12 (doze) meses examinados, corresponderão a um exercício fiscalizado, sendo obrigatória a revisão do último exercício já fiscalizado e de todo o período ainda não alcançado pela decadência, caso se constate alguma irregularidade na revisão efetuada.

Art. 21 - A fiscalização de Obras e Posturas para efeito de aquisição de parcelas, além das já previstas neste regulamento, também serão considerados os Termos de Vistoria e Laudos expedidos, conforme estabelecidos no Anexo I da presente Lei.

Art. 22 - Os Fiscais, quando em funções diversas das inerentes a atividades de campo terá direito a receber parcelas de produtividade.

Art. 23 - Os Fiscais abrangidos por esta lei não poderão entrar em gozo de férias sem ter apresentado o relatório mensal referente ao mês anterior, bem como ter informado todos os processos a ele remetidos.

Art. 24 - A gratificação de produtividade integrará, pela média dos últimos 12 (doze) meses, ou proporcionalmente aos meses trabalhados, nos respectivos períodos aquisitivos, os cálculos de férias e décimo terceiro salário.

Parágrafo Único - Ao entrar em gozo de férias o Fiscal, fará jus a 20% (vinte por cento), das parcelas excedentes, se existir, sendo o valor da mesma correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor da parcela normal, respeitado o limite de remuneração instituído pelo Regime Jurídico.

Art. 25 - Incidirá sobre a contribuição previdenciária do servidor, a gratificação de produtividade de que trata esta Lei.

Art. 26 - No caso de ato fiscal, não confirmado em decisão administrativa, os pontos respectivos serão deduzidos de sua produtividade na primeira oportunidade possível.

Art. 27 - No caso de serviços desenvolvidos por mais de um ou equipe de fiscais, os pontos serão divididos proporcionalmente.

Art. 28 - O setor de Fiscalização poderá manter um fiscal de plantão, para atender situações de emergências criadas, sendo o Secretário da pasta competente que determinará a necessidade de ocorrer o plantão.

§ 1º - O plantão fiscal será regulamentado por legislação específica não citada na presente Lei.

§ 2º - O fiscal de plantão fará jus das parcelas, conforme Anexo I da presente Lei.

§ 3º - Na ocorrência do plantão, a falta do fiscal de plantão implicará na aplicação de uma pena equivalente a 50 (cinquenta) parcelas, que serão descontadas da produção do mês.

Art. 29 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ANEXO I DO PROJETO DE LEI 044/2010

DESCRIÇÃO DAS PARCELAS	PARCELAS
FISCALIZAÇÃO DO ISSQN:	
Em escrita contábil por exercício fiscalizado	35
Em escrita fiscal por exercício fiscalizado	25
Por mês fiscalizado com movimento	01
Valor notificado ou intimado por falta de recolhimento com registro fiscal ou contábil:	
De 01 a 500 UFM a cada UFM notificada	03
De 501 a 2500 UFM a cada UFM notificada	1,5
Acima de 2501 UFM a cada UFM notificada	0,7
Valor notificado ou intimado por sonegação:	
De 01 a 500 UFM a cada UFM notificada	4
De 501 a 2500 UFM a cada UFM notificada	2,4
Acima de 2501 UFM a cada UFM notificada	1,2
Enquadramento Fiscal	25
Fiscalização de Profissionais (por exercício fiscalizado):	
Profissionais autônomos sem instrução	10
Profissionais autônomos com ensino médio	20
Profissionais autônomos com ensino superior	30
Fiscalização de Taxas:	
Anuais	05
Auto de Infração Expedido	20
Auto de Intimação ou Notificação Preliminar Expedido	15
Auto de Imposição de Penalidades Lavrado	20
Auto de Apreensão Expedido	15
Interdição de Estabelecimento	50
Laudo de Coleta de Amostra	05
Emissão de Outros Laudos	05
Termos de Vistoria	05
Certidão de Baixa de Responsabilidade Técnica Expedida	20
Elaboração de Processos de Arbitramento	50
Informação em Processo de Reclamação	50
Informação em Outros Processos	15
Lançamento de Empresas Novas Sujeitas ao Recolhimento do ISSQN	10

Lançamento de Empresas Novas não Sujeitas ao Recolhimento do ISSQN	05
Análise de Pedido de Inscrição	05
Análise de Pedido de Baixa de Inscrição	05
Plantão Fiscal	100
Termo de Inspeção Sanitária Expedido	15

Morro da Fumaça/SC, 15 de dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 1437/2010

LEI Nº 1437/2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO ROQUE QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio que entre si celebram o Município de Morro da Fumaça e o Hospital São Roque

Artigo 2º - O presente Convênio tem como objetivo o repasse de recursos para a oferta de serviços de saúde no âmbito da instituição HOSPITAL SÃO ROQUE, durante o período de vigência do convênio a ser celebrado com duração de 01 (hum) ano, podendo ser prorrogado, através do repasse de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) ao HOSPITAL SÃO ROQUE, a serem adimplidos em doze parcelas mensais de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Dezembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público Nº 001/2009

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público nº 001/2009

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no concurso público, referente ao edital 01/2009, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à nomeação.

FISCAL DE OBRAS		
Classificação	Inscrição	Nome
1º	000006001606	THOMAZ SILVESTRE FERREIRA NETO

Morro da Fumaça/SC, 15 de Dezembro de 2010
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 462/2010

Lei Complementar nº 462/2010
Eleva o valor da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares e dá outras providências.

O Senhor Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a elevar em 20% (vinte) por cento, o valor da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares, para o exercício de 2011.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 463/2010

Lei Complementar nº 463/2010
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E ANULA DOTAÇÃO DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar especial no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), para reforço da dotação abaixo descrita

dentro do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras Serviços Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.039 - Construção Torre Capela Mortuária
(118)Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 7.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal, conforme identificação abaixo:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.002 - Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros
(2) Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 7.100,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 2.402/2010

Lei nº 2.402/2010
Dispõe sobre a Autorização para Celebração de Convênio entre o Município de Nova Trento e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal DE NOVA TRENTO em Exercício, Sr. Pedro Piva Neto, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE, autarquia municipal criada pela Lei nº 1.136, de 04/07/1991, inscrito no CNPJ sob nº. 95.785.267/0001-48, inscrição estadual: isento, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 356, no Centro da cidade de Nova Trento - SC, objetivando a aquisição de tubo RIB LOC e execução da obra de construção de um bueiro na localidade de Tirol, distrito de Claraíba, neste município.

Art. 2º - O objeto do convênio é o repasse de recursos financeiros, objetivando a aquisição de 01 (um) tubo RIB LOC, de 8 (oito) metros de comprimento, medindo 2 (dois) metros de diâmetro, para a construção do bueiro na localidade de Tirol, distrito de Claraíba, município de Nova Trento.

Parágrafo Único: O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de R\$ 11.236,00 (onze mil, duzentos e

trinta e seis reais).

Art. 3º - Cabe como contrapartida ao município, executar a obra sob a sua responsabilidade, empregando os equipamentos e maquinários necessários para este fim, bem como a execução dos serviços de mão de obra.

Art. 3º - O presente convênio terá vigência até 60 (sessenta), a partir da data da sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Art. 4º - As despesas para a execução do convênio, correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 123/2010

DECRETO Nº 123/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E ANULA DOTAÇÃO DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 463, de 15/12/2010 DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar especial no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), para reforço da dotação abaixo descrita dentro do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras Serviços Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.039 - Construção Torre Capela Mortuária
(118)Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 7.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal, conforme identificação abaixo:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.002 - Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros
(2) Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 7.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Carta Convite Nº 026/ 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 131/2010 - Carta Convite nº 026/2010
Objeto: Aquisição parcelada de Material de Limpeza, Generos Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para o ano de 2011.
Julgamento: Menor Preço por Grupo. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/01/2011 às 14 horas.
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novatreto.sc.gov.br. Ou compras@novatreto.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 042/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2010

Origem: Edital de Licitação nº 130/2010. Dispensa de Licitação nº 042/2010. Homologação: 29/11/2010 - Fundamentação: Art. 24, Inciso V da Lei 8666/93 Contratante: PREFEITURA DE NOVA TRENTO, Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Fornecedor: CONSTRUTORA PES-SOA DE CARVALHO LTDA, com sede na QI 13, Lotes 1/14, Galpão 01, Taguatinga, Distrito Federal/DF, inscrita no CNPJ sob nº 03.086.353/0001-44, tendo como responsável legal o Sr. Militão Costa Neto, inscrito no CPF nº 029.995.549-40. Objeto: Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para construção de quadra de esportes coberta na escola de ensino fundamental da localidade de aguti, neste município, com área total de 684,82 m², referente a execução do Lote 2: Material e Mão de Obra - Pré-Moldado. O valor total da execução dos serviços é de: R\$ 89.816,00 (oitenta e nove mil, oitocentos e dezesseis reais). Prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias.

Nova Trento 29 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Termo de Convenio Nº 002/2010

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2010

Convênio que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO e o Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto- SAMAE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, com sede à Praça da Bandeira, Nº 126, na Cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, cadastrada no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Senhor Pedro Piva Neto, brasileiro, residente e domiciliado neste município, CPF nº

064.094.829-49, RG Nº 123608-3/SSP/SC e de outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE de Nova Trento, estabelecido à rua dos Imigrantes, s/nº, nesta cidade doravante denominada simplesmente SAMAE, cadastrado no CNPJ sob o Nº 95.785.267/0001-48, neste ato representada por seu Diretor Carlos Tarcisio Battisti, brasileiro, casado, residente à Rua da Paz, nesta cidade, CPF nº 150.845.581-34, RG nº 50768620, declaram vir assinar de comum acordo o presente convenio que será regido pelas cláusulas e condições constantes no presente documento:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a transferência a recursos financeiros para a aquisição de um tubo RIB LOC, para a construção de um bueiro na localidade de Tirol, distrito de Claraíba, município de Nova Trento, utilizando 01 (um) tubo RIB LOC, com 2 metros de diâmetro e oito metros de comprimento, proporcionando maior vazão às águas pluviais, principalmente em dias de chuvas mais intensas, evitando a ruptura da rede de abastecimento de água do SAMAE.

Cláusula Segunda - Dos Recursos

Para a execução do presente Termo de Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 11.236,00 (onze mil duzentos e trinta e seis reais) repassados pelo SAMAE, para a aquisição do material descrito na cláusula primeira deste convênio.

Cláusula Segunda - Obrigações do MUNICÍPIO

O Município obriga-se a:

a) Executar serviços de abertura da vala para assentamento do tubo RIB LOC, na extensão do bueiro.

b) Serviços de substituição e colocação do tubo para a captação das águas pluviais;

c) Máquinas e Equipamentos bem como pessoal para assentamento da tubulação e outros serviços que se fizerem necessários para a conclusão das obras;

d) Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos.

e) Prestar contas ao SAMAE dos recursos recebidos.

Cláusula Terceira - Obrigações do SAMAE

O SAMAE obriga-se:

a) Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do acordo entre as partes, conforme cláusula segunda deste instrumento.

Cláusula Quarta - Da Dotação

As despesas provenientes com a execução desta obra, serão por conta dos recursos recebidos através do SAMAE e consignados no orçamento vigente do Município.

Cláusula Quinta - Do Prazo e da Vigência

O presente convênio terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da lei autorizativa.

Cláusula Sexta - Da Rescisão

A PREFEITURA como também o SAMAE poderão a qualquer tempo, renunciar o presente convenio se não forem cumpridas na íntegra qualquer uma de suas cláusulas, tendo a parte desinteressada que comunicar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Sétima - Do Foro

Para diminuir questões decorrentes da execução deste convenio, fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista, com renúncia expressa de qualquer outro ou mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordes assinam o presente Termo de Convênio, os representantes das partes concernentes, juntamente com duas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de dezembro de 2010.

PEDRO PIVA NETO CARLOS TARCISIO BATTISTI

Prefeito Municipal em Exercício Diretor SAMAE

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

2. Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

SAMAE

Contrato 000034/2010-01

Contrato Nº.: 000034/2010-01

Contratante.: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada : CONSTRUTORA KAROL INES LTDA

Valor : 10.175,00 (dez mil cento e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 08/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação: 1.037.4.4.90.00.00.00.00 (9)

Objeto : A CONTRATADA compromete-se a executar os serviços especificados no objeto da presente licitação da contratação de empresa, além de o acréscimo de Serviços de 200 horas de servente, 150 horas calceteiro e 125 m³ de areia para assentamento de tubulação de PVC na Rua João Bayer Sobrinho, e Rua Felipe Schmidt, que faz-se necessário devido trajeto no percurso da execução da ampliação da rede de distribuição d'água na Ponta Fina Sul, Norte e Rua Dona Clara.

Nova Trento, 16 de Dezembro de 2010

Contrato 000041/2010

Contrato Nº.: 000041/2010

Contratante.: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada : TECNOSUPORTE -SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA -ME

Valor : 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 08/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto : ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADOS JUNTO AO TCE, ATRAVÉS DO SISTEMA E-SFINGE OBRAS REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010.

Nova Trento, 16 de Dezembro de 2010

Contrato 000043/2010

Contrato Nº.: 000043/2010

Contratante.: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada : LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA ME

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 10/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto : Execução de serviços com Pesquisas e Avaliação do Desempenho e índice de Satisfação dos usuários na Rede de

Abastecimento de Água do Município de Nova Trento, com principal objetivo as melhorias no atendimento e na qualidade do Fornecimento de Água à População, no Exercício de 2011.

Nova Trento, 16 de Dezembro de 2010

Contrato 000044/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 000044/2010

Contratante...: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada : UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Valor : 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 15/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2010

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de um veículo popular, motor 1.4 , bi-combustível, quatro portas, dotado de ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas. para o setor administrativo desta Autarquia. Ano/Mod 2010/2011, novo, zero quilômetro (0KM)

Nova Trento, 16 de Dezembro de 2010

Extrato Contratual

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Compras e Licitações, Almoxarifado, Faturamento de Água e Esgoto, Folha de Pagamento, Frotas, Patrimônio Público, Ponto eletrônico, Protocolo, Recursos Humanos, Tesouraria e Contabilidade Pública, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, em virtude da não conclusão do processo licitatório -edital de concorrência nº.12/2009 no Município de São Pedro de Alcantara.,

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Publicacao do Processo Licitatorio FMS Nº 014/2010-Pregão Presencial FMS Nº 009/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 014/2010

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 009/2010

Tipo: MENOR PREÇO UNITARIO.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2011, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 29/12/2010.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 07:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 17 de Dezembro de 2010.

ROGERIO ACACIO MASCARELLO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Publicação do Processo Licitatorio Nº 054/2010-Pregão Presencial Nº 016/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 054/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2010

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa para Organização e Produção das Festividades alusivas ao 18º aniversário político administrativo de Novo Horizonte/SC, a ser realizado na semana de 05 a 09 de Janeiro de 2011, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 29/12/2010.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 17 de Dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Extrato Publicação do Processo Licitatorio Nº 053/2010-Pregão Presencial Nº 015/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 053/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2010

Tipo: MENOR PREÇO UNITARIO

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: a aquisição de combustíveis e prestação de serviços de lavagens e lubrificação, trocas e montagens de pneus para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade para o exercício de 2011, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/12/2010.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 17 de Dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1426/2010

LEI Nº 1.426/2010

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Paulo Lopes para o Exercício de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Paulo Lopes para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 12.258.400,00 (doze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 12.208.400,00 (doze milhões, duzentos e oito mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 9.245.150,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 2.963.250,00 do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 12.209.200,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 700.000,00 e em R\$ 8.720.200,00 para o Poder Executivo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	12.067.000,00
1.1. Receita Tributária	1.743.000,00
1.2. Receita de Contribuições	315.000,00
1.3. Receita de Serviços	3.000,00
1.4. Transferências Correntes	9.603.000,00
1.5. Outras Receitas Correntes	403.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00
2.1. Operações de Crédito	800.000,00
2.2. Transferências de Capital	0,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.444.800,00
3.1. Deduções da Receita Corrente	-1.444.800,00
TOTAL	11.422.200,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	700.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	290.000,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.691.000,00
04 – SECRETARIA DE FINANÇAS	317.000,00
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	3.025.200,00
06 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	124.000,00
07 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL	292.000,00
08 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS	1.966.000,00
09 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA	101.000,00
10 - SEC. DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO	291.000,00
11 - SEC. DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMB.	81.000,00
12 - ENCARGOS GERAIS	537.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	9.420.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – LEGISLATIVA	700.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	2.373.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	292.000,00
12 – EDUCAÇÃO	3.025.200,00
13 - CULTURA	80.000,00

15 – URBANISMO	607.000,00
16 - HABITAÇÃO	97.000,00
17 – SANEAMENTO	93.000,00
20 – AGRICULTURA	271.000,00
22 – INDÚSTRIA	20.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00
26 – TRANSPORTE	1.270.000,00
27 – ESPORTE E LAZER	124.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	462.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
SOMA	9.420.200,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	700.000,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.981.000,00
0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	317.000,00
0018. ACESSO E PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA	3.129.200,00
0021. ESPORTE É SAÚDE	20.000,00
0027. CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	77.000,00
0028. ASSISTÊNCIA SOCIAL	215.000,00
0031. CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO	1.877.000,00
0034. ÁGUA POTÁVEL	89.000,00
0040. PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA	101.000,00
0048. CRESCER COM A NATUREZA-CRESCER COM EMPREGO E RENDA	291.000,00
0051. CULTURA VIVA TURISMO COM MEIO AMBIENTE PARA TODOS	81.000,00
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	537.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	9.420.200,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	7.249.200,00
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.896.000,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
3.3.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	153.000,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	3.196.200,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.166.000,00
4.4.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	1.830.000,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	330.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	9.420.200,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 787.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 2.789.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	787.000,00
1.1. Transferências Correntes	787.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1. Transferências de Capital	0,00

TOTAL	787.000,00
-------	------------

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.789.000,00
TOTAL	2.789.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.693.500,00
3.1.71.00 – Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.993.000,00
3.3.71.00 – Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	696.500,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	95.500,00
4.4.71.00 – Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	93.500,00
TOTAL	2.789.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais Imprevistos	5.000,00
TOTAL	5.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2011 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:
I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – o superávit financeiro do exercício anterior.
III – operações de crédito.

Parágrafo único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º – Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 17 de dezembro de 2010

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária M. de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Alteração Licitação 056

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 056/2010

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público que foi prorrogado para o dia 30/12/2010, a licitação nº 056/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa "contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de sistema de segurança e monitoramento urbano por imagens", mantendo-se o credenciamento até às 09:45 hs, bem

como a abertura da sessão às 10:00 hs do mesmo dia.

As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de dezembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 060/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2010

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10 de janeiro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 060/2010, tendo como objeto, a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica (eletrecista).

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/01/2011, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de Dezembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 948/2010 - RH

PORTARIA Nº 948, de 01 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de José Tiago Joly, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 949/2010 - RH

PORTARIA Nº 949, de 01 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora contratada Fernanda Regina Caldas, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 08 de novembro a 21 de dezembro de 2010, para exercer atividades de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de novembro de 2010.

Porto União, SC - SC, em 01 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 950/2010 - RH

PORTARIA Nº 950, de 02 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 02 de dezembro de 2010, referente ao período aquisitivo de maio de 2002 a maio de 2007, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora ROSEMAR DOMINGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 951/2010 - RH

PORTARIA Nº 951, de 07 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alcemir José Leandro, das funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 952/2010 - RH

PORTARIA Nº 952, de 07 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Keli Aparecida Jung, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 953/2010 - RH

PORTARIA Nº 953, de 08 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora contratada Mara Regina de Araújo, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 08 a 20 de dezembro de 2010, para exercer atividades de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora Sandra Aparecida dos Santos Mello que está afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho de Vida, vinculado a Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC - SC, em 08 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Processo Licitatório 007/2010 FUNREBOM Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 007/2010 FUNREBOM

Pregão presencial 006/2010 FUNREBOM

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Veiculos Mallon Ltda. Porto União SC, 10 de dezembro de 2010.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 015/2010 FAS Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 015/2010 FAS

Pregão presencial 012/2010 FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Jackiw & Jackiw Ltda, Mercado Kosera Ltda e Recier Jose Gregório ME. Porto União SC, 15 de dezembro de 2010.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 016/2010 FAS HOM,OLOGAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 016/2010 FAS

Pregão presencial 013/2010 FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Jackiw & Jackiw Ltda, Mercado Kosera Ltda, Clemente Baniuk & Cia Ltda. Porto União SC, 14 de dezembro de 2010.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 017/2010 FAS Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 017/2010 FAS

Pregão Presencial 014/2010 FAS

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Bernadete Castilho de Oliveira, Jackiw & Jackiw Ltda, Recier Jose Gregório ME. Porto União SC, 15 de dezembro de 2010.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 037/2010 Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 037/2010

Chamada Publica 002/2010 Educação

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa

Cooperativa Org. Prod. E Com Solidária - Comsol. Porto União SC,
22 de novembro de 2010 Renato Stasiak
Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 039/2010 EDUCAÇÃO
Homologação**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 039/2010 EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 004/2010 EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Expirado o prazo recursal, torna publica a homologação do proces-
so licitatorio em epigrafe e adjudica-se João Lorenzini & Filho Ltda.
Porto União SC 13 de dezembro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 086/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 086/2010
Leilão 002/2010
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa A
Mendes Terraplanagem Cons. Ext. de Minerais Ltda. Porto União
SC, 15 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 088/2010 REVOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 088/2010
Pregão presencial 012/2010
Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatorio, visto que o mesmo deu-
se deserto com base no art 49 da lei 8.666/93. Porto União SC, 10
de dezembro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 089/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 089/2010
Pregão presencial 050/2010
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Car-
boni Distribuidora de Veículos Ltda. Porto União SC, 14 de dezem-
bro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 012/2010 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2010 FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e Veículos Mallon Ltda
Objeto: fornecimento de 01 veiculo novo, zero km, modelo sprin-
ter furgão.
Valor total : R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais)
Vigência: 12 (doze) meses
Base legal : Pregão 006/2010 Funrebom e lei 10.520/02

Porto União SC, 10 de dezembro de 2010 Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Veículos Mallon Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 026/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 026/2010 FAS
Primeiro Termo Aditivo ao contrato de locação de imóvel 040/2010
Partes: Município de Porto União e Lauro Fernandes Luiz Netto
Clausula Primeira: O contrato superior para a ter o valor mensal
de R\$ 1.089,79 (hum mil, oitenta e nove reais e setenta e nove
centavos)
Clausula Segunda: Prorroga-se o aludido contrato para mais 12 (doze) meses
As demais clausulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 03
de dezembro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Lauro Fernandes Luiz Netto
Contratada

Extrato de Contrato 027/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 027/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: fornecimento de materiais diversos para manutenção do
Programa do Ministério do Desenvolvimento Social através do Ser-
viço de atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida
Sócio Educativa FAS
Valor total R\$ 2.747,85 (dois mil setecentos e quarenta e sete
reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência: 06 meses
Base legal Pregão presencial 012/2010 FAZ e Lei 10.520/02
Porto União SC, 10 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Jackiw & Jackiw Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 028/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 028/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda
Objeto: fornecimento de materiais diversos para manutenção do
Programa do Ministério do Desenvolvimento Social através do Ser-
viço de atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida
Sócio Educativa FAS
Valor total R\$ 4.673,69 (quatro mil, seiscentos e setenta e três
reais e sessenta e nove centavos)
Vigência: 06 meses
Base legal Pregão presencial 012/2010 FAZ e Lei 10.520/02
Porto União SC, 10 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Mercado Kosera Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 029/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 029/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Recier Jose Gregório ME
Objeto: fornecimento de materiais de expediente e gêneros alimentícios para manutenção do FAS
Valor total: R\$ 1.859,35 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos)
Vigência: 10de junho de 2010 ou a retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 012/2010 FAS e Lei 10.520/02
Porto União SC, 10 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Recier Jose Gregório ME
Contratada

Extrato de Contrato 030/201 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 2.713,60 (dois mil setecentos e treze reais e sessenta centavos)
Vigência: 13de junho de 2010 ou a retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 013/2010 FAS e Lei 10.520/02
Porto União SC, 14 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Jackiw & Jackiw Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 031/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 031/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 2.179,70 (dois mil, cento e setenta e nove reais e setenta centavos)
Vigência: 13 de junho de 2011 ou retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 013/2010 FAS e Lei 10.520/02
Porto União SC, 14 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Mercado Kosera Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 032/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Clemente Bahniuk & Cia Ltda
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 1.230,50 (hum mil duzentos e trinta reais e cinquenta centavos)
Vigência: 13 de junho de 2011 ou retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 013/2010 FAS e Lei 10.520/02
Porto União SC, 14 de dezembro de 2010
Renato Stasiak

Prefeito Municipal
Clemente Bahniuk & Cia Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 033/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios e material de expediente para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 10.835,70 (dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)
Vigência: 14 de junho de 2011 ou retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 013/2010 FAZ e Lei 10.520/02
Porto União SC, 15 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Jackiw & Jackiw Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 034/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Bernadete Castilho de Oliveira ME
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios e material de expediente para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 1.314,60 (hum mil trezentos e quatorze e sessenta centavos)
Vigência: 14 de junho de 2011 ou retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 014/2010 FAS e Lei 10.520/02
Porto União SC, 15 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Bernadete Castilho de Oliveira ME
Contratada

Extrato de Contrato 035/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 035/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Recier Jose Gregório ME
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios e material de expediente para atender pessoas em situação de violência de direitos FAS
Valor total: R\$ 1.757,58(hum mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência: 14 de junho de 2011 ou retirada total dos materiais licitados
Base legal Pregão presencial 014/2010 FAZ e Lei 10.520/02
Porto União SC, 15 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Recier Jose Gregório ME
Contratada

Extrato de Contrato 094/2010 EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto União
Extrato de Contrato 094/2010 Educação
Partes: Município de Porto União e Bernadete Castilho de Oliveira ME
Objeto: fornecimento de um aparelho de vídeo conferencia para Secretaria Municipal da Educação
Valor total: R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais)
Vigência: 17 de novembro de 2011 ou enquanto perdurar os prazos de garantia
Base legal Pregão presencial 023/2010 FAZ e Lei 10.520/02
Porto União SC, 18 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Bernadete Castilho de Oliveira ME
Contratada

Extrato de Contrato 095/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 095/2010 Educação
Partes: Município de Porto União e Comsol - Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte SC.
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção da merenda escolar
Valor total R\$ 26.746,70 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta centavos)
Vigência: 03 meses
Base legal Chamada Publica 002/2010 e lei 8.666/93
Porto União SC, 22 de novembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Comsol - Cooperativa de Organização Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte SC

Extrato de Contrato 096/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 096/2010 Educação
Primeiro Termo aditivo ao contrato 069/2010
Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda
Clausula Primeira: Adita-se ao aludido contrato 25% (vinte e cinco) por cento sobre o valor total contratado.
As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 30 de novembro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Mercado Koserá Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 097/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 097/2010 Educação
Partes: Município de Porto União e João Lorenzini & Filho Ltda
Objeto: execução da obra de reforma dos telhados dos Núcleos de Educação de Lança e Hermínio Millis
Valor total: R\$ 168.564,34 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)
Vigência: 180 (cento e oitenta dias)
Base Legal TP 004/2010 e lei 8.666/93
Porto União SC, 13 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
João Lorenzini & Filho Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 158/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 158/2010
Sexto Termo aditivo ao contrato 204/2008 de prestação de serviços
Partes: Logos Assessoria e projetos Ltda e Município de Porto União
Clausula Primeira: Da Vigência:
Prorroga-se o aludido contrato superior para 30 de março de 2011. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 30 de novembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Logos Assessoria e Projetos Ltda.
Contratada

Extrato de Contrato 159/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 159/2010
Primeiro Termo aditivo ao contrato 204/2008 de prestação de serviços
Partes: Teleuniao Telecomunicações Ltda
Clausula Primeira: Da Vigência:
Adita-se ao aludido contrato superior o valor de 63,38 (sessenta e três reais e trinta e oito centavos), referente alarme instalado casarão Benghi.
As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 30 de novembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Teleuniao Telecomunicações Ltda.
Contratada

Extrato de Contrato 160/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 160/2010
Primeiro Termo aditivo ao contrato 134/2010 de execução de obras
Partes: M.D. Grazziotin Ltda e Município de Porto União
Clausula Primeira: Adita-se ao aludido contrato superior o valor e R\$ 6.044,10 (seis mil, quarenta e quatro reais e dez centavos). As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 30 de novembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
M.D.Grazziotin Materiais Elétricos Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 161/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 161/2010
Segundo Termo aditivo ao contrato 193/2009 de execução de obras
Partes: J. B Moreira Ltda e Município de Porto União
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato superior até 30 de novembro de 2011. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 30 de novembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

J. B Moreira Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 162/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 162/2010
Sexto termo aditivo ao contrato de prestação de serviços 243/2007
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 12 meses a partir de 05 de dezembro de 2010.
Clausula Segunda: O valor mensal do aludido contrato passa a ser de R\$ 7.381,94 (sete mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos) a partir de 05 de dezembro de 2010.
As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 03 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Betha Sistemas Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 163/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 163/2010
Primeiro Termo aditivo ao contrato 273/2009
Partes: Município de Porto União e Caixa Econômica Federal
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 12 meses até 17 de dezembro de 2011. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 14 de dezembro de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Caixa Econômica Federal
Contratada

Extrato de Contrato 164/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 164/2010
Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda
Objeto: fornecimento de 01 (um) caminhão zero km, com tanque isotérmico
Valor total: R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais)
Vigência: 12 meses
Base legal Pregão 050/2010 e lei 10.520/02
Porto União SC, 14 de dezembro de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Carboni Distribuidora de Veículos toda
Contratada

Edital de Anulação da Prova Prática Realizada no dia 28/11/2010 de Agente Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE ANULAÇÃO DA PROVA PRÁTICA REALIZADA NO DIA 28/11/2010 DE AGENTE ADMINISTRATIVO

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, por meio da empresa Carlos Kiyomitu Makiyama encarregada da realização do concurso público, nos termos do Edital nº 001/2010,

Faz saber que, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO OS RECURSOS IMPETRADOS E DEFERIDO TORNA PÚBLICA O EDITAL DE ANULAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DE AGENTE ADMINISTRATIVO, para o provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal Porto União, SC, observadas as disposições contidas no presente Edital.

RESOLVE

1ª) ALTERAR A REDAÇÃO E INCLUIR OS ITENS 10 e 11 com seus subitens no CAPÍTULO XII do EDITAL 001/2010 que trata DA PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA PARA O CARGO: 034- AGENTE ADMINISTRATIVO, que passa a ter a seguinte redação:

A prova constará de cópia, de texto impresso no qual o candidato deverá fazer uma cópia utilizando os recursos do Pacote Office em microcomputador.

Será avaliada a habilidade dos candidatos para desempenho de tarefas de digitação, formatação e diagramação do documento nos moldes do documento fornecido.

Os candidatos serão avaliados individualmente e em turmas, sendo cada grupo de candidatos chamados em intervalos de no máximo 30 minutos.

A prova terá duração de 15 (quinze) minutos.

Será exigido que o candidato acesse o aplicativo, localize a pasta de teste, crie o arquivo teste em seu nome e salve no diretório definido na instrução.

Será exigido:

Formatação idêntica ao texto impresso.

Execução da tarefa de acordo com as instruções.

A prova será dividida em dois momentos:

No primeiro momento, o candidato terá um prazo de cinco minutos para se adaptar e criar o ambiente de digitação, quando poderá fazer testes.

No segundo momento, o candidato terá um prazo de dez minutos para digitar o texto fornecido, conforme fórmula prevista.

O candidato não será prejudicado caso ocorra alguma falha de computador. (desde que comprovada pelo aplicador)

8.1 Não serão consideradas como falhas de computador, as dificuldades do candidato em operar equipamento de informática.

O candidato que alterar a configuração da máquina ou do Office (Word e Excel) instalado na máquina será automaticamente desclassificado.

Da Aplicação:

11.1 Ao final da prova o candidato deverá salvar o arquivo, enviar para a impressão e deverá assinar a folha impressa declarando ser a sua prova o arquivo impresso.

11.2 Não será permitido ao candidato levar uma cópia da prova.

11.3 O ambiente de prova será realizado no Sistema Operacional Windows, Pacote Office a partir da versão 2000, excetuando-se o Office 2007 e 2010.

10.4 Critérios de Avaliação:

Item Avaliado	Quantidade de toques	Pontuação
001_ Número de Toques	0 a 200	00,0
	201 a 400	50,00
	401 a 600	80,00
	Acima de 601	100,00

Para cada palavra digitada errada ou faltante no texto digitado será descontada o seu número de toques integralmente do total de toques somado.

Entenda por número de toques a soma dos caracteres digitados, ou seja a soma do primeiro caracter até o ultimo digitado pelo candidato, incluindo os espaços digitados.

Item Avaliado	Análise	Pontuação
002_Formatação da Pagina:	Formatação completa no texto digitado.	100,00
	Formatação parcial ou não realizada	0,00
Entenda por texto digitado o primeiro caracter digitado até o ultimo feito pelo candidato. Entenda-se por formatação da página como sendo o uso das configurações de Margem, Fonte, Estilo de Fonte, Parágrafo, Alinhamento de Parágrafo, Negrito, Itálico, Sublinhado, Marcadores e Numeradores.		

Item Avaliado	Análise	Pontuação
003_Criação da Tabela	Criação completa	100,00
	Criação parcial ou não realizada	0,00

Nota Total (Item 001 +Item 002 + Item 003)/3

2ª) ANULAR EXCLUSIVAMENTE a prova prática para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, realizada no dia 28/11/2010 para o provimento de cargo no Concurso Público 001/2010 da Prefeitura do Município de PORTO UNIÃO-SC.

3ª) PUBLICAR NOVO CRONOGRAMA PARA A PROVA PRÁTICA de Agente Administrativo.

Data da Convocação para a Prova Prática	14/01/2011
Data da Prova Prática	A definir
Data de Publicação do Resultado	A definir

Faz saber que o período disponibilizado para recursos será de 02(dois) dias úteis contados da data da publicação do ato que deu origem, ou seja, a data da publicação do ato e o dia seguinte. Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

15/12/2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal de Porto União

Edital de Divulgação do Resultado da Prova Prática Nº 008/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA Nº 008/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, por meio da empresa Carlos Kiyomitu Makiyama encarregada da realização do concurso público, nos termos do Edital nº 001/2010, faz saber o resultado final e a resposta dos recursos:

Resultado Final:

001 CONTADOR

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000780	SERGIO JOAO DOHO-PIATI	00000004517595	76,00	1
000547	AFONSO WASMANN NETO	00000091948192	58,00	2

001369	ANDRIELI MARINA GIA-COMINI	00000004667996	56,00	3
--------	----------------------------	----------------	-------	---

002 AUDITOR FISCAL

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000238	MICHELE APARECIDA SZOSTAK	00000005196998	78,00	1
001660	ALEXANDRE ROCHA PINTAL	00000066199401	76,00	2
001266	LAURECI FREISLEBEN	00000063431320	73,00	3
001236	BRUNA SHAIANE VOGEL	00000004470953	59,00	4
000452	JAIR LUCIANO GONCAL-VES	00000056830782	55,00	5
001650	HENRIQUE JOSE FARBER	00000004517716	54,00	6
001014	DANIEL BENONI	00000003411802	52,00	7
001586	JUSSARA ASQUIDAMINI	00000079100390	51,00	8

004 ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001600	GISELE CRISTINA BARTH	00000004074666	88,00	1
001056	JANAINA ALBANESE REICHERT	00000105464967	87,00	2
000946	THAIS APARECIDA JUNG	00000005189126	81,00	3
001211	ELIANE DIONISIA SCHEID DOS SANTOS	00000004074466	80,00	4
000861	DANIELA APARECIDA FRITZEN	00000003496056	76,00	5
001258	IRIANA AUGUSTA DOS PASSOS	00000082438840	75,00	6
000832	DAIANE JACON	00000063218898	72,00	7
000567	MARA REGINA WOLF	00000096155590	72,00	8
001470	DANIELLE ALINE HERBST	00000047772476	70,00	9
000581	DAYANNA MARZARI CASAES	00001110447008	69,00	10
000743	JUSELI CRISTINA GONCALVES DE CASTRO	00000062376589	66,00	11
001475	LUCIELE ROSA ANDRIOLLI	00000004517916	64,00	12
000060	ANA PAULA HUPALO SOSA	00000003461209	61,00	13
000431	CRISTIANE APARECIDA KERBER	00000004667421	61,00	14
001577	SIMONE CRISTIANE BOHRER	00000068942454	61,00	15
001224	MARIA CLAUDETE ROZA	000000041692073	55,00	16
000705	KATIA MARIA HAM-MERSCHMIDT	00000003852226	55,00	17

005 FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000380	FRANCIELI MUNZLINGER KONFIDERA	00000005241746	82,00	1
000933	DANIELA GAN	00000050647130	80,00	2
001712	ALEXANDRE SILVA	00000003146148	74,00	3
001516	NILO EDUARDO INFANTINI CACHAPUZ	00004068298449	67,00	4

000260	SOFIA FREITAS OLENKA	00000095648401	66,00	5
001125	MARIA ESTER FARAH ELAINE LEOCADIA	00000004074945	66,00	6
001152	ANTON	00000004581253	64,00	7
000095	TATIANA FIGUEIREDO DE FREITAS	00000052411850	60,00	8
000583	MIRELLA VILANOVA LUDKE	00000098461124	60,00	9
001168	LUCIANE OTTO	00000034701733	58,00	10
000904	ALLAN RODRIGO HO- LOVATY	00000004917182	57,00	11
000018	JANAINA RIEDE	00000097116237	56,00	12
001358	SILVIA TEREZINHA ESTACIO	00000085093061	54,00	13
000812	ANGELICA CRISTINA POLAY	00000014002136	52,00	14
001109	PAULA MICHELE NESTOR	00000004517787	51,00	15

006 FISIOTERAPEUTA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
001058	NATHALY BERNARDON GIMENES	00000049172034	76,00	1
000632	PRISCILA BARACHO PONSONI	00000054741009	73,00	2
001514	INGO GILMAR KRELLING	00000003046877	72,00	3
001578	MARCOS TADEU GRZEL- CZAK	00000003991982	69,00	4
001010	ELIANI RITA TARNIOVICZ	00000003535173	68,00	5
000650	LUCILA RUBIA BIEBER- BACH	00000036344687	67,00	6
000745	CINTIA ELISA CORREA	00000049172239	64,00	7
001387	LILIAN BARTH	00000003991252	58,00	8
001633	JOSIANE MARIA DOS SANTOS GUIMARAES BUENO	00000012047649	51,00	9

008 MÉDICO CARDIOLOGISTA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
000257	ALBERTO AURELIO POSENATTO	00005025940379	68,00	1

010 MÉDICO ORTOPEDISTA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
000503	CLEDER EDUARDO SURIANO	00000320306173	80,00	1

012 MÉDICO PEDIATRA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
000411	LENOIR TISSIANI JU- NIOR	00000066994996	67,00	1

014 MÉDICO PLANTONISTA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
001256	CHRISTIAN LUIZ ARTNER	00000004343069	87,00	1

000897	PALOMA FAGUNDES	00000004074211	81,00	2
--------	-----------------	----------------	-------	---

015 CIRURGIÃO DENTISTA

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
000203	MARAHANE AYRES GUERIOS	00000001456660	88,00	1
001104	PRISCILA MOREIRA BILINSKI	00000004074035	88,00	2
000302	ALEXANDER HUBERT FECHT	00000003111642	86,00	3
001163	DIEGO JOSE STRIN- GHINI	00000003991852	86,00	4
000467	ANGELA GIACOMIN	00000004928112	83,00	5
001321	ANDRE RICARDO GE- MELI	00000036447854	75,00	6
000127	SILVIA RAQUEL IMIA- NOSKI	00000001790462	72,00	7
001568	IDA BEATRIZ MULLER	00009048865985	72,00	8
000274	JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALOSSE	00000041697440	72,00	9
000839	CRISTIANE SCHMID	00000032831838	70,00	10
000651	JOAO BATISTA STRIN- GHINI	00000000516492	69,00	11
000169	LUANA CARLA PFAU	00000081332282	62,00	12
001147	PATRICIA RULF	00000003704895	59,00	13
001231	JERUSA FRANCINE KLEINE	00000004099275	55,00	14
000422	RAISA HINTZ	00000049172247	53,00	15
001519	RODRIGO SAMUEL TULIO	00000047050928	52,00	16

016 PSICÓLOGO

INSCRI- ÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_ FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
000687	DEISE CRISTINA DEM- BISKI	00000079064734	92,00	1
000945	CLAUDIA MOEMA ZAIONS	00000056850791	84,00	2
000254	CARLA SIQUEIRA DE SANTANA	00000085537202	82,00	3
000351	TANISE BONFANTI MAES	00000004073135	80,00	4
001477	ANELISE MAYRA MEIS- TER	00000004522307	79,00	5
000386	LARISSA MORETTO	00000094375720	77,00	6
001245	LARISSA REPUKNA	00000049173499	77,00	7
001070	TATIANA RIEKOWSKI	00000086141558	73,00	8
000279	FERNANDA WOSNY	00000004470193	73,00	9
001192	ROZELAINE TURMINA	00000004524564	72,00	10
001030	VANESSA MARTINAZZO	00000004074722	72,00	11
000145	TABATA TAMIRYS BOL- SONI	00000101390756	70,00	12
001662	ANA CAROLINA COAS	00000003770415	69,00	13
000817	JANETE APARECIDA MACHADO	00000002664816	69,00	14
001170	GISLAINE BUENO DE OLIVEIRA	00000004707672	67,00	15
001197	FRANCIANE DE FATIMA PASSEMCO ALVES	00000096614624	66,00	16
001305	BIANCA WZOREK	00000005432414	66,00	17
001730	FERNANDA SILVA DA COSTA	00000003247261	65,00	18

000532	PAMULA VERGOPOLAN	00000048199583	64,00	19
001239	ALVACIRA CHIPITOSKI NASCIMENTO	00000073681375	63,00	20
001680	JILCE APARECIDA KUKUL	00000101453928	62,00	21
000697	GREICY SOARES PADI-LHA OSWALD	00000087949605	61,00	22
001377	ELISETTE ERICA HANSCH ZANONI	00000001796501	57,00	23

017 MÉDICO VETERINÁRIO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001575	RENATA CRISTINA FLEITH	00000005327886	95,00	1
000140	MARCELO AGUSTINI	00000082596941	90,00	2
001189	DEBORAH DAUM MACHADO FRITZEN	00000003879035	87,00	3
000234	WILLIAM WAGNER BAUMANN	00000077008470	82,00	4
000062	VANIA MARIA ANTUNES DE SOUZA	00000095054951	82,00	5
001610	MONICA DEGRAF CAVALLIN	00000090161644	82,00	6
001185	RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS	00000003224756	79,00	7
000483	CAMILLA GRANEMANN GAUDENCIO	00000005731658	78,00	8
000903	FERNANDA DICKEL DE ANDRADE	00001071590028	74,00	9
000607	ANNE GRASIELLE CHAGAS	00000004254115	71,00	10
001043	GILMARA VANESSA COLACO DA SILVEIRA	00000004662096	67,00	11
000345	ELIZANDRA BERTE	00000054307713	65,00	12
001289	JEAN ALVIR BENDLIN	00000003770184	61,00	13
001599	WILLIAM OTTO	00000101376087	58,00	14
001263	WILLY REICHE SCALET	00000003113419	57,00	15
000706	BRUNA DOLISNI DA CRUZ	00000049171631	56,00	16
001508	ANDERSON LUIS AIOLFI	00000078416467	55,00	17

018 PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000911	ELISIANE DE PAULA FRANCA	00000088480120	72,00	1
001114	ROMILDA BAUM	00000003217108	71,00	2
000497	ANDRESSA CRISTINA WEILLER	00000088439597	70,00	3
001024	KELLY CORDEIRO RIBEIRO	00000106417008	67,00	4
001381	DEISY JAQUELINE TANDLER	00000101236714	67,00	5
001023	KATIA CORDEIRO RIBEIRO	00000104979270	67,00	6
001156	LILIANE DE FATIMA CAMARGO	00000004470961	66,00	7
000930	NEUSA IRIS GIACOMINI DERINGER	00000003146194	66,00	8
001118	GICELI MARIA SCHNEIDER	00000087892751	66,00	9
000485	ROSANGELA WALEK	00000003362416	65,00	10

000068	KARIN DAIANE BARTH	00000005036785	65,00	11
001667	SILMARIA BUENO DE CAMARGO	00000057216735	64,00	12
001416	ELEANA SALLES BUCH	00000074121578	64,00	13
000929	JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA	00000005794826	64,00	14
001248	MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA	00000070553902	63,00	15
000099	CAROLINE MOYSES DE SOUZA	00000004662649	63,00	16
000995	KAMILA ROSA CZEPUŁA	00000096665601	63,00	17
000520	DEIZI CARLA DROS-DOSKI AMARO	00000003753095	63,00	18
000133	ELIANE REGINA GONTARSKI DE LIMA	00000045431355	63,00	19
000742	LURDES FERNANDA LAUTERIO	00000075834152	60,00	20
000766	GISELE GAJDECZKA	00000003791191	60,00	21
001134	SIMONE DA SILVA MARINHO	00000082485961	60,00	22
000029	LUCIA PAOLYCK	00000052414922	60,00	23
000170	CINTIA MARQUES DE MORAES	00000003791508	60,00	24
000740	CRISTIANE STEFANI	00000099399066	60,00	25
001421	CLAUDIA BRANDE CASAGRANDE	00000004581066	60,00	26
000367	FERNANDA LORENA PETTERS	00000058966029	59,00	27
000525	ELISANGELA BAIK NOVICKI	00000077074635	57,00	28
001102	PATRICIA DE FATIMA REISDORFER	00000004198897	56,00	29
000389	GISELLA ARRUDA DE OLIVEIRA	00000067439295	56,00	30
001346	ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN	00000041078189	56,00	31
000675	ISABELA DE FATIMA MACHADO	00000086751674	56,00	32
000603	HELAYNE CANDIDO TOMAL	00000077074244	55,00	33
000715	CLENIR APARECIDA RODRIGUES	00000004819393	54,00	34
000769	DANIELLI SUSKI	00000004074259	54,00	35
000889	REGIANE SOARES DE MATTOS	00000077008519	53,00	36
000727	RENILDA DE JESUS JURCK BARTH	00000003661326	52,00	37
001375	ERICA ROGENSKI DE FARIA	00000048776426	51,00	38
001000	MARA CLARICE SCHORR JUNG	00000054602424	51,00	39
000785	FERNANDA CONCEICAO MARTINS	00000094317649	51,00	40
001143	CRISTIANE REGINA JUNG	00000004198843	50,00	41
001022	ELIS DIENIFFER SOARES MIRANDA	00000004581863	50,00	42
001482	ELIANE DE FATIMA ALVES MARTINS	00000050249565	50,00	43
000639	ANDREIA RIBEIRO	00000087654990	50,00	44

019 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000366	PATRICIA ARAUJO PEON	00000076984107	89,00	1
000689	ELAINE DOS SANTOS	00000048199591	88,00	2
000404	SELMA CRISTIANE CHIMANGOSEWSKI FURST	00000004254178	83,00	3
001559	ROSE MARIE CARPOVICZ	000000065357658	80,00	4
000847	MOISES ATILIO CABASSA JUNIOR	00000111428042	74,00	5
000759	JOSE CARLOS PETTERS	00000005064571	71,00	6
000986	ADRIANO RICARDO PEREIRA	00000100075474	69,00	7
001392	SERGIO TROCHINSKI	00000053581358	67,00	8
001486	TATYANNE ROIEK LAZIER	00000106184720	67,00	9
001437	RENATA PENTEADO	00000096298099	64,00	10
000515	ALISSON KONKOL	00000096225458	64,00	11
000863	CARLOS ROMEU BUENO	000018R1452242	63,00	12
000601	DOUGLAS SANT ANA MADUREIRA	00000003770976	62,00	13
000672	ANDRE FELIPE BIANCO	00000045819840	62,00	14
001588	PATRICIA ROTTA	00000077576460	62,00	15
000390	CLAUDINEI GELINSKI	00000003410883	61,00	16
001532	EZEQUIEL BARBOSA VIANA	00000107365540	60,00	17
001561	MARCOS GIOVANI RODRIGUES	00000005000863	60,00	18
000067	CARLA ERESMIRA MARTINS FERREIRA	00000049171844	60,00	19
001249	JOAO GUILHERME BUCHFILHO	00000017997690	59,00	20
000710	NILTON DAVI DA SILVA	00000030148037	59,00	21
000826	FRANCIANE FLARESSO MACHADO	00000093909798	59,00	22
001365	PAMELA THAYNA BAGNHUK	00000100517221	59,00	23
001135	JOAO PAULO CARVALHO ROCHA	00000096440154	57,00	24
001593	SAMIR ALVES	00000003112229	57,00	25
000912	REGINA TEREZINHA BORINI DOS SANTOS	00000004581323	55,00	26
001663	WILLIAN RODRIGO FRANCA	00000092360156	54,00	27
000752	PATRICIA SOTT	00000005731409	54,00	28
000354	JOCELEY FANTIN	00000058557650	53,00	29
001529	TAHIANE CRISTINA THIBES	00000098608214	53,00	30
000654	ELAINE MARA KARPINSKI	00000004074799	53,00	31
001417	DRIELY DE LIMA	00000080898223	52,00	32
000979	TATIANA FERREIRA LOPES	00000053823877	50,00	33
000790	DALTON FAGUNDES	00000003791552	50,00	34

020 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000767	JOSIANE BEATRIZ AZEREDO	00000086314967	74,00	1
001317	ELIS CRISTINA SLOMP	00000003791967	71,00	2

000370	ALINE FERRAZ ROCHA	00000340596004	65,00	3
001098	MARIZANE DA SILVA	00000003588066	64,00	4
001554	SONIA GONCALVES THIBES DA LUZ	00000086314720	60,00	5
000950	RITA DE CACIA HALLU	00000044067820	57,00	6
001528	CLEONICE MARTINS MOTA	00000071086461	56,00	7

021 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001386	WAGNER SERRER	00000089890209	72,00	1
000144	JEAN RODRIGO ADACHESKI	00000125481540	68,00	2
000628	DANIEL BONADIMAN BERTOL	00000126301081	68,00	3
000469	IVONETE FURST	00000004872454	66,00	4
000925	MARCELINO DERSON PEREIRA	00000063215333	59,00	5
000952	MONICA FRAGOSO DE ALMEIDA	00000004581005	58,00	6
000909	JORGE ANTONIO DE SOUZA	00000003383637	56,00	7

022 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000975	ANA DANIELE HOLOVATY	00000004581695	76,00	1
001141	LUCIO AMBROSIO HUPALO	00000068574200	76,00	2
001525	JOAO ANTONIO BUSCK	00000089200466	71,00	3
001290	ALDO ROMAN ALVES CHUK	00000083246197	69,00	4
000152	DANIEL ROCHA JUNIOR	00000130301299	66,00	5
001241	CLEIDI LUCIMARA PRZYBYCZEWSKI	00000105275889	65,00	6
000959	VALDECI JOSE DE OLIVEIRA	00000041580062	53,00	7
001629	ALINE RAQUEL SEBBEN	00000066608891	50,00	8

023 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000198	VERONICA MAINA DA SILVA HOMCZINSKI	00002113562173	75,00	1
001469	ROSE MUNDEL	00000089670888	66,00	2
000908	PATRICIA BUENO	00000089227186	66,00	3

024 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000035	EDER HOMCZINSKI	00000004581945	82,00	1
001683	PRISCILA SILVANA GUNTHER	00000071921751	78,00	2
001500	MIGUEL LESZYK	00000003461442	76,00	3
000865	GRACIELI RITA SOARES	00000089890918	75,00	4
000159	KELI MARIA BORASKI	00000004662303	72,00	5
001462	FRANCIELE LYSENKO	00000090513001	72,00	6

001408	ADRIANA DE MEIRA ANDRUKIU BEREZA	00000061547975	63,00	7
000868	ROSELANI VOLKMAN KOSTEK	00000061888845	59,00	8
000311	HENRIETTE CRISTINE BONFLEUR	00000049175637	58,00	9
000645	ARLETE MARANGONI HENKE	00000013317350	55,00	10

025 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INGLÊS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001511	JAMILE PASTUCHAKI	00000076351961	72,00	1
000728	ALCIONE APARECIDA HUPALO	00000003247327	56,00	2
000823	SARA GALVAO	00000051892669	53,00	3

026 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000364	MARCOS AURELIO ARIATTI	00000003989577	75,00	1
000071	EVERTON BACK	00000004074238	73,00	2
000860	TIAGO ANTONIO GOMES	00000003991808	71,00	3
000533	CLEUNICE REGINA KEREZ	00000003991468	71,00	4
000736	CLEITON CESAR SCHAEFER	00000013677921	67,00	5
001018	MARCELO AMARO	00000068542740	66,00	6
001616	LINDALVA MONTEIRO	00000004470490	63,00	7
001129	RICARDO CASTILHO DE OLIVEIRA	000023R3770948	58,00	8
000875	ADILSON ALVES SANTOS	00000002736626	54,00	9
000802	PEDRO PUDLA	00000001798527	50,00	10

027 PEDAGOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001026	SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA	00000062558695	89,00	1
000598	ANA PAULA KARPINSKI CASANOVA	00009076887646	87,00	2
001202	TATIANE GULECZ	00000049174452	86,00	3
001232	ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO	00000004198425	84,00	4
000331	ADRIELY APARECIDA DE BRITO	00000004198942	83,00	5
000412	MARIA ADRIANA NASCIMENTO	00000002738971	83,00	6
001693	CLEA SCHELBAUER	00000002738024	78,00	7
000877	ELIZABETE VOLKMAN	00000004343652	78,00	8
001219	FRANCIELE APARECIDA WEINGARTNER	00000004198765	75,00	9
000884	MARTA BEZERRA KLABUNDE	00000200822652	73,00	10
000928	SIMARA DANIEL KOCH	00000124908515	72,00	11
000226	ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	00000003770419	69,00	12
000210	TANIA APARECIDA FUCH LENARTOWICZ	00000128158669	69,00	13
001412	SIMONE DE FATIMA HUPALO	00000004198882	68,00	14

001385	MARLI TERESA BONFLEUR	00000041563460	58,00	15
001724	ELISANGELA BUDNHAC	00000082412921	53,00	16
000355	FRANCIELE GALVAO	00000082222944	50,00	17

028 AUXILIAR DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000510	RICARDO LUIZ GIBINSKI	00000085539450	80,00	1
001215	JAKELINE STOCKER RUBY	00000005460725	77,50	2
000430	LUIS ROGERIO SILVA JUNIOR	00000004198481	72,50	3
000748	GUSTAVO EDUARDO BAUERMEISTER	00000049172166	65,00	4
000803	ANGELA MITZKO	00000081921342	65,00	5
000182	DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	00000097443840	65,00	6
001488	JANETE APARECIDA VALPERES	00000061715045	62,50	7
000131	ILIANE KADES	00000003242384	57,50	8

029 AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE STA CRUZ DO TIMBÓ

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001178	JESSICA DIANE STEIN	00000005795961	75,00	1
001235	LEILA FRANCINI GREIN	00000005701415	67,50	2
000546	VIVIANE RENATA OPAUTCHAK	00000004517460	60,00	3

031 TÉCNICO DE INFORMÁTICA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000069	MATHEUS SILVA ORTIZ	00001095130256	85,00	1
000189	CRISTIANO BACK	00000004667893	82,50	2
001685	GUSTAVO RENE LOZINSKI	00000109710075	75,00	3
001678	EDUARDO MOECKE ROVARIS	00000004517396	67,50	4
001647	LAURO SARTURI JUNIOR	00000005794169	65,00	5
000413	WILLIAN NILTO DA SILVA	000000092390748	65,00	6
000853	ALISSON FERREIRA	00000004046457	65,00	7
001035	RODRIGO HIDEKI TAKEUSHI	00000307432567	62,50	8
001725	FELIPE MICHAEL DA FONSECA	00000051899329	60,00	9
001195	DOUGLAS SOARES PINTO	00000035155116	60,00	10
001308	EVERTON JOAO LEITHOLD	00000003791653	60,00	11
000878	JEAN MIGUEL BACHINSKI	00000076397813	55,00	12

032 FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001122	CLEDINEY NEPOUNUCENO	00000004343183	55,00	1

033 MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
-----------	------	-----------	------------	---------------

001184	RENAN MALINOWSKI	00000089483352	177,50	1
001008	WILLIAN CESAR MACHADO	00000004470609	153,00	2

035 OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000662	ELTON MACIEL SCHNEIDER	00000004198358	153,33	1
000549	LUIZ ANTONIO DE PAULA	00000068754968	146,00	2
000263	PEDRO LUIZ REGERT	00000003791594	143,66	3
001699	RONALD KUNZE	00000005731665	121,75	4

036 OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE STA CRUZ DO TIMBÓ

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000840	ICARO AUGUSTO SCHLEGER	00000099535032	181,40	1
000246	ERNANI OPAUTCHAK	00000004517461	148,00	2

038 CARPINTEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001714	ROBERTO LAURI PADILHA	00000003704843	150,00	1

039 PEDREIRO NOTA_FINAL CLASSIFICAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001007	MARCOS AURELIO BEIMS	00000003791784	156,00	1
000303	JORGE LUIS GONCALVES	00000005795310	143,00	2
001105	MIGUEL MARTINS DA CUNHA	00000030436016	137,00	3

040 MECÂNICO DE VEÍCULOS PESADOS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000162	IVO DE JESUS GUIMARAES PINTO	00000003113935	52,00	1
000061	EDISON PAULINO DA COSTA	00000037586285	50,00	2

041 MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000881	CARLOS CESAR POGOGELSKI	00000004517537	174,00	1
000852	JOSIAS GUVIAZDECKI	00000129800305	172,00	2
000493	EDSON DANIEL FRAITAY	00000066946100	170,00	3
000963	RENATO KINAL	00000002736157	169,00	4
000684	JAISON CHAVES	00000005560972	169,00	5
000998	DOUGLAS FELIPE FREDER	00000084427721	166,00	6
000045	PAULO SERGIO COLACO	00000075253729	166,00	7
001395	JOSE DOS SANTOS	00000124406188	164,00	8

000333	ANTONIO VANDERLEI DE MATOS	00000045455041	159,00	9
--------	----------------------------	----------------	--------	---

042 MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000141	VANDERLEI JUNG	00000007161249	157,00	1
000265	JOSE TOBIAS STEIN	00000004517649	154,00	2
001484	RENATO DOS SANTOS	00000052416097	148,00	3

043 MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.S MIGUEL DA SERRA

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001162	ALCEMIR JOSE LEANDRO	00000023159120	160,00	1
001119	JOSE OSMARI STACHERA	00000001459177	129,00	2

044 AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000696	DANIELA PERES DA SILVA	00000086430274	100,00	1
001172	JANETE BARTOSKI	00000061737847	100,00	2
000810	VANDERLEIA MELNIK BORGES	00000003461226	96,00	3
000988	GISELE BUJAK	00000004074663	96,00	4
000659	MAIARA DE BAIRROS RODRIGUES DOS SANTOS	00000005064710	96,00	5
000726	SIRLENE DAS GRACAS FERREIRA	00000301356762	94,00	6
001748	CLAUDIA CORREA DA SILVA	00000004198340	94,00	7
000866	MARIA SILVANA BUENO	00000077439838	94,00	8
001107	ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS	00000004517717	94,00	9
001096	LILI CARDOSO FREISLEBEN	00000002811245	92,00	10
000524	DILCELIA DA APARECIDA DA SILVA	00000054700008	92,00	11
001099	MARIZE FATIMA DE SOUZA	00000003791368	90,00	12
000918	MARIA ROSANA WODONOS	00000004343722	90,00	13
001124	SANDRA FABIANA ALVES SANTOS	00000080652623	90,00	14
001478	IDEJANE DOS SANTOS LIMA	00000003588396	90,00	15
001592	ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA	00000065356082	90,00	16
001225	JENIFER DAIANE WACHILEWSKI	0000052371578X	90,00	17
000201	NOELI EMA ZETTEL	00000060901015	88,00	18
001700	JUSSARA DOS SANTOS	00000084746444	88,00	19
000741	CRISTIANI MARINA CUNHA KIMURA	00000058296449	88,00	20
001398	ROSELIS DOMINGUES DA SILVA JOLY	00000003791190	88,00	21
000477	CARLA CRISTIANE DORNELIS TRINDADE	00000092323277	88,00	22

000448	ROSI DE FATIMA NAS-CIMENTO	00000057508752	88,00	23
001632	REGINA MARIA VANIN	00000001331915	88,00	24
000228	ROSANGELA BUENO DA SILVA	00000007371377	88,00	25
001040	MIRIAN APARECIDA CIOCEK	00000081317640	88,00	26
000487	SOLANGE ZWIESKOWSKI DOS SANTOS	00000041981944	88,00	27
000955	IVANA APARECIDA GONCALVES DE CASTRO	00000091375397	88,00	28
000288	CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI	00000004074172	88,00	29
001414	NEUSI INEZ MUDRYK FERETYSKI	00000059165011	88,00	30
000850	DENISE KOTOSKI BAUER BRAESCHER	00000004819030	88,00	31
000885	ADELAIDE APARECIDA FERREIRA SOARES	00000090372289	88,00	32
001423	DALIANE CRISTINA DE LIMA	00000004662886	88,00	33
001145	DAGMAR DE GODOI FABRICIO VIEIRA	00000006515749	86,00	34
001222	ROSELI RIBEIRO	00000001791171	86,00	35
001320	MARLENE APARECIDA FRANCA	00000047296749	86,00	36
000957	RAQUEL DO ROCIO MENDES DE CASTRO	00000067128265	86,00	37
000084	JANETE GAIEVICZ	00000089059470	86,00	38
000594	LILIAN KELI DE SOUZA VIEIRA	00000005795121	86,00	39
000491	MARIA WOHL MARCZAL	00000003247317	86,00	40
001116	PATRICIA SIMONE FREISLEBEM	00000004667910	86,00	41
000619	MARLI TEREZINHA MARTINS	00000004517279	84,00	42
001706	LORENI DE FATIMA ALVES	00000005460603	84,00	43
001742	TANIA REGINA SWIRSKI	00000038581708	84,00	44
000770	FABIANE CARLA GOMES	00000050643347	84,00	45
000115	MARISTELA SOUZA	00000005794368	84,00	46
000555	MARIA CLARA FRANCO DE LIMA	00000003753379	84,00	47
000830	DAIANE CRISTINA DE LIMA	00000053947142	84,00	48
001707	SOELI SOARES FERREIRA BODNAR	00000061492615	84,00	49
001196	REGINA JAK	00000096363877	84,00	50
000614	MARLI CARRER	00000027396037	82,00	51
001323	MARIZA DJANIRA PEREIRA	00000077074384	82,00	52
000661	SIRLEI JUNG SCHNEIDER	00000004343777	82,00	53
000750	NEREIDE PEREIRA	00000040761487	82,00	54
001182	GENOVEFA DOS SANTOS LIMA	00000091560526	82,00	55
001032	MICHELE DIAS	00000073328675	82,00	56
000772	TEREZINHA DE FATIMA DOMINGUES PAULOW	00000075489870	80,00	57
000526	ARIELI APARECIDA POLIKA DZIURKOWSKI	00000003770617	80,00	58
001535	FILOMENA OLEINIK KREBS	00000049606974	80,00	59
001649	JANETE NAKALISKI	00000066946142	80,00	60

000792	SILVANA CRISTINA NACONIECNI	00000086141710	80,00	61
000534	JOANA BASNIAK	00000012002700	80,00	62
001282	SOLANGE APARECIDA OLINQUEVICZ ALMEIDA	00000060055459	80,00	63
000602	NEUSA FERREIRA	00000004343699	80,00	64
001229	IONE GUIMARAES PINTO GUVIAZDECKI	00000003680906	80,00	65
000916	SILVANA VITORIO FERREIRA CHIARENTIN	00000005460333	80,00	66
001200	DAYANE VAZ	00000104819958	80,00	67
001723	TANIA LORENSINI	00000067325940	80,00	68
000535	ROSE AMANDA MUXFELDT	00000001790748	80,00	69
001286	SARA LEODORO	00000004662321	80,00	70
000723	SUZAN CRISTIANE DE CASTRO	00000004667895	80,00	71
001123	ROSELI DOS SANTOS	00000049177990	80,00	72
000458	MARLENE HENNING	00000050647008	80,00	73
000504	JOSEANE RODRIGUES	00000099129638	78,00	74
001694	POLIANA ROBERTA DE MIRANDA	00000127413444	78,00	75
001496	ROSANGELA KRANHOLDT	00000087866637	78,00	76
001696	VANESSA JOSIANE PACHECO	00000005795606	78,00	77
001738	MIRIAN TATIANE DE ASSUNCAO	00000087866670	78,00	78
000616	ANA CILA ESTIPE	00000002699012	78,00	79
000334	MARCIA ELIANE PAULEK SENN	00000051086724	78,00	80
001082	ADRIANA APARECIDA DE SOUZA	00000076977763	78,00	81
001542	JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS	00000441234628	78,00	82
000872	AVANI TEREZINHA DE OLIVEIRA	00000020515945	78,00	83
001515	MARGARETE TEREZINHA LASCOSKI BARBOSA DE CAMPOS	00000061765867	78,00	84
001418	ROSA SMEK	00000003588297	78,00	85
001653	LENITA RUBIK	00000005794259	78,00	86
000163	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	00000095465269	78,00	87
000609	EDINA APARECIDA GONCALVES DE FREITAS KOECKHOFEL	00000004662348	78,00	88
001591	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MATOZO	00000005189162	78,00	89
000466	FABIANA TEREZINHA DE LARA ZANELLA	00000101907856	76,00	90
000799	ANA APARECIDA OLIVEIRA BUENO	00000003283478	76,00	91
000064	ANGELITA ADAM PEREIRA	00000004581291	76,00	92
000964	MARINA DE FATIMA NUNES DE LIMA	00000125950051	76,00	93
000615	ROSANGELA APARECIDA LITWINSKI	00000081424420	76,00	94
000882	LUANA PINTO	00000052416666	76,00	95
000670	VERA GRUNDMANN DEBACKER	00000002312609	76,00	96
001353	GILMARA DE FATIMA DE LIMA	00000003496658	76,00	97

000663	MARGARIDA FERREIRA	00000051890208	76,00	98
000338	MARILAINÉ PAULEK	00000050646524	76,00	99
000190	ELIANE TEREZINHA BUENO	00000004074549	76,00	100
001661	IZABEL DE FATIMA MARTINS	00000336668466	74,00	101
001293	IVANE BALBINA DE CASTILHO	00000004074718	74,00	102
000613	IARA JULIA DA SILVA	00000054600502	74,00	103
001504	SILVETE SIEVERS	00000034078432	74,00	104
001131	FRANCIÉLI APARECIDA BAIÁK	00000101529851	74,00	105
000806	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	00000050642413	72,00	106
001016	MARLENE DA CONCEIÇÃO SILVA	00000082496637	72,00	107
001499	JENI APARECIDA SCHROH DOBLER	00000003991938	72,00	108
000369	IRANEIDE MARIA DOS SANTOS	00000274234749	72,00	109
001298	DALVA PEREIRA DUARTE	0000041559070X	72,00	110
001617	DANIELE NEVES	00000105893868	72,00	111
001015	SIRLENE APARECIDA KNAPIK	00000003552518	72,00	112
001062	ALEXANDRA ANDREIA TREVISAN	00000004581925	70,00	113
000500	DEBORA APARECIDA FEYH	00000003112371	70,00	114
001301	MICHELE CRISTINA ANDRE DE MIRANDA	00000101575500	70,00	115
000082	NICE LOPES DE OLIVEIRA	00000078773243	68,00	116
001101	MARLI TEREZINHA NIZER BORUCH	00000124742170	68,00	117
000626	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	00000004057627	68,00	118
000495	JACIRA DE LIMA	00000106340331	68,00	119
000753	JOANETE DE FATIMA DOS SANTOS WENNIN-GKAMP	00000049174282	68,00	120
000340	LUCIANE GORETI ULCHAK	00000076428883	68,00	121
000204	EDITE RUBIK	00000049177761	68,00	122
000305	ZILDA AQUINO	00000003410713	68,00	123
001731	ALINE ALVES DE MIRANDA	00000478702267	68,00	124
001476	RUTE SANTANA MARTINS DA CUNHA	00000059897128	66,00	125
001208	ADRIANE DOELLE	00000071048950	66,00	126
000505	JULIANA SIMONE MARTINS	00000091150239	66,00	127
000023	CELITA FERNANDES DOS SANTOS CORDEIRO	00000002319099	64,00	128
000359	JANAINA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	00000126163428	62,00	129
001288	CLEIDE APARECIDA DE PAULA	00000087175421	62,00	130
001695	BEATRIZ DE FATIMA MARQUES	00000079099996	60,00	131
001463	JOELMA BEATRIZ SCHNEIDER BORTOLUZZI	00000003588213	60,00	132
000624	MARLI ABEL	00000003283283	58,00	133

001217	VALSONIA PITZ AMARANTES	00000067650441	58,00	134
001017	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROS-TESKY	00000060816611	56,00	135
001311	JULIANA CRISTINA DOS SANTOS	00000005460594	56,00	136
000800	JOSIANE DE SOUZA GOMES	00000005731878	56,00	137
001547	NEUZA CRISTINA KUNIER	00000061789758	56,00	138
000445	NOELI APARECIDA PINTO DE LIMA	00000070008190	54,00	139
001275	ROSELI GREGORIO	00000002316526	54,00	140
000294	ELZA FERREIRA DAS CHAGAS	00000003791723	52,00	141

045 AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000492	JOSE ADILSON DOS SANTOS	00000064916793	98,00	1
000798	THIAGO RODRIGO ALVES	00000005996039	94,00	2
001571	AUGUSTO NOGUEIRA DE LIMA	00000057742739	92,00	3
001097	JEOVANEI RIBEIRO ALVES	00000005794933	92,00	4
000825	ALCYR AUGUSTO SCHERER	00000030943996	92,00	5
001138	EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	00000037809713	90,00	6
000402	EDERSON JOSE RUBLOSKI	00000004581077	88,00	7
000545	MARCIO BURAK	00000051890160	86,00	8
001641	VALDECIR GLIXINSKI	00000002313321	84,00	9
000394	JULIO CESAR DA SILVA	00000004819280	82,00	10
001670	WILTON JOSE MICHELS	00000004917218	82,00	11
001042	VALDINEI WENNIN-GKAMP	00000094035040	80,00	12
001137	PEDRO LEMES DA SILVA JUNIOR	00000073332354	78,00	13
001132	DANIEL DA MOTA	00000049178318	78,00	14
000247	ELTON DIEGO DE FRANCA CARDOSO	00000097797323	78,00	15
001003	LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	00000004074292	76,00	16
000295	NATALICIO RODRIGUES DAS CHAGAS	00000002811639	68,00	17
001005	JOAO ANTONIO DA SILVA	00000004917704	66,00	18
000149	ALESSANDRO FERREIRA	00000005795660	64,00	19
000085	GILMAR ROCHA	00000003791099	56,00	20

46 AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.D O TIMBÓ

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA_FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000711	CESAR LUIZ STREMLOW	00000004581141	88,00	1
000939	LAURO ROBERTO STREMLOW	00000004198267	86,00	2

000539	MAURICIO IVAZ	00000005064683	78,00	3
--------	---------------	----------------	-------	---

048 MÉDICO PSF

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
001564	HELDER VINICIUS RIBEIRO	00000003791430	86,00	1
001031	VINICIUS MARQUES KINGERSKI	00000004074373	86,00	2
001560	NEYLTON LUCAS DE MELO	00000000714528	83,00	3
000009	ALEXANDRE MAIA RODRIGUES	00000020419171	81,00	4
000754	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	00000008940240	65,00	5

Resposta dos Recursos:

INSCRIÇÃO	CARGO		DO PEDIDO	DECISÃO
000771	034-AGENTE ADMINISTRATIVO	JONAS ROBERTO SCHAURICH	ANULAÇÃO DA PROVA PRÁTICA	PEDIDO DEFERIDO
001075	034-AGENTE ADMINISTRATIVO	FRANCIELE CRISTINA MENDONÇA	SOLICITA EXPLICAÇÕES	PEDIDO INDEFERIDO
001029	034-AGENTE ADMINISTRATIVO	VIVIAN JULIANE STASIAK SCHIER	SOLICITA EXPLICAÇÕES	PEDIDO INDEFERIDO
000146	034-AGENTE ADMINISTRATIVO	ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA	SOLICITA REVISÃO	PEDIDO INDEFERIDO
000011	034-AGENTE ADMINISTRATIVO	MARCIO ROBERTO MARCZYNSKI	SOLICITA EXPLICAÇÕES	PEDIDO INDEFERIDO

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

15/12/2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal de Porto União

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 018 de 15 de Dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 018 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DECLARA A PERDA DA QUALIDADE DE PENSIONISTA DA SRA. DEISE CARDOSO"

A Presidenta do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art. 1º - Em face da Pensionista Sra. DEISE CARDOSO estar

completando 21 anos em 28 de dezembro, fica extinto a partir desta data o benefício concedido através do Decreto nº 350 de 29 de agosto de 1996, em conformidade o artigo 31 incisos III e IV da Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 15 de Dezembro de 2010.

TÂNIA REGINA DE MORAIS

PRESIDENTA DO FAP

Resolução Nº 019 de 15 de Dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 019 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA PEDIDO DE PENSÃO DA SRA MARIA LUCIA DA LUZ"

A Presidenta do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 54, inciso II e artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologa o pedido de pensão a Senhora Maria Lúcia da Luz, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade nº 3.579.914 e CPF nº 018.553.299-30, residente na Travessa Sete Quedas, nº 85, Bairro Laranjeiras em Rio do Sul, SC, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Alcides da Luz, ex-servidor público municipal, matrícula nº 27820/01, cargo de Calceteiro, nível B.

Art. 2º - A homologação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2010 e após análise do pedido de pensão em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

TÂNIA REGINA DE MORAIS

PRESIDENTA DO FAP

Resolução Nº 020 de 15 de Dezembro de 2010

RESOLUÇÃO Nº 020 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SR. JOSÉ GILZ"

A Presidenta do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologa o pedido de aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. José Gilz, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 5.088.040-3 e CPF nº 379.286.359-68, matrícula nº 221/02, domiciliado e residente na Rua Taió, nº 780, Bairro Budag em Rio do Sul - SC, no cargo de Pedreiro, nível D.

Art. 2º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2010 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.
TÂNIA REGINA DE MORAIS
PRESIDENTA DO FAP

Resolução Nº 021 de 15 de Dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
HOMOLOGA PEDIDO DE PENSÃO DA SRA SOLANGE APARECIDA SOUZA E AO MENOR ARIEL LONGEN"

A Presidenta do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 54, inciso II e artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;
RESOLVE:

Art. 1º - Homologa o pedido de pensão a Sra Solange aparecida Souza, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade nº 2.257.625 e CPF nº 399.958.739-72, e ao menor Ariel Longem, portador da Cédula de Identidade nº 5.654.064 e CPF nº 093.466.079-47 residentes na Rua Humaitá, nº 1809, Bairro Boa Vista em Rio do Sul, SC, em virtude do falecimento de seu esposo e pai Sr. Pedro Longen, ex-servidor público municipal, matrícula nº 2895/01, cargo de Operador de Equipamentos, nível E.

Art. 2º - A homologação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2010 e após análise do pedido de pensão em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.
TÂNIA REGINA DE MORAIS
PRESIDENTA DO FAP

Dispensa de Licitação 10/2010

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 010/2010

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel com área de 486,22m² para Secretaria de Habitação e Assistência Social, situada na área urbana desta cidade, na rua Julio Roussenq, 168, jardim América, R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) mês
Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 140/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2010

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para a Polícia Civil de Rio do Sul e Secretaria de Educação da Prefeitura de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/01/2011, às 08:00h.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 07/01/2011.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 15 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 142/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2010

OBJETO: Aquisição de 01 microcomputador para o Deptº de Informática e 02 notebooks para a Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/01/2011, às 08:00h.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 06/01/2011.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 15 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Política de Investimentos - EXERCÍCIO 2011

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2011

1. Objetivo

1. OBJETIVO – Estabelecer política com as diretrizes gerais para a gestão de investimentos do FAP no exercício 2011.

2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

2.1. Objetivos da gestão de alocação – Garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do FAP através do alcance da taxa da meta atuarial composta pela variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano.

2.2. Tipo de Gestão – Gestão mista, ou seja, por carteira própria e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao FAP.

2.3. Segmentos de Aplicação – Segmentos de aplicação utilizados: Segmento de Renda Fixa; Segmento de Renda Variável.

3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

	Limite Mínimo	Ponto Ótimo	Limite Superior	Limite Res.
Segmento				
Renda Fixa			100%	3922/10 100%

Títulos Públicos Federais			100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			100%	100%
Operações Compromissadas			15%	15%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			80%	80%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			30%	30%
Poupança com RATING de baixo risco de crédito.	-	-	20%	20%
FIDC aberto com RATING baixo risco crédito.			15%	15%
FIDC fechado com RATING baixo risco crédito.			5%	5%
FI denominado como de "crédito privado"			5%	5%
Renda Variável			30%	30%
FI referenciado com indicadores IBOVESPA, IBrX e IBRX-50			30%	30%
FI de índices referenciado em ações IBOVESPA, IBrX e IBRX-50			20%	20%
FI em ações			15%	15%
FI MULTIMERCADO			5%	5%
FI em participações			5%	5%
FI imobiliário			5%	5%

3.1 – Segmento de Renda Fixa:

Os recursos financeiros do FAP poderão ser aplicados no segmento de renda fixa em:

I – Até 100% (cem por cento) em:

títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II – Até 15% (quinze por cento): Operações Compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional;

III - até 80% (oitenta por cento): em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

Os recursos financeiros do FAP poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento): em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBRX-50;

II – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBRX-50

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

Os recursos financeiros do FAP poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos previdenciários classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

II – Até 20% (vinte por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em índices referenciados em ações, negociadas na Bolsa de Valores, admitindo-se exclusivamente os índices IBOVESPA, IBRX e IBRX-50;

III – Até 15% (quinze por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem sua carteira estejam previstos no âmbito dos índices previstos no inciso anterior;

IV – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos classificados como MULTIMERCADO, constituídos sob a forma de condomínio aberto sem alavancagem, cumulativo com o limite do inciso II;

V – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado, cumulativo com o limite do inciso II;

VI – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos imobiliários, com cotas negociadas na Bolsa de Valores;

4. CENÁRIO – A definição estratégica para alocação nos segmentos propostos foi feita com base para os próximos 12 meses.

5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

5.1. Seleção dos Investimentos – O FAP efetuará suas aplicações através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável, objetivando superar a meta atuarial anual.

5.2. Restrições por Emissores – O FAP segue os limites definidos pela legislação vigente do RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social.

5.3. Controle de Risco de Crédito – Normativos legais aplicáveis aos investimentos de RPPS e nos investimentos em poupança e nos FIDCS e FICFDCS somente naqueles fundos com "RATING" mínimo "A", atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

5.4. Seleção dos Gestores para Aplicação dos Fundos – Seleção com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados com respectiva apreciação Conselho de Administrativo do FAP:

Critérios qualitativos

Segurança;
Rentabilidade;
Solvência;
Liquidez;
Transparência
Solidez e imagem da instituição;
Volume de recursos administrados;
Experiência na gestão de recursos;
Qualidade da equipe;
Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

Critérios quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo FAP, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS e na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos em vigor e também na análise da carteira x taxa de administração cobrada.

5.5. Quantidade de instituições financeiras – O FAP poderá aplicar os recursos financeiros em até 10 (dez) instituições financeiras, não podendo, entretanto, nenhum gestor receber mais do que 25% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros do FAP à exceção da (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL e BANCO DO BRASIL S/A, a (o) qual poderá receber um máximo de 100% do total dos recursos, por ser instituição financeira pública e sob controle direto da União.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Os investimentos serão avaliados mensalmente, além das medições trimestrais, semestrais e anuais definidas pelo Conselho Administrativo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2011, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir de janeiro de 2011.

Rio do Sul/SC, 15 de Dezembro de 2010.
Conselho de Administração do FAP.

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. DP0222/2010

PORTARIA Nº. DP0222/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2010, totalizando 30 dias de férias a Servidora GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2008 a 16/02/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do dia 01 de Dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de
Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0223/2010

PORTARIA Nº. DP0223/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 62 dias de Férias, no período compreendido de 13 de Dezembro de 2010 a 17 de Fevereiro de 2011, totalizando 62 dias de férias ao Servidor VALDIR MAFIOLETTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 10/06/2008 a 09/06/2009, e 10/06/2009 a 09/06/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do dia 13 de Dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de
Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0224/2010

PORTARIA Nº. DP0224/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 13 de Dezembro de 2010 a 02 de Janeiro de 2011, sendo a conversão de 10 dias totalizando 20 dias de férias ao Servidor EVAINER SANTIAN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2008 a 02/01/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do dia 13 de Dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de

Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0225/2010

PORTARIA Nº. DP0225/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 13 de Dezembro de 2010 a 11 de Janeiro de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NESI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2007 a 01/01/2008, correspondente a 10 dias e 02/01/2008 a 02/01/2009, correspondente a 20 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do dia 13 de Dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de

Recursos Humanos

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 948 de 03 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 948 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2010.

FIXA O LIMITE PARA O PERIMETRO URBANO E A DEFINIÇÃO DE QUADRAS E LOTES DA SEDE MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, AUTORIZA DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º - O perímetro urbano da Sede Municipal de Santa Terezinha do Progresso, fica definido pelo espaço territorial compreendido pelo seguinte perímetro:

Partindo do Ponto de Referência 01 com Coordenadas Locais (N= 797.3889 e E: 980.6575), seguindo no sentido Oeste pela margem esquerda do Rio Cafundó, até encontrar o Ponto de Referência 02, com Coordenadas Locais (N= -363.2826 E = -79.1835), deste seguindo no sentido Leste encontrando o Ponto de Referência 03 com Coordenadas Locais (N = -352.9347 e E = 558.4985) deste seguindo no sentido Sul até encontrar o Ponto de Referência 04 com Coordenadas Locais (N= -221.3117 e E= 522.2727), do mesmo seguindo no sentido Leste até encontrar o Ponto de Referência 05 com Coordenadas Locais (N = -48.3066 e E = 1195.6390), e finalmente deste seguindo no sentido Norte até o início da descreção o Ponto de Referência 01, conforme memorial em anexo.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação por utilidade pública e interesse social, via amigável ou judicial, o imóvel caracterizado como Lote Urbano nº 130, com área de 6160,04 m2, da Quadra 15, sem benfeitorias, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê sob nº 1.237.

Parágrafo Único - A indenização pelo imóvel será fixada por avaliação de comissão criada para tal fim ou por corretor credenciado no órgão competente.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente lei, ocorrerão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em 03 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Lei Nº 949 de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 949 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do Orçamento do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, para o exercício 2011 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso X, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, para o exercício de 2011, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 10.990.000,00 (dez milhões novecentos e noventa mil reais), sendo R\$ 5.576.637,78 (cinco milhões quinhentos e setenta e seis mil seiscentos e trinta e sete reais setenta e oito centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 2.166.450,00 (dois milhões cento e sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais) do Orçamento de Seguridade Social e R\$ 3.246.912,22 (três milhões duzentos e quarenta e seis mil novecentos e doze reais vinte e dois centavos) do Orçamento de Investimento.

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 10.990.000,00 (dez milhões novecentos e noventa mil reais) e fixa a despesa para o Poder Legislativo em R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.001.050,00 (dois milhões um mil cinqüenta reais) e para o Poder Executivo, incluído os outros Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias a que estão vinculados, em R\$ 8.518.950,00 (oito milhões quinhentos e dezoito mil novecentos e cinqüenta reais).

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS DO ORÇAMENTO - TODAS AS FONTES DE RECURSOS	
1 – RECEITAS CORRENTES	9.798.747,18
1.1 Receitas Tributárias	211.714,47
1.2 Receitas de Contribuições	21.590,84
1.3 Receita Patrimonial	50.897,27
1.4 Receita de Serviços	50.722,65
1.5 Transferências Correntes	9.259.326,64
1.6 Outras Receitas Correntes	204.495,31
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.687.579,07
2.1 Operações de Crédito	950.000,00
2.2 Alienação de Bens	70.000,00
2.4 Transferências de Capital	1.667.579,07
3 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(1.496.326,25)
3.1 Dedução para o FUNDEB	(1.496.326,25)
TOTAL	10.990.000,00

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

DESPESAS DO ORÇAMENTO – TODAS AS FONTES	
PODER LEGISLATIVO	470.000,00
01 – Câmara Municipal de Vereadores	470.000,00
PODER EXECUTIVO	8.518.950,00

02 – Gabinete do Prefeito Municipal	741.500,00
03 – Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico	1.077.000,00
04 – Secretaria de Educação	2.624.216,85
06 – Secretaria de Infraestrutura	2.111.312,15
08 – Reserva de Contigência	80.000,00
10 – Fundo Municipal de Assistência Social	451.000,00
11 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência	50.000,00
12 – Fundo Municipal desenvolvimento da Agropecuária	1.383.921,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.001.050,00
09 – Fundo Municipal de Saúde	2.001.050,00
TOTAL	10.990.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	470.000,00
04 – Administração	1.462.000,00
06 – Segurança Pública	25.000,00
08 – Assistência Social	501.000,00
10 – Saúde	2.001.050,00
12 – Educação	2.624.216,85
13 – Cultura	65.000,00
15 – Urbanismo	426.312,15
17 – Saneamento	465.000,00
20 – Agricultura	1.383.921,00
22 – Indústria	70.000,00
24 – Comunicações	20.000,00
26 – Transporte	1.150.000,00
27 – Desporto e Lazer	246.500,00
99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	10.990.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 Processo Legislativo	470.000,00
0006 Gestão Administrativa Superior	410.000,00
0009 Administração Geral	1.077.000,00
0018 Criança na Escola	2.624.216,85
0021 Esporte e Vida	331.500,00
0025 Saúde para Todos	2.001.050,00
0028 Assistência Social	501.000,00
0040 Obras e Serviços Públicos	2.111.312,15
0048 Pequeno Produtor Assistido	1.383.921,00
0099 Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	10.990.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA – RECURSOS TOTAIS	
DESPESAS CORRENTES	7.442.887,78
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.531.150,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	30.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	3.881.737,78
DESPESAS DE CAPITAL	3.467.112,22
4.4.00.00 – Investimentos	3.247.112,22
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	220.000,00
Reserva de Contingência	80.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	10.990.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ao atendimento dos passivos contingentes e os riscos fiscais, previstos no anexo integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a transferências e os remanejamentos de dotações de um elemento de despesa para outro, através de Decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal está autorizado, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 5% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares ou especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ficando facultado ao Poder Executivo Municipal, através de Decreto, promover adaptações na classificação das fontes de recursos, inclusive em relação ao Plano Plurianual, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município.

Art. 7º Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamentos de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, e vigorará durante o exercício de 2011.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 15 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Lei Nº 950 de 16 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 950 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação

04.02 FUNDEB

123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB

885 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 40.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.0250006 Rede Básica de Saúde

1605 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 37.000,00

103040025.2.042000 Vigilância Sanitária

1859 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação

04.01 Departamento de Educação

123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar

826 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação

706 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

807 100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

04.02 FUNDEB

123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil

1174 100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matricula nº 1022/7

Decreto N.º 334/2010

DECRETO N.º 334/2010

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 897/2009,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 11.586,60 (onze mil quinhentos e oitenta e seis reais sessenta centavos) para reforçar dotações orçamentárias nos seguintes Projetos Atividades, conforme descrição abaixo:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde

1622 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 11.586,60

Art. 2º. Os recursos para cobertura dos créditos adicionais suplementar de que trata o art. 1º deste decreto, serão provenientes de anulação das seguintes dotações:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025005 PAB Fixo

1596 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 11.586,60

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 13 de dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 327/2010

DECRETO Nº 327/2010

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 897/2010,

Art. 1º. Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil quinhentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.02 Departamento de Cultura, Esporte e Turismo

278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes

311 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.02 Departamento de Fazenda

041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos

595 100 4.6.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.500,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.01 Departamento de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem

1200 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

2345 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil quinhentos reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.02 Departamento de Cultura, Esporte e Turismo

278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes

318 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.02 Departamento de Fazenda

041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos

592 100 3.2.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.500,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.01 Departamento de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem

1208 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS

2717 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 328/2010**DECRETO Nº 328/2010**

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 947/2010,

Art. 1º. Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.01 Administração Superior do Município
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município
123 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Departamento de Administração
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração
387 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00
03.02 Departamento de Fazenda
041230009.2.004000 Manutenção das atividades do Dpto de Fazenda
598 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 60.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.02 FUNDEB
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB
885 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 70.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Departamento de Obras
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
2686 100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 12.000,00
06.02 Departamento de Serviços Urbanos
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos
1312 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.000,00
175120040.2.034000 Manutenção, ampliação e administração dos serviços de tratamento e distribuição de água potável
1438 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde
09.01 Fundo Municipal de Saúde
103010025.2.0250006 Rede Básica de Saúde
1605 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.02 Departamento de Cultura, Esporte e Turismo
278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de

esportes

311 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Departamento de Educação
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar
826 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Departamento de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem
1208 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 90.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI
1981 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
2569 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 93.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 329/2010**DECRETO Nº 329/2010**

REVOGA DECRETO 323/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

Considerando que não ocorreu a contratação da referida servidora;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 323/2010 de 11 de Novembro de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 26 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 330/2010

DECRETO Nº 330/2010

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 897/2010,

Art. 1º. Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Departamento de Serviços Urbanos
154510040.1.018000 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano
2772 144 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Departamento de Serviços Urbanos
154510040.1.018000 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano
1293 144 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 01 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 330/2010

DECRETO Nº 330/2010

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 897/2010,

Art. 1º. Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Departamento de Serviços Urbanos
154510040.1.018000 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano

2772 144 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Departamento de Serviços Urbanos
154510040.1.018000 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano
1293 144 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 01 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 331/2010

DECRETO Nº 331/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 01/12/2010 o servidor público municipal Antonio Luiz Giehl, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, matrícula nº 1015-4, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 01 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Decreto Nº 332/2010

DECRETO Nº 332/2010

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 897/2010,

Art. 1º. Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Departamento de Administração
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração
395 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440028.2.028003 Assistência Social
2356 100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Departamento de Administração
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração
387 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS
2117 100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

Decreto Nº 333/2010

DECRETO Nº 333/2010
DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS COLETIVAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NA DATA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal;
Considerando disposição constitucional que assegura aos Servidores Públicos o gozo de férias anuais;
Considerando a necessidade de regularização de férias acumuladas de alguns Servidores da Administração Municipal;
Considerando a necessidade de contenção de despesas e racionalização por parte do Poder Executivo Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura,

Secretaria Municipal de Assistência Social e na Secretaria de Infraestrutura, na forma de antecipação de gozo de férias, com início a partir do dia 17 de dezembro de 2010 à 17 de janeiro de 2011.
Parágrafo Único - O pagamento do valor correspondentes ao período de gozo das férias e o adicional previsto no inciso XVII, do Artigo 7º da Constituição Federal, será efetuado de conformidade com os demais pagamentos devidos ao servidor público.

Art. 2º - Cada Secretaria Municipal manterá plantão para o atendimento dos serviços considerados urgentes e essenciais.

Art. 3º - O regime de férias coletivas poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 4º - Aos servidores que não tenham completado o período aquisitivo gozarão as férias coletivas, recebendo o adicional de férias quando completar o período aquisitivo.

Parágrafo Único. Em caso de haver desligamento antes de se completar o período aquisitivo, serão calculados as férias proporcionais, descontando-se das verbas rescisórias os dias gozados durante as férias coletivas e superiores aos efetivamente devidos.

Art. 5º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 10 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Decreto Nº 335/2010

DECRETO Nº 335/2010
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO TESTE SELETIVO Nº 001/2010 NA MODALIDADE DE EMPREGO PÚBLICO E TESTE SELETIVO Nº 002/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento do Teste Seletivo nº 001/2010 na Modalidade de Emprego Público e Teste Seletivo nº 002/2010.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão de Acompanhamento do Teste Seletivo nº 001/2010 na Modalidade de Emprego Público e Teste Seletivo nº 002/2010, conforme segue:

I - Gesiane Maria Secco - Presidente;

II - Giselda Deola - Secretário;

III - Noeli Terezinha Vanin - Membro;

Art. 3º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 13 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matricula nº 1022/7

Processo Licitatório Nº 260/2010 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 260/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 22/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor preço, Total Por Item, para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, PNEUS, SERVIÇOS DE LAVAGEM E CONserto DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2011. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 28/12/2010, até às 07:30 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:00 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 261/2010 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 23/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor preço, Total por Item, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPEUTA, PSICÓLOGA, FARMACÉUTICA E SERVIÇOS HOSPITALARES E AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2011. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 28/12/2010, até às 09:30 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:00 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001e site: www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 635/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 635/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 32/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, OLEO LUBRIFICANTE, PNEUS, CÂMARAS DE AR, TUBOS DE CONCRETO, PRODUTOS QUÍMICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 07:30 horas do dia 29/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001 e no site: www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 15 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 636/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 636/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 33/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AGRONÔMICOS QUE SERÃO PRESTADOS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO E SERVIÇOS DE VETERINÁRIO PARA ATUAR NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:30 horas do dia 29/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 15 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 637/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 637/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 34/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2011, CONFORME PREVISÃO DE MATRÍCULAS E CALENDÁRIO ESCOLAR APROVADO PELA SECRETARIA ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 11:00 horas do dia 29/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 11:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone

(0xx49) 3657-0001 e site: www.staterezhnprogrefo.sc.gov.br.

Santa Terezhna do Progrefo (SC), 15 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 638/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 638/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 35/2010

O Município de Santa Terezhna do Progrefo, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO (COLETA DE LIXO) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA E ESCAFADEIRA HIDRAÚLICA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 07:30 horas do dia 30/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001 e site: www.staterezhnprogrefo.sc.gov.br.

Santa Terezhna do Progrefo (SC), 15 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 640/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 640/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 36/2010

O Município de Santa Terezhna do Progrefo, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS E AS DEMAIS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS DIVERSAS AREAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 10:00 horas do dia 30/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001 e site www.staterezhnprogrefo.sc.gov.br.

Santa Terezhna do Progrefo (SC), 15 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 125, de 15 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003, que dispõe acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 058, de 12 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 O Imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será calculado de acordo com a alíquota prevista no anexo I, servindo como base de cálculo a efetiva remuneração do profissional, sendo fixado o valor mínimo como base de cálculo em função da formação exigida para o exercício da atividade, de acordo com as seguintes categorias e valores:

I - serviços relacionados no item 06 e seus subitens da Lista de Serviços que compõe o Anexo I desta Lei Complementar, quando prestados esporadicamente e por profissionais sem relação de emprego: base de cálculo mínima de 100 UFRM (cem Unidades Fiscais de Referência Municipal);

II - serviços prestados por profissionais de nível fundamental: base de cálculo mínima de 200 UFRM (duzentas Unidades Fiscais de Referência Municipal);

III - serviços prestados por Profissionais de nível médio: base de cálculo mínima de 300 UFRM (trezentas Unidades Fiscais de Referência Municipal);

IV - serviços prestados por profissionais de nível superior: base de cálculo mínima de 400 UFRM (quatrocentas Unidades Fiscais de Referência Municipal).

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.” (NR)

“Art. 21 O Imposto será calculado mediante a aplicação das alíquotas previstas no Anexo I desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 28 O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pela mão-de-obra na construção civil deverá ser recolhido, à vista ou parceladamente, antecipadamente, durante a execução da obra.

§ 1º. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado de acordo com a Pauta de Valores constante do Anexo II, observando-se os seguintes critérios:

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra de conformidade com o memorial descritivo anexo ao pedido de licença para a construção, do enquadramento do IPTU e do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 30% (trinta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado;

II - em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na tabela do Anexo II desta Lei Complementar;

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na tabela do Anexo II, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença;

§ 2º A liberação da carta de habite-se fica condicionada à comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

§ 3º Concluída a construção é facultado a ambas as partes, sujeito

ativo e passivo da relação tributária, exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para a edificação ou a devolução pelo recolhimento a maior, em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado.

§ 4º O sujeito ativo da relação tributária, de que trata o parágrafo anterior, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para efetuar a devolução, ao sujeito passivo, do recolhimento a maior em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado." (NR)

"Art. 32 Os Livros, as notas fiscais e demais documentos fiscais necessários à fiscalização, lançamento, recolhimento e controle das operações sujeitas à incidência do imposto poderão ser emitidos de forma eletrônica, conforme disposto em regulamento." (NR)

Art. 2º Em decorrência do disposto nesta Lei Complementar:
I - o Anexo I da Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003, que trata da Lista de Serviços e Tabela de Alíquotas para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei Complementar;

II - a Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003 passa a vigorar acrescida do Anexo II, com a redação constante do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, de 15/12/2010.

(Confere nova redação ao Anexo I, da LC nº 47/2003)

LISTA DE SERVIÇO E TABELA DE ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Item	Sub-item	Descrição	Alíquota
01.		Serviços de informática e congêneres.	
01.	01.	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%
01.	02.	Programação.	3%
01.	03.	Processamento de dados e congêneres.	3%
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	3%
01.	05.	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%
01.	06.	Assessoria e consultoria em informática.	3%
01.	07.	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%
01.	08.	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%
02.		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
02.	01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%
03.		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
03.	01.	-
03.	02.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%

03.	03.	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%
03.	04.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%
03.	05.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%
04.		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	3%
04.	01.	Medicina e biomedicina.	3%
04.	02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%
04.	03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%
04.	04.	Instrumentação cirúrgica.	3%
04.	05.	Acupuntura.	3%
04.	06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
04.	07.	Serviços farmacêuticos.	3%
04.	08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%
04.	09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
04.	10.	Nutrição.	3%
04.	11.	Obstetrícia.	3%
04.	12.	Odontologia.	3%
04.	13.	Ortótica.	3%
04.	14.	Próteses sob encomenda.	3%
04.	15.	Psicanálise.	3%
04.	16.	Psicologia.	3%
04.	17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
04.	18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
04.	19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
04.	20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
04.	21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
04.	22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%
04.	23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%
05.		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
05.	01.	Medicina veterinária e zootecnia.	3%
05.	02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%
05.	03.	Laboratórios de análise na área veterinária.	3%
05.	04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
05.	05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%
05.	06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%

05.	07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
05.	08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%
05.	09.	Planos de atendimento e assistência médico veterinária.	3%
06.		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
06.	01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
06.	02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
06.	03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
06.	04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
06.	05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
07.		Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
07.	01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%
07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%
07.	03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
07.	04.	Demolição.	2%
07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%
07.	06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%
07.	07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%
07.	08.	Calafetação.	3%
07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%
07.	10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%
07.	11.	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%
07.	12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%

07.	13.	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%
07.	14.	-----	-
07.	15.	-----	-
07.	16.	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	3%
07.	17.	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%
07.	18.	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%
07.	19.	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%
07.	20.	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%
07.	21.	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%
07.	22.	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%
08.		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
08.	01.	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
08.	02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
09.		Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
09.	01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%
09.	02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
09.	03.	Guias de turismo.	3%
10.		Serviços de intermediação e congêneres.	
10.	01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%
10.	02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%
10.	03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.	04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3%

10.	05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.	06.	Agenciamento marítimo.	3%
10.	07.	Agenciamento de notícias.	3%
10.	08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.	09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.	10.	Distribuição de bens de terceiros.	3%
11.		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.	01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%
11.	03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%
11.	04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
12.		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.	01.	Espetáculos teatrais.	4%
12.	02.	Exibições cinematográficas.	4%
12.	03.	Espetáculos circenses.	4%
12.	04.	Programas de auditório.	4%
12.	05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	4%
12.	06.	Boates, táxi-dancing e congêneres.	4%
12.	07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	4%
12.	08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	4%
12.	09.	Billhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	4%
12.	10.	Corridas e competições de animais.	4%
12.	11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	4%
12.	12.	Execução de música.	4%
12.	13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	4%
12.	14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	4%
12.	15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	4%
12.	16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	4%
12.	17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	4%
13.		Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.	01.	Fonografia ou gravação de sons, inclusive gravação, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.	02.	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%
13.	03.	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%
13.	04.	Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.	3%
14.		Serviços relativos a bens de terceiros.	

14.	01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.	02.	Assistência Técnica.	3%
14.	03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.	04.	Recaptação ou regeneração de pneus.	3%
14.	05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%
14.	06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.	07.	Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.	08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.	09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.	10.	Tinturaria e lavanderia.	3%
14.	11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.	12.	Funilaria e lanternagem.	3%
14.	13.	Carpintaria e serralheria.	3%
15.		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.	01.	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.	02.	Abertura de contas em geral, inclusive corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.	03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.	04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.	05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.	06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%

15.	07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, Internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.	08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.	09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.	10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.	11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.	12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.	13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.	14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.	15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.	16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.	17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%

15.	18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16.		Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.	01.	Serviços de transporte de natureza municipal.	2%
17.		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.	01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.	02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%
17.	03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.	04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.	05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.	06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.	07.	Franquia (franchising).	3%
17.	08.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.	09.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.	10.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.	11.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.	12.	Leilão e congêneres.	3%
17.	13.	Advocacia.	3%
17.	14.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.	15.	Auditoria.	3%
17.	16.	Análise de Organização e Métodos.	3%
17.	17.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.	18.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.	19.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.	20.	Estatística.	3%
17.	21.	Cobrança em geral.	3%
17.	22.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%
17.	23.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%

18.		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.	01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%
19.		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.	01.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3%
20.		Serviços portuários, aeroportuários, ferropor- tuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.	01.	Serviços portuários, ferropor- tuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferên- cia, logística e congêneres.	3%
20.	02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercado- rias, logística e congêneres.	3%
20.	03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%
21.		Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.	01.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4%
22.		Serviços de exploração de rodovia.	
22.	01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de conces- são ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
23.		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.	01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24.		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.	01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25.		Serviços funerários.	

25.	01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, con- servação ou restauração de cadáveres.	3%
25.	02.	Cremação de corpos e partes de corpos cada- véricos.	3%
25.	03.	Planos ou convênio funerários.	3%
25.	04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemi- térios.	3%
26.		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.	01.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	4%
27.		Serviços de assistência social.	
27.	01.	Serviços de assistência social.	3%
28.		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.	01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29.		Serviços de biblioteconomia.	
29.	01.	Serviços de biblioteconomia.	3%
30.		Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.	01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31.		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.	01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32.		Serviços de desenhos técnicos.	
32.	01.	Serviços de desenhos técnicos.	3%
33.		Serviços de desembarço aduaneiro, comissá- rios, despachantes e congêneres.	
33.	01.	Serviços de desembarço aduaneiro, comissá- rios, despachantes e congêneres.	3%
34.		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.	01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35.		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.	01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%
36.		Serviços de meteorologia.	
36.	01.	Serviços de meteorologia.	3%
37.		Serviços de artistas, atletas, modelos e mane- quins.	
37.	01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e mane- quins.	3%
38.		Serviços de museologia.	
38.	01.	Serviços de museologia.	3%
39.		Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.	01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40.		Serviços relativos a obras de arte sob encomen- da.	
40.	01.	Obras de arte sob encomenda.	3%

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO II
LEI COMPLEMENTAR Nº 125, de 15/12/2010.

PAUTA DE VALORES DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL
PARA FINS DO ISS

Tipo de Construção	Valor dos serviços, em UFRM, por m2 de área construída
Alvenaria	2
Madeira	1
Mista	1,5
Silos, galpões e armazéns sem parede	0,70
Silos, galpões e armazéns	1

Fórmula de cálculo: metragem da construção x o valor do m2 constante na Tabela de acordo com o tipo de construção = valor da base de cálculo do imposto; base de cálculo x alíquota = valor do ISS.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 126, de 15 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Altera a Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 90. O décimo-terceiro vencimento é concedido ao servidor municipal ativo e inativo, no mês de dezembro de cada ano, e corresponde ao pagamento de abono pecuniário equivalente aos vencimentos, percebidos no mês imediatamente anterior, acrescido da média das vantagens pessoais e temporárias estabelecidas em Lei, levando-se em conta os últimos doze meses.

§ 6º Os vencimentos previstos no caput deste artigo, são os previstos no art. 61, inciso II, desta Lei Complementar, excetuando-se o adicional de férias.” (NR)

“Seção X
Do abono jubilar” (NR)

“Art. 124-A. Fica instituído o abono jubilar, que será concedido em razão da aposentadoria do servidor público municipal efetivo, através de requerimento simplificado endereçado ao Setor de Recursos Humanos, mediante a comprovação do cumprimento dos seguintes requisitos:

I - contar com no mínimo 10 (dez) anos de efetivo serviço público ao Município de São Lourenço do Oeste;

II - contar, no ato de desligamento do quadro de servidores municipais, com no mínimo:

- a) 60 (sessenta) anos de idade se homem; e
- b) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade se mulher;

III - aposentação posterior à data de advento desta Lei Complementar.

§ 4º O requisito de idade será reduzido em cinco anos, em relação ao disposto no inciso II, do caput deste artigo, para o servidor do magistério público municipal que, a data da aposentação, tenha comprovado exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º A idade mínima prevista no inciso II, do caput deste artigo, será reduzida de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder aos limites previstos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, exceto para os servidores do magistério público municipal.

§ 7º O abono jubilar tem sua percepção a partir do mês imediatamente posterior ao do deferimento do requerimento de que trata o caput deste artigo, sendo vedada sua percepção anteriormente ao ato de desligamento do quadro de servidores municipais.” (NR).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.918, de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.918, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar locação de lona tipo circo e lona tipo chapéu de bruxa e prestar serviço de montagem de palco, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São Lourenço do Oeste autorizado a realizar a locação de lona tipo circo e lona tipo chapéu de bruxa, e prestação de serviço de montagem de palco, para eventos promovidos por entidades sem fins econômico-financeiros, filantrópicas, culturais, esportivas e religiosas, sediadas no Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º Eventuais danos causados pela utilização dos bens, previstos no art. 1º, deverão ser ressarcidos pela usuária.

Art. 3º É vedada a utilização dos bens previstos nesta Lei, fora da zona limítrofe do Município de São Lourenço do Oeste, exceto para fins de representação oficial do Governo Municipal.

Art. 4º O Município não se responsabiliza por eventuais instalações elétricas necessárias na área de cobertura dos bens de que trata esta Lei.

Art. 5º Nas hipóteses em que fatores climáticos forem impeditivos para a instalação das lonas ou montagem do palco, as mesmas não serão realizadas, sendo ressarcido o respectivo valor pago.

Art. 6º A entidade interessada no serviço de montagem de palco, responsabiliza-se pela Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da parte elétrica e estrutural, bem como pelo Alvará de Vistoria para Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de São Lourenço do Oeste.

Parágrafo único. A realização do serviço de montagem de palco é condicionada a apresentação prévia da documentação prevista no caput.

Art. 7º Ficam instituídos os seguintes preços públicos:

I - Locação de Lona Tipo Circo: 03 (três) Unidades Fiscais de Referência Fiscal - UFRM, por módulo de 200m² (duzentos metros quadrados);

II - Locação de Lona Tipo Chapéu de Bruxa: 04 (quatro) Unidades Fiscais de Referência Fiscal - UFRM, por módulo de 100m² (cem metros quadrados);

III - Serviço de Montagem de Palco: 02 (duas) Unidades Fiscais de Referência Fiscal - UFRM.

§ 1º Os preços públicos, previstos no caput, incidirão por evento.

§ 2º Os preços públicos, previstos no caput, não serão exigidos nos eventos em que o Município figurar como copartípe, na condição de apoiador, promotor ou patrocinador do evento, desde que nos impressos de divulgação dos referidos eventos constem os símbolos oficiais do Município.

§ 3º A reserva dos bens, de que trata o caput, dar-se-á mediante o protocolo de requerimento formal da parte interessada, acompanhado de comprovante de recolhimento do respectivo preço público, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.146, de 16 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 4.146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera o anexo único do Decreto nº 3.275, de 29 de dezembro de 2005, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada de Licitação Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, inc. VII, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º O anexo único do Decreto nº 3.275, de 29 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido dos seguintes itens:

ANEXO ÚNICO

1. BENS COMUNS

1.1 Bens de Consumo

()

1.1.15 Passagens terrestres

3. SERVIÇOS COMUNS

()

3.43 Serviço de assessoria contábil

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 605, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 605, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 359.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil reais) a dotação abaixo identificada:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.1.31.1.2001 - Func. e Manutenção da Câmara Municipal

R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do

Ensino Fundamental R\$ 70.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 68.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04.01.12.365.4.2008 - Func. e Manutenção da

Educação Infantil R\$ 45.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.9.2011 - Func. e Manutenção da Assistência Social

R\$ 4.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2018 - Manutenção da Iluminação Pública R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.24.2020 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 3.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 3.000,00

08.01.28.845.24.2021 - Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.2025 - Func. e Manutenção do Meio

Ambiente R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Diretas R\$ 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2026 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 48.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 - Aplicações Diretas R\$



48.500,00

11.01.10.301.12.2.035 - Func. e Manutenção da Coord. da Saúde R\$ 23.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 359.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2038 - Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.1006 - Construção de Praças Esportivas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.11.1007 - Construção de Casas Populares R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.02.8.243.9.2013 - Manutenção das Creches R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.1008 - Desapropriação e Rest. De Bens de Interesse Histórico R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.02.23.695.19.2015 - Funcionamento e manutenção do Turismo R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 2.000,00

06.02.23.695.19.1009 - Reforma de Portais R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1010 - Construção de Abrigo de Passageiros De Ônibus R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.15.451.22.1011 - Construção de Praças e Parques R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.26.782.22.1013 - Construção de uma Garagem R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.15.452.22.1.015 - Construção de Passeios e Calçadas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.1041 - Aquisição de Caminhão do Lixo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.10.20.606.16.1017 - Aquisição de Equipamentos de Agricultura R\$ 90.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2050 - Programa da Qualidade da Água R\$

22.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 22.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 606, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 606, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"Altera o Artigo 6º da Lei nº558/2009 e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 6º da Lei 558/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 6º - O Executivo está autorizado nos termos do Art. 7º da lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares , até o limite de 30 da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 607, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 607, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) a dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2026 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0008.0 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 - Func. e Manutenção da Coord. da Saúde

R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0008.0 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 608, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 608, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“Denomina Logradouro Público que Menciona e dá outras providências”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Zenite Inêz da Silva Junckes, a via pública localizada a primeira entrada a direita, após a ponte, acesso a Pousada Terra Verde, no sentido Sede - Angelina, atualmente cadastrada junto ao município sob o n.º 1 no bairro Vila Junckes.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões Municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 609, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 609, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.02.8.244.9.1061 - Aquisição de Imóvel R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01.17.512.12.1018 - Saneamento Básico R\$ 8.650,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.650,00

11.01.10.301.12.1060 - Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde
R\$ 7.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

11.01.10.301.12.2034 - Aquisição de Mobiliário - Saúde R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
02.01.4.122.2.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito R\$ 26.150,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.150,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 610, de 14 de Dezembro de 2010

LEI Nº 610, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) a dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
04.01.12.361.4.2005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº412/2010

DECRETO Nº412/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16-2.023 -Func. e Manutenção do Fdo M. Agropecuario R\$ 1.365,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.365,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.365,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERV. PUBLICOS

07.01.15.452.22-2.017 -Func. e Manutenção da Coord de Serv. Publicos R\$ 844,88

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 844,88

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 844,88

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 002195/10 de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 002195/10 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 7.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.363.0005.2.021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa

Juridica R\$ 8.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 10 de Dezembro de 2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 2.197/2010, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 2.197/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 4.049/2010, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Ivandra de Souza;

Considerando o Parecer nº 046/2010 - PROJUR, expedido pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Ivandra de Souza	25	26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 2.198/2010, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 2.198/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 4.051/2010, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Daniela Samulescki;

Considerando o Parecer nº 046/2010 - PROJUR, expedido pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, conforme prevê a Lei Municipal nº 004/1998, Art. 10, § 1º, totalizando 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 07 (sete) dias de tempo de serviço.

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Daniela Samulescki	25	26

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 2.199/2010, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 2.199/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 3.944/2010, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Rosangela Cristina Miranda Motta;

Considerando o Parecer nº 046/2010 - PROJUR, expedido pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, conforme prevê a Lei Municipal nº 003/1998, Art. 8º, § 1º, totalizando 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 01 (um) dia de tempo de serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 2.200/2010, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 2.200/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 3.704/2010, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Merlin Tatiana Bernardi Cesconetto;

Considerando o Parecer nº 046/2010 - PROJUR, expedido pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, conforme prevê a Lei Municipal nº 003/1998, Art. 8º, § 1º, totalizando 08 (oito) anos, 11 (onze) meses e 04 (quatro) dias de tempo de serviço.

Art. 2º Fica reconhecida a progressão funcional de que trata o Art. 16, § 2º, da Lei Municipal nº 003/1998, adquirindo efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2010.

Art. 3º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 16 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 003/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Merlin Tatiana Bernardi Cesconetto	05	09

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Termo Aditivo Nº. A13/2010 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A13/2010 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2010-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: E.U CONSULTORIA E PLANEJAMENTO SC LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.986.007/0001-85, estabelecida na Rua Francisco Lindener, nº. 196, sala 01, Centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89600-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora Fátima Maria Franz Hermes, inscrita no CPF sob o nº. 297.282.400-82, portadora da carteira de identidade nº. 11R/22.525.365--SSP/SP.

Considerando o Contrato nº. 14/2010-FAS, celebrado em 10 de maio de 2010, decorrente da Tomada de Preço nº. 1/2010-FAS, Processo nº. 5/2010-FAS, para contratação de empresa para prestação de serviços de Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, conforme Termo de Compromisso nº. 303097-67/2009, entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, através da Caixa Econômica Federal.

Considerando o artigo 57, I, cc. 65, I, "a" da Lei Federal nº 8666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando que o Termo de Compromisso n.º 303097-67/2009 - CEF, tem vigência até 31 de julho de 2011 e nosso contrato foi firmado a partir do dia 10 de maio de 2010 e vigência até 31 de dezembro de 2010;

Considerando que até a presente data a Etapa 03 - Estratégia de Ação/Proposta não foi apresentada; também considerando que a Prefeitura Municipal estará em Período de Férias a partir do dia 17 de dezembro de 2010;

Considerando que mesmo que a Consultoria entregue o objeto mencionado acima, os membros da Equipe Técnica de Acompanhamento estarão em férias e não poderão se reunir para deliberar pela análise, Aprovação ou reprovação da respectiva etapa;

Considerando in tese que a Equipe Técnica reunasse; o último pagamento, somente será feito após a aprovação da mesma etapa pela CEF;

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O Contrato Administrativo nº. 14/2010-FAS, passa a vigor até 31 de julho de 2011;

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

E.U CONSULTORIA E PLANEJAMENTO SC LTDA
Fátima Maria Franz Hermes
CPF nº. 297.282.400-82
CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Resultado das Provas Objetivas do Concurso Público Nº01/2010 - GAB - PMS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010 – GAB/PMS

RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVAS DO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SCHROEDER (SC)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER, Felipe Voigt, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder, tendo em vista a autorização legislativa para a realização de concurso público no ano corrente, consubstanciada na Lei Municipal nº. 1.751/2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, resolve,

TORNAR PÚBLICO.

1º - A divulgação das notas da prova escrita objetiva dos candidatos inscritos no Concurso Público para os cargos de seu Quadro de Pessoal, para provimento de vagas existentes, quando vierem a existir ou que forem criadas dentro do prazo de validade do Concurso, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2010.

2º - A CONVOCAÇÃO dos candidatos classificados para apresentação dos títulos, a ser realizada nos dias 20 e 21 de janeiro de 2011, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro do município de Schroeder, podendo os candidatos comparecerem ao local, nos horários das 8h às 11h 30 min. e das 14h às 16h 30 min.

3º - Os candidatos deverão trazer toda documentação exigida conforme o Edital de Concurso Público Nº 001/2010 no item 9.10

RELAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA, CONFORME O CARGO

RESULTADO FINAL DA PROVA OBJETIVA - CONCURSO PÚBLICO 001/2010

Cargo: 2.1 - Auxiliar de Serviços Gerais I / 2.1.1 - Geral - 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
9881	IVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	9,6	CLASSIFICADO
15652	ADRIANA FERREIRA DE SOUZA	9,1	CLASSIFICADO
10448	BERNADETE MARIA BELON FAGUNDES	8,1	CLASSIFICADO
14664	ADEMIR JOSÉ PEREIRA	8,0	CLASSIFICADO
12807	RAQUEL KESKE	7,6	CLASSIFICADO
14672	PAULA LISIANE ANDRADE NUNES	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.1 - Servente / 2.1.2 – Geral – 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
11088	PAULA CRISTINA GÓIS DA LUZ FERREIRA	9,6	CLASSIFICADO
5142	MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS	9,1	CLASSIFICADO
5126	ANDREIA CZECHOWSKI DE OLIVEIRA	8,9	CLASSIFICADO
11134	SILMARA DE FÁTIMA CORDEIRO NEUBURGER	8,7	CLASSIFICADO
4669	SUELI MARIANE EISCHSTADT RAMOS	8,7	CLASSIFICADO
12580	CRISTINE AMORIM	8,5	CLASSIFICADO
5061	IZABEL SANTOS DE CAMPOS	6,5	CLASSIFICADO
9903	CLAIR MARIA VARGAS	6,0	CLASSIFICADO
14443	ZENEIDE LEITE SEVERO PEREIRA	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.2 – Instrutor de Dança / 2.2.1 – Geral – 20H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15008	RUDINEI ERICH SCHROEDER	6,2	CLASSIFICADO

Cargo: 2.3 – Psicopedagogo / 2.3.1 – Geral – 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
13285	LUCIANA HORNBERG PINI	7,9	CLASSIFICADO
9989	MAITÉ ZANELLA	7,9	CLASSIFICADO
12475	ERICKSON JONES LIMA	7,1	CLASSIFICADO
15768	CHARLENE TEREZA WEBER RIBEIRO	7,0	CLASSIFICADO
9296	SCHEILA CRISTINA DA SILVA	6,3	CLASSIFICADO
15873	LOURDES ZELFELD ZOZ	6,1	CLASSIFICADO
15610	SOLANGE EMILIA RUFGA	6,0	CLASSIFICADO
12726	CLERECI ALVES PEREIRA	4,9	DESCLASSIFICADO
15806	IVANICE DIAS FURTADO	4,5	DESCLASSIFICADO
14109	IRACI JASTER FISCHER	4,1	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.1 - Professor A - Educação Infantil - 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
5916	VANESSA CRISTINA BASSO	8,3	CLASSIFICADO
4936	BÁRBARA ALVES RIBEIRO	7,8	CLASSIFICADO
5290	EUNICE ESTER GONÇALVES	7,7	CLASSIFICADO
4774	SHEILA ADRIANA MÜLLER	7,6	CLASSIFICADO
14052	MICHELE SCHADE	7,3	CLASSIFICADO
5622	ANDRÉIA VIANA BILCK	6,7	CLASSIFICADO

4642	JÉSSICA DA SILVA	6,7	CLASSIFICADO
12653	DÉBORA MARIA ALMEIDA MAGALHÃES BRITO	6,6	CLASSIFICADO
13382	CAROLINE RAFAELA CABRAL	6,6	CLASSIFICADO
13102	ANDRÉIA RICHTER WERMEIER	6,6	CLASSIFICADO
5207	NOEMI SILVANA RIEDEL	6,4	CLASSIFICADO
15717	ALINE CRISTINA ZIPF	6,3	CLASSIFICADO
8508	ENILDA CRISTIANE LOPES DIOGO	6,3	CLASSIFICADO
5088	KATIA DA COSTA	6,3	CLASSIFICADO
15970	ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEWANDOSKI	6,2	CLASSIFICADO
15881	DAYANNE DO PRADO	6,1	CLASSIFICADO
7978	ANDREA CRISTINA DA SILVA	6,0	CLASSIFICADO
6394	JULIANA CRISTINA MOHR	6,0	CLASSIFICADO
12467	CLAUDETE REGINA DAMBROS ALVES DE OLIVEIRA	5,9	CLASSIFICADO
6220	JESSICA JACOBI	5,8	CLASSIFICADO
14001	CRISTIANE KIENEN	5,6	CLASSIFICADO
7307	CLAÚDIA APARECIDA POSTAI	5,5	CLASSIFICADO
12696	KAROLINE LINS DE CARVALHO	5,2	CLASSIFICADO
6270	ALEXANDRA SCHEUER	5,1	CLASSIFICADO
9865	ANA MARIA CORDEIRO	5,0	CLASSIFICADO
7030	NATÁLIA DE BRITO LOPES	5,0	CLASSIFICADO
4375	CRISTINA MEURER BONILHA	5,0	CLASSIFICADO
9377	DHIULLIA HERIKA FERREIRA DOS SANTOS	4,7	DESCLASSIFICADO
10995	ENEKELY ZIMMERMANN	4,6	DESCLASSIFICADO
6106	CLEONICE DELMASCHIO DA SILVA	4,6	DESCLASSIFICADO
5525	NATHALY FRANCIELI BRUM ALFARO	4,6	DESCLASSIFICADO
4871	PRISCILA APARECIDA RIGO	4,5	DESCLASSIFICADO
14060	PATRICIA DE LIMA	3,8	DESCLASSIFICADO
14320	GIRLENE NASARIO NASCIMENTO	3,4	DESCLASSIFICADO
6629	LILIA KLAUMANN	3,3	DESCLASSIFICADO
10022	IONA ALVES SOARES	3,2	DESCLASSIFICADO
9857	IRACI LUCIA KOCHER	2,8	DESCLASSIFICADO
5452	PATRICIA DOS SANTOS	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO
6858	ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

11002	JOSEANE CORRÊA FURTADO	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO
-------	------------------------	----------------------	-----------------

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.2 - Professor A - Educação Infantil - 30H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
16020	LIDIANA AMALIA STURMER	7,4	CLASSIFICADO
5835	JACQUELINE APARECIDA DA SILVA	6,7	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.3 - Professor A - Educação Infantil - 20H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
13900	JACQUELINE WANDERLEY MARASCA	7,9	CLASSIFICADO
5614	JACILDA DO NASCIMENTO SANTOIS	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.4 - Professor A - Ensino Fundamental - 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
5843	LIVANEYDE MARIA LINS	7,6	CLASSIFICADO
10375	KETLIN DISLAINE KONELL	7,5	CLASSIFICADO
10014	VERTUDE DAS GRAÇAS MONTEIRO	7,4	CLASSIFICADO
6009	VANDERLEIA PADILHA VERBINEN	7,1	CLASSIFICADO
11177	CLAUDIANE MARIA EHLKE VIEIRA	6,8	CLASSIFICADO
8915	ROBERTA MEIRELES GONZALES	6,2	CLASSIFICADO
5002	MARINEY APARECIDA CARVALHO DA SILVA	6,1	CLASSIFICADO
10910	MARIA ELEAN BUENOMERA	6,0	CLASSIFICADO
15083	GEZIANE MACHADO	5,8	CLASSIFICADO
15946	PATRICIA DA SILVA	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.5 - Professor A - Ensino Fundamental – 20H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
6840	RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA	5,5	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.6 - Professor C - Educação Infantil – 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15989	ANDREA RIBEIRO BARBOZA	8,4	CLASSIFICADO
7200	MARA VIERA	7,6	CLASSIFICADO
10340	SHEILA CRISTINA TONIOTTI LEMES DE SOUZA	7,5	CLASSIFICADO
7048	JAKELINE CHIODINI	7,5	CLASSIFICADO
15687	ANERY SALETE CORREIA	7,1	CLASSIFICADO
10235	ELSINIRA PORATH BORGMANN	6,9	CLASSIFICADO
15032	MARIA ELIZA PEITRUKA	6,9	CLASSIFICADO

5517	SIMONE LINZMEYER DA LUZ	6,8	CLASSIFICADO
13293	ROSENEIA OESTEREICH	6,7	CLASSIFICADO
5860	MARLENI LINDNER	6,3	CLASSIFICADO
8281	SIBELE CRISTINE KIST	5,9	CLASSIFICADO
15911	TANIA CLEIA FIGUR	5,5	CLASSIFICADO
7293	DEISE MARA KLITZKE	5,3	CLASSIFICADO
14532	CATIA CRISTINA STINGHEN	5,1	CLASSIFICADO
14974	CRISTIANE APARECIDA DILSCHNEIDER	5,0	CLASSIFICADO
15695	NATALIA APARECIDA RIBEIRO ALVES BREY	2,7	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.7 - Professor C - Educação Infantil – 30H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
8257	MARILU DE FÁTIMA DO PRADO SANDOR	7,6	CLASSIFICADO
4804	MARIA FERNANDA SCABURI	6,1	CLASSIFICADO
15954	SHARA JESSICA ROSA	4,7	DESCLASSIFICADO
15059	HELEN NARA RAPOSO DOS SANTO SCHULTZ	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.8 - Professor C - Educação Infantil – 20H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
14982	MAIARA DE FÁTIMA STORIDE LARA PRESTES	9,2	CLASSIFICADO
10120	CLAIR TEREZINHA NOVACKMOTA	7,4	CLASSIFICADO
15776	NOELI MASKE KRAEMER	7,1	CLASSIFICADO
13617	CAROLINE PRICILA NART	6,7	CLASSIFICADO
12734	CATIÚSSA PEREIRA KOVALSKI	4,6	DESCLASSIFICADO
9105	ILENE BESEN ROHLING	4,2	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.9.1 - Professor C – Ensino Fundamental – Educação Física – 40H			
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
12718	DANIELLE MONTEMOR PICHETH	7,5	CLASSIFICADO
8443	CAMILA DE LIMA	7,0	CLASSIFICADO
14010	SANDRIGO BITENCOURT	6,7	CLASSIFICADO
13188	WILLIAM COTHOVISKY	6,6	CLASSIFICADO
4383	TIAGO ROQUE GRZYBOWSKI	6,5	CLASSIFICADO
13854	EDUARDO RUBIK	6,3	CLASSIFICADO
5231	KAMILA DOMINGUES	6,2	CLASSIFICADO

7536	ELCIO KAUS GOMES	6,0	CLASSIFICADO
10197	JUCINEIA FORMIGARI	5,7	CLASSIFICADO
14656	GIANE SARDANHA	5,4	CLASSIFICADO
4553	ROGERIO OHF	5,4	CLASSIFICADO
13870	DIOGO MARTINS VIEIRA	5,3	CLASSIFICADO
7560	ROZEMAR PAULI	5,0	CLASSIFICADO
7137	PAULO ROBERTO FERREIRA DE PAULA	5,0	CLASSIFICADO
15750	CARINA PARABONI VOLTZ	4,7	DESCLASSIFICADO
9970	IRES FERREIRA	4,5	DESCLASSIFICADO
13242	MÔNICA GONÇALVES FLÔRES	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.10.1 - Professor C – Ensino Fundamental – Educação Física – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15679	LUIZ EUGÊNIO ANDERLE	7,0	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.1 - Professor C – Ensino Fundamental – Inglês – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15075	MÉRILIN ALINE RAASCH STEFFENS	7,4	CLASSIFICADO
14460	DAIANA FONSECA MALUCHE	5,3	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.3 - Professor C – Ensino Fundamental – Ciências – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
8990	ANDREIA RAFAELLI	8,0	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.4 - Professor C – Ensino Fundamental – História – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
6190	CARLOS ALBERTO GOMES	NÃO REALIZOU A PROVA	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.5 - Professor C – Ensino Fundamental – Geografia – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
10901	EDMUNDO SPLITTER NETO	5,5	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.6 - Professor C – Ensino Fundam. – Língua Portuguesa – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
13340	GEOSANIA EVANGELISTA DA SILVA GIELOW	7,2	CLASSIFICADO

11185	CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS PROENÇA	7,1	CLASSIFICADO
-------	---------------------------------------	-----	--------------

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.7 - Professor C – Ensino Fundamental – Matemática – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
14354	JANI JOÃO POSSAMAI	7,5	CLASSIFICADO
14621	KELY EISENBRAUN RIGON KELM	7,3	CLASSIFICADO
8320	LIDIANI STEFANSKI FIPKE	7,1	CLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.11.8 - Professor C – Ensino Fundamental – Artes – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15113	KATTY DAISY FIGUR HOLDERRIED	4,9	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.13.1 - Professor C – Ensino Fundamental – 40H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
15784	DÉBORA TATIANA CORDEIRO ZEILMANN	7,4	CLASSIFICADO
6068	ROSANI GUIMARÃES JENZURA	7,1	CLASSIFICADO
7021	SANDRA APARECIDA MONTEIRO LUTHER	6,8	CLASSIFICADO
4685	ALVINICE HADLICH FRITZEN	5,5	CLASSIFICADO
9369	JOICE LENHARDT	4,7	DESCLASSIFICADO
14990	SONIA PEREIRA DOS SANTOS	3,2	DESCLASSIFICADO

Cargo: 2.4 – Professor / 2.4.14.1 - Professor C – Ensino Fundamental – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
4561	ELAINE CRISTINA MAESTRI BOLDUANN	7,9	CLASSIFICADO
8303	ARLENE DA SILVA ROPELATO	5,1	CLASSIFICADO
10030	ROBERTA DE OLIVEIRA SILVEIRA	4,5	DESCLASSIFICADO

4º Mantém-se inalteradas as demais disposições do Edital n.º 001/2010 – GAB/PMS.

Schroeder (SC), 15 de dezembro de 2010.
ARMELINDA WALZ SCHMITT
Presidente da Comissão do Concurso Público

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Decisão da Autoridade Superior - Auto de Notificação de Infração n.º 0061/2010

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Auto de Notificação de Infração n.º 0061/2010

Portaria n.º 3.761/2010

Objeto: Análise de construção irregular - demolição.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer Técnico realizado pela Comissão nomeada pela Portaria n.º 3.761/2010, que se manifesta pela irregularidade da edificação que está sendo construída no imóvel situado à Rua n.º 500 - Erich Froehner, na localidade de Schroeder I, em propriedade de Manoel Rosa de Jesus, bem como pela remoção da edificação supra identificada, com base no preconizado no art. 48, III e IV, da Lei Municipal n.º 1.439/2004, de 30 de novembro de 2004, DETERMINA-SE que seja notificado o proprietário para que, no prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento dessa decisão, e do laudo que a acompanha, promova a remoção integral da edificação irregular ali iniciada. Caso não haja manifestação ou ação do proprietário no prazo estipulado, fica desde já determinado que a Fiscalização de Obras e Posturas, em conjunto com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, promova a retirada da edificação irregular, nos termos do laudo técnico, recolhendo os materiais eventualmente restantes ao pátio da Prefeitura Municipal de Schroeder, para retirada posterior pelo proprietário, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ao final do qual ao mesmo será dada a destinação conforme a necessidade pública assim demandar.

Determina-se à Fiscalização de Obras e Posturas que notifique pessoalmente e por escrito o proprietário do imóvel, da presente decisão, oferecendo-lhe cópia da mesma e do laudo técnico acostado.

Base Legal: Arts. 47 a 50 da Lei Municipal n.º 1.439/2004, de 30 de novembro de 2004.

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 13 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DA: COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO

PARA: GABINETE DO PREFEITO

Assunto: Medidas cabíveis em relação a edificação sobre Área de Preservação Permanente - (APP)

Local: Rua Nº 500 - Erich Froehner - Schroeder I - Schroeder

Proprietário: Manoel Rosa de Jesus

PARECER TÉCNICO

Vimos através deste, emitir nosso posicionamento com base na Lei Federal Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal, e suas alterações dadas pela Lei Federal Nº 7.803 de 18 de Julho de 1989.

Conforme visita técnica ao local indicado pelo fiscal de obras e posturas desta prefeitura, Sr. Elmer Sandro Quadros, avaliamos e constatamos que a edificação de madeira existente encontra - se dentro da Área de Preservação Permanente do Rio Oriente, pois, dista da margem esquerda deste apenas 12,00 metros.

De acordo com o Art. 2º do Código Florestal, consideram - se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestal e

demaís formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d' água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1- de 30 (trinta) metros para cursos d' água de menos de 10 (dez) metros de largura.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar - se - á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Portanto, neste caso está ocorrendo um desrespeito a Lei Federal. Desta forma, entendemos que a administração municipal deve tomar as medidas cabíveis para que seja removida a edificação do local.

Schroeder/SC, 09 de dezembro de 2010.

Atenciosamente

LETÍCIA GAZOLA MARCELO DA SILVA

Engª Ambiental - CREA/SC 098468-8 Eng. Civil - CREA/SC 054209-1

Membro da Comissão Membro da Comissão

WALDIR GABRIEL REINEHER

Eng. Civil - CREA/PR S4 100000-7

Membro da Comissão

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1915

LEI Nº1.915, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal decretou, e eu sanciono a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Siderópolis para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos mil reais), da seguinte forma:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 24.180.000,00 (vinte e quatro milhões cento e oitenta mil reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 6.320.000,00 (seis milhões trezentos e vinte mil reais);

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Artigo 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 27.015.000,00 (vinte e sete milhões e quinze mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal – Poder Executivo em R\$ 21.275.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) e em R\$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais) as Transferências Financeiras

Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para a Fundação Municipal de Cultura e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	26.337.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.250.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	220.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	55.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.122.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	410.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	3.880.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	3.730.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.202.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.202.000,00)
	SOMA:	27.015.000,00
	TOTAL:	27.015.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO	920.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.200.000,00
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	615.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.655.000,00
07	SECRETARIA DE OBRAS	7.770.000,00
08	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.285.000,00
10	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.400.000,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	380.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
	SOMA:	21.275.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	3.220.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social	630.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social	330.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura	780.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	780.000,00
	SOMA:	5.740.000,00
	TOTAL:	27.015.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

02	Judiciária	920.000,00
04	Administração	2.815.000,00
06	Segurança Pública	125.000,00
12	Educação	6.125.000,00
15	Urbanismo	1.085.000,00
17	Saneamento	550.000,00
18	Gestão Ambiental	480.000,00

20	Agricultura	805.000,00
23	Comércio e Serviços	100.000,00
26	Transporte	6.290.000,00
27	Desporto e Lazer	530.000,00
28	Encargos Especiais	1.400.000,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00
	SOMA:	21.275.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	3.220.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social	630.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social	330.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura	780.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	780.000,00
	SOMA:	5.740.000,00
	TOTAL:	27.015.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Encargos Gerais	1.400.000,00
002	Gestão Administrativa Superior	920.000,00
003	Administração Geral e Financeira	2.815.000,00
004	Aprendendo e Crescendo	6.125.000,00
005	Esporte e Lazer	530.000,00
006	Desenvolvimento Urbano e Habitação	380.000,00
007	Serviços de Utilidade Pública	4.835.000,00
008	Urbanização de Vias	2.935.000,00
009	Agricultura e Meio Ambiente	1.285.000,00
099	Reserva de Contingência	50.000,00
	SOMA:	21.275.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	3.220.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social	630.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social	330.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura	780.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	780.000,00
	SOMA:	5.740.000,00
	TOTAL:	27.015.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	14.717.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.800.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	7.800.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	260.000,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	260.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.657.000,00
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	412.000,00
3.3.50.00.00.00		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	6.245.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	6.508.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.748.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.748.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	760.000,00

4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	760.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	50.000,00
SOMA:		21.275.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde		3.220.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social		630.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social		330.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura		780.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES		780.000,00
SOMA:		5.740.000,00
TOTAL:		27.015.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.220.000,00 (três milhões, duzentos e vinte mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.470.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	2.030.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.975.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	220.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00
SOMA:		2.250.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		3.220.000,00
TOTAL:		5.470.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.470.000,00
SOMA:		5.470.000,00
TOTAL:		5.470.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	5.470.000,00
SOMA:		5.470.000,00
TOTAL:		5.470.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

010	SAÚDE PARA TODOS	5.470.000,00
SOMA:		5.470.000,00
TOTAL:		5.470.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	5.000.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.050.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	3.050.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.950.000,00
	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.50.00.00.00	Sem Fins Lucrativos	390.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.560.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	470.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	470.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	470.000,00
SOMA:		5.470.000,00
TOTAL:		5.470.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	55.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	165.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	165.000,00
SOMA:		220.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		630.000,00
TOTAL:		850.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

16	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	850.000,00
SOMA:		850.000,00
TOTAL:		850.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	850.000,00
SOMA:		850.000,00
TOTAL:		850.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

011	ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	850.000,00
SOMA:		850.000,00
TOTAL:		850.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	627.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	220.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	407.000,00
	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.50.00.00.00	Sem Fins Lucrativos	250.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	157.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	223.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	223.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	223.000,00
SOMA:		850.000,00
TOTAL:		850.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Artigo 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 685.000,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	5.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	350.000,00
SOMA:		355.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	330.000,00
TOTAL:		685.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	685.000,00
SOMA:		685.000,00
TOTAL:		685.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16	HABITAÇÃO	685.000,00
SOMA:		685.000,00
TOTAL:		685.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

006	DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	685.000,00
SOMA:		685.000,00
TOTAL:		685.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	80.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	605.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	605.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	605.000,00
SOMA:		685.000,00
TOTAL:		685.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Artigo 6º - O Orçamento da entidade DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	485.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	450.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	175.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.000,00
SOMA:		660.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	780.000,00
TOTAL:		1.440.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	1.440.000,00
SOMA:		1.440.000,00
TOTAL:		1.440.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13	CULTURA	1.440.000,00
----	---------	--------------

SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

012 CULTURA E TURISMO	1.440.000,00
SOMA:	1.440.000,00
TOTAL:	1.440.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.115.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.090.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.085.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	325.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	325.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	325.000,00
SOMA:		1.440.000,00
TOTAL:		1.440.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE SIDERÓPOLIS

Artigo 7º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2011 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	780.000,00
SOMA:	780.000,00
TOTAL:	780.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 CÂMARA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS	780.000,00
SOMA:	780.000,00
TOTAL:	780.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 LEGISLATIVO	780.000,00
SOMA:	780.000,00
TOTAL:	780.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001 PROCESSO LEGISLATIVO	780.000,00
SOMA:	780.000,00
TOTAL:	780.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	775.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	665.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	665.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	110.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
SOMA:		780.000,00
TOTAL:		780.000,00

Artigo 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99 Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL:	50.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após apreciação e aprovação do Legislativo, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Artigo 10 – (Revogado).

Artigo 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, pelo Chefe do Poder Executivo, somente após apreciação do Poder Legislativo.

Artigo 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14 - Durante o Exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Artigo 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município, devendo sempre, após, serem remetidos ao Poder Legislativo para homologação.

Artigo 17 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 18 - Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 19 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2011 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, na que couber.

Artigo 20 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 15 de Dezembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 393, de 17 de Dezembro de 2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 393, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010
Dispõe sobre Incentivos Econômicos e Estímulos Fiscais para empreendimentos que se estabeleçam no Município, ou nele ampliem suas atividades, cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico; e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Timbó poderá conceder, a requerimento da parte interessada nos moldes estabelecidos nesta Lei Complementar, ou quando entender conveniente sua intervenção na economia local, incentivos econômicos e estímulos fiscais:

- I - a empreendimentos econômicos de interesse social estabelecidos ou que venham a se estabelecer no Município, objetivando a diversificação, o incremento da atividade econômica e a geração e/ou manutenção de renda e/ou empregos diretos e/ou indiretos;
II - às empresas já existentes e que transfiram suas atividades para novas instalações junto aos setores próprios no Município ou aqueles que ampliem os seus estabelecimentos em no mínimo um terço de sua área edificada e, ao mesmo tempo, aumentem o número de empregos, ou ainda, introduzam novas tecnologias na empresa, superiores a trinta por cento do seu capital social.
III - para atividades voltadas à capacitação e qualificação de empreendedores, empresários e trabalhadores, além de formas associativas de produção e comercialização, tais como incubadoras, condomínios empresariais, fundações, cooperativas e consórcios.

CAPÍTULO II DOS ESTÍMULOS FISCAIS E DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS

Art. 2º Os estímulos e incentivos, a que se refere o art. 1º, poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente de:

I - estímulos fiscais:

- a) isenção de até cem por cento dos impostos municipais, pelo prazo máximo de até cinco anos, exceto o Imposto Sobre Serviços, este com isenção de no máximo até 50% cinquenta por cento, pelo prazo máximo de até 5 anos;
b) isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a instalação de novo empreendimento econômico, bem como sobre a construção ou ampliação das instalações;
c) prorrogação do prazo para o recolhimento dos tributos municipais;
d) isenção de taxas de licença para participação e/ou realização de feiras e/ou eventos comerciais e/ou industriais a serem realizadas no município de Timbó por empreendimentos econômicos já estabelecidos ou que venham a se estabelecer no município;
II - incentivos econômicos:
a) doação ou concessão do direito real de uso de áreas de terras necessárias à implementação ou ampliação do empreendimento econômico, em locais adequados, observadas inclusive as regras dispostas no Plano Diretor do Município;
b) execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infra-estrutura necessários à implantação ou ampliação pretendida;
c) permuta de áreas em atendimento a solicitações de empresas,

desde que enquadrado nas demais exigências desta Lei Complementar;

d) cessão de posse provisória de imóveis, quando concedida pelo Poder Judiciário à Prefeitura através de processo de desapropriação judicial (em caráter liminar ou não);

e) cessão gratuita ou onerosa de espaço pelo período de vinte e quatro meses, em condomínios, incubadores empresariais ou em unidades individuais;

f) outros incentivos econômicos, tais como a elaboração de projetos, serviços de consultoria e desmembramento de terras, em se tratando de empreendimento considerado de relevante interesse para o Município.

§1º Os critérios a serem considerados para concessão dos estímulos fiscais de que trata o inciso I do presente artigo serão regulamentados pelo poder executivo, que deverá observar quando de sua concessão, o que dispõe as normas de finanças públicas e gestão fiscal.

§2º Os estímulos fiscais constantes do inciso I deste artigo, quando concedidos a empreendimentos econômicos já existentes, somente atingirão o acréscimo efetivamente realizado em concordância com o projeto específico aprovado pelo Poder Executivo e de acordo com esta Lei Complementar, com exceção do disposto na alínea "d" do aludido dispositivo.

§3º A concessão dos incentivos previstos nos incisos II, alíneas b e f deste artigo, somente serão deferidos após a verificação e disponibilidade do atendimento junto às respectivas secretarias responsáveis para sua execução.

§4º A concessão dos estímulos fiscais e incentivos econômicos de que trata o presente artigo será procedida por ato do Prefeito após aprovação do requerimento nos moldes disciplinados na presente Lei Complementar e em regulamento próprio.

§5º Para a concessão dos incentivos econômicos descritos nas alíneas "a" e "c" do inciso II deste artigo além da aprovação do requerimento nos moldes do parágrafo anterior, será exigida para sua efetiva implementação expressa autorização legislativa.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 3º O empreendimento econômico interessado na obtenção dos incentivos econômicos e/ou estímulos fiscais constantes desta Lei Complementar, deverá encaminhar ao Prefeito, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Timbó, requerimento/projeto instruído com toda a documentação necessária à comprovação do atendimento dos requisitos objetivos à implementação da medida, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º Serão considerados para fins de concessão dos benefícios de que trata a presente Lei Complementar, prioritariamente requerimentos/projetos em função de:

I - alcance social;

II - incremento e/ou manutenção de emprego e renda e emprego direto e indireto;

III - montante de investimentos;

IV - utilização de matéria-prima local;

V- atividade pioneira;

VI - aplicação de alta tecnologia;

VII - efeito multiplicador da atividade;

VIII - obras sociais ou comunitárias.

Parágrafo único. Caberá ao Prefeito através de decreto estabelecer de forma objetiva os métodos/documentos para avaliação do atendimento dos requisitos a serem demonstrados pelo empreendimento econômico para obtenção dos incentivos e /ou estímulos de que trata a presente Lei Complementar.

Art. 5º Não terão direitos aos incentivos econômicos e/ou estímulos fiscais desta Lei Complementar, aquelas empresas que:

I - a qualquer tempo tenham sido beneficiadas com incentivos econômicos e/ou estímulos fiscais do Município e não tenham atendido aos propósitos que justificaram a concessão;

II - tenham débitos vencidos perante a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal; e

III - no período anterior à vinte e quatro meses do pedido, tenham alienado área de terras de sua propriedade e de seus sócios.

CAPÍTULO IV

DAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS AOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6º Às entidades beneficiadas com os incentivos econômicos e estímulos fiscais é vedado:

I - alienar e/ou penhorar, a qualquer título, os terrenos recebidos do Poder Público Municipal antes de decorridos dez anos do início das atividades do empreendimento beneficiado pela presente Lei Complementar;

II - dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei Complementar, antes de decorridos dez anos do início ou ampliação das atividades.

Parágrafo único. O disposto neste artigo, não se aplica aos casos em que o beneficiado da presente Lei Complementar, necessite oferecer o imóvel doado em garantia de financiamento junto às instituições financeiras, para ampliação de seu parque industrial, ou seja, para edificações e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, bem como formação de Capital de Giro necessário, desde que a cláusula de reversão e demais obrigações sejam garantidas por hipoteca em 2º Grau, em favor do Município - doador ou concedente do benefício e mediante específica autorização legislativa.

Art. 7º Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei Complementar quando a empresa deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei Complementar, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis a espécie.

§ 1º O valor devido poderá ser recolhido em até dez parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente pela Unidade Fiscal do Município (UFM).

§ 2º Comprovada a má fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei Complementar, o poder público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos acrescidos de multa de trinta por cento, sem prejuízos de outras penalidades legais cabíveis.

Art. 8º Reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal as áreas doadas ou concedidas a título de incentivo econômico, com as benfeitorias nelas realizadas, quando não utilizadas em suas finalidades propostas no requerimento/projeto encaminhado ao poder executivo.

Art. 9º Os beneficiados por esta Lei Complementar estarão obrigados a recolher aos cofres públicos do Município, em uma só vez, valor equivalente a totalidade dos incentivos econômicos e/ou estímulos fiscais recebidos, acrescidos de juros legais, atualização monetária e multa de cem por cento, caso decidam por instalar outro negócio e/ou por se transferir para outro município, sem que estejam cumprindo com os propósitos que justificaram a concessão dos benefícios, antes que decorridos dez anos do início de gozo destes.

Art. 10. Os benefícios previstos na presente Lei Complementar não poderão atingir importância superior a vinte por cento do total das imobilizações previstas no requerimento/projeto apresentado ao poder executivo para análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 11. A concessão total ou parcial e a manutenção dos incentivos e estímulos relacionados no art. 2º, fica condicionada ao cumprimento, por parte da empresa beneficiada, dos compromissos assumidos e aceitos constantes do despacho concessório e demais atos a ele vinculados.

Art. 12. Constarão do respectivo documento de doação ou cessão de direito real de uso feita nos termos desta Lei Complementar,

cláusulas que cite expressamente as condições referidas neste capítulo.

CAPITULO V

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 13. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE) é um órgão consultor e de assessoria do Poder Executivo Municipal, criado para orientar através de parecer, sobre a concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais objetivando o desenvolvimento econômico ou tecnológico do Município.

§ 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE) será constituído de nove membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte composição:

I - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ou representante;

II - Secretário Municipal da Fazenda e Administração ou representante;

III - Secretário Municipal de Articulação Política e Institucional ou representante;

IV - Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente ou representante;

V - Secretário de Obras e Serviços Urbanos ou representante;

VI - Representante da Associação Comercial e Industrial de Timbó (ACIMVI);

VII - Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó e Região;

VIII - Representante das Micro e Pequenas Empresas;

IX - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó (CDL);

§ 2º Os representantes serão nomeados pelo Prefeito, sendo que na hipótese dos incisos VI a IX será precedida de indicação das respectivas entidades através de lista tríplice, da qual serão destacados um titular e um suplente.

§ 3º O CMDE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quantas vezes for necessário, mediante prévia convocação, nos termos estabelecido em seu regimento interno.

§ 4º O mandato é de dois anos, facultando o exercício em períodos consecutivos.

§ 5º Os membros do CMDE não perceberão qualquer remuneração, sendo os seus serviços considerados relevantes ao Município.

§ 6º Em caso de vaga, impedimento definitivo, ou falta injustificada de algum membro do CMDE à três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, o Prefeito nomeará um substituto que tenha a mesma origem do substituído, podendo fazer o uso da lista tríplice anteriormente apresentada.

§ 7º O CMDE será presidido pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 8º O CMDE terá seu regimento interno aprovado em assembléia e homologado por decreto do Prefeito.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As despesas decorrentes da aplicação dos termos desta Lei Complementar, correrão por conta dos orçamentos vigentes, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, inclusive por conta de recursos disponíveis, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 15. Para dar efetividade aos termos desta Lei Complementar, competirá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - a orientação aos empreendedores, inclusive no que tange a elaboração do requerimento para concessão do benefício pretendido;

II - a recepção dos requerimentos/projetos;

III - a análise técnica prévia de viabilidade dos requerimentos/projetos;

IV - o encaminhamento dos processos ao CMDE para parecer;

V - secretariar os trabalhos desenvolvidos pelo CMDE para consecução dos objetivos descritos na presente Lei Complementar;

VI - encaminhar as providências necessárias à concretização dos atos de doação/concessão e ou cessão de imóvel;

VII - contratar técnicos para avaliar e opinar a respeito de projetos complexos e que necessitem de estudos mais detalhados, elaborando laudos nos quais o CMDE se baseará para emitir parecer;

VIII - a fiscalização do cumprimento da presente Lei Complementar.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam convalidados os atos de incentivos econômicos realizados nos termos da Lei Complementar nº 06, de 28 de outubro de 1993, no período de 13 de dezembro de 2007 até data de publicação da presente Lei Complementar.

Art. 18. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 61, de 03 de julho de 1995 e nº 223, de 17 de outubro de 2002.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei Complementar foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 17 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

Lei Nº 2493, de 17 de Dezembro de 2010

LEI Nº 2493, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL (PMEF).

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Educação Fiscal no Município de Timbó (PMEF), em consonância com o objetivo e as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF):

I - criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado brasileiro e os cidadãos, conscientizando-os a respeito:

a) dos valores éticos, morais, de justiça, cidadania e solidariedade;

b) dos aspectos do Estado brasileiro;

c) do orçamento público, receitas públicas, despesas públicas e transparência pública;

d) da função sócio-econômica dos tributos e da justiça fiscal, facilitadores do cumprimento voluntário das obrigações tributárias;

e) do controle social dos recursos públicos.

II - promover ações integradas de combate à sonegação fiscal, contrabando, descaminho, pirataria, informalidade, corrupção e desperdício de dinheiro público.

Art. 3º A abrangência do Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) dar-se-á nos seguintes módulos, com implantação simultânea:

I - Educação infantil da rede pública e privada;

II - Ensino fundamental da rede pública e privada;

III - Ensino médio da rede pública e privada;

IV - Educação de jovens e adultos da rede pública e privada;

V - Educação profissional da rede pública e privada;

VI - Ensino superior da rede pública e privada;

VII - Agentes públicos;

VIII - Sociedade em geral.

Art. 4º A implementação do Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) ficará a cargo do Grupo de Educação Fiscal do Município de Timbó (GEFM), cujas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos seguintes componentes:

I - Comissão Mista Permanente de Educação Fiscal do Município de Timbó (CMPEF);

II - pelo menos um representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio de convênio;

III - pelo menos um representante da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio de convênio;

IV - pelo menos um representante da Secretaria de Estado da Educação, por meio de convênio;

V - representantes dos demais órgãos e entidades públicas e privadas, por meio de convênios ou acordos.

Art. 5º Fica criada a Comissão Mista Permanente de Educação Fiscal do Município de Timbó (CMPEF), composta por pelo menos um representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração e um representante da Secretaria Municipal de Educação, nomeados por ato do Prefeito, com a finalidade de implementar o Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF).

Art. 6º O Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) terá dotação orçamentária própria alocada junto às dotações disponíveis à Secretaria de Administração e Finanças, além de outras fontes de financiamento públicas ou privadas.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Fazenda e Administração e à Secretaria Municipal de Educação estabelecer normas complementares para o cumprimento desta lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 17 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto No 2177, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO No 2177, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-206,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
09636	01 CPU Marca Byte On	R\$ 800,00
11103	01 Micro computador Pentium 4 - 1.6/ S478, 512K Cache	R\$ 2.758,99

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
08607	01 Impressora Deskjet 895 Cxi	R\$ 300,00
x-x-x	01 Estabilizador Ernemax 300VA, na cor Preta - sem tarjeta	x-x-x-x

x-x-x	01 Placa-Mãe PCCHIPS P53G - S/N: PCBO447480 - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	02 Caixas de Som Creative SBS10 - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	02 Caixas de Som Boss AC-691P - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	02 Caixas de Som AOPEN MS-691 - S/N: 19911024 - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	01 Estabilizador Ernemax 300VA, na cor Preta - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	01 Placa-Mãe PCCHIPS P53G - S/N: PCBO447480 - sem tarjeta	x-x-x-x
x-x-x	02 Caixas de Som Creative SBS10 - sem tarjeta	x-x-x-x

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
08599	01 Telefone Intelbras com chave	R\$ 30,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2157, de 22 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2157, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 608,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

03.02.004.123.0016.2022. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.02.004.123.0016.2022. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2022. MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 608,00
TOTAL 608,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 608,00 (seiscentos e oito reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.02.004.123.0016.2022. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.02.004.123.0016.2022. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2022. MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 608,00
TOTAL 608,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 22 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2158, de 22 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2158, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 12.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.04.028.845.0007.0013 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.04.028.845.0007.0013 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
25.04.028.845.0007.0013 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.60000 Superávit Financeiro Ano anterior 12.000,00
TOTAL 12.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 22 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2159, de 22 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2159, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.800,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

21.01.023.695.0036.2200 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
21.01.023.695.0036.2200 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS
21.01.023.695.0036.2200 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO EXERC. ANT. 2.800,00
TOTAL 2.800,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

21.01.023.695.0036.2200 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
21.01.023.695.0036.2200 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS
21.01.023.695.0036.2200 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. POR. ENTRE ORGÃOS
0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO EXERC. ANT. 2.800,00
TOTAL 2.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 22 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2160, de 24 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2160, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 60.000,00
TOTAL 60.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2161, de 24 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2161, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

16.01.008.244.0080.2216. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.01.008.244.0080.2216. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS
16.01.008.244.0080.2216. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 3.500,00
TOTAL 3.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0080.2216. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.01.008.244.0080.2216. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS
16.01.008.244.0080.2216. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. POR. ENTRE ORGÃOS
0.10000 VINCULO LIVRE 3.500,00
TOTAL 3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 24 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2168, de 30 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2168, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.546,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17/12/2009,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

03.02.004.123.0016.2022. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.02.004.123.0016.2022. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2022. MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 5.546,00
TOTAL 5.546,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 5.546,00 (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.02.004.123.0016.2022. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2022. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2022. MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 1.836,00
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 3.710,00
TOTAL 5.546,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 30 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

Decreto Nº 2169, de 30 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2169, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 3.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.04.004.122.0018.1013. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.04.004.122.0018.1013. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
03.04.004.122.0018.1013. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUP. FIN. DO EXERC. ANTERIOR 3.000,00
TOTAL 3.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 30 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2170, de 30 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2170, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 180.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 55.000,00
11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 120.000,00
TOTAL 175.000,00
04.03.012.361.0022.2054. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2054. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2054. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 5.000,00
TOTAL 5.000,00
total 180.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 30 de novembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2172, de 1º de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2172, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 160.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.10.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 130.000,00
TOTAL 130.000,00
15.01.010.301.0070.2154. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2154. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.010.301.0070.2154. MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 30.000,00
TOTAL 30.000,00
TOTAL GERAL 160.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 1º de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2173, de 1º de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2173, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE 106.500,00
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE 9.200,00
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE 34.300,00
TOTAL 150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC
Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 1º de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2174, de 1º de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2174, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 2.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0080.2216. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.01.008.244.0080.2216. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS
16.01.008.244.0080.2216. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.15200 OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO ASSIST. SOCIAL 2.200,00
TOTAL 2.200,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 1º de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2175, de 1º de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2175, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 11.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2.443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, à conta de anulação no valor total de R\$ 11.500,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.400,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.02.004.123.0016.2026. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.02.004.123.0016.2026. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2026. MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 10.400,00
TOTAL 10.400,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.02.004.123.0016.2026. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.02.004.123.0016.2026. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
03.02.004.123.0016.2026. MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 10.400,00
TOTAL 10.400,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.100,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2054. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2054. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 IMPOSTOS PARA EDUCAÇÃO 1.100,00
TOTAL 1.100,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2054. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.361.0022.2054. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 IMPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO 1.100,00
TOTAL 1.100,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 1º de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2178, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2178, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 789.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

02.01.004.122.0011.2006. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL
02.01.004.122.0011.2006. ASSESSORIA DO GABINETE
02.01.004.122.0011.2006. MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 20.000,00
TOTAL 20.000,00
02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL
02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00
TOTAL 50.000,00
03.04.004.122.0018.1013. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.04.004.122.0018.1013. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
03.04.004.122.0018.1013. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 40.000,00
 TOTAL 40.000,00
 03.05.028.843.0005.0002. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRAÇÃO MUNICIPAL
 03.05.028.843.0005.0002. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO
 03.05.028.843.0005.0002. DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCAR-
 GOS DO PODER EXECUTIVO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 320000.00 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
 329000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 21.600,00
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 460000.00 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
 469000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 35.200,00
 TOTAL 56.800,00
 04.01.012.306.0020.2044. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.01.012.306.0020.2044. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 04.01.012.306.0020.2044. MERENDA ESCOLAR DOS NEIS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 33.514,76
 TOTAL 33.514,76
 04.02.012.306.0020.2048. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.02.012.306.0020.2048. UNIDADES PRE-ESCOLARES
 04.02.012.306.0020.2048. MERENDA ESCOLAR DAS UPES
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.685,24
 TOTAL 5.685,24
 07.01.015.121.0040.1043. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E
 MEIO AMBIENTE
 07.01.015.121.0040.1043. PLANEJAMENTO URBANO
 07.01.015.121.0040.1043. EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSI-
 LIOS PARA TECNOLOGIA
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 12.000,00
 TOTAL 12.000,00
 08.02.026.451.0054.1081. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 URBANOS
 08.02.026.451.0054.1081. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0054.1081. OBRAS EM PASSEIOS PÚBLICOS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00
 TOTAL 50.000,00
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICI-
 PIO
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
 09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDAD-
 NIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 17.000,00
 TOTAL 17.000,00
 08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 URBANOS
 08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 302.000,00
 TOTAL 302.000,00
 08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 URBANOS
 08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS - OUTROS 202.000,00
 TOTAL 202.000,00
 RESUMO
 0.10000 VINCULO LIVRE 587.000,00
 0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS 202.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 789.000,00 (setecentos e oitenta e nove mil reais), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRAÇÃO MUNICIPAL
 03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00
 TOTAL 50.000,00
 03.05.028.845.0007.0004. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRAÇÃO MUNICIPAL
 03.05.028.845.0007.0004. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO
 03.05.028.845.0007.0004. CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO
 PASEP PMT
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00
 TOTAL 30.000,00
 04.01.012.365.0020.1017. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.01.012.365.0020.1017. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 04.01.012.365.0020.1017. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFOR-
 MA DOS NEIS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 77.000,00
 TOTAL 77.000,00
 04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 20.000,00
 TOTAL 20.000,00
 04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES
 04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00
 TOTAL 5.000,00
 04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
 04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDA-
 MENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO

300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 405.000,00
TOTAL 405.000,00
08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS
08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS - OUTROS 202.000,00
TOTAL 202.000,00
RESUMO
0.10000 VINCULO LIVRE 587.000,00
0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS 202.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2179, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2179, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 160.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 160.000,00
TOTAL 160.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2180, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2180, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCAI HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
445000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00
TOTAL 60.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0080.2216. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.01.008.244.0080.2216. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS
16.01.008.244.0080.2216. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00
TOTAL 60.000,00
TOTAL FMAS 60.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2181, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2181, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 6.819,89.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 VINCULO LIVRE 6.819,89
TOTAL 6.819,89

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 6.819,89 (seis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.1241. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.01.027.813.0090.1241. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO
19.01.027.813.0090.1241. OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 6.819,89
TOTAL 6.819,89

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2182, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2182, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 54.280,11.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

02.03.006.182.0013.2010. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL
02.03.006.182.0013.2010. DEFESA CIVIL
02.03.006.182.0013.2010. MAN. DA DEFESA CIVIL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 8.000,00
TOTAL 8.000,00
04.02.012.306.0020.2048. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.02.012.306.0020.2048. UNIDADES PRE-ESCOLARES
04.02.012.306.0020.2048. MERENDA ESCOLAR DAS UPES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 7.948,30
TOTAL 7.948,30
04.03.012.365.0022.2052. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.365.0022.2052. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.365.0022.2052. MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 7.331,81
TOTAL 7.331,81
04.03.012.361.0022.2060. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2060. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2060. INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00
TOTAL 5.000,00
10.01.016.482.0066.2108. FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT
10.01.016.482.0066.2108. FHT
10.01.016.482.0066.2108. MANUTENÇÃO DO FHT.
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 8.000,00
TOTAL 8.000,00
08.02.015.451.0052.1069. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.02.015.451.0052.1069. OBRAS MUNICIPAIS
08.02.015.451.0052.1069. CEMITÉRIOS MUNICIPAIS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 18.000,00
TOTAL 18.000,00
TOTAL ANULAÇÃO 54,280,11

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 54.280,11 (cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e onze centavos), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados

no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.1241. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.01.027.813.0090.1241. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO
19.01.027.813.0090.1241. OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 54.280,11
TOTAL 54.280,11

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2183, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2183, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 190.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCAI HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
445000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 VINCULO LIVRE 90.000,00
TOTAL 90.000,00
15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00
0.10200 REC. IMP. TRANSF. IMP. SAUDE 50.000,00
TOTAL 100.000,00
TOTAL FMS 190.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010,

no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCAI HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 140.000,00
0.10200 REC. IMP. TRANSF. IMP. SAUDE 50.000,00
TOTAL 190.000,00
TOTAL FMS 190.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2184, de 10 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 2184, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 51.180,11.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2443, de 17 de dezembro de 2009, c/c Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2010:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
0.10000 VINCULO LIVRE 21.180,11
TOTAL 21.180,11
22.01.013.392.0094.2248. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2248. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2248. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS
0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00
TOTAL 30.000,00
TOTAL FCT 51.180,11

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010, no valor de R\$ 51.180,11 (cinquenta e um mil, cento e oitenta reais e onze centavos), autorizado pela Lei nº 2489, de 10 de dezembro de 2010, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2250. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2250. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2250. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00
TOTAL 30.000,00
22.01.013.392.0094.2254. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2254. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2254. MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE
TOTAL 21.180,11
TOTAL FCT 51.180,11

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 10 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Portaria Nº 1721, de 1º Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1721, DE 1º DEZEMBRO DE 2010

Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR-RITO SUMÁRIO Nº 02/2010 e designa a Comissão Processante Especial para apurar a incidência da servidora Maria Marinita Machado, nas condutas preconizadas no artigo 126, incisos II e III da LC 01/93, especificamente por abandono do cargo e/ou inassiduidade habitual.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos artigos 126 incisos II e III c/c 127 e 128 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

Considerando a Comunicação Interna, expedida pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, datada de 16 de novembro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário nº 02/2010, nos termos do parágrafo único do artigo 128 c/c 127 da LC01/93, para apurar as condutas praticadas pela servidora MARIA MARINITA MACHADO, admitida para o exercício de emprego público efetivo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeada pela Portaria nº 2590, de 07 de abril de 2008, o qual, em tese, violou o disposto no art. 126, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93.

Art.2º DESIGNAR, para integrar a Comissão Processante Especial (conforme art. 127 inciso I da Lei Complementar nº 01/93), os servidores JOICE STOLLMEIER KROENKE, JEFERSON CARLOS SIEGA E VANESSA LUANA JOST, para, sob a presidência do primeiro, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão do processo a que se refere o inciso anterior, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 127 §7º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-C0928, de 02 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0928, de 02 de dezembro de 2010

Cessa, a pedido, a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria nº SEMFA-C0526, de 11/02/2010, a contar de 03 de fevereiro de 2010.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigo 93, § 1º, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º. a pedido, cessar a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria N.º SEMFA- C0526, de 11/02/2010, à servidora ROSANE FRONZA PURIN, a contar de 10 de dezembro do corrente, conforme Processo nº RH10-0026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C0937 de 06 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0937 de 06 de dezembro de 2010
Concede Promoção por Nova Titulação ou Qualificação a servidora Joice Stollmeier Kroenke.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1.998, RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

- a Servidora ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Joice Stoll-meier Kroenke	GP 32	GP 33	20/09/2010	RH06-0272

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2010; 140º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C0938 de 06 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0938 de 06 de dezembro de 2010

Concede Promoção por Nova Titulação ou Qualificação a servidora Solange Liesenberg.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

- a Servidora ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Solange Liesenberg	SG 20	SG 21	01/12/2010	RH10-0198

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2010; 140º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C0939 de 06 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0939 de 06 de dezembro de 2010

Concede Promoção por Nova Titulação ou Qualificação ao servidor Marcone Pereira Amorim.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1.998, RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

- ao Servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Marcone Pereira Amorim	GP 90	GP 95	05/11/2010	RH10-0199

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2010; 140º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C0940 de 06 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0940 de 06 de dezembro de 2010

Concede Promoção por Nova Titulação ou Qualificação ao servidor Fabricio Daniel Campestrini.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

- ao Servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Fabricio Daniel Campestrini	GP 69	GP 70	18/11/2010	RH06-0378

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2010; 140º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C0941 de 06 de dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA-C0941 de 06 de dezembro de 2010

Concede Promoção por Nova Titulação ou Qualificação a servidora Margot Friedmann Zetche.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

- a(o) Servidor(a) ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Margot Friedmann Zetche	GP 72	GP 73	11/11/2010	RH05-0413

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2010; 140º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA_C0936, de 06 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº SEMFA_C0936, de 06 de Dezembro de 2010

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a ser pago junto à Folha Competência Dezembro/2010, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Cérgio Luiz Stinghen	RH03-0191	19.01.2004/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No 1705, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1705, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º Contratar Temporariamente, a servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCADOR INFANTIL B-18

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Marli Regina Leomil Junqueira Konell (Subst.Elizete Campreghe, que se encontra em Lic. Para Trat.de Saúde)	15/03/62	107.452.788-76	40h	17/11/2010 a 01/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1707, de 18 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1707, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Onigenito Farias (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Proc. Seletivo / Conc.Público)	06/08/50	379.636.869-72	44h	18/11/2010 a 28/02/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1710, de 22 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1710, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados para o cargo de Professor-Ensino Fundamental, no período de 23/11/2010 a 17/12/2010.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, contratados temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/11/2010 até 17/12/2010:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Leandro Ferreira Vieira	1494/2010	21h	12h
Patrícia Pereira Kraemer	1494/2010	21h	12h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1714, de 23 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1714, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera temporariamente a carga horária de servidor contratado para o cargo de Professor-Ensino Fundamental, no período de 01/11/2010 a 17/12/2010.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, contratado temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental, no período de 01/11/2010 até 17/12/2010:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA

Marlon Janke	1531/2010	36h	24h
--------------	-----------	-----	-----

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1715, de 23 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1715, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º Contratar Temporariamente, a servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCADOR INFANTIL B-18

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Fabiola Janaina Tomasini (Subst.Maria de Lurdes Zink, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	20/12/85	009.254.079-17	40h	23/11/2010 a 07/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1701, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1701, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispensa e designa profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

1. DISPENSAR o Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família-PSF, abaixo relacionado, a contar de 08 de novembro do corrente:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PORTARIA QUE DESIGNOU
Norbert Neumayr	Médico Diretor Técnico	Nº 913/2010

2. DESIGNAR profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionado, a contar de 09 de novembro do corrente:

NOME	CARGO/FUNÇÃO
Otávio Nickhorn e Silva	Médico Diretor Técnico

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1702, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1702, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Designa a Servidora Dilma Tomelin Girardi para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, RESOLVE:

DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada, a contar de 1º de novembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Dilma Tomelin Girardi	FG-1	50	Coordenação do Pronto Socorro

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1703, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Designa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º Designar profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionadas:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
Maria Girola felippi	Auxiliar de Enfermagem	16/11/2010
Sarita Lucia Machado Zumach	Auxiliar de Enfermagem	16/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1706, de 18 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1706, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR C

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Lindaura dos Santos (Subst.Cristiane Henkels Hartmann, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	23/01/54	652.199.459-04	20h	18/11/2010 a 01/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1711, de 23 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1711, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Ariana Seberino

da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, contar de 10 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.49 da Lei Complementar no 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ARIANA SEBERINO DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeada pela Portaria nº 2859, de 1º de julho de 2008, do Quadro de Servidores Públicos do Município, a contar de 10 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de novembro 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1713, de 23 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1713, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Luis Carlos Miranda dos Santos, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas, a contar de 22 de novembro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal Luis Carlos Miranda dos Santos, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1172, de 11 de março de 2010, alterada pelas Portarias nº 1346, de 31/05/2010; nº 1460, de 19/07/2010 e nº 1614, de 30/09/2010, a contar de 22 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1717, de 29 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1717, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Sandra Morawski Martins, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 1º de dezembro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal SANDRA MORAWSKI MARTINS, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1529, de 24 de agosto de 2010, alterada pela Portaria nº 1634, de 04 de outubro de 2010, a contar de 1º de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1718, de 01 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1718, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera redação da Portaria nº 1213, de 01/08/2006, alterada pela Portaria nº 1912, de 15/06/2007, que concedeu Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais ao Servidor Werner Reichel.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº SPE-07/00493603 relativo à aposentadoria do servidor Werner Reichel, onde apontou irregularidade no método de cálculo dos proventos integrais concedidos através da portaria nº 1213, de 01/08/2006, alterada pela Portaria nº 1912 de 15/06/2007, em especial a não utilização do valor da média aritmética simples das 80% maiores contribuições nos termos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10887, de 18/06/2007, e no art. 40, §§ 3º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 41/03; Considerando-se que com o fito de sanar a irregularidade apontada fora instaurado o processo RH nº 10-0178, efetivando-se a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao calculo dos proventos;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a redação da Portaria nº 1213, de 01/08/2006, alterada pela Portaria 1912 de 15/06/2007, que concedeu Aposentadoria Por Invalidez decorrente de acidente de trabalho com proventos integrais ao servidor Werner Reichel passando de: " correspondente à R\$ 649,16, representado pela referência de vencimento 01 do plano de carreira - LC nº 137/98, acrescido de Gratificação por Tempo de Serviço (03%) e Adicional Noturno (20%), conforme processo nº RH03-0083, a contar desta data." PARA " no valor de R\$ 531,76, correspondente a média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações desde 01/07/1999, nos termos do artigo 1º da Lei 10.887/2004 c/c art. 40, §§3º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003", tudo conforme documentação anexada no processo de revisão de aposentadoria nº RH 10-0178.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1723, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1723, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Clemira Borsa Lorenzi (Subst.Ingeburg Kelermann, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	12/07/57	637.010.149-49	44h	01/12/2010 a 17/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1725, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1725, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ottmar Klug, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.49 da Lei Complementar no 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal OTTMAR KLUG, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria nº 253, de 30 de junho de 1999, do Quadro de Servidores Públicos do Município, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-C0933, de 06 de Dezembro de 2.010

PORTARIA No SEMFA-C0933, de 06 de Dezembro de 2.010

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes do cargo de Educadoras Infantis.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, RESOLVE:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Elisa Suely Maas Bona	D-26	D-27	07/10/2010	RH07-0064
Neusa Maria Bock Horst	C-19	C-20	05/10/2010	RH09-0135

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Dezembro de 2.010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C0934, de 06 de Dezembro de 2.010

PORTARIA No SEMFA-C0934, de 06 de Dezembro de 2.010

Concede Progressão Funcional para servidora ocupante do cargo de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis

Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, RESOLVE:
RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Elisa Suely Maas Bona	C-26	D-26	07/10/2010	RH07-0063

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Dezembro de 2.010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C0935, de 06 de Dezembro de 2.010

PORTARIA No SEMFA-C0935, de 06 de Dezembro de 2.010
Concede Progressão Funcional para servidora ocupante do cargo de Professora.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, alterado pela Lei Complementar nº 162, de 17/12/99, RESOLVE:
RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Cristiane Henkels Hartmann	C-11	D-11	20/10/2010	RH00-198

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Dezembro de 2.010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria Nº 1719, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1719, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010
Exonera Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Jaime Joel Avendano Jara	Diretor do Departamento Articulação Política e Institucional/CC-2	Nº 1622, de 01/10/2010

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Daniel Huf Souza	Diretor do Departamento da Fazenda / CC-2	Nº 1409, de 01/07/2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Fabiano Martins Adriano	Diretor do Departamento de Trânsito / CC-2	Nº 1174, de 15/03/2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Elson Antonio Aparecido Marson Junior	Diretor do Departamento de Saúde/CC-2	Nº 1664, de 28/10/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1720, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1720, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010
Nomeia Servidores Públicos Municipais para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com os artigos 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores Públicos Municipais abaixo

relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Jaime Joel Avendano Jara	Assessor Institucional de Comunicação Social / DAS-2	92
Daniel Huf Souza	Diretor do Departamento de Articulação Política e Institucional / CC-2	76

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Fabiano Martins Adriano	Assessor Institucional de Trânsito / DAS-2	92

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Elson Antonio Aparecido Marson Junior	Assessor Institucional de Saúde / DAS-2	92

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Greice Paula Cuco	Coordenador do Serviço de Defesa do Consumidor / CC-4	52

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1704, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 1704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, e Decreto nº 1.959, de 1º de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação da Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
------	----------------------------	--------------

Fabiana A.Nones Zumach	1665/2010	17/12/2010
Jéssica Popowicz	1647/2010	05/12/2010
Jusceli Aparecida de Oliveira	1648/2010	17/12/2010
Liurana G.Raddatz	1566/2010	01/04/2011
Marli Popeng Costa	1405/2010	01/04/2011
Monica Zafanelli da Cruz Lima	1641/2010	01/12/2010
Solange Delfino Gadotti	1626/2010	16/11/2010
Tatiana Regina Michelson	1665/2010	17/12/2010
Vanessa F. Kannenberg	1603/2010	17/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1708, de 19 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 1708, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010, RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores, abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Moacir Popeng	1565/2010	28/02/2011
Nelsio Reinert	1565/2010	28/02/2011
Valdecir Antonio Martins	1608/2010	28/02/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ademir José Perreira	1614/2010	28/02/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1709, de 21 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 1709, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde e

Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora, abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Eunice Manoela de Oliveira	1677/2010	22/11/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1712, de 23 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 1712, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera Portarias referentes a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adauto Martins de Oliveira	1614/2010	28/02/2011
Ademar Hannebach	1614/2010	28/02/2011
Ademir de Borba	1614/2010	28/02/2011
Adriano Dallabona	1614/2010	28/02/2011
Adriano Klemz	1614/2010	28/02/2011
Almir Rogério Stolf	1614/2010	28/02/2011
Ana Paula Preuss	1614/2010	28/02/2011
Antenor Novadezeski Ascari	1614/2010	28/02/2011
Augusto Vital Dognini	1614/2010	28/02/2011
Bruno Roedel	1614/2010	28/02/2011
Clovis Alberto Kruger	1614/2010	28/02/2011
Crispim da Silveira	1614/2010	28/02/2011
Cristiano Rodrigues	1614/2010	28/02/2011
Ditmar Hackbarth	1614/2010	28/02/2011
Domingo Pereira	1614/2010	28/02/2011
Dorival Negherbon	1614/2010	28/02/2011
Edegar Lombardi	1614/2010	28/02/2011
Elirio Stolf	1614/2010	28/02/2011

Elvis José Costa	1623/2010	28/02/2011
Emerson Roberto Sanches	1614/2010	28/02/2010
Engelberto Franz	1614/2010	28/02/2010
Enrstfried Withoeft	1614/2010	28/02/2010
Hermogênio Domingos Bastos	1614/2010	28/02/2010
Hitalo Thiago Rafael de Souza	1623/2010	28/02/2011
Ivanor J. Diogo Correa	1614/2010	28/02/2010
Jair Strupp	1614/2010	28/02/2010
Jairo Bartel	1614/2010	28/02/2010
Jean Carlo Schwaemmie	1614/2010	28/02/2010
João Dutra Ribeiro	1614/2010	28/02/2011
João Luiz dos Santos	1614/2010	28/02/2011
João Moraes	1614/2010	28/02/2011
Jocimar Rogério de Borba	1614/2010	28/02/2011
Jorge de Oliveira	1614/2010	28/02/2011
José Mauricio Alves de Souza	1682/2010	28/02/2011
Leônidas Costa da Silva	1614/2010	28/02/2011
Luis Carlos Miranda dos Santos	1614/2010	28/02/2011
Maico Kroenke	1614/2010	28/02/2011
Marcelo Juliano da Silveira	1614/2010	28/02/2011
Marcio Cardoso	1614/2010	28/02/2011
Maria Luiza Kretzer	1614/2010	28/02/2011
Natal Ferretti	1614/2010	28/02/2011
Nelson Cordeiro	1614/2010	28/02/2011
Nivaldo Luiz Bernardo	1614/2010	28/02/2011
Orival Tancon	1614/2010	28/02/2011
Paulo Roberto Lorenzetti	1614/2010	28/02/2011
Raul Kleinschmidt	1614/2010	28/02/2011
Renaldo Arthur Giotti	1666/2010	28/02/2011
Rogério Carl	1666/2010	28/02/2011
Romário Greter	1697/2010	28/02/2011
Tarcísio de Oliveira	1614/2010	28/02/2011
Valmor Helbrecht	1614/2010	28/02/2011
Vanderlei Anacleto Cardoso	1614/2010	28/02/2011
Verônica Sepka	1614/2010	28/02/2011
Vilmar Pereira	1614/2010	28/02/2011
Walmor Valentim Theiss	1614/2010	28/02/2011
Wanderley Ferrari	1614/2010	28/02/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1716, de 26 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 1716, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora, abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Maria Girola Felippi	1692/2010	01/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1722, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1722, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Altera a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009, que reconstitui a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009, que reconstitui a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, designando:

PRESIDENTE: OSVALDO ROBERTO BRODWOLF - cargo: Coordenador de Serviços, em substituição ao Nilton Theilacker
Vice-Presidente:

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1724, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1724, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Procuradoria Geral do Município.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras, abaixo relacionadas:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Amanda Fischer Miguel	1624/2010	30/06/2011
Sílvia Beatriz Fischer	1476/2010	30/06/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-C0943 de 14 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº SEMFA-C0943 de 14 de dezembro de 2010.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Paulo Sergio Borges da Cruz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor PAULO SERGIO BORGES DA CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por dezoito (18) dias, a contar de 13/11/2010, conforme Processo RH10-0207;

I - com remuneração integral do cargo no período de 29/10 à 12/11/2010 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 13/11 à 30/11/2010 (18 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C0929 de 06 de dezembro de 2010.

PORTARIA NºSEMFA-C0929 de 06 de dezembro de 2010.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor João Alberto Mergen.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- ao servidor JOÃO ALBERTO MERGEN, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por vinte e dois (22) dias, a contar de 09/11/2010, conforme

Processo RH10-0195;

I - com remuneração integral do cargo no período de 25/10 à 08/11/2010 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 09/11 à 30/11/2010 (22 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C0930 de 06 de dezembro de 2010.

PORTARIA NºSEMFA-C0930 de 06 de dezembro de 2010.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Almeri Aparecida dos Passos Mafra.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- a servidora ALMERI APARECIDA DOS PASSOS MAFRA, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por quatro (04) dias, a contar de 09/12/2010, conforme Processo RH10-0195;

I - com remuneração integral do cargo no período de 24/11 à 08/12/2010 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 09/12 à 12/12/2010 (04 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C0931 de 06 de dezembro de 2010.

PORTARIA NºSEMFA-C0931 de 06 de dezembro de 2010.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- a servidora DORELISE MOHR KRUGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por setenta e seis (76) dias, a contar de 27/11/2010, conforme Processo RH09-0139;

I - com remuneração integral do cargo no período de 12/11 à 26/11/2010 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 27/11 à 11/02/2011 (76 dias).0

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C0932 de 06 de dezembro de 2010.

PORTARIA NºSEMFA-C0932 de 06 de dezembro de 2010.
Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor João Alberto Mergen.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- ao servidor JOÃO ALBERTO MERGEN, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por sessenta e dois (62) dias, a contar de 01/12/2010, conforme Processo RH10-0195;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C0942 de 13 de dezembro de 2010.

PORTARIA NºSEMFA-C0942 de 13 de dezembro de 2010.
Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Milton Gonçalves Gomes.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- ao servidor MILTON GONÇALVES GOMES, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta e seis (36) dias, a contar de 07/12/10 a 11/01/2011, conforme Processo RH03-0208.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata Registro de Preço Pregão Nº. 34/2.010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.010.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 118/2.010.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2.010.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 2.010, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa DUTTY EDITORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA - ME, CNPJ nº. 07.795.041/0001-60, com sede e foro na Cidade de CURITIBA - PR, cito a Rua Miguel Romanel, 94, Bairro Água Verde; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	690,00000	UNID	119,9000	82.731,00	CADERNO IDENTIDADES HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDIGENA.
002	600,00000	UNID	68,7000	41.220,00	CADERNO BRASILI-DADE HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDIGENA.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 03 (TRES) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da

proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 34/2.010 - Procedimento Administrativo nº. 118/2.010, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 14 de dezembro de 2.010.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

DUTTY EDITORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA - ME
CNPJ nº. 07.795.041/0001-60
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
Nilton Avanir Hurmus
2 _____
Jacy de Fatima Abuda

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de licitação Nº123/2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 123/2010
Edital de Pregão Presencial nº 56/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata, para aquisição materiais de construção, utilizados para a Construção de sanitários junto ao Lar de Idoso, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas até às 9h00min do dia 30/12/2010
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 16 de Dezembro de 2010
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.463/10

LEI Nº 2.463/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 68.659,49 (sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 68.659,49

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 68.659,49

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

17 - Fundo Mun.Direitos da Criança e do Adolescente
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
2.074 - Manutenção do Fundo da Criança e Adolescência
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 24.326,72

17 - Fundo Mun.Direitos da Criança e do Adolescente
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
2.075 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 44.332,77

TOTAL DAS ANULAÇÕES 68.659,49

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2461/10

LEI Nº 2.461/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 63.478,31 (sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.667,17
3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 43.811,14
3.1.91.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 63.478,31

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.070 - Assistência ao Idoso
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 21.832,79

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.667,17
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 21.978,35

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.073 - Assistência Comunitária
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 63.478,31

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2462/10

LEI Nº 2.462/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 94.657,76 (noventa e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 94.657,76

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 94.657,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.070 - Assistência ao Idoso
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 15.850,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.071 - Assistência ao Portador de Deficiência
3.3.9.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 500,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 67.559,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.073 - Assistência Comunitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.748,76

TOTAL DAS ANULAÇÕES 94.657,76

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2464/10

LEI Nº 2.464/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 192.043,96 (cento e noventa e dois mil, quarenta e três reais e noventa e seis centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria de Administração
01 - Administração
2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 159.220,77
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 32.823,19

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 192.043,96

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
02 - Assessoria de Imprensa
2.004 - Manutenção da assessoria de Imprensa
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 8.874,00

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
03 - Controle Interno
2.005 - Manutenção do Controle Interno
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 19.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.015 - Indenizações e Restituições
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 30.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.019 - Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 7.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.020 - Subvenção a FEMARP
3.3.5.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Ensino Fundamental
2.031 - Merenda Escolar - PNAE
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.828,14

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 986,99

07 - Secretaria Municipal de Educação
04 - Departamento de Ensino Médio
2.040 - Bolsa de Estudos
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.011,19

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.045 - Sinalização de Vias Urbanas
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 24.232,24

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.046 - Manutenção da Limpeza Pública
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 26.261,28

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.051 - Manutenção de Praças, Parques e Jardins
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.748,87

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.053 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.509,47
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 4.989,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 620,68

3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 3.500,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.055 - Festividades Culturais do Município

3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 913,95

3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 15.460,19

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.056 - Manutenção do Museu

3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.433,24

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.057 - Manutenção da Banda Municipal

3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 1.761,28

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.058 - Manutenção do Observatório

3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 16.913,44

TOTAL DAS ANULAÇÕES 192.043,96

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.599/10

DECRETO Nº 9.599/10 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 27.750,00 (Vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

02 - Encargos Especiais

2.014 - Contribuição ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 13.100,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 14.650,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 27.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá

à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9594/10

DECRETO Nº 9.594/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.461/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 63.478,31 (sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.667,17

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 43.811,14

3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 63.478,31

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 21.832,79

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.667,17

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 21.978,35

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 63.478,31

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9595/10

DECRETO Nº 9.595/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.462/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 94.657,76 (noventa e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 94.657,76

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 94.657,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.070 - Assistência ao Idoso
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 15.850,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.071 - Assistência ao Portador de Deficiência
3.3.9.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 500,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 67.559,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.073 - Assistência Comunitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.748,76

TOTAL DAS ANULAÇÕES 94.657,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9596/10

DECRETO Nº 9.596/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.463/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 68.659,49 (sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 68.659,49

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 68.659,49

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

17 - Fundo Mun.Direitos da Criança e do Adolescente
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
2.074 - Manutenção do Fundo da Criança e Adolescência
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 24.326,72

17 - Fundo Mun.Direitos da Criança e do Adolescente
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
2.075 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 44.332,77

TOTAL DAS ANULAÇÕES 68.659,49

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9597/10

DECRETO Nº 9.597/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.464/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 192.043,96 (cento e noventa e dois mil, quarenta e três reais e noventa e seis centavos), no orçamento

vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria de Administração
01 - Administração
2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 159.220,77
3.1.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 32.823,19

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 192.043,96

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
02 - Assessoria de Imprensa
2.004 - Manutenção da assessoria de Imprensa
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 8.874,00

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
03 - Controle Interno
2.005 - Manutenção do Controle Interno
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 19.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.015 - Indenizações e Restituições
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 30.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.019 - Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 7.000,00

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.020 - Subvenção a FEMARP
3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Ensino Fundamental
2.031 - Merenda Escolar - PNAE
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.828,14

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 986,99

07 - Secretaria Municipal de Educação
04 - Departamento de Ensino Médio
2.040 - Bolsa de Estudos
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.011,19

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.045 - Sinalização de Vias Urbanas
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 24.232,24

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.046 - Manutenção da Limpeza Pública
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 26.261,28

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.051 - Manutenção de Praças, Parques e Jardins
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.748,87

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.053 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 9.509,47
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 4.989,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 620,68
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 3.500,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.055 - Festividades Culturais do Município
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 913,95
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 15.460,19

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.056 - Manutenção do Museu
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 2.433,24

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.057 - Manutenção da Banda Municipal
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 1.761,28

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.058 - Manutenção do Observatório
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 16.913,44

TOTAL DAS ANULAÇÕES 192.043,96

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1439/10

PORTARIA nº 1439/10

Admite Ezequiel Wegner para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria de Nomeação nº 1373/10, de 03 de novembro de 2010 e o Termo de Posse nº 007/2010, de 26 de novembro de 2010,

RESOLVE

Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, EZEQUIEL WEGNER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1440/10

PORTARIA nº 1440/10
Coloca a servidora Ezequiel Wegner à disposição da Junta Comercial do Município

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Colocar EZEQUIEL WEGNER, Técnico de Nível Superior, E-PE-ANS-I-A, à disposição da Junta Comercial do Município de Videira, com ônus para a origem, em caráter precário e por prazo indeterminado, a contar de 13 de dezembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1441/10

PORTARIA nº 1441/10
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5274/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ADEMAR DREHER, Agente Operacional Especializado II, CE07M, de 08 de novembro de 2010 até 08 de fevereiro de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de julho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2011.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

REVOGAÇÃO Pregão Presencial Nº 80/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2010 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 80/2010-FMS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO DO SAMU DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, foi revogada por razões de interesse público. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49)35669034.

Videira, 15 de Dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Associações

AMFRI

Resolução Nº 01 de 16 de Dezembro de 2010

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO LEGAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITA

Luzia Lourdes Coppi Mathias, Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Estatuto Social, RESOLVE:
Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

Parágrafo Único - O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Resolução substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 2º - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

Art. 3º - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Art. 4º - Serão objeto de publicação as resoluções editadas a partir de 01 de janeiro de 2010 e todos os demais atos administrativos editados a partir da vigência desta resolução.

Parágrafo Único - Além da publicação na forma estabelecida nesta Resolução, também será utilizado a divulgação no endereço eletrônico www.amfri.org.br e no mural público localizado na recepção da sede desta Associação.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Presidente da AMFRI

Portaria Nº 01 de 03 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 01 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

DESIGNA MEMBROS PARA INSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

Luzia Lourdes Coppi Mathias, Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 2º da Lei Federal 8.666/93. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado os servidores Célio José Bernardino, Secretário Executivo, Roberto Silva dos Santos, Assessor Técnico, e, Cirino Adolfo Cabral Neto, Assessor Jurídico, para instituírem a Comissão Permanente de Licitação da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

Art. 2º - A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

- I - Presidente: Célio José Bernardino;
- II - Membro: Roberto Silva dos Santos;
- III - Membro: Cirino Adolfo Cabral Neto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Presidente da AMFRI

Consórcios

CIS/AMUREL

Ata da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CIS-AMUREL

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel

CNPJ. 02.715.882/0001-05

04.11.2010 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às 14h30m, em segunda chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos da AMUREL, para Assembléia Geral Extraordinária, os prefeitos: Sr. Jaime Wensing – Prefeito Municipal de Armazém; Sr. Evanísio Uliano – Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Silvio Heidemann – Prefeito Municipal de Rio Fortuna; Sr. Celso Heidemann – Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima; Sra. Leonete Back Loffi – Prefeita Municipal de São Martinho; Sr. Luiz Carlos Brunel Alves – Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Estevão Guizoni – Vice-Prefeito do Município de Grão Pará; Sr. Ademir Gensing – Prefeito Municipal de São Ludgero e Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva – Prefeito Municipal de Tubarão. Participaram ainda, o Coordenador Técnico-Administrativo do CIS-Amurel, o Sr. Edson Nunes; o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Jorge Leonardo Nesi, a Contadora do CIS/ Amurel, Srta. Patrícia Vieira Martins, e o Assessor Jurídico da Amurel, o Dr. Fábio Borges. Após saudar os presentes, a Presidente do Cis/Amurel, Sra. Leonete Back Loffi, de imediato determinou ao Coordenador Técnico-Administrativo a leitura da convocação desta assembléia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. A Presidenta do CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios Consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 04 de novembro de 2010, às 14.00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios Consorciados, em primeira convocação, e às 14h30m, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios Consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão a seguinte matéria: 1. =DELIBERAÇÕES DO CIS/AMUREL=. Tubarão, 29 de outubro de 2010. LEONETE BACK LOFFI, Presidenta do CIS-AMUREL. Em seguida a presidenta Leonete salientou sua preocupação com o ocorrido na assembléia do dia 28 de outubro, onde foi gerada uma polêmica constrangedora, devido as declarações da coordenadora do Colegiado de Saúde da Amurel. Alguns prefeitos se manifestaram e o Prefeito de Tubarão, Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva, colocou aos presentes que, as decisões são exclusivas dos Prefeitos e o Colegiado de Saúde deveria ser um órgão orientador, que oferecesse sugestões, no sentido de colaborar, auxiliando acerca do Consórcio. Destacou ainda, na importância do Colegiado de Saúde, como um órgão de apoio e assessoramento ao Consórcio. Em seguida, foram chamados para participarem da segunda parte da assembléia, os Secretários de Saúde dos municípios consorciados: Clair Eduardo, de Sangão; Lucia Terezinha Giordani Volpato, de Braço do Norte; Janete I. Felipe Pavanate, de São Ludgero; Marieta O. Bittencourt, de Santa Rosa de Lima; Lea Lopes de Oliveira, de Imbituba e Eliane Fregulia, de Rio Fortuna. Também a Sra. Tanara Cidade de Souza, coordenadora do Colegiado de Saúde da Amurel e a Técnica em Saúde, Francismari Rossi Lessa, do município de Braço do Norte.

A Presidenta Leonete deixou a palavra livre para os Secretários de Saúde e representantes dos Municípios consorciados, onde a Senhora Francismari Rossi Lessa falou que a intenção de todos era de que fosse criada uma comissão técnica para auxiliar nos credenciamentos, e a Presidenta do Consórcio, Leonete Back Loffi, parabenizou as colocações dela e ressaltou a importância dos Secretários de Saúde para o Município. O Prefeito de Tubarão, Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva, aproveitou a oportunidade para reforçar o convite ao Município de Laguna, para que se consorcie junto aos demais municípios, para que integre nas discussões pertinentes. Em seguida, o Prefeito de Braço do Norte, Sr. Evanísio Uliano, manifestou-se dizendo também que os secretários não são adversários e sim parceiros. Após algumas manifestações e por decisão unânime dos Prefeitos, a Presidenta do Consórcio determinou que fosse cumprida a decisão dos Prefeitos, para que seja designado três Secretários de Saúde de Municípios Consorciados para compor a Comissão Técnica, que irá auxiliar o Coordenador Edson Nunes, no credenciamento de novos prestadores de serviços, cujos valores sejam diferentes aos da tabela SUS, sendo que dois Secretários devem ser indicados pelo Colegiado de Saúde e um será o Secretário de Saúde do Município sede do futuro contratado. Após esta decisão, o Prefeito de Santa Rosa de Lima, Sr. Celso Heidemann, disse que é importante estudar a questão da aquisição de medicamentos para municípios consorciados, que devido a quantidade, tem possibilidade baixar o custo aos Municípios, sendo a idéia compartilhada com os demais presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a todos e deu por encerrada a assembléia e determinou a este coordenador para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume.

LEONETE BACK LOFFI

Presidenta do CIS-AMUREL

Prefeita Municipal de São Martinho

SILVIO HEIDEMANN

Secretário do CIS-AMUREL
Prefeito Municipal de Rio Fortuna

EDSON NUNES
Coordenador Técnico-Administrativo

DR. FÁBIO BORGES
Assessor Jurídico

Ata da Assembleia Geral Ordinária

CIS-AMUREL

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel
CNPJ. 02.715.882/0001-05

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às 14h30m, em segunda chamada, reuniram-se no Auditório da AMUREL, para Assembléia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. Jaime Wensing - Prefeito Municipal de Armazém; Sr. Evanisio Uliano - Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Silvio Heidemann - Prefeito Municipal de Rio Fortuna; Sr. Celso Heidemann - Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima; Sra. Leonete Back Loffi - Prefeita Municipal de São Martinho; Sr. Arilton Francisconi Cândido - Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Luiz Carlos Brune! Alves - Prefeito Municipal de Capivaré de Baixo; Sr. José Roberto Martins - Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Inimar Felisbino Duarte - Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Célio Antonio - Prefeito Municipal de Laguna; Sr. Antonio Mauro Eduardo - Prefeito Municipal de Sangão e o Sr. Manoel Antonio Bertoni Silva - Prefeito Municipal de Tubarão. Participaram ainda, o Coordenador Técnico-Administrativo do CIS-Amurel, o Sr. Edson Nunes; o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Jorge Leonardo Nesi, a Contadora do CISI Amurel, Srta. Patricia Vieira Martins, os assessores jurídico da Amurel, o Dr. Fábio Borges e Or. José Augusto Ribeiro Mendes. Após saudar os presentes, a Presidenta do Cis/Amurel, Sra. Leonete Back Loffi, de imediato passou a ler o edital de convocação desta assembléia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/A A Presidenta do CISIAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios Consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 28 de outubro de 2010, às 14.00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios Consorciados, em primeira convocação, e às 14h30m, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios Consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão/Se. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: 1. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; 2. Prestação de Contas, referente ao 4º bimestre de 2010; 3. Assuntos Diversos. Tubarão, 14 de outubro de 2010. LEONETE BACK LOFFI, Presidenta do CIS-AMUREL. Em seguida colocou para aprovação (item I da pauta) a ata da AGO, realizada no dia 25/08/2010, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos anteriormente a esta assembléia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência o item 1/ da pauta - Prestação de Contas do 4º bimestre de 2010, sendo entregue uma cópia do relatório para cada membro do Conselho, para posterior aprovação na próxima assembléia, em dezembro deste ano. Seguindo a pauta, Item 11/ - Assuntos Diversos, a Presidenta informou que, foi recebido do Colegiado de Gestão Regional em Saúde, o ofício nº 014/2010, do dia 25/10/2010, que registro a seguir: Assunto Solicitação de Pauta. Com os nossos cumprimentos, vimos através deste, solicitar espaço na Assembléia do CIS/AMUREL que acontecerá no dia 28 de outubro, às 14:00 horas, na sede da Amurel. Em pauta gostaríamos de discutir os itens abaixo relacionados: Forma e valores praticados nos credenciamentos e ausência de integralidade dos serviços. Certos

de sua habitual atenção desde já agradecemos. Tanara Cidade de Souza, Secretária de Saúde de Laguna e Coordenadora do Colegiado de Gestão Regional. Em seguida, a Presidenta CIS-AMUREL Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel CNPJ. 02.715.882/0001-05

do CIS/AMUREL deixou a palavra livre para a Coordenadora do Colegiado de Gestão Regional em Saúde, que salientou aos presentes sua insatisfação quanto à alguns preços praticados pelo consórcio, já que na sua cidade (Laguna) consegue serviços com preços mais baixos e isto estaria dificultando seu relacionamento com os prestadores, muito embora, seu município não seja consorciado, diferente dos demais municípios, como relata a secretária de saúde de São Martinho e alguns Prefeitos que afirmaram não conseguirem preços inferiores aos contratados pelo CIS, além do que, foi esclarecido pelo coordenador do CIS AMUREL, Sr. Edson Nunes, que o Consórcio não poderia estar interferindo nos preços praticados no município de Laguna, pois não possui prestadores credenciados naquele município. A Secretária disse ainda, que o consórcio estava sendo "privado" em vez de "público", já que não seguia a política de preços SUS, entendimento este equivocado, no que a presidenta do CIS esclareceu que, de todos os procedimentos contratados pelo CIS AMUREL, somente quatro possuem preços diferenciados, isto porque, após o chamamento e publicação dos editais de credenciamento com os preços da tabela SUS, não houveram interessados, sendo assim, foi sugerido pelo Colegiado de Saúde novos preços, os quais foram novamente publicados através de novo edital de credenciamento e, por não haver êxito em dois procedimentos, foi feito um levantamento de preços dos outros dois procedimentos e repassados na Assembléia dos Prefeitos, e após discussão, decidiram pela publicação de novo edital com os valores sugeridos pela Presidenta Leonete. Ademais, como foi constatado, ainda que acima do preço SUS e do preço sugerido anteriormente pelo Colegiado, estão muito aquém do preço de mercado. Segundo a Coordenadora do Colegiado de Saúde, o CIS AMUREL deveria ter alguém com conhecimento de SUS no consórcio, ou que se contratasse algum assessor para isto. Devido a polêmica gerada pelas suas declarações, o prefeito de Treze de Maio, Sr. Arilton Francisconi Cândido, pediu a palavra e disse que este assunto deveria ser tratado em cada município entre o prefeito e seu respectivo secretário de saúde. O prefeito de Tubarão, Sr. Manoel Antonio Bertoni Silva, falou que o consórcio não iria resolver os problemas do SUS e nem o SUS os do consórcio e que o CIS/AMUREL estava ali era para ajudar os municípios e que estava muito satisfeito com os serviços colocados à disposição de seu município. Disse também, que o SUS deveria aumentar suas cotas de exames para os municípios, pois o que se tem hoje é muito insignificante para o atendimento da população. A Presidenta do CIS AMUREL passou a palavra ao Dr. Fábio Borges, Assessor Jurídico da AMUREL, que informou a todos quanto a legalidade do Consórcio, uma vez que, o mesmo já está adequado a Lei Federal 11.107/2005, sendo um dos poucos segundo consta no TCE/SC, que está seguindo as normas estabelecidas na legislação específica. Na sequência, tomou a palavra o prefeito de Laguna, Sr. Célio Antonio, que falou que Laguna não estava participando do consórcio e que se tivesse problema com valores de serviços em seu município, iria comunicar o Tribunal de Contas do Estado. Em seguida, a Senhora Ivania May, funcionária da AMUREL, que acompanha as reuniões do Colegiado de

CIS-AMUREL
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel
CNPJ. 02.715.882/0001-05

saúde, falou que as colocações da Secretária de Saúde de Laguna, foram distorcidas ou entendidas equivocadamente, pois a idéia dos secretários participarem da Assembléia era propor para que o colegiado pudesse auxiliar nas negociações de preços

diferenciados, quando for o caso. Por fim, a Presidenta novamente agradeceu a todos e convocou uma reunião extraordinária para o dia 04 de novembro de 2010, para debater o assunto e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a assembléia e determinou a este coordenador para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume.

LEONETE BACK LOFFI
Presidenta do CIS-AMUREL
Prefeita Municipal de São Martinho

SILVIO HEIDEMANN
Secretário do CIS-AMUREL
Prefeito Municipal de Rio Fortuna

EDSON NUNES
Coordenador Técnico-Administrativo

DR. FÁBIO BORGES
Assessor Jurídico

